# Momentum

Revista Técnico-Científica do Centro Universitário UNIFAAT
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

V. 19 - Nº 19 - 2021

UNIFAAT
Centro Universitário

Momentum: Revista Técnico-científica do Centro Universitário UNIFAAT: multidisciplinar., v. 19, n. 19 (2021), Atibaia, SP, Brasil.
Anual – ISSN eletrônico 2764-0027

1. Pesquisa 2. Iniciação científica 3. Interdisciplinar

CDD 378.007

Ficha elaborada por Aline de Freitas - CRB8 8860

**Equipe Editorial**

*EDITORES*

João Luiz de Moraes Hoefel, Centro Universitário UNIFAAT

Micheli Kowalczuk Machado, Centro Universitário UNIFAAT

*CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO*

Almerinda Antonia Barbosa Fadini, IFSP - Instituto Federal de São Paulo. Campos Salto.

Antonio Alves de Almeida, CAMI- Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (SP).

Carlos Nabil Ghobril, USP e Instituto de Economia Agrícola - SP.

João Hilton Sayeg de Siqueira, PUC-SP.

Miguel Henrique Russo, UNICID.

Milton Farina, USCS.

Mucio Whitaker, USCS

Pedro Sergio Fadini, UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos.

Roberta Gurgel Azzi, UNICAMP.

Sérgio Ricardo Lourenço, Universidade Federal do ABC.

Sonia Regina da Cal Seixas, NEPAM/UNICAMP.

*CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL*

Alcino José Biazon Filho, Centro Universitário UNIFAAT.

Alaíde Aparecida dos Santos Fernandes, Centro Universitário UNIFAAT.

Cristiano Pereira de Moraes Garcia, Centro Universitário UNIFAAT.

Flavia Amaral Rezende, Centro Universitário UNIFAAT.

Gilvan Elias Pereira, Centro Universitário UNIFAAT.

Giuliano Tosin, Centro Universitário UNIFAAT.

Hercules Brasil Vernalha, Centro Universitário UNIFAAT.

Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga, Centro Universitário UNIFAAT.

Maria Eli Puga Beltrão, Centro Universitário UNIFAAT.

Marli Amélia Lucas de Oliveira, IFSUDESTEMG, Campus Barbacena.

Orivaldo Leme Biagi, Centro Universitário UNIFAAT.

Paula Costa de Andrada, Centro Universitário UNIFAAT.

Paulo Artur Malvasi, Centro Universitário UNIFAAT.

Tácito Carderelli da Silveira, Centro Universitário UNIFAAT.

Valquiria Aparecida Cintra Tricoli, Centro Universitário UNIFAAT.

## SUMÁRIO

**Editorial**

..... **06**

**ARTIGOS**

*ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*

Carlos Eduardo Rojas, Jefferson de Souza Pinto

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-327*..... **09**

*CRUZAMENTO DE LÍNGUAS: A VISÃO DE AUTORES REFERENCIAIS*

Hercules Brasil Vernalha

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-328*..... **29**

*ESTUDO DO LEVANTAMENTO DAS VARIÁVEIS QUE DIFICULTAM O COMÉRCIO ELETRÔNICO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA REGIÃO BRAGANTINA*

Jefferson de Souza Pinto, Alexandre Francisco Schievenin Trindade

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-329*..... **47**

*EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DO 1º ANO DA UNIVERSIDADE ROVUMA – EXTENSÃO DE NIASSA – 2021*

Francisco Gonçalves Nhachungue

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-330*..... **69**

*O DESENVOLVIMENTO SOCIOAFETIVO VOLTADO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES UM ESTUDO COM AS COLABORADORAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR*

Taian Felipe Pinto Puzoni Tricoli, Paula Costa de Andrada

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-332*..... **86**

*OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NOS 4º E 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PIRACAIA/SP*

Ana Carolina Saviolo Moreira, Cátia Grassetti Maioli, Andréa Alves Pinto, Pryscilla Karla M. Oliveira Nishimura

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-334*..... **104**

*JORNAL O PIRACAIENSE UM RESGATE HISTÓRICO DE CEM ANOS*

Ana Catharina Gradiz, Giuliano Tosin, Osni Dias

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-331*..... **124**

*A MULTIPARENTALIDADE E O DIREITO SUCESSÓRIO DOS ASCENDENTES, CÔNJUGE E COMPANHEIRO (A) DE UNIÃO ESTÁVEL*

Cristiano Pereira Moraes Garcia, Mylena Soares Manhaes, Rafael Franco Moreira Lourenço, Rebeca Fischer da Silva Sousa, Regina de Sousa Gagliardi

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-326*..... **149**

*BEM-ESTAR E FELICIDADE NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE FATORES DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL*

Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga, Stela Christine Padovez

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-325*..... **176**

*O USO DE TÉCNICAS PROJETIVAS NO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL NA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA*

Riana Tiemi Kinoshita Ribeiro, Valéria Lia Sganzerla Provedel

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-333*..... **192**

*TELHADO VERDE EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DIRETRIZES PARA ESCOLHA DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS LAJE X IMPERMEABILIZAÇÃO*

Deusielly Renata Silva, Igor Aureliano Miranda Silva Campos

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-335*..... **206**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*OS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCS) DE ATIBAIA E JARINU: BREVE APRESENTAÇÃO DE SEU TRABALHO NA ACR CONFERENCE 2021 – REFLECTIVE ENGAGEMENT, NOS EUA. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA*

Rogério A. Correia Dias

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-339*..... **229**

# EDITORIAL

Anunciamos a publicação de outro número da Revista *Momentum*, do Centro Universitário UNIFAAT.

Gostaríamos inicialmente de agradecer à Profa. Rita de Cássia Moura Ribeiro por auxiliar novamente na escolha da imagem da capa desta edição A imagem escolhida foi **Sabedoria**, Fotografia de Câmera Digital Profissional de Marina Losito (2020).

A Revista *Momentum* número 19, 2021 começa com o artigo "*ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO"* de Carlos Eduardo Rojas **e** Jefferson de Souza Pinto. O trabalho teve como objetivo analisar as influências do SPED sobre a área de Tecnologia da Informação (TI) das empresas, evidenciando os desafios e benefícios enfrentados. A partir da análise os autores identificaram que os profissionais enfrentaram dificuldades técnicas e culturais na implantação do projeto, que foram reduzidas no decorrer do tempo, devido a adequação dos processos e adaptação dos usuários, e concluem que o SPED influenciou a área de Tecnologia da Informação de forma positiva.

No artigo "*CRUZAMENTO DE LÍNGUAS: A VISÃO DE AUTORES REFERENCIAIS*", de Hercules Brasil Vernalha, o autor investiga o cruzamento de línguas, com o propósito de compreender a maneira pela qual as línguas exercem influência umas sobre as outras. Foram selecionadas obras de três autores referenciais no estudo da linguística, Hermann Paul, Edward Sapir e Mikhail Bakhtin e, através da revisão dessa literatura, foi possível constatar que a influência ocorre normalmente por meio da importação de vocábulos e muito mais raramente na forma de alterações fonéticas ou estruturais. Também foi possível identificar fatores que estabelecem a profundidade e extensão dessa influência, bem como a aspectos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos relativos aos povos falantes dessas línguas.

*"ESTUDO DO LEVANTAMENTO DAS VARIÁVEIS QUE DIFICULTAM O COMÉRCIO ELETRÔNICO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA REGIÃO BRAGANTINA"* de Jefferson de Souza Pinto e Alexandre Francisco Schievenin Trindade teve como objetivo identificar quais as variáveis que dificultam o uso do comércio eletrônico nas Micro e Pequenas Empresas (MPE) da Região Bragantina. Através da pesquisa foram identificadas com maior frequência as seguintes dificuldades: o planejamento, o marketing, a logística e o financeiro. Os autores concluíram que o comércio eletrônico no Brasil apresenta crescimento significativo, mas ainda mais da metade das pequenas empresas do interior estão fora do mercado digital.

Em "*EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DO 1º ANO DA UNIVERSIDADE ROVUMA – EXTENSÃO DE NIASSA – 2021"*, de Francisco Gonçalves Nhachungue são apresentadas e analisadas as expectativas acadêmicas dos estudantes do 1º ano dos cursos de Licenciatura em Ensino da Geografia (LEG) e em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (LGADEC) da Universidade Rovuma-Extensão de Niassa, Moçambique, no ano de 2021. O autor constatou que as expectativas acadêmicas da maior parte dos estudantes estão relacionadas aos objetivos dos planos curriculares dos respectivos cursos e concluiu que algumas expectativas influenciam no aproveitamento acadêmico dos estudantes.

O artigo "*O DESENVOLVIMENTO SOCIOAFETIVO VOLTADO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES: UM ESTUDO COM AS COLABORADORAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR"* de Taian Felipe Pinto Puzoni Tricoli e Paula Costa de Andrada relata a implantação de um projeto social que teve por finalidade analisar a constituição de habilidades e competências de um grupo de dez colaboradoras da equipe de limpeza de uma Instituição de Ensino Superior. O grupo iniciou-se em 2016 e durante os encontros realizados foram trabalhados temas da língua portuguesa e matemática, filmes, vídeos, imagens e dinâmicas de grupo objetivando o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo das participantes. Os resultados apontam que houve um incremento das competências cognitivas e socioafetivas, contribuindo para o aumento do repertório comportamental e da sua civilidade.

Já o artigo, "*OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NOS 4º E 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PIRACAIA/SP"* de Ana Carolina Saviolo Moreira, Cátia Grassetti Maioli, Andréa Alves Pinto e Pryscilla Karla M. Oliveira Nishimura, é resultado de uma pesquisa que abordou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica brasileira (Lei 10.639/03), tendo procurado identificar desafios que dificultam a aplicação dessa legislação. Verificou-se que a aplicação da lei demonstra ser insuficiente, e dentre os principais problemas estão a não presença de temáticas relacionadas a história e cultura afro-brasileira nos documentos que orientam a gestão da escola e o fato de a maioria dos professores declararem que não conhecem a lei e que não se sentem preparados para aplicá-la adequadamente.

No artigo "*JORNAL O PIRACAIENSE: UM RESGATE HISTÓRICO DE CEM ANOS*" de Ana Catharina Gradiz, Giuliano Tosin e Osni Dias, o objetivo foi abordar o jornal O Piracaiense, que existiu no século passado, na cidade de Piracaia. O artigo apresenta uma contextualização histórica da cidade e do próprio veículo de imprensa nas primeiras décadas do século XX. Além da descrição do conteúdo do jornal o artigo propõe um resgate da memória coletiva local, preservando e valorizando a história regional através do patrimônio cultural jornalístico.

O artigo *"A MULTIPARENTALIDADE E O DIREITO SUCESSÓRIO DOS ASCENDENTES, CÔNJUGE E COMPANHEIRO (A) DE UNIÃO ESTÁVEL"* de Cristiano Pereira Moraes Garcia, Mylena Soares Manhaes, Rafael Franco Moreira Lourenço, Rebeca Fischer da Silva Sousa e Regina de Sousa Gagliardi trata da família moderna, já que o instituto familiar vem sofrendo mutações ao longo dos anos por conta das mudanças ideológicas que regem a sociedade. O objetivo foi explicar esse novo modelo familiar e quais são seus efeitos legais no que diz respeito ao direito sucessório, bem como o direito brasileiro vem reconhecendo e amparando juridicamente esse instituto.

"*BEM-ESTAR E FELICIDADE NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE FATORES DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL"* de Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga e Stela Christine Padovez apresenta uma reflexão sobre o tema a felicidade no trabalho, tendo como suporte a noção de bem-estar nos trabalhos e seus aspectos constituintes, analisando se as pessoas podem ser felizes por meio de sua realização em meio às suas atividades profissionais. A pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema felicidade e bem-estar no trabalho (BET) e um levantamento de dados sobre aspectos de satisfação e felicidade no trabalho de pessoas com mais de 36 anos, que atuam em região industrial e de serviços. O desenvolvimento do trabalho revelou a importância do trabalho na vida das pessoas, com destaque para a realização das atividades profissionais compatíveis com a aptidão, talento e vocação da pessoa;

o valor dos relacionamentos interpessoais no ambiente onde trabalha e exercício da liderança, com menor ênfase para os aspectos salário e benefícios.

Em "*O USO DE TÉCNICAS PROJETIVAS NO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DE SEU USO NA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA"* de Riana Tiemi Kinoshita Ribeiro e Valéria Lia Sganzerla Provedel é descrito o psicodiagnóstico infantil, analisada a importância do brincar e uso do Teste HTP e Teste das Fábulas durante o psicodiagnóstico infantil nos estágios na Clínica Escola. As autoras do artigo concluem que as técnicas projetivas são fundamentais durante o psicodiagnóstico infantil, pois são uma ponte para o acesso ao mundo interno da criança.

*"TELHADO VERDE EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR: DIRETRIZES PARA ESCOLHA DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS LAJE X IMPERMEABILIZAÇÃO"* de Deusielly Renata Silva e Igor Aureliano Miranda Silva Campos apresenta a importância do telhado verde, como forma de amenizar os problemas socioambientais atuais, mostrando seus benefícios. O objetivo foi avaliar qual dos sistemas de laje maciça ou nervurada e impermeabilização rígida ou flexível são mais viáveis tecnicamente e economicamente em se tratando da implantação do telhado verde. Os autores concluem que o sistema com melhor viabilidade técnica e econômica é o que utiliza laje nervurada com impermeabilização flexível e camada de proteção.

E para concluir, apresentamos um Relato de Experiência de Rogério A. Correia Dias intitulado – "*OS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCS) DE ATIBAIA E JARINU: Breve apresentação de seu trabalho na ACR Conference 2021 – Reflective Engagement, nos Estados Unidos da América".*

Gostaríamos de agradecer uma vez mais pela colaboração de todos para que esta edição da revista fosse concluída, em um momento tão complexo como foi o ano de 2021 e esperamos continuar colaborando para a publicação de trabalhos científicos em diversas áreas, que permitem a difusão do conhecimento e da ciência, itens básicos e fundamentais para o desenvolvimento humano.

Boa Leitura,

Micheli Kowalczuk Machado e João Luiz de Moraes Hoefel (editores)

# ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ROJAS, Carlos Eduardo[1]; PINTO, Jefferson de Souza[2].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-327*

**RESUMO**

O trabalho tem como objetivo analisar as influências do SPED sobre a área de Tecnologia da Informação (TI) das empresas, evidenciando-se os desafios e benefícios enfrentados. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, exploratória e de natureza qualitativa, na qual foi aplicado um questionário para o levantamento dos dados da *survey*. A amostra de respondentes é composta de 28 profissionais que atuam na área de TI e que participaram de projetos para implantação do SPED. A partir da análise identifica-se que os profissionais enfrentaram dificuldades técnicas e culturais na implantação do projeto, dentre as quais, a adequação do *software* ERP e integração entre sistema e usuário. Contudo, estes profissionais da área de TI identificaram a redução significativa das referidas dificuldades no decorrer do tempo, o que decorre da adequação dos processos e adaptação dos usuários. Após as análises, conclui-se que o SPED influenciou a área de Tecnologia da Informação de forma positiva, pois ocorreu um aumento da importância da Tecnologia da Informação, com a maior necessidade de assegurar a disponibilidade e confiabilidade das informações. Complementarmente, pode-se destacar a padronização dos processos e uma melhor integração das informações da empresa.

**Palavras-chave:** Tecnologia da Informação. Sistemas de Informação. Sistema Público de Escrituração Digital. Fisco.

**ABSTRACT**

The work aims to analyze the influences of SPED on the Information Technology (IT) area of companies, highlighting the challenges and benefits faced. This research is characterized as descriptive, exploratory, and qualitative in nature, in which a questionnaire was applied to collect survey data. The sample of respondents is composed of 28 professionals who work in the IT field and who participated in projects to implement SPED. From the analysis, it is identified that the professionals faced technical and cultural difficulties in implementing the project, among which, the adequacy of the ERP software and integration between system and user. However, these IT professionals identified a significant reduction in these difficulties over time, which results from the adequacy of processes and adaptation of users. After the analysis, it is concluded that SPED influenced the Information Technology area in a positive way, as there was increase in the importance of Information Technology, with the greater need to ensure the availability and reliability of information. Complementarily, one can stand out the standardization of processes and a better integration of the company information.

**Keywords:** Information Technology (IT). Information Systems. Public Digital Bookkeeping System (SPED). Tax.

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP) – Campus Bragança Paulista
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP) – Campus Bragança Paulista; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

## INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico da informatização, cada vez mais surgem novos recursos e serviços. Essa modernização exige adaptações nas empresas, pois passa a transferir para o universo digital aquilo que antes era restrito ao papel. Desta forma, os processos nas empresas estão sendo informatizados, e a relação das empresas com Tecnologia da Informação se altera, devido à necessidade da busca de ferramentas para se adequar e cumprir as exigências organizacionais da empresa. Laudon e Laudon (2015, p.13) definem "Tecnologia de Informação (TI), como todo o *hardware* e todo o *software* de que a empresa necessita para atingir seus objetivos organizacionais" (BERALDI; ESCRIVÃO FILHO, 2000).

Neste contexto é necessário, para um melhor entendimento desta modernização, definir Sistema de Informação (SI) como sendo o mecanismo computacional projetado com a finalidade de administrar o fluxo de informações geradas e distribuídas dentro de uma empresa (LAURINDO *et al.*, 2001; LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010).

E ainda, para Laudon e Laudon (2015, p.13), "um sistema de informação (SI) pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações [...]".

Para corroborar, segundo Bouding (1956) *apud* Pinto *et al.* (2017), o conceito de Sistemas de Informação cria uma maneira de pensar, a qual ajuda a empresa a reconhecer a natureza de problemas complexos e, por isso, ajuda a operar dentro do ambiente percebido (BAZZOTTI; GARCIA, 2006; PEREIRA, 2016).

Desta forma, Sistema de Informação é um componente complexo dentro da área de Tecnologia de Informação e que se faz necessário para entender, no caso deste trabalho, especificamente as mudanças no relacionamento das empresas com o governo (RODRIGUES FILHO; LUDMER, 2005; BRASIL, 2007d; LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010).

A mudança na apresentação das informações para digital, que segundo Santos e Witt (2012, p.242) consistiu na substituição dos livros impressos por arquivos digitais, obrigou as empresas a se prepararem tecnologicamente, tornando a Tecnologia da Informação imprescindível na relação entre o contribuinte e a autoridade fazendária do país (FISCO), não só para geração e formatação das informações, mas também na entrega que necessita de comunicação com webservices do governo, ficando as empresas sujeitas a multas e penalizações caso não cumpram tais exigências (BRASIL, 2007d).

A este processo de informatização da fiscalização do governo chamou-se Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Ele possibilita à autoridade fazendária do país (FISCO), que é responsável por controlar e fiscalizar se as empresas estão cumprindo as exigências da lei

tributária (BRASIL, 2007a), aumentar de forma muito significativa o controle das informações prestadas pelas empresas. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) vem para tornar mais simples a interação entre as empresas e a autoridade fazendária do país (FISCO), fazendo com que os procedimentos ganhem mais praticidade e se tornem menos burocráticos (BRASIL, 2007b). No entanto, desde que foi instituído pelo Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007, pela Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2007c), as empresas precisaram incorporar um processo de adequação frente às novas normas e, assim, são muitas as dificuldades encontradas, especialmente na adaptação da área de Tecnologia da Informação no que se refere às novidades de rotinas, sistemas e suas concepções (NEVES JÚNIOR; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2011).

Desde a criação do Sistema Público de Escrituração Digital, estamos vivenciando uma grande mudança na relação entre a autoridade fazendária do país (FISCO) e os contribuintes, com as informações disponíveis em tempo real para a fiscalização. Essa nova fase de transmissão digital de informações é caracterizada pela maior segurança, confiabilidade e rapidez no envio, devido às certificações digitais exigidas para os processos de informações ao governo. Em contrapartida, as empresas devem ficar atentas, pois quanto melhor a tecnologia disponibilizada para a confecção das escriturações enviadas à Receita Federal do Brasil, mais fácil, rápido e efetivo será para os órgãos fiscalizadores verificar os resultados e as práticas adotadas pelas entidades (SANTOS; WITT, 2011; SANTOS; OLIVEIRA; CAVALCANTE, 2018).

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar as influências do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na gestão da Tecnologia da Informação das empresas.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1. Sistemas de Informação

Bertalanffy (2008) afirma que sistemas são um conjunto de diversos elementos inter-relacionados, partes de um todo que buscam realizar atividades com a mesma finalidade. Ele também afirma que as propriedades dos sistemas não podem ser descritas significativamente em termos de seus elementos separados. A compreensão dos sistemas somente ocorre quando estudamos os sistemas globalmente, envolvendo todas as interdependências de suas partes.

Os sistemas de informação vieram para auxiliar as organizações em seus processos e vêm sendo rapidamente disseminados por trazerem cada vez mais velocidade e eficiência aos processos, “o objetivo de usar os sistemas de informação é a criação de um ambiente empresarial em que as informações sejam confiáveis e possam fluir na estrutura organizacional” (BATISTA, 2004, p. 39).

De acordo com Laudon e Laudon (2015, p. 7), um sistema de Informação é definido como:

> Um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta, processa, armazena e distribui informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização. Além de dar suporte à tomada de decisões, à coordenação e ao controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

Com os sistemas de informação auxiliando as empresas, a base de dados passou a ser única e compartilhada por toda a organização, assim o software passou a controlar todos os principais processos empresariais com uma única arquitetura em tempo real, tendo como objetivo principal integrar todos os departamentos e funções em um único sistema de informações que possa atender melhor a todas as necessidades da empresa (TURBAN; MACLEAN; WETHERBE, 2004).

Os sistemas de informação se tornaram essenciais dentro das empresas, Stewart (1998) diz que é difícil encontrar um único setor, empresa ou organização de qualquer espécie que não tenha passado a fazer uso intensivo dos sistemas de informação – que não tenha se tornado dependente do conhecimento, como fonte de atração para consumidores e clientes e como instrumento gerencial. E conforme citado anteriormente, sistemas de informação são um dos componentes da área de Tecnologia da Informação.

## 1.2 Tecnologia da Informação nas Empresas

Segundo Ferreira e Ramos (2005), a TI está inserida em praticamente todas as atividades empresariais, dando suporte para a melhoria na qualidade de serviços e produtos.

Encontram-se exemplos de uso da TI nos níveis operacionais, de conhecimento, gerencial e estratégico. A palavra TI surge da junção de dois termos – Tecnologia e Informação –, que englobam hardware, software, telecomunicações, automação, recursos multimídia, recursos de organização de dados, sistemas de informação, serviços, negócios, usuários e as relações complexas envolvidas na coleta, uso, análise e utilização da informação.

Graeml (1998) reforça que a TI pode ir além, influenciando internamente a cadeia de valor da empresa, criando vantagens competitivas, sendo que o benefício mais importante a ser destacado é a otimização dos processos, que culmina em agilidade, segurança e precisão nas informações. No que diz respeito a este trabalho, esses fatores são essenciais para melhorar a qualidade das informações geradas para a fiscalização.

### 1.3 Impacto da Tecnologia da Informação nas Organizações

Segundo Gonçalves (1993), a tecnologia é o fator individual de mudança de maior importância na transformação das empresas. Tais transformações não se restringem apenas ao modo de produzir bens e serviços, mas induzem novos processos e instrumentos que atingem por completo a estrutura e o comportamento das organizações, repercutindo diretamente em sua gestão.

A relação entre estrutura organizacional e tecnologia tem sido alvo de grande atenção, uma vez que as recentes inovações trazem mudanças radicais nas organizações, que são capazes de alterar a forma de administrar a empresa ou até mesmo o local de realização do trabalho (GONÇALVES, 1993).

Os impactos sobre a organização das empresas podem ser muito significativos, pois a TI é diferente de outras formas de tecnologia que afetam as tarefas de produção e coordenação, ou que expandem a memória organizacional (OLIVEIRA, 2007). O impacto da tecnologia pode provocar a transformação no trabalho das pessoas, na produção dos grupos, no desenho da própria organização e no desempenho da empresa (GONÇALVES, 1993).

Com as empresas inserindo as suas informações em uma base digital, o governo precisou modernizar a integração entre as empresas e o fisco, o que tornou os sistemas de informações eficazes, não somente para as empresas, mas também para governo e sociedade como um todo, de acordo com Cirino e Mota (2010). Neste sentido é que o governo deu início ao projeto chamado de Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme Girotto (2008), cuja ideia é permitir uma maior integração do Fisco em todas as suas esferas.

Diante de toda essa transformação, tornou-se necessário este trabalho para levantar as influências do advento do SPED nas empresas. Este trabalho tem como objetivos descrever os processos para implantação do SPED nas empresas, analisar as ações adotadas na área de Tecnologia da Informação e identificar os desafios e benefícios da utilização do SPED.

### 1.4 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Consiste na modernização da sistemática de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (BRASIL, 2007a).

A origem do termo SPED surgiu de Governo Eletrônico, que foi utilizado pela primeira vez em 1999 nos Estados Unidos, pelo vice-presidente Al Gore, que, na época, apontava a possibilidade de os órgãos governamentais se utilizarem de tecnologia da informação e

comunicação para apoiar e melhorar os serviços públicos à sociedade. De acordo com este fato, pode-se entender que o Governo Eletrônico foi criado para integrar Governo, empresas e cidadãos por meio da tecnologia da informação e comunicação (CHEN *et al*., 2006).

Em 2001, o Chile lançou sua estratégia de Governo Eletrônico. Os esforços em torno da implantação deste novo sistema no país têm sido reconhecidos nacionalmente e internacionalmente. Há uma série de estudos internacionais que colocam o Chile nos primeiros lugares em relação ao desenvolvimento do Governo Eletrônico em todo o mundo (SEPÚLVEDA; VÁSQUEZ; GUTIÉRRES, 2006, p. 17).

No Brasil, observa-se que o Governo está empenhado em melhorar seus serviços fornecendo por meio da tecnologia da informação e comunicação novos sistemas de relacionamento com o contribuinte (FERRER; SANTOS, 2004).

Portanto, SPED consiste na modernização da sistemática de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (BRASIL, 2007a).

A criação do SPED ocorreu a partir de uma série de premissas e, visando a diminuir o chamado “custo Brasil”, trouxe vários benefícios para as empresas e o governo. Também vale salientar que o SPED é dividido em módulos, contemplando as áreas de tributos estaduais e federais, obrigações sociais e contábeis.

### 1.4.1 Premissas do Sistema Público de Escrituração Digital

Segundo Brasil (2007e), desde sua criação, o SPED segue as seguintes premissas relacionadas:

a) Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País;
b) Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas;
c) O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
d) Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil;
e) Promover o compartilhamento de informações;
f) Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;
g) Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;

h) Redução de custos para o contribuinte;
i) Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

A partir da análise das premissas descritas pelo SPED, pode-se evidenciar que os objetivos alcançados com sua implantação são:

a) Melhorar o ambiente de negócios no Brasil;
b) Aumentar a competitividade entre empresas para diminuir a concorrência desleal;
c) Tornar o documento eletrônico oficial e válido em todo território nacional;
d) Tornar a Certificação Digital ICP Brasil padrão;
e) Promover o compartilhamento de informações;
f) Estabelecer a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica nas legislações comerciais e fiscais;
g) Responsabilizar o contribuinte pela manutenção de arquivos eletrônicos da Escrituração Digital;
h) Reduzir os custos para o contribuinte.

### 1.4.2 Benefícios do Sistema Público de Escrituração Digital

De acordo com Brasil (2007b), os benefícios para as empresas e governo são:

a) Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
b) Eliminação do papel;
c) Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
d) Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
e) Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
f) Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária;
g) Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
h) Rapidez no acesso às informações;
i) Aumento da produtividade do auditor por meio da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;

j) Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
k) Redução de custos administrativos;
l) Melhoria da qualidade da informação;
m) Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
n) Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
o) Redução do "Custo Brasil";
p) Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
q) Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

A partir dos benefícios apresentados pela escrituração digital, Silva Filho (2015) afirma que estes podem ser classificados em quatro tipos, os quais são:

a) Relação aos contribuintes: os principais benefícios proporcionados pelo SPED se referem à redução de custos com a emissão e armazenamento de documentos em papel, uma vez que estarão disponíveis em formato digital. Quanto à redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias, deve-se ao menor custo de conformidade tributária e redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação;
b) Relação às autoridades tributárias: a uniformidade das informações fornecidas para as diversas unidades federadas trará maior agilidade ao processo de fiscalização, permitindo o cruzamento dos dados fornecidos pelos contribuintes, tornando mais eficiente o combate à sonegação fiscal;
c) Perspectiva dos profissionais: o SPED propicia maior consistência e confiabilidade na emissão/ escrituração de documentos fiscais a partir da importação dos arquivos digitais, além de permitir redução no tempo de escrituração, exigindo desses profissionais maior atenção apenas na auditoria de tais arquivos. O SPED também oferece novas oportunidades de emprego e negócios;
d) Benefícios proporcionados à sociedade: a adoção do formato digital implica menor consumo de papel, refletindo positivamente sobre o meio ambiente e, com o aumento da arrecadação decorrente da diminuição da sonegação fiscal, é esperada maior quantidade de recursos disponíveis para a aplicação em políticas públicas, atendendo aos anseios da sociedade.

Assim, o SPED criou uma padronização das informações enviadas ao Fisco, com isso as chances de falhas e erros são minimizadas, pois processos manuais foram substituídos por processos digitais onde há melhorias na qualidade das informações.

### 1.4.3 Módulos que Compõem o Sistema Público de Escrituração Digital

Brasil (2007f) dispõe sobre os módulos que compõem o universo de atuação do SPED, sendo um total de 12 módulos, sendo 5 de documentos fiscais e 7 de escrituração, os quais são:

a) Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e);
b) Escrituração Contábil Digital (ECD);
c) Escrituração Contábil Fiscal (ECF);
d) Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI (EFD ICMS IPI);
e) Escrituração Fiscal Digital Contribuições (EFD Contribuições);
f) Escrituração Fiscal Digital Reinf (EFD-Reinf);
g) Escrituração Financeira (e-Financeira);
h) Escrituração Social (eSocial);
i) Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);
j) Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);
k) Manifestação Documentos Fiscais Eletrônicos (MDF-e);
l) Nota Fiscal Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Esses módulos possuem em sua essência a automatização dos controles e processos, geração de dados e cruzamento das informações. Logo, se as empresas conseguirem automatizar tais processos, ao atender o que foi designado pelos órgãos competentes para cada item, terão mais eficiência, menos retrabalho e menor custo. Assim, além da visão de custo operacional, é necessário investir em soluções fiscais flexíveis que facilitem o dia a dia, tragam dados mais confiáveis e sejam compatíveis com as demandas do negócio.

## 2 MÉTODO DE PESQUISA

A fim de atingir o objetivo proposto para o trabalho são utilizados os métodos que se caracterizam como descritivo e exploratório, que conforme Beuren (2003, p.80) proporcionam conhecer com maior profundidade o assunto, tornando-o mais claro e proporcionando criar questões importantes para o desenvolvimento do estudo. A pesquisa descritiva corrobora com o trabalho, pois produz informações sobre as variáveis que compõem os fatos e situações que

são o objeto deste estudo. A pesquisa exploratória também será utilizada, pois define o cenário no ambiente organizacional das empresas no qual se desenvolve.

Para fundamentação do trabalho é utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 158), é um levantamento sobre trabalhos realizados, fornecendo dados relevantes relacionados ao tema, oferecendo meios para definir e explorar o problema. Esta fundamentação teórica é responsável dentro deste trabalho por obter as informações sobre os conceitos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), como também conceitos aplicados na área de Tecnologia da Informação.

No que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa. Segundo Richardson (1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vivos [...]". Corroborando com a concepção do autor, o trabalho visa a compreender as influências do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sobre a gestão da Tecnologia da Informação (TI), a partir da percepção de profissionais que atuam na área.

O levantamento dos dados ocorre por meio da aplicação de questionário com perguntas de múltipla escolha, sendo que o instrumento será disponibilizado aos respondentes por meio eletrônico. A amostra de respondentes com profissionais da área de Tecnologia da Informação pertence a empresas localizadas no interior do estado de São Paulo, sendo composta por 28 profissionais.

Posteriormente, os dados obtidos na coleta de dado são analisados com estatísticas descritivas.

## 3 ANÁLISES E RESULTADOS

Foi realizada a pesquisa com profissionais da área de Tecnologia da Informação de empresas localizadas nas cidades de Amparo, Atibaia, Bragança Paulista, Boituva, Cruzeiro e Mogi das Cruzes, todas localizadas no estado de São Paulo. A pesquisa aplicada através de questionário foi dividida em 3 etapas: a 1ª etapa com questões sobre o âmbito empresarial, a 2ª etapa com questões sobre o SPED e a 3ª etapa com ênfase nas influências do SPED na área de Tecnologia da Informação, onde foi possível definir e analisar os resultados.

### 3.1 Dados empresariais

Os 28 profissionais que participaram desta pesquisa atuam na área de Tecnologia da Informação de empresas e passaram pelo processo de implantação do SPED. Foram evidenciados o porte e a atividade das empresas e, em relação aos respondentes, foram evidenciados a área de atuação, cargo que atuam na empresa e tempo de experiência:

O quesito porte da empresa, segundo critério do BNDES, é definido por dados financeiros, como a receita bruta, ou dados referentes à capacidade produtiva, número de funcionários. Para fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o faturamento anual é o indicador mais utilizado para definir o porte da empresa. Na Tabela 1 pode-se verificar a classificação das empresas que participaram desta pesquisa.

**Tabela 1 - Porte da empresa**

| Porte da Empresa | Quantidade de Empresas | % |
|---|---|---|
| Micro e Pequenas Empresas | 12 | 42,9% |
| Média Empresa | 8 | 28,6% |
| Grande Empresa | 8 | 28,6% |
| **Total** | **28** | **100%** |

Fonte: Os autores.

O ramo de atividade é o que define a área em que a empresa atua. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, as empresas podem ser classificadas em: empresas industriais, que são empresas que transformam uma matéria-prima em uma mercadoria, empresas comerciais, que atendem diretamente ao consumidor final revendendo mercadorias, e as empresas de serviços, que prestam algum tipo de serviço. As empresas estatais são classificadas como empresas públicas, nas quais o governo detém parte ou todo o capital social. Na Tabela 2 pode-se verificar a atividade econômica das empresas que participaram desta pesquisa.

**Tabela 2 – Atividade da empresa**

| Atividade da Empresa | Quantidade de Empresas | % |
|---|---|---|
| Serviços | 12 | 42,9% |
| Indústria | 10 | 35,7% |
| Comércio | 4 | 14,3% |
| Governo | 2 | 7,1 |
| Total | 28 | 100% |

Fonte: Os autores.

Em relação ao perfil dos profissionais que responderam a esta pesquisa, as respostas relativas ao cargo que exercem na área de Tecnologia da Informação foram variadas, mas se destacam os seguintes cargos: Gerência de TI, Coordenador de Tecnologia, Supervisor, Consultor de TI, Gestor de TI, Analista de Sistema Júnior, Líder de Projeto e Auxiliar de TI.

Sobre o tempo de experiência dos profissionais, a Tabela 3 apresenta o tempo de experiência dos entrevistados.

**Tabela 3 – Tempo de experiência**

| Tempo de Experiência | Quantidade de Empresas | % |
|---|---|---|
| 3 a 10 anos | 14 | 49,9% |
| 11 a 20 anos | 4 | 14,5% |
| Mais de 20 anos | 10 | 35,6% |
| Total | 28 | 100% |

Fonte: Os autores.

Pode-se observar na Tabela 3 o tempo de trabalho dos profissionais que exercem cargos na área de Tecnologia da Informação, sendo possível afirmar que 50,1% dos profissionais trabalham há mais de 10 anos na área, tornando as respostas do questionário mais precisas e qualificadas.

### 3.2 Informações sobre o SPED

Esta segunda etapa do questionário apresenta os resultados encontrados com as questões relacionadas aos motivos e dificuldades na implantação do SPED, a fim de demonstrar o cenário onde foi realizada a pesquisa, salientando que nesta parte do questionário os respondentes podiam escolher mais de uma opção em cada questão.

Inicialmente foram levantados os motivos que levaram a empresa à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Nesta questão, 24 respondentes disseram que foi para cumprir obrigações da empresa com o fisco; para 10 respondentes foi para agilizar o processo interno da empresa e somente 4 respondentes relataram que o motivo foi para melhorar a comunicação da empresa com o fisco. A análise das respostas permite concluir que, na grande maioria das empresas, o cumprimento das obrigações com o fisco foi o principal e único motivo da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é composto por vários módulos, que são detalhados em Brasil (2007f), sendo que a obrigatoriedade de entrega de cada um destes módulos sofre uma variação de acordo com o tipo de atividade e porte da empresa. Na Figura 1 são apresentados os módulos utilizados pelos respondentes.

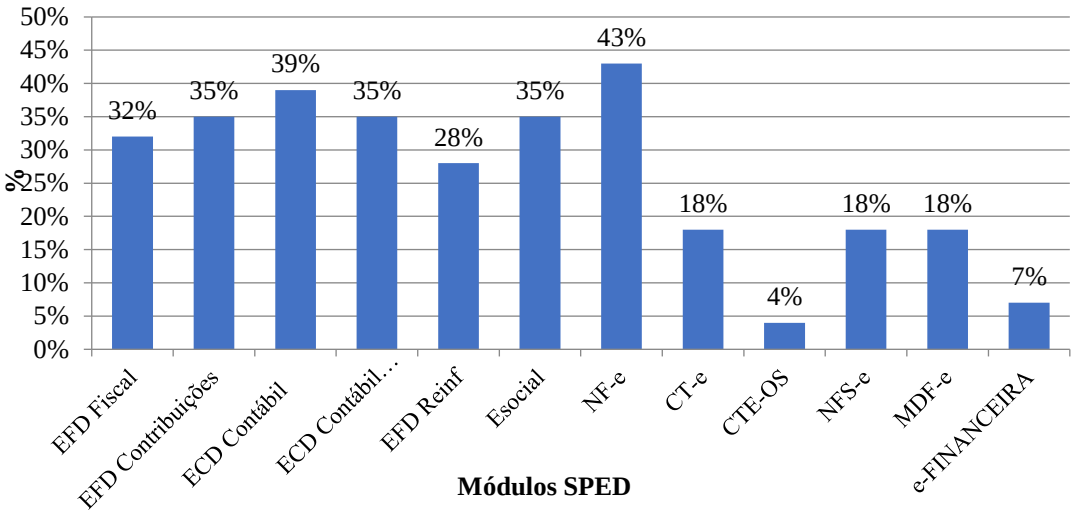



**Figura 1 – Módulos SPED utilizados**
Fonte: Os autores.

Conforme Brasil (2007f), o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é composto por 12 módulos, o que permite concluir que a pesquisa, atingindo empresas de diferentes portes e atividades econômicas, conseguiu consequentemente abranger todos os módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

No que se refere aos responsáveis pela geração e/ou validação dos arquivos do SPED da empresa, as respostas mostraram que em 21,4% das empresas esta responsabilidade é da área de TI, ou seja, nestas empresas a área de TI absorveu uma nova responsabilidade com a implantação do SPED.

De acordo com Brasil (2007b), em função da implantação do SPED as empresas terão benefícios, mas, para obter estes benefícios, experimentam profundas mudanças, uma vez que passam pela criação de uma nova cultura, pela qual necessariamente precisam gerenciar informações e quebrar paradigmas, além de implantar novos processos de gestão. Os custos decorrentes desta nova realidade são elevados para os contribuintes, pois envolvem software adequado, treinamento e contratação de pessoas capacitadas com o objetivo de viabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos pelos órgãos de fiscalização. Neste cenário, visando a levantar informações sobre as dificuldades encontradas na adaptação da equipe de TI, foram feitas duas perguntas. A primeira delas tratava sobre as dificuldades técnicas encontradas na equipe de TI, e as respostas são demonstradas na Figura 2, salientando-se que alguns respondentes assinalaram mais de uma opção.

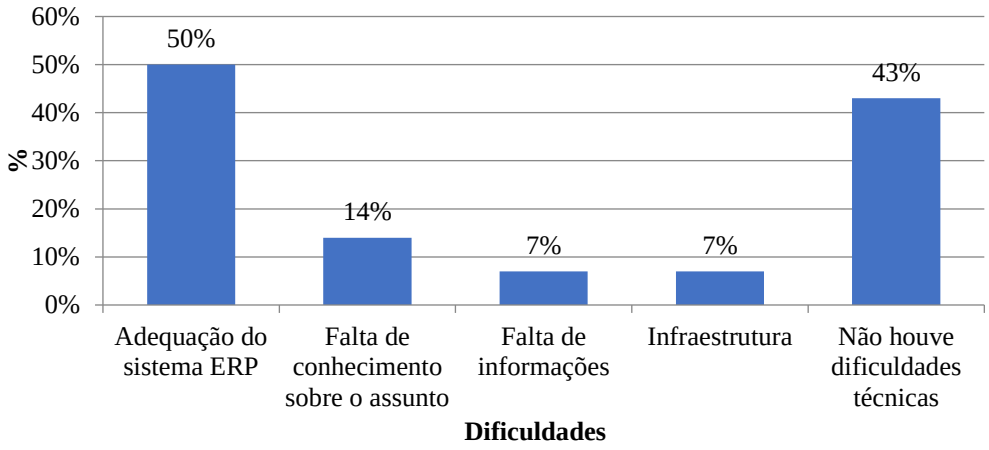



**Figura 2 – Dificuldades técnicas na implantação**
Fonte: Os autores.

A segunda pergunta tratava sobre as dificuldades culturais encontradas pela equipe de TI. As respostas são demonstradas na Figura 3, salientando-se que alguns respondentes assinalaram mais de uma opção.

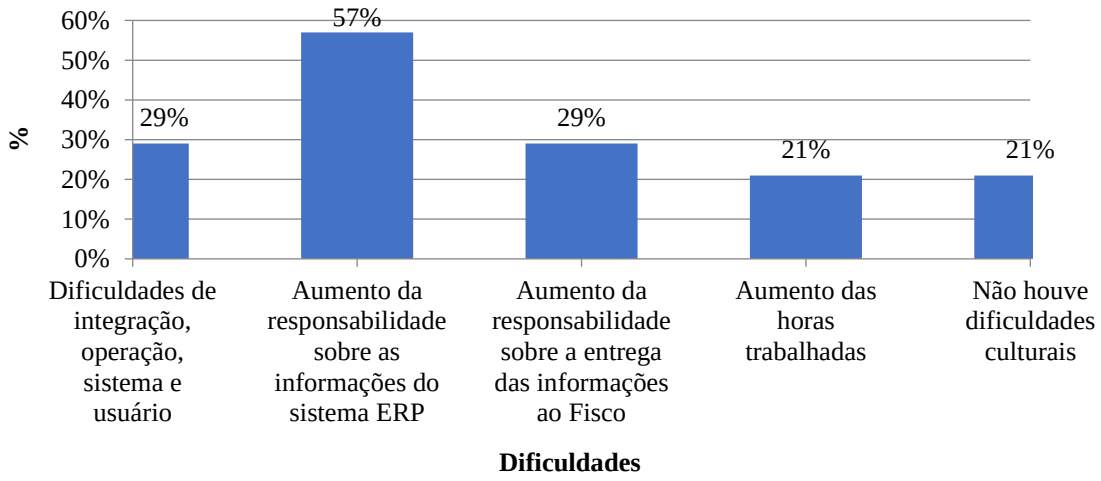



**Figura 3 – Dificuldades culturais na implantação**
Fonte: Os autores.

As respostas apresentadas na Figura 2 (dificuldades técnicas) e na Figura 3 (dificuldades culturais) indicam que as dificuldades culturais foram maiores que as dificuldades técnicas nas empresas para implantação do SPED; destaca-se o aumento da responsabilidade sobre as informações do sistema ERP como a principal dificuldade cultural. Apesar de um número menor de respostas também podemos destacar a adequação do sistema ERP como a principal dificuldade técnica, ou seja, podemos concluir que, embora exista uma diferença de números

entre dificuldades técnicas e culturais, a maioria das empresas passou por dificuldades técnicas e culturais para a implantação do SPED.

No cenário atual das empresas, com o objetivo de analisar a evolução dos desafios encontrados com as dificuldades técnicas e culturais no SPED, as perguntas sobre as dificuldades técnicas e culturais foram refeitas.

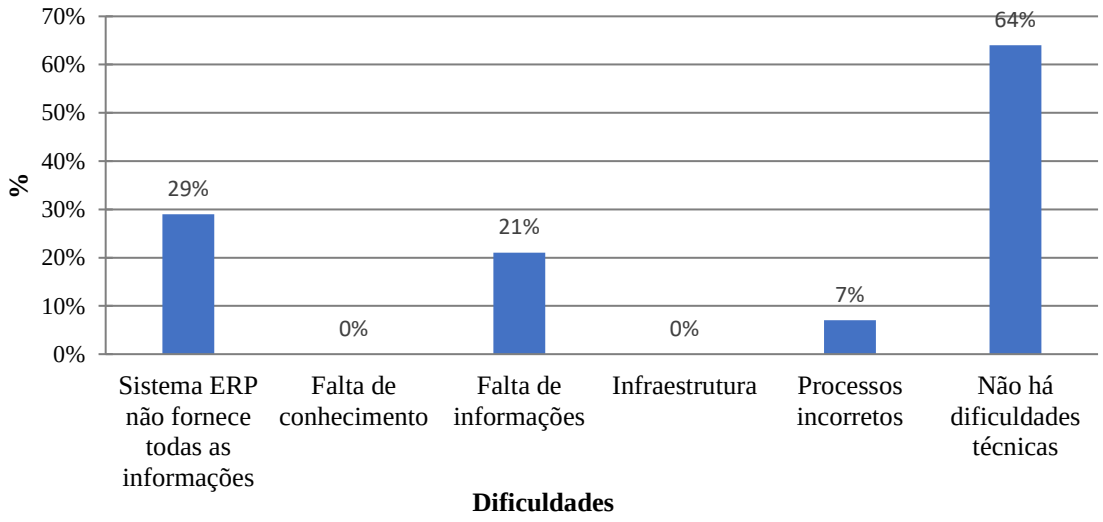



**Figura 4 – Dificuldades técnicas atuais**
Fonte: Os autores.

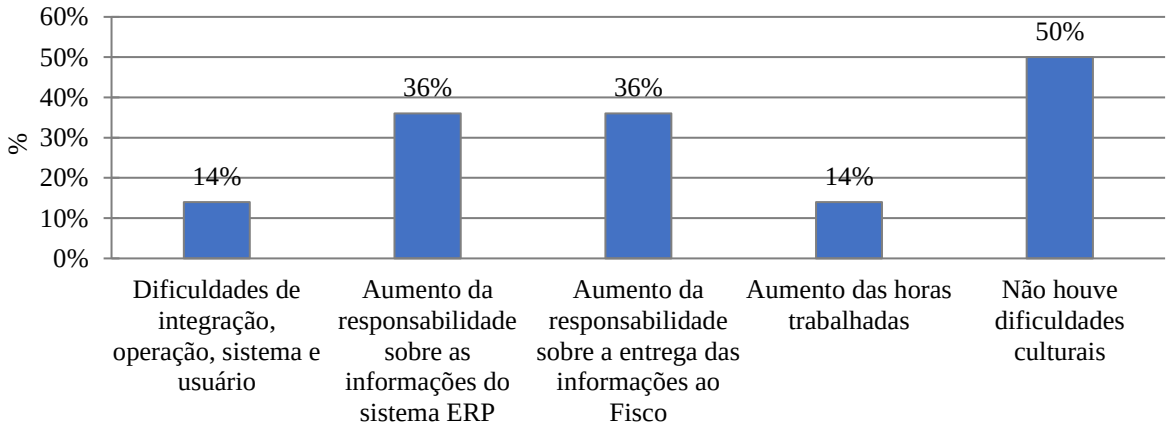



**Figura 5 – Dificuldades culturais atuais**
Fonte: Os autores.

Com as informações apresentadas nas Figuras 4 e 5, permite-se realizar uma análise comparativa das dificuldades técnicas e culturais atuais com as dificuldades técnicas e culturais por ocasião da implantação do SPED. Pode-se constatar que algumas dificuldades enfrentadas na implantação ainda existem na atualidade, como o sistema ERP não fornecer

todas as informações. Apesar de uma maior experiência da empresa sobre o assunto e da quantidade de empresas que citaram não haver mais dificuldades técnicas, apenas a falta de conhecimento sobre o assunto e a infraestrutura não são mais citadas como dificuldades técnicas.

Em relação às dificuldades culturais, ocorreu um aumento das empresas que citaram não haver mais dificuldades dessa natureza; isto decorre da maior experiência das empresas com o assunto, mas, não obstante, todos os itens citados como dificuldades culturais na implantação ainda ocorrem na atualidade.

### 3.3 Influências do SPED nas empresas

Na última etapa do levantamento foram abordados aspectos relacionados às influências do SPED nos procedimentos e processos da empresa, salientando-se que nesta parte do questionário os respondentes poderiam assinalar apenas uma opção em cada questão.

Com o objetivo de analisar as influências do SPED sobre a área de TI, foi perguntado se a empresa teve a necessidade de alterar os procedimentos e processos na área de informática, para cumprir as exigências do SPED, sendo que em 18 empresas a resposta foi afirmativa. Percentualmente, significa que em 64,3% das empresas entrevistadas houve impactos na área de TI, segundo a percepção dos entrevistados.

Em relação ao grau de importância da Tecnologia da Informação (TI), todos os respondentes disseram que ocorreu um aumento de importância, pois houve uma maior necessidade de assegurar a disponibilidade e confiabilidade das informações, que são fatores essenciais em qualquer política interna de Tecnologia da Informação. Para corroborar com esta resposta, Batista (2004, p. 39) afirma que “o objetivo de usar os sistemas de informação é a criação de um ambiente empresarial em que as informações sejam confiáveis e possam fluir na estrutura organizacional”, com o objetivo de garantir que os processos internos fluam corretamente, com informações confiáveis e tempo satisfatório.

Com o avanço tecnológico da informatização, existe a necessidade de modernização da relação das empresas com a Tecnologia da Informação. Segundo Gonçalves (1993), a relação entre estrutura organizacional e tecnologia tem sido alvo de grande atenção, uma vez que as recentes inovações trazem mudanças radicais nas organizações. Diante deste cenário de modernização, existe a necessidade de investimentos na área de TI. No caso desta pesquisa, em decorrência da implantação do SPED, 20 empresas disseram que houve aumento nos investimentos, o que representa 71,4% do total, evidenciando que o SPED é um fator de geração de custos adicionais para a empresa. Este custo é justificado pela preocupação quanto à elevação

do risco de penalidades diante da sua complexidade, mas em contrapartida, como ponto positivo, o SPED contribui para a simplificação dos processos junto aos órgãos públicos e melhoria da Tecnologia da Informação.

O SPED possui uma centena de regras e procedimentos e um calendário a ser seguido para que a escrituração seja realizada a termo, no prazo e sem atraso. Por este motivo, a empresa precisa de ferramentas para automatizar e acelerar o processo de organização das informações fiscais e contábeis. Torna-se um desafio para a área de TI manter as ferramentas atualizadas, de forma que as empresas possam atender a todas as exigências do Fisco, pois as regras são muitas, os prazos são outros, mas os recursos que os contribuintes terão à sua disposição nem sempre estão adequados. Neste cenário, 64,3% dos respondentes afirmaram que as ferramentas que a empresa possui conseguem atender integralmente às necessidades e exigências do Fisco e os demais respondentes afirmaram que as ferramentas da empresa conseguem atender parcialmente. Isso permite concluir que, devido à obrigatoriedade e às multas impostas, todas as empresas analisadas procuraram melhorar suas ferramentas de forma a atender às necessidades e exigências de relacionamento com o Fisco, mesmo que de forma parcial, pois, conforme Ferrer e Santos (2004), observa-se que o governo está empenhado em melhorar seus serviços fornecendo, por meio de tecnologia da informação e comunicação, novos sistemas de relacionamento com o contribuinte.

Resta a análise das características do software ERP de gestão corporativa da empresa, no que diz respeito a ser escalável e adaptável às constantes alterações realizadas pela legislação do SPED. Neste ponto, cabe a definição de que um software é escalável quando consegue expandir sua capacidade de uso sem aumentar muito os custos com recursos técnicos ou capital humano. Já em relação ao conceito de adaptável, trata-se da capacidade do software de se adaptar dinamicamente às variações em seu meio de execução. É importante salientar que o software deve apresentar estas características, pois o SPED impôs um aumento considerável no volume de informações armazenadas e processadas pelo software e também pelas constantes alterações realizadas e solicitadas pelo Fisco, tornando desejável que o software seja escalável e adaptável. Todos os respondentes afirmaram possuir um software na empresa que possui estas características, o que corrobora com Gonçalves (1993), que afirma que as recentes inovações trazem mudanças radicais, que implicam a necessidade do software ERP ser escalável e adaptável.

Por fim, foi levantada a concepção da visão do profissional que atua na área de Tecnologia da Informação. O SPED influenciou positivamente os processos que envolvem a gestão da Tecnologia da Informação da empresa para 24 respondentes. Cabe destacar que 4 respondentes

afirmaram que o SPED não influenciou na gestão. Apesar dos desafios enfrentados pelos profissionais da área de TI, nenhum respondente avaliou que o SPED influenciou negativamente a gestão da tecnologia da empresa. Essas evidências permitem concluir que, apesar dos desafios apresentados, o SPED gera mais benefícios à área de TI do que malefícios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, devido à implantação do SPED, os gestores e os profissionais da área de Tecnologia da Informação tiveram que modificar algumas posturas, entre elas uma mudança em relação à informação que a empresa gera e disponibiliza ao Fisco.

Conclui-se, também, que a qualidade da informação gerada pela empresa se torna cada vez mais essencial, pois ganha maior relevância. Isto ressalta a importância de os processos e os controles estarem adequados em virtude do estreitamento da relação com o Fisco.

A implantação do SPED gerou uma maior movimentação nas empresas, pois essa forma de comunicação entre governo e empresas traz consigo grandes desafios, uma vez que se modificam os processos das organizações. Por conseguinte, os sistemas de informação tiveram que se adequar a essa realidade, em função de a Tecnologia da Informação estar vinculada aos processos organizacionais. Porém, com todos os desafios impostos para implantação e manutenção das rotinas e processos responsáveis para geração do SPED, os gestores de Tecnologia da Informação percebem benefícios e ganhos significantes, com a padronização de processos e uma melhor integração das informações fiscais e contábeis da empresa. Para contribuir com esta conclusão, nenhum respondente afirmou que o SPED influenciou de forma negativa na gestão da tecnologia da empresa.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, E. O. **Sistema de Informação**: o uso consciente da tecnologia. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAZZOTTI, C.; GARCIA, E. A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para a tomada de decisões. **Revista Unioeste,** Paraná, v. 6, n. 11, p.1-18, 2006.

BERALDI, L. C.; ESCRIVÃO FILHO, E. Impacto da tecnologia de informação na gestão de pequenas empresas. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 45-50, jan./abr. 2000.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas:** fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Introdução sobre o Sistema Público de Escrituração Digital**. 2007a. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Benefícios do Sistema Público de Escrituração Digital**. 2007b. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/965. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Histórico do Sistema Público de Escrituração**.2007c. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/966. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Objetivos do Sistema Público de Escrituração**. 2007d. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Premissas do Sistema Público de Escrituração**. 2007e. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/969. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Universo de atuação do Sistema Público de Escrituração Digital**. 2007f. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/970. Acesso em: 16 maio. 2020.

CHEN, Y. N.; CHEN, H. M.; HUANG, W.; CHING, R. K. H**.** E-Government Strategies in Developed and Developing Countries: An Implementation Framework and Case Study. **Journal of Global Information Management**. v. 14, n. 1, p. 23-46, jan./mar. 2006.

CIRINO, E. S.; MOTA, I. F. A era do conhecimento e a adoção do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital – Como impacto na contabilidade. **Revista Razão Contábil & Finanças,** Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-7, jul./dez. 2010.

FERREIRA,L.B; RAMOS,A. S. M. Tecnologia da Informação: commodity ou ferramenta estratégica?, **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management (on line)**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 69-79, jan./dez. 2005.
FERRER, F.; SANTOS, P. (Org.). ***E-goverment****:* o governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

GIROTTO, M., SPED contábil, o novo paradigma. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Editada pelo CFC, Brasília, v. 37, n. 170, p. 7-11, mar./abr. 2008.

GONÇALVES, J. E. L. Os impactos das novas tecnologias nas empresas prestadoras de serviço. **Revista Administração de Empresas**, v. 34, n. 1, p.63-81, 1993.

GRAEML, A. R. O valor da tecnologia da informação. *In*: 1º Simpósio de administração da produção, logística e operações industriais (SIMPOI), 1, São Paulo, 1998. 10p. **Anais**... São Paulo: EAESP-FGV, 1998.

LAUDON, K. C.; LAUDON J. P. **Sistemas de informação gerenciais:** administrando a empresa digital. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

LAURINDO, F. J. B.; SHIMIZU, T.; CARVALHO, M. M.; RABECHINI JUNIOR, R. O papel da Tecnologia da Informação (TI) na estratégia das organizações. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 160-179, ago. 2001.

LUNARDI, G. L.; DOLCI, P. C; MAÇADA, A. C. G. Adoção de tecnologia de informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas, **Revista Administração**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 05-17, jan./fev./mar. 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES JÚNIOR, I. J.; OLIVEIRA, C. M.; CARNEIRO, E. E. Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do sistema público de escrituração digital – SPED. *In*: 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2011. 17p. **Anais eletrônicos..**. São Paulo: USP, 28 e 29 de jul. 2011. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos112011/default.asp?con=2. Acesso em: 14 maio. 2020.

MAYER, S. L.; KOZEN, H. L. O impacto que a implantação do projeto SPED vem causando às empresas. **Revista da Faculdade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v.13, n. 2, p1-15**,** 2015.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
PEREIRA, R. J. A. **O valor estratégico da tecnologia da informação – evidências em empresas no Brasil**. 2016. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo - SP.

PINTO, J. S.; FIGUEIREDO, D. A.; CRUZ, R. B. L.; BRACHINI, T. V. O.; OLIVEIRA, P. J. Impacto da gestão sistêmica no desenvolvimento de projetos: um estudo em uma *software house***. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 136-145, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas,1999.

RODRIGUES FILHO, J.; LUDMER, G., Sistema de informação: Que ciência é essa? **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 155-166, 2005.

SANTOS, K. R; WITT, C. A utilização de ferramentas de tecnologia da informação na prestação de serviços contábeis**, Ágora: Revista de Divulgação Científica**, v. 16, n. 2(a), p. 242-263, 2012.

SANTOS, D. M.; CORNIANI, F.; GONÇALVEZ. T. S. S. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos profissionais contábeis quanto os benefícios e dificuldades produzidos com a sua implantação. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 5, p 1-14, 2013.

SANTOS**,** W.; OLIVEIRA, W.; CAVALCANTE, Z. Impactos da implementação do SPED para o profissional contábil e gestão empresarial. *In*: Congresso Científico FAMETRO, Concifa, v. 1, n. 1, 2018. 4p. **Anais**... Manaus: FAMETRO, 06 a 08 de nov. 2018.
SEPÚLVEDA, M.A.T.; VÁSQUEZ, A.V.; GUTIÉRRES, P.G. ***Gobierno Electronico em Chile*** **2000-2005**. Chile: Maval. 2006.

SILVA FILHO, G. M. Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade**, Ituiutaba, v. 16, n. 3, p. 50-60, set./dez. 2015.

STEWART, T. A. **Capital intelectual**. 5. ed. Rio Janeiro: Campus, 1998.

TURBAN, E. F.; MACLEAN, E; WETHERBE, J. **Tecnologia da informação para gestão:** transformando os negócios na economia digital. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Pesquisa Autorizada pelo CEP-IFSP, sob registro CAAE: 30866420.0.000.5473

# CRUZAMENTO DE LÍNGUAS: A VISÃO DE AUTORES REFERENCIAIS

VERNALHA[1], Hercules Brasil.

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-328*

**RESUMO**

Este artigo visa a investigar a literatura sobre o cruzamento de línguas, com o propósito de compreender a maneira pela qual as línguas exercem influência umas sobre as outras. Com esse objetivo, foram selecionadas obras de três autores referenciais no estudo da linguística, Hermann Paul, Edward Sapir e Mikhail Bakhtin. A partir da revisão dessa literatura foi possível constatar que a influência ocorre normalmente por meio da importação de vocábulos e muito mais raramente na forma de alterações fonéticas ou estruturais. Também foi possível identificar fatores que estabelecem a profundidade e extensão dessa influência, relacionados a características intrínsecas dos próprios vocábulos e das línguas envolvidas no processo de cruzamento, bem como a aspectos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos relativos aos povos falantes dessas línguas.

**Palavras-Chave:** Cruzamento de línguas. Linguística. Estrangeirismo**.**

**ABSTRACT**

This paper aims to investigate the literature on the crossing of languages in order to understand the way languages influence each other. With this purpose, books from three reference authors in linguistics, Hermann Paul, Edward Sapir, and Mikhail Bakhtin, were chosen. Following on from this literature review, it was possible to determine that the influence between languages occurs usually though importation of words and much more rarely through phonetic or structural changes. It was also possible to identify factors that establish the depth and extension of that influence, related to intrinsic characteristics of the very words and languages involved in the crossing process, as well as to cultural, political, economic, and technological aspects related to the people who speak those languages.

**Keywords**: Crossing of languages. Linguistics. Foreignism.

[1] Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP; Professor da UNIFAAT.

## INTRODUÇÃO

As línguas influenciam-se umas às outras. Na origem de seu processo de formação, em sua fase de plena consolidação, por ocasião dos grandes eventos, enfim, ao longo de toda a história da língua, está presente a figura da mudança e ela com frequência tem o nome de cruzamento, mistura, inserção. Mesmo no período que precede seu desaparecimento, ou especialmente nesse momento, identifica-se o traço de uma ou mais línguas, que se apresentam para ocupar seu lugar.

Algumas civilizações logram desenvolver ricas culturas, tornam-se poderosas e veem seu conhecimento se estender a outros povos, que passam a compartilhar de seus saberes, costumes e crenças. Suas ideias seguem na esteira das mercadorias ou dos exércitos, embaladas em seu *latim*, para deixar marcas na cultura e na língua de outras nações.

O conceito de cruzamento, tomado de empréstimo à biologia, aparece com frequência nos estudos linguísticos dos séculos XIX e XX. O historiador e linguista georgiano Nicholas Marr (1865 – 1934) chega a afirmar, em sua polêmica teoria jafética, que todas as línguas do mundo se desenvolveram por meio de cruzamentos recíprocos a partir de um pequeno número de elementos primordiais. Trata-se, por certo, de um tema controverso, que transcende o universo da linguística e alcança questões de raça, predomínio, subjugação. Figuras como Josef Stalin manifestaram-se de maneira entusiástica sobre o tema e sua vinculação com aspectos da história dos povos, seu relacionamento com outras etnias e sua autodeterminação. Na atualidade, destaca-se a preocupação com a influência do inglês sobre as línguas das diversas nações, inclusive o português. Os Estados Unidos da América são na contemporaneidade o país mais poderoso do globo, enquanto as nações de língua inglesa respondem por cerca de 30% de toda a riqueza produzida no mundo. Desde o pós-guerra, a cultura dos países anglófonos, especialmente a dos EUA, tem sido fartamente utilizada como meio eficiente de persuasão, visando a influenciar comportamentos, preferências e opiniões.

A questão da influência entre as línguas ocupa espaço relevante na pesquisa de diversos autores e de suas respectivas escolas. Figuras de grande relevância no âmbito dos estudos linguísticos trataram especificamente do tema do cruzamento entre línguas, dedicando espaço apreciável a sua discussão, por vezes todo um capítulo de algum de seus trabalhos. Ao longo deste artigo serão analisadas obras de Hermann Paul, Edward Sapir e Mikhail Bakhtin, publicadas originalmente em 1880, 1921 e 1929, escolhidas de forma a compor um panorama diversificado de visões e apresentadas na ordem cronológica de sua publicação. São trabalhos centrais dos autores representativos da neogramática, do "estruturalismo funcionalista" norte-americano e do dialogismo, que serviram de referência para várias gerações de linguistas.

Mediante a revisão das obras desses expoentes da linguística, pretende-se investigar neste trabalho o fenômeno geral do cruzamento de línguas, procurando identificar sua ocorrência ao longo da história e compreender suas razões, as formas pelas quais pode acontecer e também a extensão e importância que consegue alcançar. No que diz respeito às razões do fenômeno de influenciação de uma língua sobre outra, importa analisar fatores ligados à cultura, crença e demografia dos povos envolvidos, bem como a natureza de seu relacionamento comercial, geopolítico e bélico. No que tange às formas pelas quais se dá a influência de um idioma estrangeiro, cumpre verificar se a interferência se restringe ao léxico da língua afetada ou se alcança sua sintaxe ou mesmo sua fonética.

Em termos da extensão das mudanças que podem advir do cruzamento entre línguas, é intenção deste trabalho averiguar, sempre por meio de revisão da literatura estudada, a eventual existência de fatores intrínsecos que predisponham uma língua a aceitar a contribuição de material externo, bem como a existência ou não do risco de profunda descaracterização da estrutura de uma língua importante por força da influência de uma língua estrangeira.

## 1 HERMANN PAUL E OS NEOGRAMÁTICOS

O interesse do grupo de pesquisadores conhecidos como *neogramáticos* não se concentra nas muitas investigações comparativas de gramáticas de diferentes línguas realizadas ao longo do século XIX, em busca da reconstrução da língua ancestral indo-europeia. Autores como Hermann Paul, Hermann Osthoff e Karl Brugman seguiram em outra direção e decidiram priorizar a observação de fenômenos que caracterizaram as mudanças sofridas pelas línguas ao longo do tempo (CORRÊA, 2011).

Os neogramáticos tinham uma importante razão para conceder especial atenção ao tema do cruzamento de línguas. Mussalim (2009) explica que o prefácio do primeiro número da revista intitulada *Investigações Morfológicas*, fundada por Osthoff e Brugmann, é considerado como o *manifesto neogramático*, no qual os autores postulam que a língua não tem existência independente e deve ser vista sempre como ligada ao indivíduo falante. Por essa razão, esclarece Gonçalves (1997), essa escola concebe a evolução fonética como resultante somente da atuação mecânica de forças físicas e psíquicas. As únicas exceções a essa lei, os *casos desviantes*, teriam por motivação a *analogia* ou o *empréstimo*. Autores como Walkernagel[2] e Paul estudaram a questão dos empréstimos e concluíram que, de fato, eles são capazes de interferir no desenvolvimento natural dos sons da fala.

[2] Jacob Wackernagel, linguista suíço de linha histórico-comparatista e grande estudioso do Sânscrito. Nascido em 1853 e falecido em 1938.

O linguista alemão Hermann Otto Theodor Paul, nascido em 1846, foi um dos que mais influenciou o pensamento linguístico ao longo da história (CORRÊA, 2011).

Em sua obra maior, *Princípios Fundamentais da História da Língua*, editada pela primeira vez em 1880, Paul procura refletir sobre a língua a partir de sua evolução histórica, condição que julga necessária à compreensão dos processos linguísticos. No vigésimo segundo e penúltimo capítulo do livro, *Cruzamento de Línguas*, o autor tece interessante análise sobre a forma pela qual as línguas influenciam-se umas às outras. Trata-se de texto cujas propostas apresentam-se amparadas por farta exemplificação. Seu estudo é valioso, entre outras razões, pela clara expressão da visão oitocentista dos fenômenos pelos quais se dá a influência cultural entre povos de diferentes línguas.

Paul (1966) inicia o capítulo apresentando a ideia de que, em sentido bastante amplo, toda conversa implica um cruzamento de línguas, pois cada indivíduo falante está, de alguma forma, influenciando o conjunto de ideias referentes à língua do ouvinte. Para ressaltar a importância do estudo do tema, o autor cita Hugo Schuchardt, eminente linguista de tradição germânica, que, coerente com sua formação orientada para a análise histórica, julgava ser esse o problema mais importante que se impõe à linguística.

Tratando do cruzamento de línguas no sentido restrito da expressão, Paul (idem) classifica as possibilidades de sua ocorrência em três categorias, a saber, a influência de uma língua sobre outra que nada tem a ver com ela ou diferencia-se fortemente dela; a influência de um dialeto sobre outro que pertença à mesma área linguística do primeiro; e a adoção de fenômenos já desaparecidos em algum ponto da história da língua.

Para a ocorrência do cruzamento de línguas fortemente diferentes, o autor ressalta a necessidade de haver indivíduos que falem diversas línguas, ou bilíngues ou ainda que, pelo menos, tenham um mínimo de compreensão de uma língua estrangeira. Segundo ele, as ocasiões para o bilinguismo ou compreensão de uma língua estrangeira são (PAUL, 1966, p.410):

- fronteiras de dois “domínios linguísticos diferentes”;
- viagens de indivíduos a domínios estranhos;
- emigração de grandes massas em virtude de conquista e colonização;
- absorção pela escrita, sem qualquer contato direto com os falantes da língua;
- mistura de nações em elevado grau.

Tratando deste último item, Paul (1966) afirma que a extensão do emprego de uma língua pelos falantes de outra crescerá em função do volume de sua população, de seu poder político e econômico e também pelo que denominou sua *superioridade espiritual*. Já a velocidade do processo será função da resistência da língua *vencida*. Nas palavras do autor (1966, p.410):

> Se uma das nações tiver uma supremacia decisiva sobre a outra, quer pelo volume de sua população, quer pelo poder político e econômico ou pela superioridade espiritual, então o emprego de sua língua estender-se-á cada vez mais, à custa da outra; do bilinguismo, regressaremos à unidade linguística. Conforme a resistência da língua vencida, assim este processo se realizará mais depressa ou mais devagar [...].

Com relação ao cruzamento das línguas nos diferentes indivíduos, o autor enfatiza que em termos de estrutura sintática uma delas sempre constituirá a verdadeira base, enquanto a outra desempenhará papel tão mais secundário quanto menor for a destreza do indivíduo no domínio da língua estranha.

Paul (1966, p.411) acrescenta, porém, que a influência do idioma estrangeiro sobre o próprio poderá ser mais forte quando os indivíduos se *entregam* a ele intencionalmente, em virtude de considerarem a "língua e cultura estrangeira superiores" à sua. Aponta, todavia, para a inevitabilidade de que uma língua aprendida como estrangeira seja alterada por "substituição fonética" e "influência da forma linguística interna", expressões que discutirá com maior profundidade ao longo do capítulo.

São dignos de nota nestas passagens do texto escrito no século XIX, bem como ao longo de todo o capítulo, os termos fortes e de inspiração bélica adotados pelo autor para caracterizar os fenômenos envolvidos no processo de cruzamento linguístico, tais como *entregar-se*, *supremacia de nações*, *língua vencida*.

Paul (1966) julga importante distinguir a influência exercida por um idioma estrangeiro em duas diferentes espécies, a saber:

- adoção de material estrangeiro;
- combinação do material próprio e sua adaptação ao conteúdo ideológico, segundo um molde estrangeiro. O autor aponta que, neste caso, a influência se resume à *forma linguística interna*, ressaltando que essa expressão foi utilizada por von Humboldt[3] e seu discípulo Steinthal.

Com relação à adoção de material estrangeiro, mais especificamente palavras, Paul (1966) propõe duas possíveis razões. A primeira delas é a *necessidade*. A esta cláusula pertencem os conceitos para os quais falta ainda um vocábulo designativo na própria língua. Ela inclui os nomes de lugares, pessoas e produtos importados do estrangeiro. Neste ponto, o autor apresenta interessante observação, que propõe o alinhamento dos empréstimos vocabulares ao sentido em que se fazem as transações de mercadorias: designações de produtos

[3] Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand, Barão von Humboldt, diplomata, filósofo e linguista prussiano, nascido em 1767 e falecido em 1835. Sua obra trouxe importantes contribuições à filosofia da linguagem e à teoria e prática pedagógicas.

naturais podem transferir-se dos "povos mais incultos para os mais cultos", enquanto no caso dos produtos artificiais, as importações de produtos e suas designações seguem o percurso inverso[4]. Em suas palavras:

> **[...]** a importação de produtos artificiais e as suas designações deixam, ao contrário, pressupor uma certa superioridade da cultura estrangeira, a qual no entanto não precisa ser multilateral. Esta superioridade ainda é de presumir mais decididamente quando se dá a adoção de conceitos técnicos, científicos, religiosos, políticos. Uma influência cultural intensa traz a maior parte das vezes consigo uma importação intensa de palavras estrangeiras (p.411).

Além do domínio da necessidade, explica Paul (1966), a adoção de palavras estrangeiras se dá quando a língua e a cultura estrangeira "são tidas em maior consideração do que a própria e, portanto, o emprego de palavras e expressões dessa língua é considerado especialmente elegante ou delicado" (p.412).

O surgimento de palavras derivadas de outras línguas, esclarece o autor, acontece de forma semelhante ao dos neologismos. Seu emprego só deixa uma influência duradoura quando é iniciativa espontânea de diferentes indivíduos. Ele se inicia em pequenos círculos de pessoas e, em alguns casos, estende-se a todas as camadas da população.

Quando o aspecto fonético dessas palavras provenientes de outra língua não apresenta anomalia para os falantes da língua local, e seu uso se generaliza, então, do ponto de vista da "sensibilidade linguística" (PAUL, 1966, p.412), elas passam a ser tratadas como material linguístico próprio, como se não fossem palavras estrangeiras.

O autor ressalta que o comportamento em relação ao material fonético derivado de outra língua merece atenção especial, pois a fonética de uma língua nunca coincide com a de outra. Somente a aprendizagem de "sentimentos mecânicos absolutamente novos" (IDEM, p.412) permitiria a aprendizagem correta da fala de uma língua estrangeira. É raro, por essa razão, que alguém se aproprie tão perfeitamente de uma língua estrangeira: normalmente, o falante empregará os sons de sua língua que mais se assemelham aos que tenta reproduzir, inexistentes em sua própria língua.

Dessa forma, reforça o autor, mesmo quando uma palavra estrangeira é adotada com pronúncia absolutamente correta, ela "não conseguirá manter-se quando se estender àqueles que dominam insuficientemente a língua estrangeira, ou que nem a conhecem" (IDEM, p.413).

[4] No caso da língua portuguesa do começo do século XX, seria possível constatar a aplicação dessa afirmação, por exemplo, às designações de técnicas e equipamentos introduzidos a partir do desenvolvimento da tecnologia da construção na França e nos Estados Unidos, tais como betoneira e concreto. Nos dias de hoje, certamente ela explicaria a adoção de uma infinidade de designações derivadas do inglês que acompanham os avanços da tecnologia da informação, a começar pelo próprio computador, os *softwares*, *copies* e *deletes*.

Trata-se de uma *substituição fonética*, afirma Paul, adotando uma expressão cunhada pelo filólogo alemão Gustav Gröber.

O autor acrescenta a essa informação o interessante e ainda hoje muito pertinente comentário de que mesmo os que percebem a maneira correta de pronunciar a palavra estrangeira acabam se submetendo à pronúncia com sons da própria língua, adotada pela maioria, sob pena de parecerem muito afetados. Em suas palavras (IDEM, p.413):

> Uma vez naturalizada, uma palavra estrangeira compõe-se então quase sempre dos materiais da própria língua. Mesmo aqueles que se apercebem da diferença por causa do conhecimento exato da língua estrangeira, acabam por ter de se sujeitar à maioria; senão pareceriam demasiado meticulosos ou afetados.

Segundo Paul (1966), excepcionalmente um som estrangeiro é adotado e passa a ser natural em uma língua, como ocorreu com o *j* francês introduzido no alemão. Não é raro que vários sons estrangeiros diferentes sejam, porém, substituídos por um mesmo som da língua pátria. Dessa forma, o *f* e o *v* latinos, explica o autor, são representados por *f* no alto alemão.

Ainda no campo da substituição fonética, o autor cita o *alívio* de conjuntos de consoantes pouco usuais por meio da interposição de uma vogal, por exemplo *guaragno* em italiano contra *wrennio* em velho saxão.

Outra forma de assimilação de palavras estrangeiras, aponta Paul (1966), se faz pela transmissão a elas da acentuação nacional. Essa alteração se dá muito tempo após a naturalização da palavra. Na obra, este fenômeno é exemplificado por meio de nomes próprios como *David* e *Adam*, que, em alemão (bem como em inglês), tiveram suas sílabas tônicas alteradas: originalmente eram *Davîd* e *Adâm* (p.415).

As modificações fonéticas, alerta Paul (1966), afastam cada vez mais a palavra estrangeira de sua origem, podendo por fim torná-la irreconhecível na língua da qual proveio. Por vezes, a palavra se altera ou mesmo desaparece por completo na língua de origem, agravando assim seu alheamento à fonte de onde foi captada.

Tratando da questão da sufixação, Paul (p.417) explica que quando ocorre a adoção de várias palavras estrangeiras que contêm o mesmo sufixo, elas se associam em um mesmo grupo e esse grupo pode se tornar, nas palavras do autor, *produtivo*, ou seja, o sufixo pode ser adotado e "associar-se ao material linguístico interno por meio de uma nova formação analógica". Palavras inglesas como *oddity* e *eatable*, com sufixos de origem francesa, são citadas como exemplo desse processo de associação.

Paul (1966) enfatiza que é mais raro que se adotem dessa forma *desinências de flexão* e exemplifica com a presença do plural em *s* no alemão e no holandês. A adoção da *desinência de genitivo* é abordada pelo autor por meio do interessante exemplo da introdução da forma

inglesa no indo-português[5]: *"hombre´s casa"*. Paul ressalta ainda que a língua cigana foi aquela em que a adoção de desinências de flexão teve a maior expansão.

Tratando agora da *forma linguística interna*, Paul afirma que uma língua é influenciada não só pelos que a falam como língua estrangeira, mas também pelas traduções. A esse respeito, ele aponta um erro muito frequente, que é atribuir-se a uma palavra "toda a extensão da significação" que lhe pertence, quando, porém, ela "só em parte coincide na sua significação com uma palavra da língua materna" (IDEM, p.418). Esse erro pode acabar tornando-se linguagem usual. Como exemplo, aponta que o alemão falado pelos eslavos emprega *damals* (outrora) no sentido de futuro, porque em sua língua a mesma palavra é usada nas duas acepções.

Ao abordar, mais adiante, a influência da sintaxe, o autor explica que "nas línguas românicas e germânicas a sintaxe latina sempre teve, desde o princípio do seu emprego literário, uma influência ora maior, ora menor" (p.419). A grande concordância existente na forma linguística interna entre os povos do Ocidente, explica Paul (1966), baseia-se, ao menos parcialmente, na assimilação pelo intenso cruzamento de línguas.

## 2 SAPIR E O ESTRUTURALISMO (PRÉ) FUNCIONALISTA NORTE-AMERICANO

A corrente funcionalista da linguística concebe a linguagem como um instrumento de interação social, não admitindo a separação entre sistema e uso. Ela preocupa-se em estudar a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que são usadas. É a linguagem analisada no contexto social, sujeita a pressões provenientes das diferentes situações comunicativas. Sapir e seus discípulos podem ser considerados precursores dessa corrente (KENEDY; MARTELOTTA, 2003).

Edward Sapir (1884 – 1939), com sua dupla atividade de linguista e antropólogo, adquiriu grande conhecimento sobre culturas e línguas, especialmente as ameríndias. Ele é "de longe o mais respeitado de todos os linguistas pesquisadores dos idiomas indígenas norte-americanos" (CAMPBELL, 1997, p.69). Discípulo de Franz Boas[6], de quem mais tarde discordaria com respeito à questão da origem de traços comuns de diversas línguas indígenas (IDEM, p.72), Sapir revela em seu trabalho a relação entre linguística e antropologia.

[5] Dialeto falado em regiões da Índia e do Sri Lanka
[6] Franz Uri Boas, antropólogo alemão nascido em 1858 e falecido em 1942, é considerado um dos pioneiros da antropologia moderna. Em 1887 emigrou para os Estados Unidos e lecionou na Universidade de Columbia. Entre seus muitos alunos, além de Sapir, está Gilberto Freyre.

Com Sapir (1954), a linguagem passa a ser considerada um aspecto central dos processos sociais e culturais, sujeita a mover-se no tempo num curso que lhe é próprio. Ademais, o autor não acredita no falar como uma função orgânica instintiva, senão como uma função adquirida, "cultural". Ele enxerga os dialetos, por exemplo, como próprios de grupos sociais circunscritos e homogêneos, com sentimento e propósito comum necessário para criar uma norma.

Sapir (1954) analisa detidamente o papel que os vários povos têm desempenhado no desenvolvimento e expansão das ideias culturais, infiltrando seus léxicos em outras línguas. Por outro lado, descarta a relação simples e direta das línguas com as raças e propõe que o sentido biológico de raça é indiferente à história das línguas e das culturas. Sua obra, como se procurará demonstrar ao longo deste estudo, é farta em demonstrações de que um grupo de línguas não tem qualquer correspondência necessária com um grupo racial ou uma área cultural.

O capítulo IX de sua obra seminal *A linguagem: Introdução ao estudo da fala*, escrita em 1921 quando o autor residia no Canadá, trata especificamente da questão do cruzamento de línguas e denomina-se *Como as línguas se influenciam entre si*. Na abertura do texto, Sapir (1954, p.192) explica que as línguas e as civilizações raramente "se bastam a si mesmas" e, por necessidade de intercâmbio de diversas naturezas, indivíduos que falam uma língua entram em contato com os de línguas vizinhas ou culturalmente dominantes. Ele explica o inter-relacionamento da seguinte forma:

> O intercâmbio pode ser de relações amistosas ou hostis. Pode processar-se no plano corriqueiro dos negócios e do comércio ou consistir em empréstimo ou troca de bens espirituais – arte, ciência, religião. Seria difícil citar um exemplo de língua ou dialeto de vida completamente isolada, mormente em se tratando de povos primitivos (SAPIR, 1954, p.192.

Sapir (1954) aponta, porém, que a influência entre línguas é "acentuadamente unilateral", ou seja, que a língua de um povo cuja cultura se expande tem melhores condições para influenciar as línguas faladas na vizinhança do que de ser influenciada por elas. Como exemplos, o autor cita a língua chinesa e sua influência sobre o coreano, o japonês e o anamita, sem receber nada em troca, e o francês, que influenciou diversas línguas europeias nos períodos medieval e moderno. O inglês, a partir da invasão normanda, sofreu forte influência da língua francesa, inclusive pela adoção de grande quantidade de palavras daquele idioma, sem que, porém, houvesse na época influência inglesa no francês.

O empréstimo de vocábulos, explica Sapir (1954, p.193), é a forma mais simples de influência de uma língua sobre outra. Termos como *wine* e *street* estão no inglês em virtude do contato comercial e bélico com os romanos (*vinuum* e *strata*), enquanto vocábulos como *bishop*

e *angel* devem-se à introdução do cristianismo na Inglaterra. O estudo dos vocábulos tomados de empréstimo aponta para a história da cultura dos povos.

Cinco línguas tiveram ação preponderante como veículos de cultura, aponta o autor: o chinês clássico, o sânscrito, o árabe, o grego e o latim. É muito interessante o comentário do autor no sentido de que, até a data em que a obra foi escrita, a influência cultural inglesa era "praticamente desprezível". Em suas palavras:

> Nossa língua tem-se expandido, porque os ingleses têm colonizado territórios imensos; mas nada indica que esteja insinuando-se no âmago de outro idioma qualquer, da maneira com que o francês tingiu a compleição da língua inglesa, ou o árabe se entranhou no persa e no turco. Essa circunstância basta para pôr em evidência a força do nacionalismo, tanto cultural como político, durante o século passado. Há hoje em dia resistências psicológicas ao empréstimo (...) que não eram muito vivazes na Idade Média e na Renascença (SAPIR, 1954, p.194).

Trata-se de afirmação especialmente relevante por evidenciar a questão da resistência nacionalista ao empréstimo de vocábulos estrangeiros. Ela esteve presente no século XIX, ainda se fazia perceber por ocasião da edição da obra e assim permanece, em maior ou menor grau, nos dias de hoje, sobremaneira entre os falantes dos extratos mais eruditos e aqueles que mais cultuam o que consideram virtudes da língua nacional.

Além do nacionalismo cultural e político, Sapir (1954) identifica outras possíveis origens de caráter intrínseco para as resistências à importação de palavras. Comparando a maior facilidade do inglês em relação ao alemão para receber termos estrangeiros, o autor aponta que neste idioma os vocábulos polissilábicos buscam decompor-se em elementos que têm significação e que essa característica dificultou que se mantivessem na língua alemã as diversas palavras emprestadas do francês ou do latim por ocasião de certos "influxos culturais". Vocábulos tais como *kredibel* (crível) "não oferecem nada que a consciência linguística" alemã possa assimilar, uma vez que o termo *kred-* não tem sentido por si.

O inglês, na visão do autor, comporta-se da maneira oposta e esforça-se para conseguir o "ideal do vocábulo uno, indecomponível, monossilábico ou polissilábico que seja" (IDEM, p. 195). Sendo assim, o termo *credible* (crível), em que *cred-* não tem qualquer significado, representa uma ideia unitária e por essa razão foi bem recebido na língua inglesa. Comparações semelhantes podem ser feitas em línguas de todas as partes do mundo.

Sapir (1954) aponta o exemplo da reação do cambojano e do tibetano à influência sânscrita, ocorrida por ocasião da adoção do budismo em ambos os países. Ainda que a literatura tibetana clássica fosse "uma adaptação servil da literatura budista da Índia", a língua do país resistiu à importação de vocábulos polissilábicos sânscritos, pois não contribuíam para a divisão em *sílabas significativas* presente na forma do idioma tibetano. Já no cambojano, que

tem muitos vocábulos polissilábicos cuja análise etimológica não tem grande interesse, o empréstimo de material lexical proveniente do sânscrito foi intenso.

O estudo do comportamento da língua com relação ao empréstimo de termos estrangeiros, seja rejeitando-os ou aceitando-os de alguma maneira, pode assim revelar as próprias "tendências formais inatas" dessa língua (IDEM, p. 196).

Paul (1966) e Sapir (1954) concordam em afirmar que a importação de vocábulos estrangeiros é sempre acompanhada de uma modificação fonética, visto que há sons ou peculiaridades de acentuação que não se adaptam à fonética regular da língua nativa. Os "hábitos fonéticos" existentes tendem a se impor de forma a causar a modificação no termo importado.

Se, porém, ocorre de introduzir-se um som novo na língua, por ocasião da importação de uma palavra estrangeira, é provável que ele desapareça ao fim de algum tempo. Sapir (1954) explica da seguinte maneira a alteração ocorrida na língua inglesa que levou a vogal *ü*, importada do francês, a se transformar no ditongo *iu*:

> Na época de Chaucer[7], o anglo-saxão *ü* (escrito *y*) tinha, havido muito, sofrido deslabialização para *i*; mas uma nova vogal *ü* viera do francês (em vocábulos como *due*, *value*, *nature*). Esse novo *ü* não se manteve, porém; ditongou-se em *iu* e amalgamou-se com um nativo *iw* de vocábulos como *new* e *slew* (p. 197).

A despeito disso, Sapir (1954, p. 197) não nega que, mesmo resistindo à intromissão profunda em seu padrão fonético, as línguas se influenciam foneticamente umas às outras, independentemente dos empréstimos vocabulares. "Paralelismos fonéticos" surpreendentes são identificados em línguas que são faladas em uma área geográfica limitada, ainda que elas não tenham parentesco, ou que ele seja bastante remoto.

Como exemplos, o autor cita certos dialetos montanheses alemães que apresentam vogais nasais, à semelhança do francês e ao contrário do conjunto das línguas germânicas. Outras ocorrências podem ser identificadas na língua holandesa, também em relação ao francês, e na língua russa e outras línguas eslavas em relação às línguas uro-altaicas da região do Volga (ugro-fínico e turco). Esses exemplos, explica Sapir (1954, pp. 198,199), não remetem a origens arcaicas ou relações genéticas que não possam ser explicadas por meio de análise feita nos dias atuais.

Não se pode fugir "à inferência de que há uma tendência nos sons vocais, ou em certos tipos distintos de articulação, a se propagarem por uma área contínua, mais ou menos como elementos de cultura irradiam de um centro geográfico" (IDEM, p. 199). No entendimento de

[7] Geoffrey Chaucer (1343 – 1400), escritor e diplomata inglês, autor de *Os Contos da Cantuária*.

Sapir, uma língua preocupa-se em preservar seu padrão de sons, porém se os sons estrangeiros que se apresentam estiverem no "rumo da deriva interna" da língua, não há razão para que deixem de ser assimilados.

O autor procura ressaltar como "altamente significativo", porém, o fato de que nos eventos de *interinfluências* de sons é forte a tendência de cada uma das línguas manter inalterado seu padrão fonético. Neste ponto, Sapir reforça seu alerta no sentido de que "não se deve exagerar a importância das influências interlinguísticas", quer em fonética, como no léxico (IDEM, p. 200).

O autor cita também os elementos morfológicos que o inglês tomou de empréstimo ao francês, além de diversos afixos derivados do latim ou do grego, como *ize* de *materialize* e *able* de *breakable*, como exemplos de um processo que não resultou em contribuição que alterasse significativamente as características estruturais da língua inglesa. Assim, o par *material* e *materialize* não foge aos parâmetros de um sistema formal que já contemplava casos como *wide* e *widen* (IDEM, p. 201).

Segundo Sapir, a influência morfológica exercida no inglês por línguas estrangeiras pouco difere, em essência, do mero empréstimo vocabular. Uma alteração significativa como o desenvolvimento de um novo *tempo futuro* nos moldes do francês (sem o tempo composto) configuraria uma influência morfológica real, estrutural, mas nada semelhante a isso ocorreu a partir da influência da língua francesa. Sapir (1954) explica da seguinte forma sua posição em relação à sobrevalorização da influência do francês na língua inglesa:

> Já se tem apresentado a história do idioma inglês como se ele tivesse retornado ao caos com a chegada dos normandos, que teriam passado a jogar peteca com a tradição linguística anglo-saxônica. Os eruditos de hoje adotam uma posição mais conservadora. A possibilidade de um desenvolvimento analítico de longo alcance, sem influência estrangeira de fora, a que foi submetido o inglês, ressalta a história do dinamarquês, que levou até a consequências maiores certas tendências niveladoras (p. 202).

Sapir considera mesmo notável que a língua inglesa, exposta que estava a influências remodeladoras no fim da Idade Média, tenha se mantido estruturalmente fiel a sua própria "marcha histórica". A esta altura, generalizando este raciocínio, o autor constata que, de fato, as influências morfológicas interlinguísticas com que se depara por meio da história linguística documentada são de ordem superficial. Sendo assim, o que explicaria então que importantes caracteres morfológicos frequentemente se encontrem distribuídos em línguas "confinadas numa grande área geográfica e muito diversas [...] entre si" (IDEM, p. 212)?

Certas distribuições morfológicas têm natureza tão específica que não poderiam ser explicadas pela "solução cômoda" da mera convergência (IDEM, p. 203), pela qual os traços

semelhantes teriam se desenvolvido no mesmo sentido, de maneira independente, em cada uma das línguas.

Uma explicação possível, analisa Sapir (1954, p. 203), seria a de que essas línguas que partilham de fortes semelhanças de ordem morfológica sejam membros de uma mesma comunidade remota de "tipo e substância fonética, que o trabalho destrutivo de derivas divergentes" tornou, ao longo do tempo, pouco identificáveis. Como exemplo dessa possibilidade, o autor analisa as semelhanças léxicas e morfológicas entre o inglês moderno e o irlandês, que permitem sustentar que tenham um parentesco linguístico.

Seguindo este raciocínio, Sapir (1954, p.203) pretende concluir que semelhanças em características fundamentais na estrutura das línguas são mais bem explicadas pela possibilidade de um parentesco comum do que pela teoria do "empréstimo", que julga inadequada para explicar esse tipo de fenômeno.

Isso não significa que o autor negue a ocorrência da influência entre línguas e sua importância. Em suas palavras:

> Sabemos que os mitos, as ideias religiosas, os tipos de organização social, os processos industriais e outros aspectos culturais podem propagar-se ponto a ponto, acomodando-se gradualmente em culturas a que já tinham sido alheios. Sabemos ainda que os vocábulos não se difundem com menor liberdade do que os elementos culturais, que os sons também podem 'ser recebidos por empréstimo' e que se pode adquirir até elementos morfológicos (SAPIR, 1954, p. 204).

A questão, portanto, está concentrada na profundidade das mudanças ocorridas ou, mais além, na incapacidade de essas alterações refletirem-se na estrutura da língua. Em função dessa resistência, o autor afirma que a língua é, de todos os fenômenos sociais, "o de mais maciça resistência", sendo mais fácil "extirpá-la do que desintegrá-la na unidade da forma".

Como se pôde verificar, tanto Sapir (1954) quanto Paul (1966) rejeitam a possibilidade de profundas alterações fonéticas e morfológicas por meio do cruzamento entre línguas, ainda que este aponte alguns casos de alteração na desinência de flexão (plural em *s* no alemão) e de genitivo no indo-português (hombre´s casa).

Dessa forma, em que pese a imagem quase bélica que sugerem as impressões oitocentistas de Paul ao classificar as línguas que exportam e as que importam vocábulos, e que sem dúvida assombra ainda hoje a mente dos falantes que prezam a integridade destas, é possível identificar um processo de enriquecimento cultural nesse fenômeno, em que a estrutura fundamental da língua não é ameaçada.

Ademais, ainda que algum tipo daquilo que Paul denominou *superioridade cultural* pudesse de fato ser identificado em uma nação cuja língua exerce influência em outras ao longo

de determinado período, seria um fenômeno transitório, do que dá prova as agruras do francês, que outrora povoou de vocábulos as línguas da Europa ocidental, para lidar com a inevitável presença de vocábulos ingleses que acompanham o desenvolvimento tecnológico ao redor do globo.

Por outro lado, a própria afirmação de Sapir (1954) no sentido de que a língua inglesa exercia, até o momento em que a passagem foi escrita, pouca influência sobre outros idiomas é a comprovação de que pouco se pode prever no que tange ao crescimento e à queda do poder de influência de uma língua sobre as demais.

## 3 BAKHTIN E O DIALOGISMO

A partir da visão de que a evolução histórica da língua se dá na comunicação verbal concreta e da percepção de que a língua não é simplesmente um sistema de regras, constata-se que Bakhtin antecipou a linguística moderna (MACEDO, 2009).

O pensador russo Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu em 1895, em Orel, e morreu em 1975, em Moscou. Segundo Leite (2011, p.51), termos como "filósofo", "linguista", "filólogo", "crítico-literário", "semiólogo" caberiam para classificá-lo, tendo em vista a gama de atividades que exerceu. É de Bakhtin e do conjunto de pensadores de diferentes formações com que se reunia, conhecido por "círculo de Bakhtin", o conceito de *dialogismo*, pelo qual "todo enunciado/texto existe, necessariamente, em relação, ou para relação de outros enunciados." (IDEM, p.52). Segundo Sayeg-Siqueira (2014, p.14), "Bakhtin mostra como a palavra tende a ser bivocal (ou mesmo plurivocal), estabelecendo múltiplos contatos no interior do mesmo discurso ou com outros discursos (discurso dialógico)".

A autoria de alguns dos livros dos membros do círculo de Bakhtin é alvo de polêmica, pois eles são assinados por autores como Volochinov e Medvedev, mas suas características remetem à criação de Bakhtin. Mariana Yaguello, na introdução da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN, 2006), cujo texto será parcialmente estudado neste trabalho, defende sua autoria por Bakhtin, ainda que tenha sido publicada inicialmente em nome de Volochinov. Ela analisa da seguinte forma as razões pelas quais Bakhtin não a teria assinado (p.13):

> Por que, então Bakhtin não os publicou com seu próprio nome? Não há dúvidas quanto à paternidade de suas obras. O conteúdo se inscreve perfeitamente na linha de suas publicações assinadas e, além disso, dispomos de testemunhos diretos. De qualquer modo, na época, o segredo foi bem guardado, pois Borís Pasternak, em uma carta endereçada a Medviédiev, manifestou seu entusiasmo e sua admiração pela presumida obra deste último (...). Então, por que esse jogo de testa-de-ferro? Segundo o professor V. V. Ivánov, amigo e aluno de Bakhtin, haveria duas espécies de motivos: em primeiro lugar, Bakhtin teria recusado as modificações impostas pelo editor; de

> caráter intransigente, ele teria preferido não publicar do que mudar uma vírgula; Volochínov e Medviédiev ter-se-iam, então, proposto a endossar as modificações. A outra ordem de motivos seria mais pessoal e ligada ao caráter de Bakhtin, ao seu gosto pela máscara e pelo desdobramento e também, parece, à sua profunda modéstia científica.

Trata-se de obra surpreendente, segundo opinião expressa por Roman Jacobson em seu prefácio, pela novidade e originalidade de seu conteúdo. No capítulo de número 5, *Língua, fala e enunciação*, Bakhtin (2006) dedica considerável espaço para a discussão da influência entre as línguas, em especial ao tema que denomina *palavra estrangeira.* O assunto está presente na vida do autor desde que aos nove anos de idade mudou-se para Vilno, capital da Lituânia, onde havia pessoas de diferentes origens, tais como poloneses, russos, judeus, além dos lituânios, cada qual falante de sua própria língua (LEITE, 2011).

A questão da palavra estrangeira é introduzida por Bakhtin (2006) a partir de sua característica críptica, que demanda algum tipo de deciframento. O autor traça um paralelo da reflexão linguística voltada à apreensão da palavra estrangeira com o trabalho dos antigos sacerdotes védicos, que se deixavam fascinar por escrituras estrangeiras repletas de mistério.

Generalizando, afirma que as escrituras sagradas de todos os povos na história foram escritas em língua estrangeira e, dessa forma, eram incompreensíveis aos profanos e demandavam a intermediação dos sacerdotes, os quais compara com os linguistas de seu tempo. Em oposição à palavra estrangeira, a palavra nativa é percebida pelo autor como a atmosfera em que se vive e respira (IDEM, 2006).

Bakhtin (2006, p.102) acredita que a ênfase da linguística na palavra estrangeira não é casual: ela reflete o importante papel dessa palavra no processo de formação de todas as civilizações da história. Em suas palavras:

> Esse papel foi conferido à palavra estrangeira em todas as esferas da criação ideológica, desde a estrutura sócio-política até o código de boas maneiras. A palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião, da organização política (os sumérios em relação aos semitas babilônicos; os jaféticos em relação aos helenos; Roma, o cristianismo, em relação aos eslavos do leste, etc.).

O autor afirma que a palavra estrangeira carrega consigo forças e estruturas estrangeiras que um jovem povo conquistador pode encontrar e absorver ao invadir o território de uma cultura antiga e poderosa. Dessa forma, na "consciência histórica dos povos", a palavra estrangeira teria se fundido com as noções de poder, força e verdade (IDEM, p.103).

Neste ponto, Bakhtin (2006, p.103) expõe sua concordância plena com a tese de Nicolau Marr, pela qual o cruzamento de línguas foi fator essencial no processo evolutivo das línguas.

Ele cita a afirmação do linguista georgiano de que "a língua é uma criação da sociedade, oriunda da intercomunicação entre os povos provocada por imperativos econômicos".

Utilizando-se das palavras de Marr, Bakhtin (2006, p.104) reafirma sua crença na importância da influência que as línguas exercem umas sobre as outras. As línguas nacionais, explica ele (p.104), representam tipos cruzados de línguas, e a associação dos elementos simples que constituem esses cruzamentos está na base de todas elas.

O autor, por fim, esclarece que a questão da origem da linguagem foge ao escopo central de sua pesquisa e que seu interesse se limitará ao esboço das categorias que provêm da palavra estrangeira e que serviram de base ao "objetivismo abstrato", adotado pelos estudiosos da linguística em detrimento do fato concreto, da dinâmica da fala e da "polissemia e plurivalência vivas" da palavra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre aqueles que rejeitam com veemência o emprego de estrangeirismos, há os que se ressentem de algo como uma invasão externa. Não há como negligenciar que por séculos muitas vezes a chegada da língua estrangeira acompanhou exércitos ou, numa justaposição tendenciosa de termos utilizados por Hermann Paul, *culturas superiores*, retrato da *supremacia das nações* que fizeram as *línguas vencidas entregarem-se*. Ainda que possam emanar de nacionalismo e imperialismo oitocentista, são termos que expressam milenares processos de interação entre os povos, dos quais algumas marcas e inclusive temores hão de restar. Linguistas contemporâneos reconhecem o risco inclusive de extinção que a convivência com o idioma de uma sociedade mais rica e tecnologicamente avançada pode causar a *pequenas línguas*. Ainda de acordo com os linguistas, seria uma preocupação fora de propósito, porém, acreditar que uma língua importante e influente corresse semelhante risco.

Com respeito à adoção de material proveniente de línguas estrangeiras, os autores estudados enxergam o fenômeno como natural resultado da interação entre os diversos povos. A própria dinâmica cultural e tecnológica resulta em que as línguas não se bastem a si próprias, principalmente tendo-se em vista a força da influência estrangeira. Os empréstimos lexicais resultantes desse processo são a forma mais simples de cruzamento entre línguas e acontecem de forma unilateral, ou seja, a língua de um povo cuja cultura se expande tem melhores condições para influenciar as outras línguas. Alterações na própria estrutura das línguas que tenham por origem os processos de cruzamento, como se constatou nas obras estudadas, mostram-se, porém, menos frequentes e costumam ser de ordem superficial.

No que tange à fonética, os estudos linguísticos atestam que, de fato, a influência de uma língua estrangeira é capaz de interferir no desenvolvimento natural dos sons da fala, particularmente quando o aspecto fonético das palavras originárias de outra língua não apresenta anomalia para os falantes da língua local. Mas há que se ressalvar que as línguas, de uma forma geral, ressentem-se e protegem-se desse tipo de influência. Como se constatou na literatura estudada, é forte a tendência das línguas no sentido de manter inalterado seu padrão fonético, impondo-o de forma a causar a modificação de uma palavra importada. Se acontece, porém, de introduzir-se um som novo na língua por ocasião da importação de uma palavra estrangeira, é provável que ele desapareça ao fim de algum tempo.

A extensão e a profundidade da influência que uma língua pode sofrer a partir da importação de vocábulos provenientes de uma língua estrangeira, conforme se constatou nas obras estudadas, dependem de diversos fatores, a começar pelo aspecto fonético desses vocábulos, que são mais bem aceitos caso não se apresentem estranhos aos falantes da língua local. Também foi possível constatar que existem elementos culturais e políticos a serem considerados e, além deles, outras características de ordem intrínseca à própria língua, que podem resultar na resistência à importação de palavras. No que diz respeito ao poder de influência da língua que exporta seus vocábulos, há que se considerar fatores como a força política e econômica e o desenvolvimento tecnológico dos povos falantes da língua, além de motivações tais como fascínio e mistério que essa língua possa exercer.

Por fim, resta claro, a partir da literatura estudada, inclusive pelo exemplo paradigmático da língua inglesa, que os processos de cruzamento entre línguas não oferecem risco vital aos idiomas importantes e que podem inclusive enriquecê-los. Outros trabalhos em torno desse tema vêm explorando a dinâmica da influência contemporânea da língua inglesa sobre as demais línguas, inclusive o português. Futuros artigos a respeito desse tópico têm grande potencial de contribuição para o entendimento dos processos de transformação das línguas, fundamentais no universo da linguística.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. *In*: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

BAKHTIN, M. M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

CAMPBELL, L. **American Indian Languages**: the historical linguistics of native america. New York: Oxford University Press, 1997.

CORRÊA, E. F. S. A ideia de mudança em Hermann Paul e seu legado no gerativismo e na sociolinguística variacionista. **Diadorim** - Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ, v. 8, p.31-42, 2011.

GONÇALVES, C. A. V. Uma história bélica e bela: impasses na doutrina neogramática. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 1., 1997, São Gonçalo. **Anais [...]**. São Gonçalo: UERJ, 1997. p. 224-237.

KENEDY, E.; MARTELOTTA, M. E. T. A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In*: CUNHA, Mariangela R.O e MARTETLTTA, Mario E.T. (org.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003, p. 5-20.

LEITE, F. B. Mikhail Mikhailovich Bakhtin: breve biografia e alguns conceitos. **Revista Magistro**, UNIGRANRIO, v. 1, n. 1, p.43-63, 2011.

MACEDO, W. K. L. Por Saussure e Bakhtin: concepções sobre língua / linguagem. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES: LINGUAGENS E LEITURAS, 1.; ENCONTRO NACIONAL DA CÁTEDRA UNESCO DE LEITURA, 3.; ENCONTRO LOCAL DO PROLER, 7., 2009, Ilhéus. **Anais [...]**. Ilhéus, UESC, 2009. p. 1-6. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/iconlireanais/iconlire_anais/anais-53.pdf. Acesso em :11 abr. 2015.

MUSSALIM, F. **Linguística I**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

PAUL, H. **Princípios fundamentais da história da língua**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

SAPIR, E. **A linguagem – introdução ao estudo da fala**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SAYEG-SIQUEIRA, J. H. Interdiscursividade e Intertextualidade. **Momentum**, Atibaia, v. 1, n. 12, p 11-28. 2014.

# ESTUDO DO LEVANTAMENTO DAS VARIÁVEIS QUE DIFICULTAM O COMÉRCIO ELETRÔNICO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA REGIÃO BRAGANTINA

PINTO, Jefferson de Souza[1]; TRINDADE, Alexandre Francisco Schievenin[2].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-329*

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo identificar quais as variáveis que dificultam o uso do comércio eletrônico nas Micro e Pequenas Empresas (MPE) da Região Bragantina. Como primeiro passo, utilizou-se a técnica da pesquisa bibliográfica, para conhecer que trabalhos já foram realizados a respeito e quais as opiniões reinantes do assunto. Para identificar as dificuldades do *e-commerce* na região, utilizou-se a técnica de coleta de dados e foi escolhido o levantamento (*survey*) por meio de um questionário com perguntas de múltipla escolha disponibilizado na internet e enviado aos proprietários das MPE da Região Bragantina. A partir da análise dos resultados foram identificadas com maior frequência as seguintes dificuldades: o planejamento, o marketing, a logística e o financeiro. Conclui-se que o comércio eletrônico no Brasil apresenta crescimento significativo, mas conforme os dados da pesquisa, ainda mais da metade das pequenas empresas do interior estão fora deste mercado digital pelas dificuldades identificadas e analisadas no trabalho. Assim, o levantamento auxilia os micro e pequenos empresários da região a compreendê-las.

**Palavras-chaves:** Comércio eletrônico. Micro e pequenas empresas. Dificuldades do comércio eletrônico. Região Bragantina.

**ABSTRACT**

This work aims to identify which variables hinder the use of electronic commerce in Micro and Small Enterprises (SMEs) in the Bragantina Region. As first step, the bibliographic research technique was used to find out what works have already been done about it and what are the prevailing opinions on the subject. For identify the difficulties of e-commerce in the region, the data collection technique was used and the survey through a questionnaire with multiple choice questions made available on the internet and sent to the owners of MSEs in the Bragantina Region. From the analysis of the results, the following difficulties were more frequently identified: planning, marketing, logistics and financial. It's concluded that electronic commerce in Brazil presents significant growth, but according to the survey data, more than half of small businesses in the interior are outside this digital market due to the difficulties identified and analyzed at work. Thus, the survey helps micro and small entrepreneurs in the region to understand them.

**Keywords:** E-commerce. Micro and small business; E-commerce difficulties. Bragantina Region.

[1] Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

## INTRODUÇÃO

O acesso à internet, devido ao avanço da tecnologia da informação, alterou o modo de as empresas venderem seus produtos, não mais em lojas físicas e sim por meio eletrônico. Em consequência, modificou o comportamento dos consumidores que vivem conectados por meio do uso de computadores ou dispositivos móveis. Este mercado eletrônico exigiu das empresas uma mudança na estratégia, com investimentos em tecnologia e foco no comércio eletrônico para suprir a demanda cada vez mais crescente dos consumidores *on-line* (FRANCO Jr., 2001; ANDRADE; SILVA, 2017).

Conforme Pinto (2012), a inovação é necessária devido ao crescimento dos mercados e da concorrência. Este ambiente globalizado, competitivo e com avanços tecnológicos requer uma mudança estratégica eficaz nas empresas, com foco em atender de forma melhor os clientes, com menor custo e maior rapidez.

Alguns exemplos de empresas que mudaram suas estratégias neste novo mercado digital e tiveram sucesso: a Netflix, em 2000, enviava o DVD via postal e mudou a estratégia disponibilizando filmes pela internet via streaming; Amazon, vendia somente livros pela internet e mudou radicalmente a estratégia e passou a vender de tudo: eletrônicos, utensílios domésticos, roupas, calçados, entre outros. Ao contrário, exemplos de empresas que não mudaram a estratégia e fracassaram: Kodak, que faliu com o advento da câmera digital; e a Blockbuster, videolocadora líder em 1990 que decretou falência em 2013 (MAGALDI; SALIBI NETO, 2018).

O comportamento dos consumidores também mudou ao longo dos últimos anos: buscam muitas informações sobre o produto, devido à facilidade de encontrá-las na internet; comparam com facilidade o preço e os produtos concorrentes; estão sempre conectados por meio dos *smartphones* e podendo consumir a qualquer hora e de qualquer lugar, sem restrição de tempo e localização geográfica (FRANCO Jr.,2001; MORAES; CAMPOS, 2020).

Essas mudanças nos consumidores e empresas resultaram no crescimento do comércio eletrônico, comprovado pela pesquisa realizada pelo Ebit (2020) que apresenta a taxa de crescimento deste mercado no Brasil, conforme Figura 1.

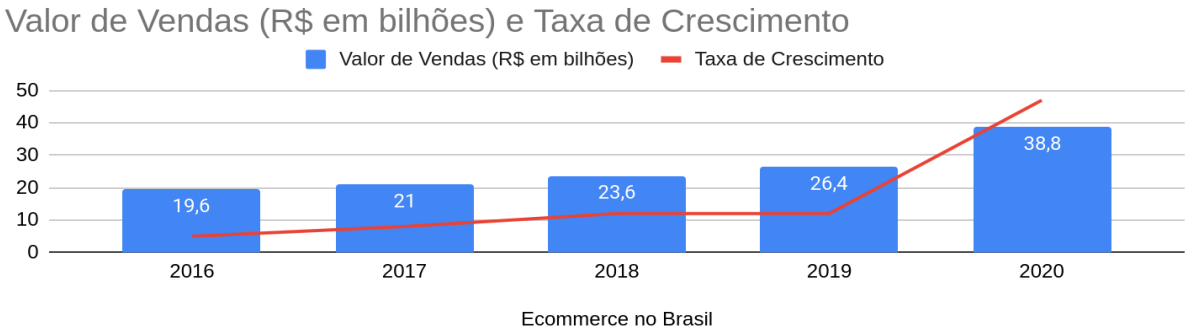



**Figura 1 – Crescimento do *E-commerce* no Brasil**

Fonte: Webshoppers (2020).

A partir do cenário de crescimento do comércio eletrônico no Brasil e no mundo e das mudanças nas grandes empresas, questiona-se: como as micro e pequenas empresas do interior estão se adaptando aos avanços da tecnologia e da internet? Neste contexto situa-se a Região Bragantina, que possui grande potencial econômico pela quantidade de micro e pequenas empresas na região e pelos produtos e serviços tradicionais em cada cidade: linguiça em Bragança Paulista, morango em Atibaia, artesanato em Serra Negra e turismo ecológico em Socorro.

Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo identificar quais as variáveis que dificultam o uso do comércio eletrônico das Micro e Pequenas Empresas (MPE) na Região Bragantina.

Uma das hipóteses para as empresas não usarem as vendas pela internet é a falta de segurança em transações eletrônicas. Complementarmente, Moreira (2016) afirma que o risco de fraude e a falta de segurança são as maiores preocupações das empresas e dos consumidores, que temem o roubo dos números dos seus cartões e informações bancárias.

Outra hipótese que dificulta o *e-commerce* é a logística. O custo e a demora na entrega são os fatores de maior reclamação das empresas. O frete, custo para entregar o produto, ainda é muito caro e depende de terceiros, como o correio e empresas de transporte. Atrasos na entrega também causam insatisfações dos clientes. A logística reversa, ato de devolver o produto, gera problemas para o empreendedor (WINANDY, 2016; NASCIMENTO, 2015; MORAES; CAMPOS, 2020).

Do lado do consumidor, o que dificulta o uso das transações eletrônicas são: a necessidade de trocar o produto, ter um atendente para explicá-lo, a dificuldade de devolução e a navegação confusa do site até a finalização da compra (ANDRADE; SILVA, 2017).

Por outro lado, o preço mais baixo facilita a compra na internet, pois na pesquisa divulgada pelo *e-commerce* Brasil (2012), mais de 60% dos entrevistados fariam a compra *on-line* se fosse dado um desconto de 5%.

A identificação destas dificuldades, neste contexto de mudança nas estratégias das empresas e dos novos hábitos dos consumidores, é importante para que os empreendedores da região tenham a clareza do que está impedindo o uso do comércio eletrônico e consigam, em um estudo futuro, visualizar soluções e criar uma venda lucrativa pela internet.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Tecnologia da Informação

Na visão de Silva e Reis (2008), a Tecnologia da Informação (TI) é o conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação, *hardware*, *software* e telecomunicações que viabiliza complexos processos de negócio, ao mesmo tempo em que oferece diferentes visões para o gerenciamento e a manipulação das informações importantes para a tomada de decisões.

Uma das invenções revolucionárias que teve um impacto no ambiente empresarial foi o microprocessador, criado por Gordon Moore, fundador da Intel. Segundo Moore (1965), a velocidade de processamento de dados dobra seu potencial a cada dezoito meses. O aumento da capacidade de informações e com preço acessível possibilitou que as empresas tivessem um nível de conhecimento mais abrangente do comportamento dos clientes. Apesar de ter sido inventado em 1971, as influências das gerações dos processadores foram sentidas a partir de 1980, quando surgiram organizações como Microsoft, Oracle, SAP, que contribuíram para a popularização do acesso de toda a sociedade à tecnologia (MAGALDI; SALIBI NETO, 2018).

Um estudo feito em 12 países pelo Escritório Internacional do Conselho Internacional para Pequenas Empresas concluiu que as informações de tecnologia são extremamente importantes na rentabilidade e crescimento das pequenas empresas em todo o mundo (LAMIE; BARKLEY; MARKLEY, 2011).

Outra invenção decisiva foi a internet, ou rede mundial de computadores, que derivou da rede militar ARPANet. Seu principal fator de sucesso foi o padrão de comunicação e transferência de textos (HTTP - *Hyper Text Transfer Protocol*), baseado no protocolo IP, *Internet Protocol*, que identifica unicamente cada equipamento na rede. O uso deste padrão permitiu acessar informações de qualquer lugar, independentemente da localização geográfica (FRANCO Jr., 2001).

A junção da tecnologia com a internet formou a estrutura necessária para o desenvolvimento do comércio eletrônico. A evolução da Web, rede mundial de computadores, proporcionou para empresas e clientes um relacionamento independentemente de localização e sem restrição de horário, corroborando com Magaldi e Salibi Neto (2018).

## 1.2 Comércio Eletrônico

Segundo Lobosco *et al.* (2013) e Nascimento (2015), o comércio eletrônico, ou *e-commerce*, por definição, baseia-se no processamento e transmissão de dados eletronicamente entre organizações e indivíduos, ao invés de compras físicas ou contato físico direto. Seu funcionamento se torna cada vez menos complexo e para se realizar uma venda basta que as partes interessadas (vendedor e comprador) disponham das ferramentas adequadas: computador, notebook ou smartphone; conexão com a internet; plataforma de venda, no caso uma loja virtual ou um *site* e formas de pagamentos.

A partir da análise da Figura 2, verifica-se que o comércio eletrônico se insere no contexto do *e-business* ou Negócio Eletrônico, que engloba: (1) o próprio *e-commerce*, ou comércio eletrônico, (2) *e-Chain Supply*, ou cadeia de fornecedores, (3) *Enterprise Resource Planning* (e-ERP), ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial, (4) *Customer Relationship Management* (e-CRM), ou Gestão de Relacionamento com o Cliente, (5) *e-Procurement*, ou Gestão de Compras e o (6) *Decision Support System* (e-DSS), ou Sistema de Apoio à Decisão. E ainda, o comércio eletrônico é a parte visível deste sistema e responsável pela conexão eletrônica entre a empresa e o cliente (FRANCO Jr., 2001; LOBOSCO et al., 2013).

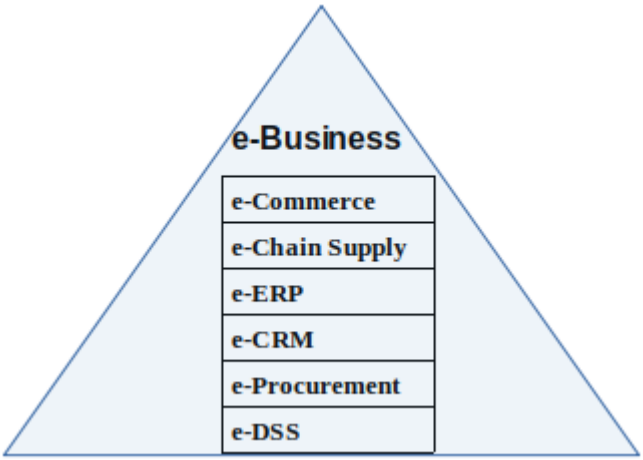



**Figura 2 - Relação entre *e-Business* e *e-Commerce*: o iceberg**

Fonte: Franco Jr. (2001, p. 7).

De acordo com Moreira (2016), os modelos de uso da internet para fins comerciais são:

a) B2C (*business to customer*): venda direta aos consumidores, que evita os intermediários e permite diminuir os custos e desta maneira preços mais baixos;

b) B2B (*business to business*): venda onde todos os participantes são empresas, sendo uma modalidade com crescimento no mercado;

c) C2C (*customer to customer*): envolve transações eletrônicas entre os consumidores por meio de um terceiro que facilita o processo, por exemplo, os leilões *on-line*;

d) C2B (*customer to business*): venda do consumidor para a empresa. Neste tipo de relacionamento, o proprietário de um site, blog ou rede social é pago para revisar o produto e ganha pelas postagens feitas.

Segundo Moraes (2018), existe também o *e-commerce* de serviços, que oferece *on-line* serviços como: transporte, alimentação, turismo, oficinas mecânicas, animação para festas, professores particulares de maneira *on-line*. Os exemplos mais famosos são: o Uber, em serviços de transporte, e o *Ifood*, no ramo da alimentação.

Destarte, o *e-commerce* é uma nova forma de comércio global, uma vez que proporciona a facilidade de comprar de tudo sem ser necessário sair de casa, com recursos e ferramentas *on-line* para fazer negócios melhores, com mais eficiência e produtividade (LAMIE; BARKLEY; MARKLEY, 2011).

Um exemplo de sucesso neste mercado digital é o caso do Armazém Martins de Uberlândia, que atua no ramo atacadista-distribuidor, isto é, um intermediário entre a fábrica e a loja. O seu produto mais conhecido é o chinelo Havaianas. No ano de 2000, com a popularização do comércio eletrônico, a internet surgiu como mais um rival, pois seus clientes poderiam comprar diretamente pelo site da fábrica. A empresa então mudou a estratégia e passou a vender diretamente ao consumidor, criando o site efacil.com (FRANCO Jr., 2001).

Dependendo do tamanho da empresa, esta nova forma de comércio digital exige investimentos, e cabe ao proprietário ou administrador avaliar o custo-benefício de disponibilizar seus produtos na internet.

## 1.3 Micro e Pequenas Empresas

As MPE no Brasil são classificadas de acordo com o faturamento bruto anual e seguem a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Capítulo II, a chamada Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (BRASIL, 2006):

a) Microempresa é a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas com receita bruta anual inferior a R$ 360.000,00;

b) Empresa de Pequeno Porte, com receita bruta anual superior a R$ 360.000,00 e inferior a R$ 4.800.000,00;

c) Microempreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional. Pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa. A receita bruta anual é igual ou inferior a R$ 81.000,00.

De acordo com dados do portal do Simples Nacional (2021), existem no Brasil aproximadamente 17 milhões de Microempreendedores Individuais (MEI) e Micro e Pequenas Empresas (MPE) optantes do Simples Nacional, sistema tributário que reduz a carga tributária e a burocracia (BRASIL, 2021).

Esse número representa 98,5% dos empreendimentos no país e responde por mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB). As MPE são as principais geradoras de riqueza no Brasil e respondem por 53,4% do PIB no setor de comércio; na Indústria, a participação é de 22,5%; e no setor de Serviços 36,3% (LONGARAY *et al.*, 2018).

Na região de Bragança Paulista, composta pelos seguintes municípios: Águas de Lindoia, Amparo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Lindoia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra e Socorro, segundo dados da Receita Federal, existem 66.040 Microempreendedores Individuais (MEI) e Micro e Pequenas Empresas (MPE) cadastradas como optantes do Simples Nacional, conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Quantidade de MPE por Município na Região Bragantina.**

| Cidades | Número de MPE |
|---|---|
| Águas de Lindoia | 2726 |
| Amparo | 7090 |
| Atibaia | 18819 |
| Bom Jesus dos Perdões | 2469 |
| Bragança Paulista | 18351 |

| | |
|---|---|
| Joanópolis | 1258 |
| Lindoia | 771 |
| Monte Alegre do Sul | 957 |
| Nazaré Paulista | 1420 |
| Pedra Bela | 462 |
| Pinhalzinho | 1400 |
| Piracaia | 2571 |
| Serra Negra | 3525 |
| Socorro | 4221 |
| **Total** | **66040** |

Fonte: Brasil (2020).

Com base nos números apresentados no Quadro 1, verifica-se que a Região Bragantina possui um potencial econômico para a criação e desenvolvimento do comércio eletrônico e sua utilização correta pelas empresas, pode aumentar as vendas e reduzir os custos por meio de comunicação eficaz e eficiente com os clientes e fornecedores.

### 1.4 Uso do Comércio Eletrônico nas MPE

O custo cada vez menor dos computadores e a onda de gestão integrada por software incentiva o pequeno empresário a investir nesse setor do comércio eletrônico, em busca de um melhor desempenho em relação aos concorrentes. Mas, antes de investir, é necessário, em primeiro lugar, verificar as necessidades. A preocupação deve restringir-se em fazer investimentos em TI e não gastar dinheiro com tecnologia inútil. Segundo Paul Strassmann (1997), ex-chefe do setor tecnológico do Pentágono, gastar muito pode significar inovação, mas também desperdício. Gastar pouco pode significar prudência, mas também atraso. O investimento no comércio eletrônico deve priorizar o lucro a médio e longo prazo (FRANCO JR., 2001; SILVA; REIS, 2008).

Segundo Lamie, Barkley e Markley (2011), o *e-commerce* afeta todos os aspectos da operação de um negócio, desde a concepção e produção do produto até a distribuição e prestação de serviços, e as empresas podem se beneficiar usando as informações fornecidas pelo comércio eletrônico para melhorar a eficiência em outras áreas de operação, como por exemplo, as informações das características do cliente, localização, tamanho e regularidade do pedido.

As Micro e Pequenas Empresas (MPE), geralmente empresas familiares, nem sempre conseguem se adaptar a novas tecnologias com a mesma facilidade e rapidez do que empresas

de grande porte, pois adotam uma estrutura organizacional de menor custo e os processos de decisão e planejamento são individualistas e pouco formalizados (LOBOSCO *et al.*, 2013).

Por outro lado, apesar da estrutura de gestão inferior e planejamento menos formalizado, o que dificulta o acesso a financiamentos e restringe sua capacidade de recursos, a ausência de burocracia, a flexibilidade interna e a estrutura enxuta e flexível das MPE facilitam o processo de comunicação e permitem que elas desenvolvam as atividades de inovação mais rapidamente (VASCONCELOS, 2017).

Segundo Bittar, Serio e Vasconcellos (2018), as MPE possuem alta capacidade de inovação em tecnologias, como por exemplo o comércio eletrônico, pois seus processos são informais e os gestores acreditam que inovar resultará em vantagens como: crescimento acelerado da empresa em relação aos concorrentes; obtenção de novas experiências em um mercado pouco explorado; aquisição de boas práticas e melhores talentos; e, por fim, a atração de novos fundos de investimentos. Entretanto, apesar de possuírem maior flexibilidade para inovar, há limitações estruturais e de recursos e precisam lidar com dificuldades no ambiente interno e externo.

Segundo Magaldi e Salibi Neto (2018), os empreendedores precisam cuidar da sobrevivência da empresa, pagar fornecedores e funcionários, vender os produtos para ter lucro e não sobra tempo para pensarem a longo prazo.

As grandes empresas, mais aptas à inovação por possuírem maiores recursos, estão preocupadas em atender aos mercados mais lucrativos e acabam deixando espaço para as pequenas empresas. A inovação de um produto para nichos de mercado ou segmentos menos rentáveis, por meio de customização, contorna as deficiências de pequena escala, margem de risco limitada, falta de especialização funcional e de recursos de gestão das MPE (LAMIE; BARKLEY; MARKLEY, 2011; VASCONCELOS, 2017).

A inovação não necessariamente significa o desenvolvimento de algo totalmente novo, mas pode representar modificações simples e incrementais em produtos existentes que possuam valor para a empresa. Ao inserir uma modificação no mercado, como a venda pela internet, o empresário acaba por “educar” o consumidor a desejar coisas novas, a substituir produtos e hábitos antigos por novos e permite que o sistema rompa com seu estado estacionário, no qual produtores e consumidores se encontram em equilíbrio (VASCONCELOS, 2017).

Há uma variedade de programas e serviços para auxiliar as empresas no comércio eletrônico: design e hospedagem de sites; sistemas de *software* para integrar o comércio eletrônico com contabilidade, remessa e gerenciamento de estoque; análises estatísticas sobre a atividade de *e-commerce* na empresa. Há serviços que são gratuitos e outros possuem um custo

alto, que podem não justificar a despesa. O mercado para esses serviços está crescendo e evoluindo rapidamente (LAMIE; BARKLEY; MARKLEY, 2011).

Conforme pesquisa realizada por Silva e Reis (2008), nas MPE do comércio varejista da cidade de Londrina, no item recursos de internet utilizados, 73% responderam que utilizam o correio eletrônico (*e-mail*), 10% utilizam o comércio eletrônico e 2% utilizam o Voip, que é a tecnologia de voz por IP que substitui o telefone. No item quais recursos de internet são mais importantes, 61% responderam que é o correio eletrônico, 1% o comércio eletrônico e 1% o Voip. Isso permite concluir que as empresas estão preocupadas com a comunicação, pelo uso do *e-mail*, mas também com os custos, pela baixa utilização do comércio eletrônico e do Voip, que requerem investimentos maiores.

As vantagens do *e-commerce* para as pequenas empresas são: a possibilidade de comercialização sem restrições de regiões, a inexistência de custos com aluguel, funcionários e outros e condições de pagamento facilitadas (LOBOSCO *et al.*, 2013). Para os consumidores as vantagens são: comodidade e rapidez na compra e a comparação de preços entre vários *sites*.

Conforme pesquisa de Zhang (2018), nas plataformas de comércio eletrônico na China, constatou-se que a reputação *on-line* do vendedor é uma coisa que influencia muito na compra, e uma estratégia adotada pelos vendedores foi enviar presentes para compradores que postaram elogios. O boca a boca *on-line* é uma prioridade para o vendedor, pois uma resposta rápida de uma reclamação ou revisão postada pode evitar a perda de uma compra ou até do cliente.

Na internet, a interação é bastante dinâmica e existem vários meios de marketing digital: publicações em sites de busca, blogs, e-mail, mídias sociais. Entender este consumidor digital, saber sua opinião é importante, pois uma opinião negativa sobre a loja *on-line* tem grande influência para futuros consumidores (SOUZA; OLIVEIRA, 2016).

A pressão dos concorrentes e a demanda de mercado incentivam as empresas ao uso do *e-commerce*. O Inquérito sobre Comércio Eletrônico da Comissão Europeia de 2006 constatou que as razões principais para as empresas iniciarem o comércio eletrônico foram: porque os concorrentes usam, para ganhar vantagem competitiva e para atender às expectativas dos clientes e dos fornecedores (ALI A; MIAO; TRAN, 2018).

De acordo com a análise das cinco forças de Porter, apresentada na Figura 3, as vantagens para os consumidores são os problemas enfrentados pelas MPE, gerando a grande contradição empresarial: o acesso à informação na internet aumenta o poder de negociação dos compradores; a facilidade de atendimento em qualquer lugar e por qualquer organização atrai novos produtos e concorrentes; a redução de custos força empresas a negociarem valores abaixo do preço, aumentando a rivalidade (PORTER, 2004).

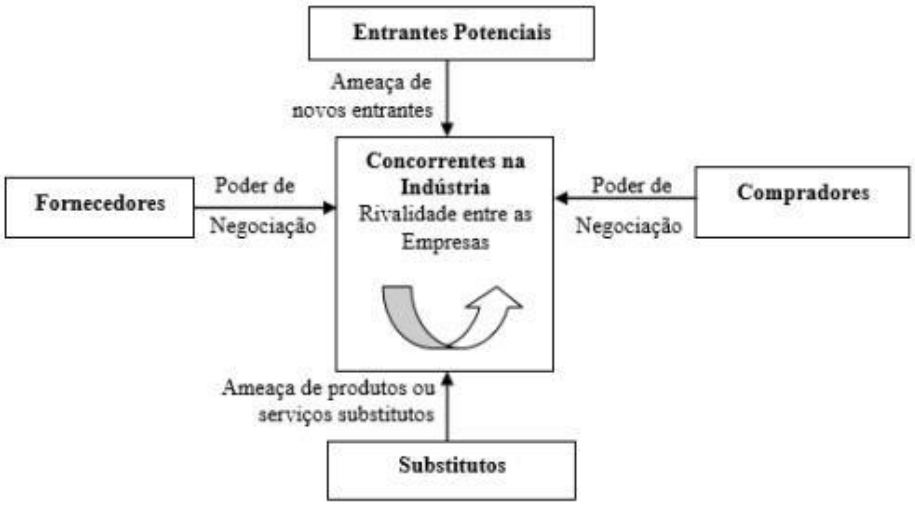



**Figura 3 - Cinco Forças de Porter**

Fonte: Porter (2004, p.04).

Segundo Santos (2013), as empresas no Brasil enfrentam um problema diretamente envolvido no processo do comércio eletrônico: a fiscalização das páginas eletrônicas. Existem ainda muitos vírus que hackers infiltram na venda, adquirindo informações sigilosas dos clientes. Esse fator é responsável por boa parte da desconfiança dos possíveis consumidores, obrigando a empresa a altos investimentos na segurança dos *websites*.

Segundo Ali A, Miao e Tran (2018), o sistema legal e regulatório tem efeitos positivos para a institucionalização do comércio eletrônico nas MPE. Um marco legal bem definido garante a segurança e confiança nas transações eletrônicas. Um ambiente legal menos estabelecido traz preocupações na privacidade das informações e cria resistência no uso de cartões de crédito.

Uma das formas para evitar fraudes nas lojas virtuais são meios de pagamento ágeis e eficientes. As grandes lojas virtuais, em função do alto poder de negociação, possuem sistemas modernos que enfrentam poucos problemas em relação a essa parte de segurança. Há no mercado diversas soluções com custo mais baixo de meios de pagamento que atendem com eficácia a essa necessidade: os integradores de pagamentos *on-line* (NASCIMENTO, 2015).

Segundo Nurunnisha e Dalimunthe (2018), para evitar o impedimento da adoção do comércio eletrônico é necessária a educação dos pequenos empreendedores por meio da divulgação dos meios de comunicação de massa e redes sociais sobre as novas tecnologias para

negócio e oferecer cursos de treinamento para mostrar a utilidade e facilidade de uso do *e-commerce*.

O governo desempenha um papel de facilitar a adoção do comércio eletrônico por meio de suas políticas públicas: apoiar programas educacionais e de treinamento; criar incentivos fiscais e ambiente econômico favorável às empresas; tornar a TI mais acessível às empresas. Por exemplo, na Austrália, o governo está hospedando um fórum *on-line* de varejo para incentivar e ajudar os varejistas. Em Hong Kong a contribuição está em fornecer infraestrutura legal para o uso de assinaturas digitais. Na Dinamarca e França, trabalham na construção da aceitação das novas tecnologias da informação pelos empreendedores e consumidores. O governo brasileiro criou iniciativas para estimular o *e-service* e o *e-procurement* (ALI A; MIAO; TRAN, 2018).

O conhecimento e o estudo de estratégias para o uso do comércio eletrônico pode ser um bom aliado para as micro e pequenas empresas, colocando-as em competição no mercado mundial e proporcionando aos consumidores acesso fácil a comparações de produtos e preços.

## 2 MÉTODO

Uma pesquisa científica é a busca de informações sobre um problema para o qual buscamos uma resposta ou uma hipótese para comprovar. Consiste na observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis relevantes (SILVA; MENEZES, 2005; PRODANOV; FREITAS, 2013).

De acordo com Gil (2008), as informações e dados coletados podem ser considerados conhecimento científico, cuja característica fundamental é a sua verificabilidade, tornando-se necessário determinar o método, ou seja, os procedimentos e técnicas utilizados na pesquisa.

Como primeiro passo, utilizou-se a técnica da pesquisa bibliográfica, para compreender em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais as opiniões reinantes do assunto. Realizou-se em instituições como SEBRAE, Receita Federal do Brasil, órgão oficial de pesquisa como Ebit, leis, livros, artigos de congressos e revistas eletrônicas, monografias e teses, com o objetivo de identificar as características das MPE, estabelecer a relação delas com o comércio eletrônico e proporcionar embasamento teórico para as perguntas do questionário de pesquisa.

Em segundo lugar, determinou-se a técnica empregada na coleta de dados e foi escolhido o levantamento (*survey*), por meio de um questionário com perguntas de múltipla escolha disponibilizado na internet e enviado aos proprietários das MPE da Região Bragantina. A linguagem utilizada nas perguntas foi simples e direta para facilitar a compreensão pelo

participante. Foi construído em blocos temáticos, iniciando com perguntas gerais, chegando aos poucos às perguntas específicas.

Em geral, é impossível obter respostas de todos os indivíduos e, por esta razão, trabalhou-se com uma amostra, ou seja, uma pequena parte de todos os proprietários da região. Para definição da amostra utilizou-se a amostragem por acessibilidade ou conveniência, selecionando os elementos de mais fácil acesso. Para determinar o tamanho da amostra, que deve ser composta por um número representativo e suficiente de casos para apoiar as conclusões, foi escolhida a fórmula de cálculo de amostras para populações finitas, quando a população não supera os 100.000 elementos (GIL, 2008).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), o levantamento de dados por meio do questionário é útil para o estudo de opiniões e atitudes. Ainda de acordo com o autor, as principais vantagens são: a) conhecimento direto da realidade, onde as próprias pessoas expressam seu comportamento; b) economia, pois o custo de um questionário é relativamente baixo; c) quantificação, possibilita análise estatística à medida que os dados são agrupados em tabelas.

Neste trabalho utiliza-se o método indutivo, que permite a generalização das dificuldades do comércio eletrônico a partir dos estudos particulares de cada MPE da Região Bragantina (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Há uma abordagem qualitativa, interpretando as respostas dadas pelos proprietários da região (GIL, 2008).

O objetivo da pesquisa enquadra-se como exploratória, na qual a principal finalidade é esclarecer e modificar ideias, proporcionar uma visão geral acerca do comércio eletrônico e as dificuldades para a população dos micro e pequenos empresários. De acordo com Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013), essa abordagem é a primeira etapa para uma investigação mais ampla no futuro.

## 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O questionário da *survey* foi respondido por 150 empreendedores da região, e com base nestas respostas foi mapeado o perfil dos empresários, dos negócios e as dificuldades para o uso do comércio eletrônico.

O perfil dos empreendedores da região, segundo a pesquisa, inclui jovens e com formação superior, 43% com idade entre 31 e 40 anos, com curso Superior Completo (32%) e Pós-Graduação (24%). A quantidade de homens e mulheres empreendedores está bem dividida, 58% do sexo masculino e 42% feminino.

Os negócios na região são diversificados e destaca-se a prestação de serviços como assessoria de informática, jurídica e publicidade (17%); a gastronomia com bares, restaurantes e comércio de bebidas (10%); e o transporte (6%). São empresas novas e possuem poucos empregados: 44% têm entre um e cinco anos de existência, 43% não possuem empregados e 36% possuem até cinco.

Os canais de comunicação que as MPE possuem para contato com o cliente: o telefone (88%), o *e-mail* (82%) e as redes sociais (82%). A maioria das empresas tem computador: 49% das empresas têm entre 2 e 10 computadores e 40% somente um computador.

Mais da metade das MPE (51%) ainda não tem comércio eletrônico. A outra metade (49%) já possui um site, aplicativo ou venda pelas redes sociais. Destes, 25% possuem somente *e-commerce*, conforme Figura 4.

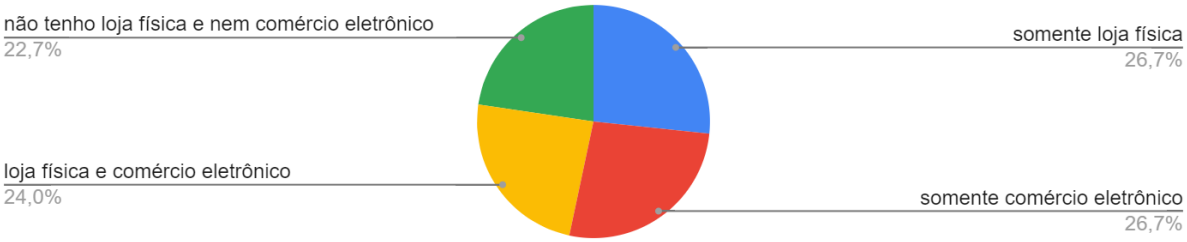



**Figura 4 - Estrutura do negócio**

Fonte: Os autores.

De acordo com as informações dos empreendedores, identificaram-se as variáveis que dificultam o comércio eletrônico na região Bragantina, sendo divididas em dois grupos: (a) que possuem loja *on-line* e (b) que ainda não possuem. Para cada grupo, divididas em dois subgrupos: c) as maiores dificuldades d) menores dificuldades, onde os respondentes apontaram com mais e menos frequência as dificuldades relacionadas.

A Figura 5 evidencia as dificuldades para os empresários que possuem comércio eletrônico, as quais são: a) concorrência com outras lojas *on-line*; b) marketing relacionado à divulgação da sua loja na internet e redes sociais; c) falta de planejamento para melhorar sua loja *on-line*; d) logística, problemas com a entrega dos produtos; e) financeiro/logístico, custos com correios ou entregadores.

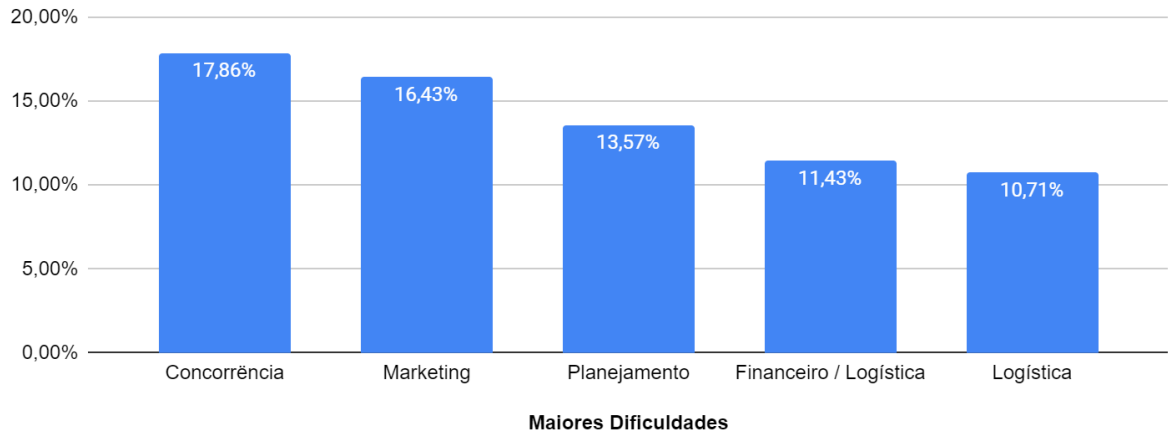



**Figura 5 - Maiores dificuldades para quem possui loja *on-line***

Fonte: Os autores.

As maiores dificuldades dos empresários que ainda não possuem comércio eletrônico são: a) Falta de Planejamento para criar sua loja *on-line*; b) Financeiro – custos de criação da loja *on-line*; c) Logística – evitar problemas com a entrega dos produtos; d) Marketing – divulgação na internet e redes sociais; e) Financeiro/Logístico – custos com correios ou entregadores, conforme Figura 6. Complementarmente, na Figura 6 destacam-se as respostas abertas dadas pelos empreendedores na opção "outros", ou seja, uma resposta fora das hipóteses de dificuldades levantadas pelos pesquisadores e onde o respondente utiliza suas próprias palavras. Neste aspecto, a maioria (67%) das respostas foi: "não vendo produtos, meu negócio é prestação de serviços". Evidencia-se aqui uma dificuldade dos empresários de perceber que o comércio eletrônico também pode ser utilizado no setor de serviços, conforme apresentado na seção 2.2.

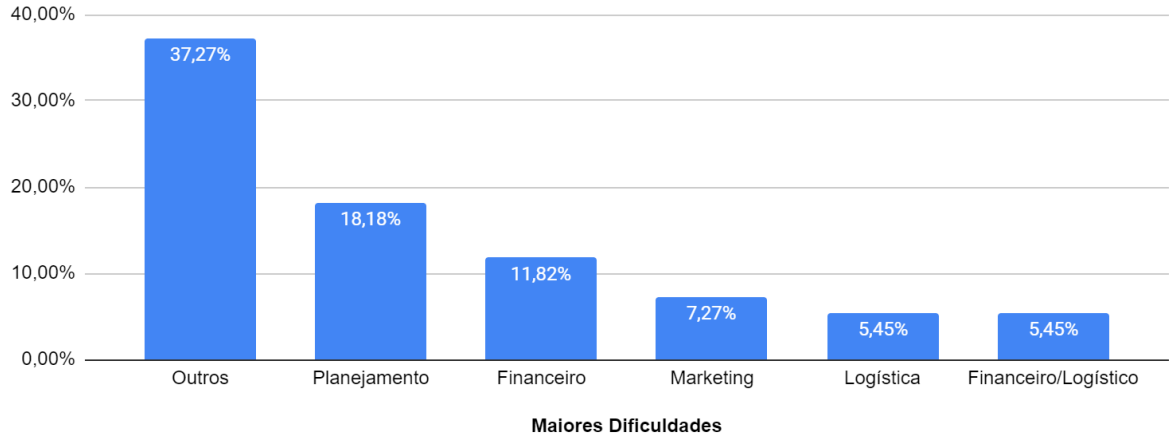



**Figura 6 - Maiores Dificuldades para quem não possui loja *on-line*.**

Fonte: Os autores.

A partir da análise das Figuras 5 e 6, respectivamente, para os empreendedores que possuem e para aqueles que não possuem comércio eletrônico, ficam identificadas as dificuldades mais comuns:

a) Uma dificuldade comum para os dois grupos é o planejamento. Isto reforça a definição de Magaldi e Salibi Neto (2018) de que não sobra tempo para planejar, pois há uma tendência dos empresários de focar na geração de resultados a curto prazo, deixando sempre para depois pensar a longo prazo, perceber as mudanças que ocorrem no mercado e propor inovação para o crescimento do negócio;

b) Outra dificuldade apresentada é o marketing. Neste mercado digital, conforme explicado por Souza e Oliveira (2016), os consumidores são muito mais participativos e exigentes, pois antes de comprarem algum produto, as pessoas pesquisam preços em outros sites e verificam opiniões positivas ou negativas em blogs e mídias sociais. Monitorar a reputação de seu produto aumenta a complexidade de uma estratégia de comunicação eficiente;

c) A logística é uma dificuldade pelos custos com correios e transportadoras e pela demora na entrega do produto. Um outro problema dentro da logística é a devolução do produto por parte do comprador por algum defeito ou insatisfação, gerando custos para a retirada (MORAES e CAMPOS, 2020);

d) O Financeiro é outra dificuldade, pois se a empresa precisa inovar é necessário dinheiro para investir, mas os recursos são limitados, e por isso o empreendedor precisa calcular muito bem o custo/benefício deste investimento.

Por outro lado, existem as dificuldades apontadas com menor frequência, mas não menos importantes para a análise do resultado.

Para quem possui comércio eletrônico foram apontadas com menos frequência as dificuldades: a) Estoque, o armazenamento dos produtos em determinado local; b) Fraudes, tais como invasão do site, pagamentos falsos; c) Integração com plataformas de pagamento para pagamento com cartão; d) Financeiro, com os custos de manutenção da loja *on-line*; e) Faturamento, baixo lucro com as vendas *on-line*, conforme Figura 7.

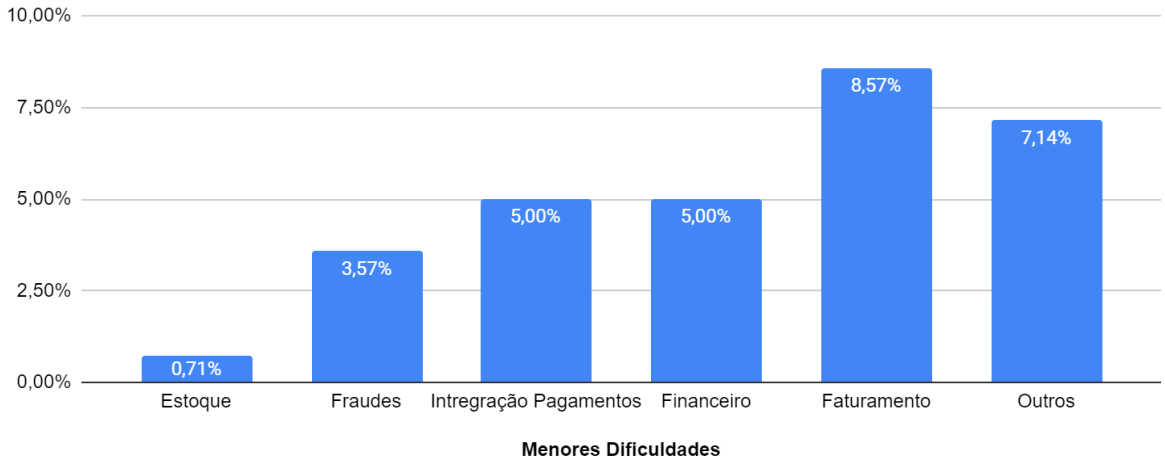



**Figura 7 - Menores dificuldades para quem possui loja *on-line***

Fonte: Os autores.

De acordo com a análise da Figura 8, sobre os empresários que não possuem comércio eletrônico, as dificuldades levantadas com menor frequência foram: a) Integração com plataformas de pagamento para pagamento com cartão; b) Concorrência, com muitos concorrentes com loja *on-line*; c) Fraudes, como invasão do site, pagamentos falsos; d) Faturamento, baixo lucro com as vendas *on-line*; e) Estoque, o armazenamento dos produtos em determinado local.

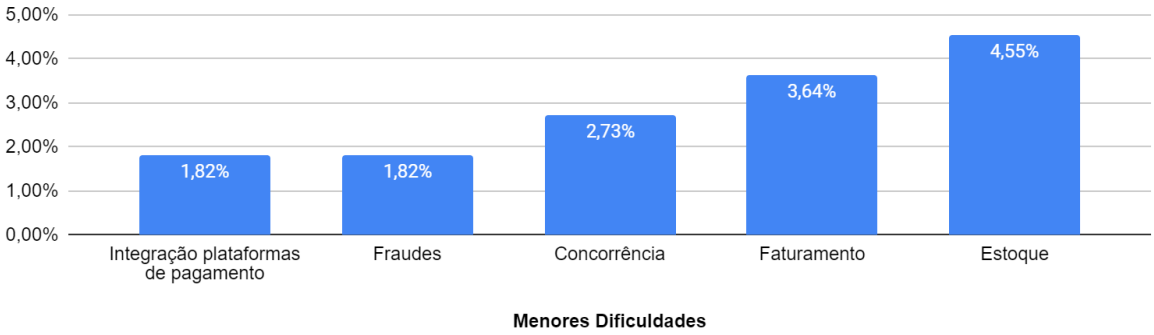



**Figura 8 - Menores dificuldades para quem não possui loja *on-line***

Fonte: Os autores.

As Figuras 7 e 8, que apresentam as menores dificuldades, demonstram que as hipóteses de risco de fraude e integração com plataformas de pagamentos, levantadas pelos integrantes da pesquisa como dificuldades que estão impedindo o uso do comércio eletrônico, não se evidenciaram nas respostas dos empreendedores da região. Uma forte razão para isto é a

evolução na parte de segurança nos softwares que fazem a integração dos pagamentos e o avanço da inteligência artificial na coleta e análise de todas as transações feitas numa loja virtual, prevenindo contra uma possível fraude.

Apesar deste avanço, o Brasil é o segundo país em casos de fraude, conforme pesquisa realizada em 2016 pela ACI Universal *Payments* em 20 países. À medida que o comércio eletrônico se torna mais popular, aumentam as práticas fraudulentas e as operações mais comuns são roubos de cartão de crédito, contas de usuário e não identificação de compras realizadas pelo usuário. Além do prejuízo financeiro, o estabelecimento perde a confiança e reputação no mercado (BENZ, 2017).

A análise das respostas do questionário subsidia: (a) compreensão das dificuldades, (b) verificação dos recursos que a empresa detém e (c) direciona o investimento na capacidade inovativa para gerar efeitos positivos sobre o desempenho organizacional e os resultados esperados (VASCONCELOS, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da tecnologia e comunicação pela internet estão exigindo mudanças nas empresas e nas pessoas. No momento que a pesquisa é desenvolvida, o país passa pela pandemia do coronavírus, Covid-19, na qual o isolamento social causado força as pessoas a usarem o comércio eletrônico. Segundo levantamento do *SimilarWeb* em 2020, no período de pandemia de maio, junho e julho de 2020, em relação aos meses de janeiro a dezembro de 2019, houve um acréscimo de acessos a sites de *e-commerce* na ordem de 8,2%, em números absolutos, um aumento de 259,3 milhões de acessos (IVO, 2020).

Conforme análise das respostas do questionário aplicado nas MPE da Região Bragantina, foram identificadas as variáveis que estão dificultando as pequenas empresas do interior a entrarem e permanecerem neste mundo do comércio digital.

Uma das variáveis apontadas foi o planejamento, falta de tempo para criar o seu comércio eletrônico. Segundo Nurunnisha e Dalimunthe (2018), um treinamento é essencial para auxiliar os empresários neste planejamento. Uma alternativa é organizar uma parceria entre as MPE com o SEBRAE, Instituições de ensino e startups para treinamento, cursos sobre gestão, planejamento estratégico e inovação em negócios pela internet.

Segundo Magaldi e Salibi Neto (2018), as empresas têm dificuldades de perceberem mudanças, pois a preocupação com a geração de resultados a curto prazo é o que consome mais tempo dos empreendedores. Estes precisam ter foco no futuro e planejar a longo prazo para sobreviverem neste mundo dos negócios. Uma solução é selecionar integrantes da equipe ou,

caso tenha apenas um empregado, selecionar uma parte do dia dele para pensar somente em inovação. Esta equipe ou pessoa fica isolada dos problemas atuais e planeja o que deve ser feito no futuro. Além disto, é necessário reservar fundos para investir nas ideias que surgirem desta equipe, caso contrário, ficará somente no papel e sem efeito prático.

A reserva de fundos para investimento no futuro gera outra dificuldade, que é a financeira. Os recursos para as pequenas empresas são limitados para investir em tecnologia, divulgar o produto e fazer o marketing da empresa. O governo e os bancos podem ajudar nesta parte por meio de incentivos fiscais e empréstimos a longo prazo com juros mais baixos respectivamente (ALI A; MIAO; TRAN, 2018).

Outra variável que dificulta o uso do *e-commerce* é a concorrência com outras lojas digitais. Mas a lei do Darwinismo vale também para o ambiente empresarial: não é o maior e mais tradicional que prospera, e sim aquele que se adapta melhor ao ambiente. As MPE, com ajuda da tecnologia, podem se adaptar e conquistar nichos de mercado. Temos o exemplo no mercado financeiro com as pequenas *fintechs*, que estão concorrendo com os grandes bancos. Uma saída para os micro e pequenos empresários da região é criarem um portal de comércio eletrônico, um *marketplace* regional, oferecendo os produtos das MPE da região. (MAGALDI; SALIBI NETO, 2018).

Conclui-se que o comércio eletrônico no Brasil apresenta crescimento significativo, conforme a pesquisa Ebit (2020), mas conforme dados da pesquisa (2020) aplicada na região Bragantina, ainda mais da metade (51%) das pequenas empresas do interior estão de fora deste mercado digital pelas dificuldades identificadas e analisadas acima. Portanto, a divulgação desta pesquisa pode ajudar os micro e pequenos empresários da região a buscarem caminhos para superá-las e participarem deste comércio eletrônico com competitividade.

## REFERÊNCIAS

ALI A, A. B.; MIAO, J.; TRAN, Q. D. Study on e-commerce adoption in SMEs under the institutional perspective: the case of Saudi Arabia. **International Journal of E-adoption**, v. 10, n. 1, p. 53-72. 2018.

ANDRADE, M. C. F.; SILVA, N. T. G. O comércio eletrônico (*e-commerce*): um estudo com consumidores. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v.7, n.1, p. 98 - 111, 2017.

BENZ, G. L. **Sistema de apoio à detecção de fraudes em e-commerce.** 2017. 99f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Controle e Automação). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Controle de Automação) - Instituto Federal do Espírito Santo, Serra - ES.

BRASIL. Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Capítulo II. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. Simples Nacional. **Estatísticas 2021.** Estatísticas de Optantes do Simples Nacional e SIMEI. Optantes por UF e Município. Disponível em: http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Receita Federal. **Dados Públicos CNPJ.** Informações sobre Simples Nacional e MEI. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros/consultas/dados-publicos-cnpj. Acesso em: 15 mar. 2021.

BITTAR, A. V.; SERIO, L. C.; VASCONCELLOS, M. A. Micro e pequenas empresas inovadoras: evidências em empresas paulistanas. **Regepe - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 7, n. 3, p.85-109, 2018.

EBIT. **Webshoppers 2020**. 42 ed. Versão free. 2020. Disponível em: https://company.ebit.com.br/webshoppers. Acesso em: 11 fev. 2021.

E-COMMERCE BRASIL. **Maioria dos compradores abandonaria uma loja física se o preço na internet fosse 5% menor**. 2012. Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/maioria-dos-compradores-abandonaria-uma-loja-fisica-se-o-preco-na-internet-fosse-5-menor/. Acesso em: 23 out. 2018.

FRANCO Jr., C.F. ***e-Business***: tecnologia da informação e negócios na internet. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IVO, D. **Como a pandemia está mudando as estratégias de marketing no e-commerce.** 2020. Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/como-a-pandemia-esta-mudando-as-estrategias-de-marketing-no-e-commerce/. Acesso em: 08 set. 2020.

LAMIE, R. D; BARKLEY, D. L.; MARKLEY, D. M. Positive examples and lessons learned from rural small business adoption of e-commerce strategies. **Journal of Extension**, v. 49, n.6, p. 1-8, 2011.

LOBOSCO, A.; ALAKIJA, A. F. C.; ZILBER, S. N.; MACCARI, E. A. A influência do comércio eletrônico nas pequenas empresas do setor de moda. *In*: II Simpósio Internacional de gestão de projetos (II Singep), **Anais […]** São Paulo - SP: Universidade Nove de Julho, 2013. 17p.

LONGARAY, A. A.; ANSELMO, C. R.; MAIA, C.; LUNARDI, G.; MUNHOZ, P. Análise do emprego do E-*commerce* como impulsionador do desempenho organizacional em micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, v. 1, n. 27, p. 67-85, 2018.

MAGALDI, S.; SALIBI NETO, J. **Gestão do amanhã:** tudo o que você precisa saber sobre gestão, inovação e liderança para vencer na 4ª Revolução Industrial. São Paulo: Editora Gente, 2018.

MORAES, L. F.; CAMPOS, G. Problemas corriqueiros no e-commerce sob a percepção dos consumidores. **Marketing e Tourism Review** - Núcleo de Estudos e Estratégias em Comunicação Integrada de Marketing e Turismo - UFMG, v. 5, n. 2, p1- 31, 2020.

MORAES, T. **E-*commerce* de serviços: 84% dos consumidores já compraram no setor.** 2018. Disponível em: https://www.agenciaeplus.com.br/e-commerce-de-servicos-consumidores/. Acesso em: 11 out. 2020.

MOREIRA, R. A. O comércio eletrônico, os métodos de pagamentos e os mecanismos de segurança. **REFAS Revista Fatec Zona Sul**, v. 3, n. 1, p1-30, 2016.

NASCIMENTO, N. P. F. Estudo sobre as empresas integradoras de pagamentos online: as vantagens e os riscos para o comércio eletrônico. **REFAS Revista Fatec Zona Sul**, v. 1, n. 2, p. 1-18. 2015.

NURUNNISHA, G. A.; DALIMUNTHE, G. P. The effect of e-commerce awareness in e-commerce technology acceptance on msme in Bandung. **DeReMa (Development Research of Management): Jurnal Manajemen**, v. 13, n. 2, p. 198-217, 2018.

PINTO, J. S. **Variáveis dos atributos complexidade e incerteza em projetos**: proposta de criação de escala de mensuração. 2012. 216f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva:** Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

SANTOS, T. L. **Impacto da implantação do comércio eletrônico como estratégia de negócio em uma pequena empresa.** 2013. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Administração). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - Face, Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Panorama dos pequenos negócios 2018**. São Paulo. 2018. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros. Acesso em: 29 set. 2018.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Onde estão as micro e pequenas empresas em São Paulo**. São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros. Acesso em: 05 fev. 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, R. C. C.; REIS, M. C. Pesquisa sobre a utilização das tecnologias da informação e dos recursos de internet: micro e pequenas empresas do comércio varejista de Londrina. **UNOPAR Científica Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 9, n. 1, p.57-66, 2008.

SIMPLES NACIONAL. **Estatísticas de optantes do Simples Nacional e SIMEI**. 2019. Disponível em: http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx. Acesso em: 30 jun. 2019.

SOUZA, C. H. B.; OLIVEIRA, T. D. Marketing Digital: estudo das principais estratégias para as empresas inseridas no mercado on-line. **Vianna Sapiens - Revista das Faculdades Integradas Vianna Junior**, v. 7, n. 1, p. 315-329, 2016.

VASCONCELOS, R. B. B. **Uma análise dos determinantes e resultados da inovação em micro e pequenas empresas.** 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE.

WINANDY, E. J. L **Avaliação da gestão de risco nas empresas paulistanas de comércio eletrônico.** 2016. 121f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.

ZHANG, X. The dynamic impacting study of competitive strategies to import retail e-commerce sellers. **Journal of Electronic Commerce in Organizations.** v. 16, n. 4, p. 53-66. 2018.

Pesquisa Autorizada pelo CEP-IFSP, sob registro CAAE: 30240120.2.0000.5473.

# EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DO 1º ANO DA UNIVERSIDADE ROVUMA – EXTENSÃO DE NIASSA – 2021

NHACHUNGUE, Francisco Gonçalves[1].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-330*

**RESUMO**

Este artigo levanta algumas discussões sobre as expectativas acadêmicas dos estudantes do 1º ano dos cursos de Licenciatura em Ensino da Geografia (LEG) e em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (LGADEC) no ano de 2021. Com uma abordagem mista (quali-quantitativa), procedeu-se à consulta bibliográfica, análise e comparação, bem como o uso das técnicas de observação direta e questionário, para o levantamento dos dados. A sua interpretação foi através do *Microsoft Excel* 2010, de modo ao alcance dos objetivos traçados. Constatou-se que as expectativas acadêmicas desses estudantes estão relacionadas aos objetivos dos planos curriculares dos respectivos cursos, apesar de haver alguns estudantes com expectativas deslocadas dos objetivos dos planos curriculares. Concluiu-se que determinadas expectativas influenciam no aproveitamento acadêmico dos estudantes.

**Palavras-chave:** Expectativas. Estudantes. Licenciatura.

**ABSTRACT**

This article raises some discussions about the academic expectations of students in the 1st year of the Graduation courses in Teaching of Geography (LEG) and in Environmental Management and Community Development (LGADEC), in the year 2021. With a mixed approach (quali-quantitative), bibliographical consultation, analysis and comparison were carried out, as well as the use of direct observation and questionnaire techniques for data collection. Its interpretation was through Microsoft Excel 2010, in order to reach the outlined objectives. It was found that the academic expectations of these students are related to the objectives of the curricular plans of the respective courses, although there are some students with expectations that deviate from the objectives of the curricular plans. It was concluded that certain expectations influence the academic achievement of students.

**Keywords:** Expectations. Students. Graduation.

[1] PhD. em Energia e Meio Ambiente pela Universidade Pedagógica de Moçambique; docente no Departamento de Geociências na Universidade Rovuma – Extensão de Niassa.

## INTRODUÇÃO

Desde o início da segunda metade do século passado, o mundo tem registado um desenvolvimento econômico acelerado, porém desigual entre os países ricos e pobres (DELORS et al., 1998). Esse desenvolvimento reflete-se profundamente no setor da educação, considerado chave no contexto dos fatores sociais.

Atualmente torna-se evidente uma tendência da modernização da educação ao serviço do progresso técnico e científico. Como defendem Delors et al. (1998), a relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana caracteriza-se pela necessidade de formar quadros superiores e técnicos altamente qualificados, aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador.

O Sistema Nacional de Educação[2] de Moçambique defende um ensino superior que se realiza em universidades, institutos superiores, escolas superiores e academias, às quais podem ter acesso indivíduos que tenham concluído a 12ª classe ou equivalente, cujas condições de ingresso são regulamentadas pela respectiva instituição.

O nº 3 do artigo 25 da Lei 6/92 de 6 de maio recomenda que "o acesso a cada curso do ensino superior deve ter em conta a preferência do candidato, o seu nível de conhecimentos científicos e aptidões, bem como a capacidade da respectiva instituição".

As expectativas são as predições que o estudante faz em relação ao seu desempenho num curso superior para atender às suas necessidades, bem como às dos outros. Elas induzem o estudante a selecionar suas ações dentre a variedade de repertórios de habilidades que possui para corresponder satisfatoriamente às demandas sociais e pessoais.

Gomes e Soares (2012), na sua pesquisa sobre expectativas acadêmicas no desempenho de estudantes universitários, elucidam que o ingresso ao ensino superior elicia níveis elevados de expectativas relacionadas ao futuro e aos desafios com que eles irão se defrontar na Universidade.

O estudante universitário pode moldar ou frustrar suas expectativas dependendo dos seus recursos cognitivos, afetivos e psicomotores ao seu dispor, para manipular o manancial de valores e conteúdos universitários (GOMES; SOARES, 2012).

Este artigo levanta discussões atinentes às expectativas de um grupo de estudantes do 1º ano dos cursos de Licenciatura em Ensino de Geografia (LEG) e Licenciatura em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (LGADEC), enquadrados no Departamento de Geociências na Universidade Rovuma – Extensão de Niassa. A pesquisa poderia abarcar todos

[2] O Sistema Nacional de Educação foi criado pela Lei 4/83 de 23 de Março e republicado pela Lei 6/92 de 6 de Maio.

os estudantes iniciantes de qualquer dos diferentes cursos lecionados nesta Instituição de Ensino Superior, porém as restrições de contato interpessoal impostas pela Covid-19 determinaram a redução da exposição do autor e consequente adoção de medidas profiláticas contra o contágio pelo vírus. Assim, foi abarcada uma amostra de 53 estudantes presentes na primeira aula da disciplina de Métodos de Estudos e Investigação Científica (MEIC), sendo 30 de LEG e 23 de LGADEC, turmas nas quais o autor é docente.

A apresentação do plano analítico da disciplina incluía os estudantes de modo a que o docente reunisse o mínimo de informações de diagnóstico preliminar sobre os seus percursos escolares no ensino secundário geral, de onde eles provêm.

## 1 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa consistiu em avaliar as relações entre as variáveis individuais dos estudantes novos ingressos nos cursos de LEG e LGADEC e as suas expectativas com relação aos seus cursos. Especificamente foram considerados os seguintes objetivos: i) caracterizar as variáveis individuais dos estudantes; ii) identificar as expectativas dos estudantes e; iii) explicar as relações entre as variáveis individuais e as expectativas dos estudantes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As expectativas acadêmicas individuais

As discussões deste tema levam-nos à necessidade de compreensão de alguns conceitos estruturantes, como o caso de expectativa.

Abbagnano (2007) define expectativa como a antecipação de um acontecimento futuro. Uma das formas de preparo para a ação e a disposição das condições mentais capazes de enfrentá-la. O Dicionário Moderno da Língua Portuguesa define-a como esperança baseada em supostos direitos, probabilidades ou promessas.

Pelas definições epistemológicas acima apresentadas compreende-se que as expectativas constituem tudo quanto as pessoas podem esperar acontecer na sua vida, tanto no contexto acadêmico quanto no profissional.

Os estudantes, ao frequentarem determinado curso universitário, têm expectativas com relação às oportunidades que o mesmo oferece, ou seja, às saídas profissionais que os planos curriculares desses cursos oferecem ao futuro graduado. As expectativas do grupo de estudantes discutidas neste trabalho estão baseadas nos objetivos e perfis de saídas profissionais dos futuros graduados desses cursos.

A seguir apresentam-se algumas discussões sobre a estrutura dos Planos curriculares dos cursos de Licenciatura em Ensino de Geografia (LEG) e Licenciatura em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (LGADEC).

O processo de criação de uma nova Universidade leva com que a Universidade Rovuma utilize os planos curriculares das extintas delegações da Universidade Pedagógica, portanto, os cursos de LEG e LGADEC não são exceção.

## 2.2 O Currículo de Licenciatura em Ensino de Geografia na UniRovuma

O plano curricular de LEG resultou da reforma curricular da Universidade Pedagógica desencadeada em 2007. A revisão curricular justificou-se pela necessidade de colocar a disciplina de Geografia ao:

> […] combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos pois, a Geografia é uma disciplina extremamente importante para a construção da unidade nacional, para o desenvolvimento do patriotismo; amor à pátria, à Natureza, ao desenvolvimento do espírito de solidariedade para com outros povos (…). Torna-se dever da Universidade Pedagógica (UP) formar professores que se possam integrar numa sociedade em constantes mudanças no âmbito social, económico, político, cultural, científico e tecnológico e que possam realizar um ensino de qualidade (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

A colocação da disciplina de Geografia na vanguarda de combate à pobreza desafia os futuros profissionais de geografia a desenvolverem habilidades de lecionação que se integram nos contextos social, econômico, político, cultural, científico e tecnológico. O domínio da pesquisa científica permite ao futuro professor de Geografia o acesso a várias metodologias de ensino-aprendizagem, exercita a sua capacidade de elaboração própria de novas abordagens no ensino. Assim, alguns dos objetivos de ensino da Geografia têm em vista:

> • Formar profissionais de nível superior em ensino de Geografia para responderem às necessidades do setor de educação e afins;
> • Proporcionar formação em nível *major* em Geografia e *minor* em Geografia;
> • Formar quadros superiores capazes de pesquisar os saberes no campo das ciências geográficas e afins (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

O perfil de saída profissional do graduado em ensino de Geografia visa a proporcionar ao estudante uma sólida formação teórica e prática, possibilitando-lhe adquirir e desenvolver competências para lecionar a disciplina de Geografia; identificar problemas de ensino de Geografia elaborando projetos individual ou coletivamente, procurando soluções para a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem.

## 2.3 O Currículo de Licenciatura em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário na UniRovuma

O surgimento e justificativa da revisão do plano curricular do curso de LGADEC coincidem com os de LEG.

A revisão curricular do curso de LGADEC justificou-se pela necessidade de colocar os técnicos formados em GADEC a participarem em:

> […] acções de combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos pois, o curso de GADEC é extremamente importante para a construção de uma consciência ambiental, para o desenvolvimento do patriotismo; amor à pátria, à Natureza, para um desenvolvimento planificado para reactivar o espírito de solidariedade. Torna-se dever da Universidade Pedagógica (UP) formar professores que se possam integrar numa sociedade em constantes mudanças no âmbito social, económico, político, cultural, científico e tecnológico e que possam participar nos projectos de desenvolvimento de forma sustentável e de qualidade (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Os técnicos graduados em GADEC são desafiados a desenvolverem uma consciência ambiental, planificada com vista a participarem na concepção e execução de projetos de desenvolvimento sustentáveis e de qualidade, observando os objetivos os quais abaixo se mencionam:

> • Formar profissionais de nível superior em GADEC para responderem às necessidades do setor ambiental, desenvolvimento comunitário, planificação e afins;
> • Formar técnicos superiores na área de GADEC capazes de dinamizar o processo de desenvolvimento sustentável;
> • Desenvolver nos estudantes capacidades, habilidades e atitudes para, de forma crítica e aprofundada, planificar a gestão dos recursos naturais da comunidade (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

O perfil do graduado em GADEC visa a proporcionar ao estudante uma formação sólida teórica e prática, possibilitando-lhe adquirir e desenvolver competências para a Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário; identificar problemas de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário, elaborando projetos individuais ou coletivos, com vista a encontrar soluções que nos levem a um desenvolvimento sustentável.

## 3 METODOLOGIA

A abordagem mista (quali-quantitativa) dominou a presente pesquisa. De acordo com Goldenberg (2004, p. 62), a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador estabeleça cruzamento das suas discussões e conclusões, de modo a ter maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico, podendo utilizar fontes documentais, entrevistas, questionários, dados estatísticos e outras fontes de informação.

A triangulação tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo.

> Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenómeno social. Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objectos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar directamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição, experimenta concretamente a realidade pesquisada (GOLDENBERG, 2004, p. 63).

### 3.1 Procedimentos de coleta de dados

A pesquisa foi levada a cabo na primeira semana de aulas dos estudantes ingressantes à Universidade pela primeira vez, no ano de 2021. Em meio à pandemia da Covid-19, os estudantes compareceram às aulas com restrições, devido à observância das normas de contenção da propagação do vírus Covid-19, nas suas diferenciadas variantes. Esse fator pesou na abrangência da totalidade dos estudantes matriculados nos cursos de LEG e LGADEC.

Por essa razão, foi abrangida uma amostra de 53 estudantes, sendo 30 de LEG e 23 de GADEC. Os estudantes participaram da pesquisa no âmbito da disciplina de Metodologia de Estudo e Investigação Científica (MEIC).

Foram inquiridos os estudantes que estiveram presentes no primeiro dia de aulas em ambos os cursos acima mencionados, portanto sem sua preparação prévia acerca da pesquisa. O autor, por sinal docente dessa disciplina nessas turmas, orientou os estudantes visados a preencherem espontaneamente um pedaço de papel dos seus cadernos com 5 aspectos essenciais, não obstante ter havido estudantes que omitiram informações de algumas dessas variáveis: nome próprio, província de proveniência, nome da escola e o ano em que concluiu o nível médio e a sua expectativa com relação ao curso em frequência, seja Geografia ou GADEC.

### 3.2 Processamento e análise dos dados

O processamento dos dados foi feito mediante análise de conteúdo, o qual, segundo Bardin (1977, p. 42), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Com o auxílio do programa estatístico Excel-2010, no processamento dos dados fez-se deduções lógicas e justificadas às respostas dadas pelos estudantes, com base em operações complementares, de modo a enriquecer os resultados ou aumentar a sua validade, aspirando assim a uma interpretação final fundamentada.

Em termos operacionais, a análise de conteúdo observou as seguintes etapas, também fundamentadas por Bardin (1977, p. 66):

i) Análise temática: para conhecer as expectativas dos estudantes participantes da pesquisa nos dois cursos, foram consideradas as cinco variáveis acima mencionadas, das quais a variável nome não aparece nos resultados por razões éticas, sendo que dela deduziu-se a variável "sexo", considerada na apresentação e discussão dos resultados.

O estabelecimento das categorias de análise das expectativas baseou-se nas tendências das respostas apresentadas pelos estudantes, observando as características curriculares de ambos os cursos, ou seja, a natureza dos cursos que os estudantes frequentam é diferente e as suas expectativas também influenciaram a proposição de categorias correspondentes às suas respostas. A tabela abaixo ilustra as categorias propostas, por curso:

| Curso | Categorias de análise |
|---|---|
| Licenciatura em Ensino de Geografia | - Didática da Geografia<br>- Geografia Física<br>- Meio Ambiente<br>- Geografia Econômica<br>- Outras |
| Licenciatura em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário | - Ambientalismo<br>- Mudança de carreira profissional<br>- Docência<br>- Conhecimentos gerais<br>- Outras<br>- Sem respostas |

ii) Análise frequencial e quantitativa: consistiu na quantificação das frequências de respostas, transformando-as em dados relativos ou percentuais.

iii) Análise transversal: procedeu-se ao recorte das respostas, estabelecendo cruzamentos entre si, o que permitiu uma discussão lógica dos resultados da pesquisa.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Aspectos sócio-demográficos dos estudantes

Os aspectos sócio-demográficos apresentados são referentes a sexo, proveniência e representatividade das escolas apenas da província de Niassa, nas quais os estudantes concluíram a 12ª classe, e o ano de conclusão do nível médio (12ª classe ou equivalente).

### 4.2 Distribuição sexual dos estudantes

Da pesquisa, participou maior percentagem (56.6%) de estudantes de LEG, sendo que a maioria em ambos os cursos é do sexo masculino. Os estudantes de sexo feminino tiveram uma representatividade de 43.4%, com maior concentração no curso de LEG.

O efetivo de estudantes do curso de LGADEC é menor se comparado com o do curso de LEG. O fato de o curso de LGADEC decorrer no período pós-laboral, cujo funcionamento exige

pagamento de mensalidade, o torna mais concorrido por funcionários e trabalhadores de diversos setores de atividade, pois têm capacidade de arcar com as despesas do curso. Contrariamente a esse curso, o de LEG funciona em regime laboral (diurno), e a frequência do curso é semestral, razão pela qual é concorrido por estudantes com disponibilidade total, a maioria dos quais são jovens sem ocupação profissional remunerada, portanto ainda dependem da assistência financeira dos seus encarregados de educação.

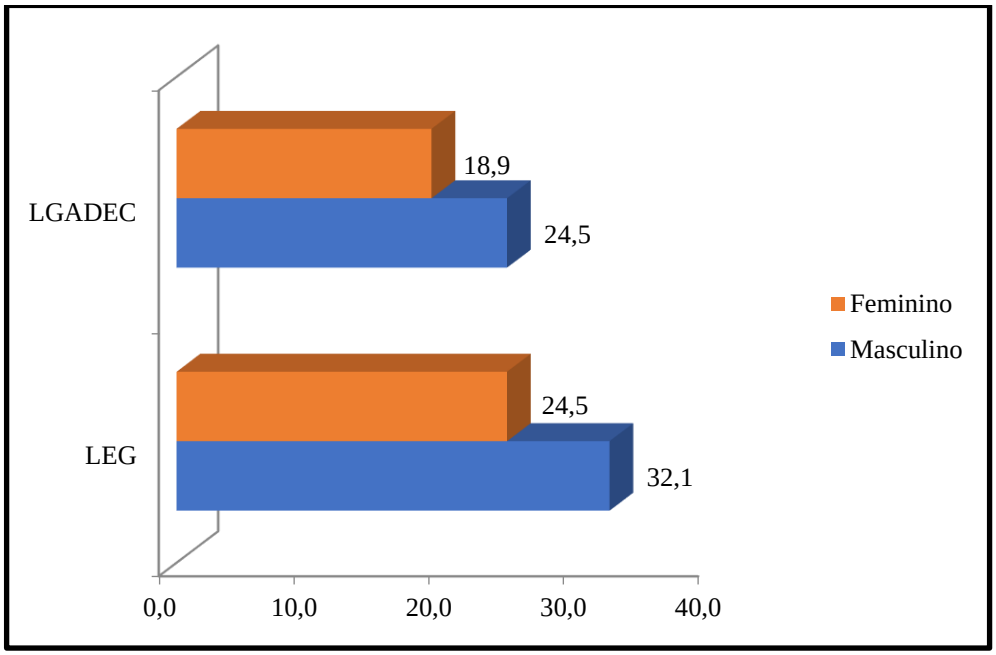



**Figura 1 – Distribuição sexual dos estudantes pesquisados nos dois cursos**
Fonte: O autor.

### 4.3 Proveniência dos estudantes

A Universidade Rovuma está implantada nas três províncias da região Norte do país (Nampula, Niassa e Cabo-Delgado) e atende estudantes nacionais e estrangeiros que reúnam requisitos de ingresso aos cursos nela lecionados.

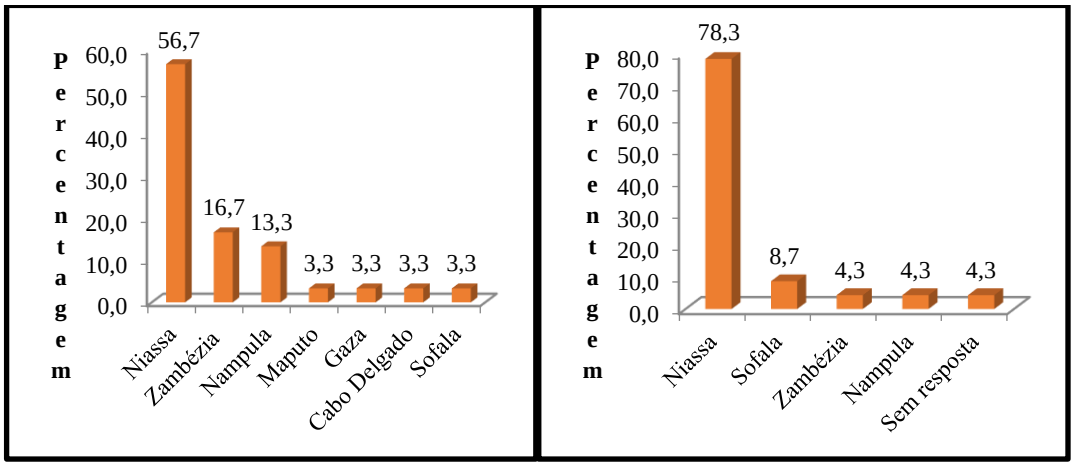
Os estudantes da região Norte e os da vizinha província central da Zambézia têm o privilégio de frequentar a Universidade Rovuma vivendo nas suas casas ou numa província próxima à da sua proveniência, de modo a garantir melhor assistência social e acadêmica.

Verificou-se que a maioria (56,7%) dos estudantes entrevistados no 1º ano do curso de geografia são nativos da província do Niassa.

A seguir da província de Niassa, estão os estudantes provenientes das províncias da Zambézia e Nampula, em percentagens de 16,7 % e 13,3%, respectivamente.

A figura 2 ilustra a distribuição percentual dos estudantes de LEG em função da sua proveniência.

Relativamente aos estudantes de LGADEC, na sua maioria (78,3%) são também nativos de Niassa. Além desses, também estão em número representativo os estudantes provenientes das províncias de Sofala (8,7%), Nampula (4,3%) e outros que optaram por não responder (4,3%), como ilustra a figura 3. Os estudantes provenientes de outras províncias que frequentam este curso pós-laboral possivelmente sejam os que vivem e trabalham na província de Niassa.



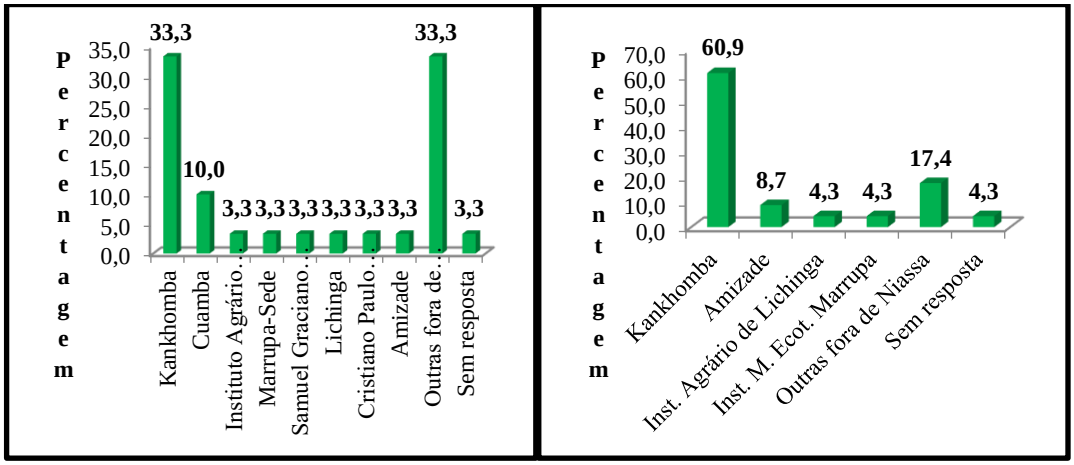

**Figuras 2 e 3 – Proveniência dos alunos de ambos os cursos.**
Fonte: O autor.

### 4.4 Escola de conclusão do nível médio (12ª classe ou equivalente)

A Escola Secundária Geral Paulo Samuel Kankhomba lidera em percentagem de representatividade dos alunos que lá concluíram a 12ª classe (33,3%), seguindo-se a Escola Secundária de Cuamba (10%). Além das outras instituições escolares de fora da província de Niassa (33,3%), observou-se uma baixa percentagem de estudantes provenientes das Escolas Secundárias Gerais de Marrupa-Sede, Samuel Graciano de Mecanhelas, Lichinga, Cristiano Paulo Taimo e Amizade e Instituto Agrário de Lichinga, com 3,3% cada, como ilustra a figura 4.

Na turma do 1º ano de GADEC verificou-se que 60,9% dos estudantes inquiridos concluíram a 12ª classe na Escola Secundária Geral Paulo Samuel Kankhomba – Cidade de Lichinga, seguindo-se os da Escola Secundária Geral de Amizade (8,7%) e os restantes provenientes dos Institutos Agrário de Lichinga e Médio de Ecoturismo de Marrupa, com 4,3% cada. Os restantes 17,4% correspondem aos alunos provenientes de outras escolas fora da província de Niassa, além de 4,3% dos que não responderam à pergunta. Vide a figura 5.

A Escola Secundária Geral Paulo Samuel Kankhomba é a maior da província de Niassa, em termos de número de estudantes, fato que explica a razão por que há mais estudantes na UniRovuma provenientes dessa escola.



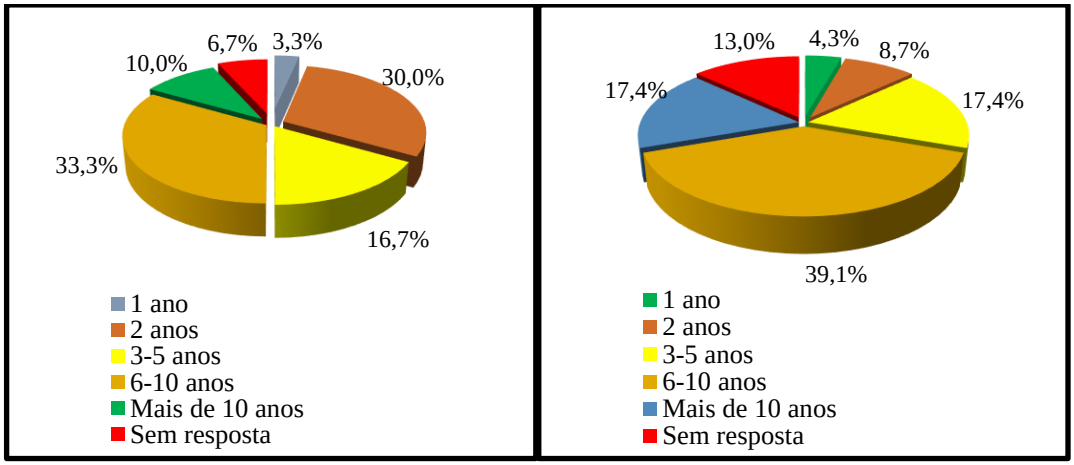

**Figuras 4 e 5 – Representatividade das escolas em que os estudantes de ambos os cursos concluíram o nível médio**
Fonte: O autor.

## 4.5 Tempo de conclusão do nível médio (12ª classe ou equivalente)

O tempo que separa a conclusão do nível médio ou equivalente e o ingresso à Universidade Rovuma varia entre os estudantes inquiridos.

A maioria dos estudantes (33,3%) concluiu a 12ª classe no intervalo de tempo entre 6-10 anos e 30% terminaram há 2 anos. Observou-se uma significativa percentagem de estudantes (16,7%) que concluíram a 12ª classe no intervalo de 3-5 anos, e outros (10%) que terminaram há mais de 10 anos; 3,3% há 1 ano e os restantes 6,7% não responderam, como ilustra a figura 6.

Na turma de LGADEC a maioria dos estudantes (39,1%) terminou a 12ª classe no intervalo de tempo entre 6-10 anos, enquanto os que concluíram no intervalo de 3-5 anos ou mais de 10 anos empatam com 17,4%. Uma percentagem de 8,7% concluiu há 2 anos e apenas 4,3% concluiu há 1 ano. A outra percentagem não menos importante (13%) é dos que não deram nenhuma resposta. Vide a figura 7.




**Figuras 6 e 7 – Tempo que separa a conclusão do nível médio e o ingresso à Universidade**
Fonte: O autor.

Olhando para os dados mais expressivos em ambos os cursos, constata-se que grande percentagem dos estudantes está fora do intervalo entre 6-10 anos após terminar o nível médio. Esta situação pode estar alicerçada a fatores tais como: i) sócio-econômicos e ii) acadêmicos. Fagundes (2014) observou que os fatores sócio-culturais e econômicos também condicionam o ingresso ao ensino superior. No caso em apreço, dos fatores sócio-econômicos, está a baixa renda familiar de considerável número de estudantes para suportar as despesas de candidatura e ingresso a algum curso universitário. Isso obriga a que alguns desses estudantes procurem alternativas ocupacionais no setor público ou informal, de modo a reunirem alguns recursos financeiros para o suporte das despesas acima mencionadas. Os fatores acadêmicos podem estar relacionados à falta de orientação acadêmica aos estudantes que concluem o nível médio, resultando no desinteresse em progredir ao nível superior, além dos índices de reprovação nos exames de admissão, podendo estender mais o tempo de espera ao ingresso à Universidade.

Independentemente da atuação desses fatores, o fato é que quanto maior for o tempo de espera para ingressar em algum curso universitário, maior é a probabilidade de escolher qualquer opção fora do desejo inicial. Almeida, Soares & Ferreira (2002) chamam a atenção às consequências como: insucesso, inadaptação, insatisfação e abandono universitário quando o tempo de espera for maior, o que leva à escolha menos acertada de curso a frequentar. Outros fatores não menos importantes são os desafios que os estudantes que ingressam a determinado curso universitário enfrentam, entre os quais, pessoais, interpessoais, familiares e institucionais, que, segundo Almeida, Soares & Ferreira (2002), merecem uma análise mais atenta pelas autoridades e serviços acadêmicos na recepção e apoio aos estudantes (ALMEIDA; SOARES; FERREIRA, 2000; ALMEIDA; CRUZ, s/d; FAGUNDES, 2014). Entre os diferentes serviços de apoio aos estudantes do primeiro ano, de acordo com Almeida, Soares e Ferreira (2002),

estão os que dão resposta à orientação vocacional, definição de projetos de carreira associados ao curso, desenvolvimento institucional, apoio tutorial, promoção da motivação e aprendizagem ou facilitação de desenvolvimento psicológico em áreas afins.

### 4.6 Expectativas com relação ao curso frequentado

Os estudantes do curso de Licenciatura em Ensino de Geografia (LEG) apresentaram expectativas que se enquadram nas categorias ou áreas de Didática da Geografia (DG), Geografia Física (GF) e "outras".

A maior parte dos estudantes inquiridos (60%) escolheu a Didática de Geografia como a área preferencial por consolidar ao longo da sua formação, enquanto 30,3% desse grupo prefere consolidar a área da Geografia Física. E a categoria "Outras" corresponde a 6,7%. Todavia, as categorias Meio ambiente e Geografia Econômica não são áreas optadas pelos estudantes, como ilustra a figura 8.

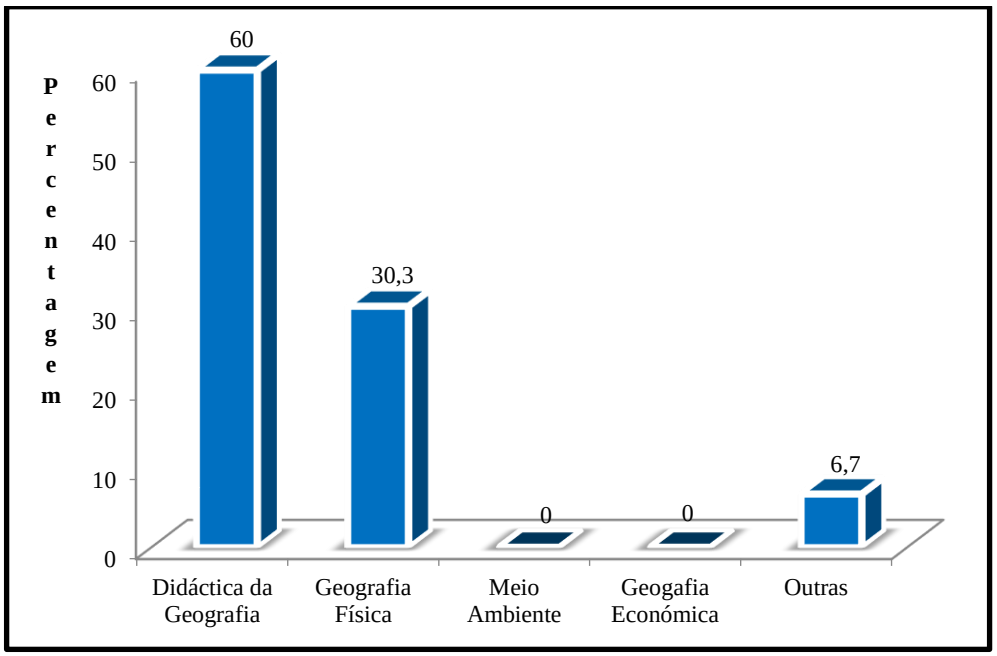



**Figura 8: Expectativas dos estudantes de LEG com relação ao curso frequentado**
Fonte: O autor.

A didática é um campo estreitamente ligado à pedagogia; enquanto esta última investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, os meios para a formação dos indivíduos, a didática irá investigar os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino.

Ela converte os objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, seleciona conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelece os vínculos entre o ensino e a

aprendizagem com vista ao desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos (LIBÂNEO, 1994).

Para Mérenne-Schoumaker (1994) a didática da Geografia interessa-se pelos métodos e processos de aprendizagem relativos ao ensino da Geografia, confundindo-se com a atividade de engenharia. A didática da Geografia não é, em si, uma ciência, mas antes uma atividade de engenharia que se aplica à otimização do processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

Essa lógica alicerçou a revisão do Plano Curricular de LEG ora em uso na UniRovuma, pois considerou-se que "a grande massificação do Ensino Secundário Geral (ESG) em Moçambique exige cada vez mais professores formados e que garantam um processo de ensino-aprendizagem de qualidade" (Universidade Pedagógica de Moçambique, 2014). Assim, a Didática da Geografia é parte das disciplinas do componente de formação geral no curso de LEG e distribui-se em 4 semestres sucessivos desde o I semestre do 2º ano. A Didática da Geografia I (DG I) trata de fundamentos da Didática da Geografia; a DG II aborda a planificação do processo de ensino-aprendizagem da Geografia; a DG III aborda as tendências contemporâneas do ensino da Geografia e, finalmente, a DG IV trata da pesquisa em ensino da Geografia. Realça-se que apesar das disciplinas do componente de formação geral terem o peso de 10%, depreende-se que a Didática da Geografia tem maior primazia no Plano Curricular de LEG por fornecer instrumental cognitivo e técnico ao futuro professor de Geografia em cada uma das didáticas acima arroladas.

Por outro lado, as disciplinas da Geografia Física, nomeadamente: Climatogeografia, Geologia Geral, Geomorfologia, Pedogeografia, Fundamentos da Cartografia, Hidrogeografia e outras compõem a área de formação específica, com o peso de 65%, no contexto do Plano Curricular de LEG (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Enfim, o curso de LEG tem em vista proporcionar ao futuro professor uma sólida formação teórica e prática, possibilitando-o adquirir e desenvolver competências para lecionar a disciplina de Geografia, identificar os problemas de ensino de Geografia elaborando projetos individual ou coletivamente, procurando soluções para a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem.

As expectativas dos estudantes de Licenciatura em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (LGADEC) estão organizadas em 5 categorias: ambientalista, mudança de carreira, docência, conhecimentos gerais e "outras".

Assim, 43,5% dos estudantes pretendem ser ambientalistas, 17,4% têm expectativas de mudança de carreira profissional, 13% têm como objetivos a docência, 13% a obtenção dos

conhecimentos gerais e 8,7% dos estudantes preferiram a categoria "outras", enquanto 4,3% dos estudantes não responderam à pergunta, como ilustra a figura 9.

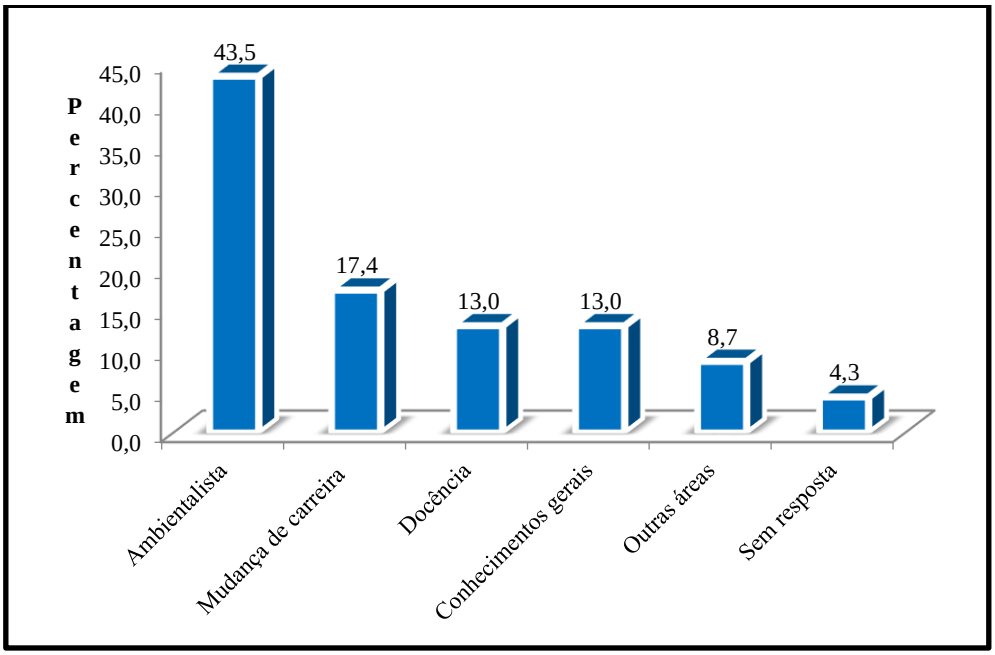



**Figura 9 – Expectativas dos estudantes de LGADEC com relação ao curso frequentado.**
Fonte: O autor.

O Plano Curricular de LGADEC tem, dentre outros objetivos gerais:

> Formar profissionais de nível superior e Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário para responderem às necessidades do sector ambiental, desenvolvimento comunitário, planificação e afins; formar técnicos superiores na área de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário capazes de dinamizar o processo de desenvolvimento sustentável; formar quadros superiores capazes de pesquisar os saberes no campo das ciências ambientais, contribuindo para a inter-relação sustentável entre a sociedade e a natureza (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Ora, os objetivos acima arrolados mostram que o eixo central do curso de LGADEC é o meio ambiente, estruturado em três eixos fundamentais, como: gestão ambiental, desenvolvimento comunitário e planificação.

Ambiente é o meio em que o ser humano e outros seres vivem e interagem entre si e com o próprio meio e inclui: o ar, a terra e a água; os ecossistemas, a biodiversidade e as relações ecológicas; toda a matéria orgânica e inorgânica; todas as condições sócio-culturais e econômicas que afetam a vida das comunidades (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1997). Por sua vez, a Gestão Ambiental é definida no mesmo documento como o manejo e a utilização racional e sustentável dos componentes ambientais, incluindo o seu reuso, reciclagem, proteção e conservação.

A necessidade de preservação e conservação dos atributos físico-naturais, sócio-econômicos e culturais levou ao surgimento do ambientalismo que, de acordo com Garcia e Nova (2004) e Pereira (2018), emerge nos anos de 1960 a 1980 em oposição à ordem social contemporânea decorrente dos processos pelos quais a sociedade criava a sua organização a partir dos conflitos de classe e acordos políticos. Esse movimento veio, mais tarde, contemplar o conceito de desenvolvimento sustentável surgido nos anos 1987 quando do Relatório Brundtland, no qual os países foram desafiados a promoverem um desenvolvimento equilibrado entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Com a maioria dos estudantes estando expectante a ser ambientalista, pode-se depreender que, simultaneamente, estão focados no desenvolvimento sustentável com vista ao combate à pobreza, pelo fato de esta estar associada aos processos com efeitos na degradação ambiental. Aliás, o Plano Curricular do curso de LGADEC prevê que os técnicos formados em GADEC devem contribuir no combate à pobreza e na promoção de melhor qualidade de vida dos moçambicanos. Além do combate à pobreza, esse curso contribui para a construção de uma consciência ambiental, para o desenvolvimento do patriotismo, amor à pátria, à natureza, espírito de solidariedade, entre outros valores éticos (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Os resultados também mostraram que parte dos estudantes optou pelas categorias mudança de carreira, docência, conhecimentos gerais como posicionamentos individuais que não têm enquadramento no contexto do Plano Curricular de LGADEC, à exceção da categoria "conhecimentos gerais". Esta última categoria é sustentada pela pretensão de "formar técnicos que se possam integrar numa sociedade em constantes mudanças no âmbito social, económico, político, cultural, científico e tecnológico, e que possam participar nos projectos de desenvolvimento de forma sustentável e de qualidade" (UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expectativas dos estudantes dos cursos de LEG e LGADEC variam em função das motivações que os levaram a escolher os seus cursos, porém constatou-se que as expectativas da maioria dos estudantes enquadram-se nos objetivos dos respectivos planos curriculares, embora haja alguns estudantes com expectativas que não se alinham a esses objetivos. Entende-se que as expectativas com relação a determinado curso podem influenciar no aproveitamento acadêmico dos estudantes. Esta pesquisa limitou-se a um número reduzido de estudantes, pelo que as próximas pesquisas nesta matéria poderão abranger mais sujeitos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula C.; FERREIRA, Joaquim Armando. Transição e adaptação à Universidade: apresentação de um Questionário de Vivências Académicas (QVA). **Psicologia**. Coimbra, v. XIV, n. 2, p. 189-208, 2000.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula C.; FERREIRA, Joaquim Armando. Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r): Avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. **Avaliação Psicológica**. São Paulo, v. 1, nº 1 e 2, p. 81-93, 2002.

ALMEIDA, Leandro S.; Cruz, José Fernando A. Transição e Adaptação Académica: Reflexões em torno dos alunos do 1º ano da Universidade do Minho. *In*: ENSINO SUPERIOR EM MUDANÇA: TENSÕES E POSSIBILIDADES- UM. CIEd. ACTAS DO CONGRESSO IBÉRICO. s/d. 429-440.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Persona, 1977.

DELORS, Jacques et al. **Educação, um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI. Edições ASA. São Paulo: Cortez, 1998.

FAGUNDES, Caterine Vila. Percepção dos estudantes universitários acerca do acesso à educação superior: um estudo exploratório. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos (online)**. Brasília, v. 95, n. 241, p. 508-525, 2014.

GARCIA, Maria Angélica Momenso; NOVA, Carlos Gilberto. Desenvolvimento Sustentável, Ambientalismo e Cidadania Ambiental: Conceitos e paradigmas do Século XXI. **Econ. Pesqui**. Aracatuba, v. 6, nº 6, p. 7-18, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8.ed. Rio de Janeiro- São Paulo: Record, 2004.

GOMES, Gil; SOARES, Adriana Benevides. Inteligência, habilidades sociais e expectativas académicas no desempenho de estudantes universitários. **Psicologia**: reflexão e crítica. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 780-789, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didáctica**. São Paulo: Cortez, 1994.

MÉRENNE- SCHOUMAKER, Bernardete. **Didáctica da Geografia**. Paris: Edições ASA, S. A, 1999.

PEREIRA, Elenita Malta. Sensibilidade Ecológica e Ambientalismo: uma reflexão sobre as relações humanas-natureza. **Sociologias**. Porto-Alegre, ano 20, nº 49, p. 338-366, 2018.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**: Lei nº 20/97 de 1 de Outubro- Aprova a Lei do Ambiente. Maputo, 1997.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**: Lei nº 6/92 de 6 de Maio – altera e republica a Lei nº 4/83 de 23 de Março. Maputo, 1992.

UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE. Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente – Departamento de Geografia. **Plano curricular de Licenciatura em Ensino de Geografia**. Aprovado na 3ª Sessão do Conselho Universitário (CUP). Maputo, 2014.

UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE. Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente – Departamento de Geografia. **Plano curricular de Licenciatura em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário (Revisto)**. Maputo, 2014.

# O DESENVOLVIMENTO SOCIOAFETIVO VOLTADO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES: UM ESTUDO COM AS COLABORADORAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

TRICOLI, Taian Felipe Pinto Puzoni [1]; ANDRADA, Paula Costa de[2].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-332*

**RESUMO**

Este artigo relata a implantação de um projeto social que teve por finalidade analisar a constituição de habilidades e competências de um grupo de dez colaboradoras da equipe de limpeza de uma Instituição de Ensino Superior. O grupo iniciou-se em 2016, sendo mediado, desde seu início, por um aluno do curso de graduação em Psicologia, hoje formado. Os encontros tinham duração de meia hora cada um, de segunda a sexta-feira. Durante esses encontros foram trabalhados temas da língua portuguesa e matemática, filmes, vídeos, imagens e dinâmicas de grupo objetivando o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo das participantes, e para avaliar o nível de progresso foi aplicado um questionário aberto com onze perguntas visando à investigação qualitativa dos avanços da pesquisa. Os resultados apontam que houve um incremento das competências cognitivas e socioafetivas, contribuindo para o aumento do repertório comportamental e da sua civilidade. Para efeito deste artigo os ganhos obtidos pelas integrantes do grupo em relação a autoestima, realização pessoal, empatia, interação e assertividade são apresentados.

**Palavras-chave:** Psicologia e Educação. Desenvolvimento Socioafetivo. Competências e Habilidades.

**ABSTRACT**

This paper reports the implementation of a social project that aimed to analyze the constitution of skills and competencies of a group of ten employees of the cleaning team of a higher education institution. The group began in 2016, and still remains active, and has been mediated since its inception by a psychology student, now graduated. The meetings lasted half an hour each, from Monday to Friday. During these meetings, themes of Portuguese language and Mathematics, films, videos, images and group dynamics were worked on aiming at the cognitive and socio-affective development of the participants and to assess the level of progress an open questionnaire with eleven questions was applied, aiming at the qualitative investigation of advances of the research. The results show that there was a development in cognitive and socio-affective skills, contributing to the increase in the behavioral repertoire and civility. For the purpose of this article, the gains obtained by the group members in relation to self-esteem, personal fulfillment, empathy, interaction and assertiveness are presented.

**Keywords:** Psychology and Education. Socio-affective Development. Skills and Abilities.

[1] Bacharel em Psicologia pela UNIFAAT, Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário São Camilo; Coordenador do grupo de estudos – Colaboradores UNIFAAT, Assistente de Coordenação do Curso de Psicologia e Monitor Técnico do Núcleo de Treinamento em Avaliação Psicológica.

[2] Doutora em Psicologia; Professora de Psicologia Escolar, Psicologia Social e Pós-graduação em Psicopedagogia no Centro Universitário UNIFAAT.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo expõe importantes aspectos que representam a baliza de um projeto social intitulado "Grupo de Estudos", o qual teve por objetivo analisar a constituição de habilidades e competências de um grupo de colaboradoras da equipe de limpeza de uma Instituição de Ensino Superior, as quais, em sua maioria, demostravam a vontade explícita de voltar a estudar. Dentre elas, algumas planejavam, posteriormente, ingressar no ensino superior; outras manifestavam apenas a intenção de aplicar os estudos no ensino técnico; enquanto algumas pretendiam obter a capacitação para prestar concurso público. Entre as expectativas de todas as participantes, o que as reuniu foi almejar o conhecimento e a aprendizagem, assim como alcançar o distinto patamar de serem reconhecidas tanto na vida pessoal quanto profissional.

Porém as colaboradoras não sabiam como e nem por onde começar, e um colaborador da mesma instituição[3] percebeu a necessidade da mediação de alguém que pudesse acompanhá-las nos estudos e se propôs a apoiá-las nessa retomada. Iniciou-se assim, efetivamente, o projeto em si, e o mediador buscou promover essa facilitação necessária por meio de trocas de experiências, ideias e dúvidas.

Partindo desse pressuposto, o objetivo do grupo foi possibilitar às colaboradoras as competências das aprendizagens enquadradas ao nosso milênio, que segundo Silva (2008, p. 359) são: "aprender a ser; aprender a conhecer; aprender a fazer e aprender a viver". Faz-se necessário ressaltar que essas competências são essenciais para o desenvolvimento de seres humanos pensantes e reflexivos, contribuindo efetivamente para o seu modo de ser e para a sua convivência com o outro.

Este projeto, "Grupo de Estudos", acabou gerando uma pesquisa, de perspectiva qualitativa, que buscou identificar os aspectos que promoveram desenvolvimento, tanto cognitivo, quanto socioafetivo, no grupo das participantes, mas para efeito deste artigo foi feito um recorte e será abordado apenas o aspecto que mais obteve dados relevantes, tanto em termos qualitativos como quantitativos: o desenvolvimento socioafetivo.

O projeto foi desenvolvido por meio de uma iniciativa de um aluno, à época do 2º ano do curso de Psicologia, atualmente psicólogo e graduado no Centro Universitário, instituição de natureza particular, sediada em uma cidade no interior do estado de São Paulo. Iniciou-se com o objetivo de estimular as participantes a continuarem evoluindo nos conhecimentos a cada encontro, mesmo diante das dificuldades surgidas.

[3] O colaborador em questão foi o idealizador do projeto e era, à época, aluno do 2º ano de Psicologia, e hoje, já Bacharel, é um dos autores deste artigo.

Uma série de ganhos socioafetivos abrangeram todos os envolvidos nesse projeto, haja vista que, durante o processo, foram experienciados e consolidaram-se valores pessoais e sociais, os quais significaram, para as participantes, elementos facilitadores de uma identidade mais estruturada enquanto sujeitos de si e agentes sociais, melhorando a capacidade de ambos para o enfrentamento das dificuldades.

Nesse sentido, é válido ressaltar que este artigo objetivou apontar, dentre as questões citadas acima, o ganho socioafetivo das participantes entre os resultados mais relevantes em termos de desenvolvimento humano durante todo o trabalho, aspectos estes coletados por meio de um questionário com perguntas abertas. Dentre os fatores evidenciados pelos dados coletados destacar-se-á a ampliação da autoestima, realização pessoal, empatia, interação e assertividade alcançadas pelas integrantes do grupo.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

A base epistemológica deste projeto teve como referencial a Terapia Cognitivo Comportamental. Falcone e Oliveira (2012) apontam que a TCC é uma abordagem que engloba distintos representantes de diferentes tradições teóricas. Como Beck e Ellis, que iniciaram seus trabalhos seguindo a abordagem psicanalítica, Goldfried, Meichenbaum e Mahoney seguiam a abordagem comportamental. As três premissas básicas da TCC, segundo Dobson e Dozois (2006, p. 17), são: “1. A cognição afeta o comportamento. 2. A cognição pode ser monitorada e alterada. 3. A mudança comportamental desejada pode ser efetuada por meio da mudança cognitiva”. Falcone e Oliveira (2012, p. 12) contemplam essas premissas como “um processo interno e oculto de como a cognição influencia as emoções e comportamentos de uma pessoa”.

Dentre os vários modelos teóricos cognitivo-comportamentais consistem principalmente os da influência das cognições e emoções no indivíduo. Como exemplo, a Terapia Cognitiva – TC, desenvolvida por Aaron Beck, e a Terapia Racional Emotivo-comportamental – TREC, desenvolvida por Albert Ellis, ambas ressaltam as cognições como mediadoras do comportamento e das emoções (FALCONE; OLIVEIRA, 2012, p. 22). As autoras ainda apontam diferenças do enfoque cognitivo-construtivista, no qual alguns autores defendem o papel das emoções como influentes do comportamento. Falcone e Oliveira (2012, p. 23) apontam que:

> A variedade de modelos de abordagem cognitivo-comportamental tem levado alguns autores a classificar esses modelos de acordo com suas origens, seus princípios filosóficos, teóricos e sua prática clínica. Uma classificação que baseou um estudo brasileiro (Rangé, Falcone & Sardinha, 2007) é a de Caro Gabalda (1997), em que são identificados três diferentes tipos de modelos: de reestruturação cognitiva, cognitivo-comportamentais e construtivistas.

As três classes principais de ações que objetivam esta abordagem são: habilidades de enfrentamento, resolução de problemas e a reestruturação cognitiva (DOBSON; DOZOIS, 2006). Nesta perspectiva, a TCC traz a sua contribuição ao desenvolvimento socioafetivo, evidenciado nas participantes do projeto. E para tratar propriamente deste desenvolvimento, faz-se necessário entender o que está em sua base: a afetividade. Nesta temática, Gazzaniga e Heatherton (2005) apontam que o afeto está ligado aos sentimentos que trazem julgamentos subjetivos, crenças cognitivas e processos fisiológicos.

Almeida (1999, p. 48) diz que: "A vida inicia-se com a afetividade e a cognição interligadas, mais ao decorrer do desenvolvimento vão se diferenciando, prevalecendo ora uma, ora outra". Desta forma, a afetividade contribuiu efetivamente para o desenvolvimento socioafetivo evidenciado neste projeto e, nesse sentido, Aretio (2002) traz o conceito da competência e/ou desenvolvimento socioafetivo como uma habilidade que envolve relação e interação desencadeadas pela afetividade.

Santos (2016, p. 107) aponta que "havendo a conexão entre competência e afetividade promove-se a interação social. Desempenhar e apresentar a competência socioafetiva é adotar uma postura colaborativa e promissora no que se diz respeito ao ato educativo". A autora faz uma explanação sobre o processo de desenvolvimento socioafetivo destacando três aspectos.

1) Práticas humanistas, ou seja, o desencadear de potencialidades que levam o indivíduo a adquirir estas estratégias, possibilitando também ecoar o sentimento de pertencimento, haja vista o meio social em que vive e que possa sentir-se como um agente ativo do processo.

2) Através da competência socioafetiva, o indivíduo poderá protagonizar distintos eixos que fazem ponte com outras competências: apoio, motivação, forças que estimulem e sejam a base da dinâmica do ensino-aprendizagem.

3) Possibilitar a prática de competências em relação à afetividade, ligada a ações preventivas ao fracasso e ao não sucesso. Desta forma, é necessário estabelecer métodos e comportamentos que sustentam essa competência, em especial: "apoio, orientação, motivação, incentivo, empatia, equilíbrio, relacionamento ético e interpessoal, comprometimento, liderança e bom senso" (SANTOS, 2016, p. 106).

A partir desse exposto acima e a categorização de seus pontos em relação ao desenvolvimento socioafetivo é possível citar os ganhos evidenciados pelas participantes por meio dos dados coletados que iremos discorrer neste trabalho, a saber: autoestima, realização pessoal, empatia, interação e assertividade.

Entende-se a autoestima como a forma que se constrói levando em consideração o seu autovalor, potencialidades, talentos, na qual é plausível o estabelecimento de metas e objetivos. Também é importante ressaltar que a autoestima interliga-se com a autoconfiança. Andrade, Souza e Minayo (2009) a conceituam como a possibilidade de o indivíduo elencar metas, projeções de suas expectativas, a aceitação de si mesmo e a valorização do outro.

O segundo aspecto que destacamos como ganho socioafetivo é a realização pessoal, que tem por características a competência, comprometimento, perseverança, responsabilidade e a atitude. Conforme estabelecem Hersey e Blanchard (1996, p. 35), "autorrealização é a necessidade que as pessoas sentem de maximizar seu próprio potencial". De fato, é possível entender que a motivação rege a autorrealização, ou seja, ela leva o indivíduo a prover ações que desafiam o próprio potencial e que, consequentemente, atendam às suas necessidades, levando-o à satisfação.

Um terceiro ponto que iremos abordar é a empatia. Brolezzi (2014) conceitua a empatia como uma série de manifestações humanas que desenvolvem o saber do outro, que inclui seu modo de pensar e sentir (ideias e sentimentos). Este autor também traz que a empatia se derivou inicialmente da palavra alemã *Einfüblung (sentir dentro, sentir em)*, utilizada pelo filósofo alemão Robert Vischer (1847-1933). O conceito de empatia tornou-se um fator importante quanto a sua contribuição nas teorias da inteligência, principalmente ao que se refere à inteligência social. Nesta premissa, Goleman (2011, p. 29) também aponta que:

> A capacidade de apreender o que parece estar acontecendo na mente do outro é uma das habilidades humanas mais valiosas. Os neurocientistas a chamam de 'olho da mente'. O olho da mente (às vezes chamada de 'teoria da mente) consiste em esquadrinhar a mente de uma pessoa e captar seus sentimentos e deduzir seus pensamentos – a capacidade fundamental da precisão empática. Embora não possamos realmente ler a mente de outra pessoa, conseguimos captar indícios suficientes em sua expressão facial, voz e olhos – lendo nas entrelinhas o que diz e faz – para fazer inferências extremamente exatas. Se não tivéssemos esse sentido simples, não conseguiríamos amar, nos preocupar, cooperar [...]. Sem o olho da mente, nossos relacionamentos seriam vazios, nós nos relacionaríamos com as outras pessoas como se fossem objetos, sem sentimento ou pensamentos próprios [...] Teríamos 'cegueira mental'.

De fato, é importante enxergar o outro e se colocar em seu lugar. Essa ação foi constatada nas participantes e foi de extrema importância para os demais progressos que obtiveram, conforme iremos apontar na análise dos resultados.

Outro aspecto de desenvolvimento socioafetivo observado foi o aumento da interação. No tocante a esta subcategoria, Mello e Teixeira (2011) suscitam que o ser humano desenvolve distintas maneiras de se relacionar com toda a sua história individual, coletiva e também com o

mundo, através da sua experiência social. O grupo de estudos, de certa forma, contribuiu efetivamente para o desenvolvimento da interação social.

E, por fim, o último ponto que abordaremos é a assertividade, conceituada por Bellini-Leite, Vargas e Ireno (2012, p. 275): "enquanto expressão de sentimentos, crenças e pensamentos, de maneira direta, honesta e apropriada, sem violar o direito das outras pessoas", conceito aplicado a contextos interpessoais englobando comunicação, solução de problemas, cooperação, entre outros.

Del Prette e Del Prette (2001) descrevem que, a partir da assertividade, é possível concordar e/ou discordar de certas situações, fazer pedidos, aceitar pedidos e recusar; admitir erros; manifestar opiniões; estabelecer relacionamentos afetivos e/ou sexuais; finalizar um relacionamento; expressar sentimentos e emoções; solicitar mudanças comportamentais; e também ser resiliente às críticas. Esta habilidade permitiu que as participantes desenvolvessem uma maior autonomia quantas às suas decisões e também lidassem com as situações mais assertivamente.

Com base nessas considerações, foi possível assumir uma melhor direção quanto aos dados aqui evidenciados e experienciados durante a vivência do grupo de estudo, remetendo aos importantes ganhos quanto à categoria socioafetiva, um relevante componente que rege a vida humana.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa, de perspectiva qualitativa, buscou identificar os aspectos que promoveram desenvolvimento, tanto cognitivo quanto socioafetivo, no grupo das participantes. Para tanto, utilizou-se um questionário com onze perguntas abertas, uma vez que a intenção era deixar que as participantes se expusessem livremente sobre as experiências e ganhos que obtiveram com o grupo de estudos. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), esta liberdade de expressão é uma das vantagens do uso do questionário com perguntas abertas.

Por se tratar de uma pesquisa que buscava investigar fenômenos psicológicos, o interesse era, justamente, explorar as falas de forma aprofundada, sem direcionamento das questões e, para tanto, justificava-se o uso do questionário com perguntas abertas e sua consequente amplitude de falas e de possibilidades de coleta de dados (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa foi devidamente aprovada pelo comitê de ética da referida instituição.

### 2.1 Participantes e instituição

As participantes que integraram a pesquisa eram dez funcionárias do setor de limpeza da instituição. Esse grupo de estudo formou-se em fevereiro do ano de 2016, com a composição de apenas uma pessoa (colaboradora do Centro Universitário), que havia voltado a estudar. Nesse novo contexto em que ela estava se inserindo, percebeu-se nitidamente a necessidade da mediação de alguém que pudesse acompanhá-la nos estudos. Ao longo do tempo, em fevereiro de 2017, com a inserção de novas integrantes, o grupo de estudos passou a ser composto por dez pessoas, as quais perceberam o quanto estavam sendo significativos os resultados para a colega de trabalho. Todas as participantes eram do sexo feminino, com idades entre 30 e 59 anos.

O nível de escolaridade delas se dividia em: uma participante com ensino fundamental completo, cinco participantes com ensino médio completo e quatro participantes cursando o ensino superior, sendo os cursos: Administração, Fisioterapia, Gastronomia e Pedagogia. Esses encontros aconteciam de segunda a sexta-feira, com carga horária de meia hora, no horário de almoço, em uma sala de aula, e os temas eram diversos, conforme veremos na descrição do procedimento do projeto. O grupo se encerrou no início de 2020 por conta das restrições de convívio social ocasionadas pela pandemia do Covid-19.

**2.2 Procedimento do projeto**

Os conteúdos trabalhados abarcavam as necessidades de cada participante e foram destacados os seguintes temas: em Português, a escrita, a redação, as regras gramaticais, os sinais de pontuação e outros conteúdos. Em Matemática, as operações básicas, MMC, frações, além de outros tópicos. Buscou-se também o interesse delas sobre determinados conteúdos do cotidiano que gostariam de apreender e aplicar.

Os encontros eram feitos com o auxílio da ferramenta *powerpoint*, em cujas apresentações utilizavam-se também recursos audiovisuais, como vídeos, músicas, filmes e imagens, com o intuito de fortalecer a dinâmica entre o grupo. O objetivo era que as participantes se sentissem à vontade para exporem entre si os conteúdos que estavam sendo vistos, de forma que houvesse troca de ideias entre elas, favorecendo a criação de novos conhecimentos e habilidades sobre aquele determinado assunto. Foram trabalhadas dinâmicas que favoreciam a reflexão, o trabalho em equipe e a autoestima.

O incentivo pela busca do conhecimento sempre foi incessante, ou seja, as participantes continuamente foram motivadas a não esperarem que ele viesse até elas. A metodologia visou à iniciativa de que deveriam explorar mais determinados conteúdos que estavam sendo trabalhados. Para isso, por exemplo, elas foram levadas aos laboratórios de informática, onde,

como tarefa, deveriam pesquisar sobre os temas abordados e, em duplas, iriam, posteriormente, apresentá-los ao grupo.

Criou-se a possibilidade de elas expressarem o conhecimento sobre determinado assunto em forma de seminário e, possivelmente, debates. Com essa atividade, procurou-se inseri-las no universo tecnológico. Com esse meio utilizado para a pesquisa e aquisição de conhecimento sobre a utilização da ferramenta *powerpoint*, pela primeira vez, houve a criação de *slides* para a apresentação e a oratória das apresentações.

Essa nova abordagem no transcurso do projeto foi executada no tempo de 4 semanas. Na primeira e segunda semanas, ocorreu a busca, em *sites* de fontes confiáveis, pelo tema proposto por cada dupla e a criação dos *slides.* Na terceira semana foi proposto que houvesse a criação de perguntas sobre o que seria apresentado a fim de serem distribuídas a cada término de apresentação. Na quarta semana aconteceram as apresentações das duplas.

A criação desse grupo de estudo possibilitou que novos projetos fossem criados dentro da instituição. Simultaneamente ocorreu, por iniciativa do pesquisador mediador do grupo, a criação de um ciclo de palestras sobre temas diversos como parte do projeto social "Grupo de Estudos". Esse evento iniciou-se com o convite a palestrantes que tivessem, de alguma forma, vínculo com a instituição, que poderiam ser alunos, professores, funcionários da instituição ou convidados externos, de acordo com a disponibilidade de cada um e o interesse em relação a essa ação voluntária para a apresentação do tema.

## 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O procedimento descrito no item anterior traz a dimensão do contexto em que a investigação transcorreu: as colaboradoras participavam do "Grupo de Estudos" e, simultaneamente, iam apreendendo novas habilidades e competências. Para explorar estes ganhos é que se justificou a aplicação do questionário aberto objetivando levantar, de forma qualitativa, relatos de experiências que indicassem possíveis graus de desenvolvimento das participantes.

Para efeito da organização dos dados, tomaram-se as opiniões das depoentes por meio de respostas escritas que foram sendo agrupadas por similaridades e constância. Neste primeiro momento, uma tabela foi montada. Após a leitura inicial do material e a construção de pré-indicadores, novamente as falas foram reexaminadas, selecionadas e agrupadas em nova tabela com vistas a obter uma redução dos dados, a sua categorização a partir das similaridades e constância. Diante deste processo de organização chegamos a duas categorias estabelecidas *a*

*posteriori:* Desenvolvimento Cognitivo e Desenvolvimento Socioafetivo, uma vez que foram os dados que tiveram maior expressividade nos relatos das participantes.

A partir destas duas categorias, para análise dos dados deste artigo, optou-se por um recorte e a utilização apenas da categoria *Desenvolvimento Socioafetivo,* subdividida nas subcategorias: autoestima, realização pessoal, empatia, interação e assertividade. Este recorte foi pensado pela amplitude de material fornecido na organização da referida categoria e possibilidades de um maior aprofundamento na investigação e entendimento dos benefícios deste grupo de estudos para as participantes. Ou seja, esta categoria foi a que mais teve relatos das integrantes, inclusive os que foram mais reveladores das experiências adquiridas por elas durante a vigência do trabalho interventivo. Passemos à análise das subcategorias.

### 3.1 Autoestima

A autoestima e a autoimagem são conceitos que se completam em relação ao indivíduo se sentir bem ou não sobre si próprio. Seguindo esta linha, Sbicigo, Bandeira e Dell'Aglio (2010) trazem que a autoestima pode ser compreendida por um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo sobre a sua forma de existir, que traz o seu autovalor, suas qualificações, competências que, de certa forma, refletem em atitudes positivas ou negativas relacionadas a si próprio. Branden (2002, p. 18) aponta algumas diferenciações da autoestima, mais precisamente a média, baixa e alta que o indivíduo possa ter, ou seja:

> Ter uma autoestima elevada é sentir-se confiantemente adequado à vida, isto é, competente e merecedor, no sentido que acabamos de citar. Ter uma autoestima baixa é sentir-se inadequado à vida, errado, não sobre este ou aquele assunto, mas errado como pessoa. Ter uma autoestima média é flutuar entre sentir-se adequado ou inadequado, certo ou errado como pessoa e manifestar essa inconsistência no comportamento – às vezes agindo com sabedoria, às vezes como tolo – reforçando, portanto, a incerteza.

Nesta primeira subcategoria, serão trazidos dados que contribuíram efetivamente para a melhora da autoestima das integrantes do grupo de estudo, conforme relatado:

> *"A falta de conhecimento me tornava inferior às outras pessoas, pensava assim." "(...)Hoje me sinto capaz de tudo, além disso vejo que o estudo é um caminho para novos mundos"* ***(Participante 1).***
> *"Agora me sinto uma pessoa mais forte, mais alegre, minha autoestima melhorou. Não mudei apenas por dentro, e sim também por fora." "Com minha participação no grupo, comecei a me ver como uma pessoa que poderia ser alguém"* ***(Participante 2).***
> *"(...) Aprendi que todos nós somos capazes. (...) É preciso correr atrás e pôr em prática tudo aquilo que me faz sentir bem." "Hoje sou mais confiante, sinto-me fortalecida e sem medo. Aprendi a me encontrar." "Me sentia triste, desvalorizada e com muita vontade de voltar a estudar, procurar melhorar na área profissional, mas sentia muito medo"* ***(Participante 9).***

A partir dessas explanações, é possível compreender a mudança das participantes em relação à forma de pensarem sobre si mesmas e, consequentemente, à maneira de olharem para si e descobrirem suas potencialidades. Pelos dados coletados pode-se perceber que os ganhos para a autoestima das participantes foram representativos.

A autoestima está interligada com autoconfiança e autorrespeito, como citado nas falas das participantes, que traziam a questão de se sentirem inferiorizadas, desvalorizadas e hoje se sentem capazes de conquistar novas coisas e apontam mudanças internas e externas. Neste sentido, a autoconfiança traz o significado de acreditar em si mesmo, acreditar em seu próprio potencial, mesmo diante das adversidades que possam emergir. Branden (2002) ressalta que a forma como hoje vivemos a vida por vezes exige que corramos atrás de ideias que em algumas situações acabam interferindo na percepção de nossa forma de existir. A autoestima tem por objetivo auxiliar as pessoas a se manterem com suas características próprias, as quais contribuem para o desenvolvimento de sua personalidade.

Além da autoestima, outros fenômenos foram vivenciados pelas participantes e apreendidos por meio dos dados desta pesquisa, entre eles, a realização pessoal, que será analisada a seguir.

### 3.2 Realização Pessoal

Maslow (1954) descreve a realização pessoal como uma necessidade de crescimento, na qual o ser humano revela sua tendência de realizar completamente o seu potencial, despertando no indivíduo o desejo de tornar-se uma pessoa melhor, além do que já era. Wazlawick (2017, p. 192) aborda a autorrealização destacando três valores:

> O primeiro valor é a pessoa (ser) no sentido ontológico, a identidade de natureza do sujeito e o que possibilita a sua realização, onde a melhoria da eficiência em qualquer campo é obtida cultivando o potencial de cada um. O segundo valor é o saber, que envolve o processo de busca pelo conhecimento histórico, cultural, técnico, em conjunto com o conhecimento dos valores e da cultura humanista. O fazer é o terceiro valor. Isto porque o sujeito tem a possibilidade de realizar-se quando se auto oportuniza a prática operativa e encontra resultados que lhe gratifiquem com ampliação de si mesmo.

Nesta subcategoria, serão elencadas algumas das principais falas das participantes em relação à autorrealização:

> *"As conquistas que consegui fora do grupo foram através da prova do Encceja e participação nas aulas do EJA. Consegui concluir o ensino médio graças ao conhecimento e experiências dentro do grupo de estudos"* ***(Participante 7).***

> *"(...) Tinha como sonho cursar uma faculdade." "(...) Através desses encontros que me incentivou a fazer a faculdade." "Consegui passar no vestibular e consegui entrar na tão sonhada faculdade"* ***(Participante 10).***
> *"Achava que era impossível entrar na faculdade." "Me sinto realizada (...), entendi que todos nós somos capazes de qualquer coisa, desde que nos seja dada a oportunidade." "(...) Aprender, estudar, investir na educação não tem idade, nunca é tarde pra ir atrás dos nossos objetivos"* ***(Participante 10).***
> *"Consegui concluir o ensino fundamental depois de 40 anos sem estudar"* ***(Participante 5).***

De acordo com os dados coletados, observa-se pelos relatos que uma série de conquistas foram apreendidas pelas participantes. Em especial a participante 5, após muitos anos sem estudar, participou dos encontros do grupo de estudo a fim de resgatar a sua aprendizagem e prestar o Encceja (Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), um exame do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para obtenção dos certificados do Ensino fundamental e Médio. Ela participou do exame e teve uma aprovação acima da média, conquistando o certificado de conclusão do ensino fundamental. Em especial para esta colaboradora, evidenciou-se que foi uma conquista decisiva em sua vida e, simultaneamente, representou um dos grandes marcos do grupo, comprovando a sua real importância na vida das participantes.

É evidente que as conquistas pessoais de cada participante contribuíram efetivamente para o ganho de novas potencialidades tanto interna quanto externamente, podendo citar: a confiança em si mesmas, principalmente em suas próprias competências e habilidades; a possibilidade de conseguirem a aprovação no Encceja; a conquista do certificado dentre as metas estabelecidas; a habilidade de enfrentamentos; a busca do sentimento de realização; e o reconhecimento por parte das pessoas em seu entorno. Nesta linha, Benedetti et al. (2005, p. 04) sintetiza estas explanações trazendo que "as necessidades de autorrealização estão relacionadas a sentimentos de autonomia, independência, autocontrole, competência e plena realização naquilo que cada pessoa tem de potencial".

Para além da autoestima e da realização pessoal, outros aspectos foram notados que se desenvolveram entre o grupo. Entre eles, um dos que mais se destacaram em termos de volume de fala foi a empatia. Vejamos como este fator representou um ganho para as participantes.

### 3.3 Empatia

A empatia é uma habilidade que tem por objetivo a capacidade de o sujeito compreender, sentir o que o outro pensa e sente em determinadas situações que trazem a

demanda afetiva. As habilidades que verdadeiramente constituem a empatia, segundo Del Prette e Del Prette (2005, p. 87), são:

> a) validar o sentimento do outro; b) reduzir a tensão, produzindo alívio (consolo); c) gerar disposição de partilhar dificuldades ou êxitos, estabelecendo ou fortalecendo vínculos de amizade; d) diminuir sentimentos de desvalia, culpa ou vergonha, recuperando ou aumentando a autoestima; e) criar ou intensificar um canal de comunicação entre as pessoas; f) predispor à análise do problema e à busca de solução.

Esta subcategoria traz os seguintes aspectos: expressões de generosidade, solidariedade, amizade e expressão de sentimentos. Este elenco que acompanha a empatia também foi o pioneiro que contribuiu para o fortalecimento do grupo e, consequentemente, para os resultados demonstrados até então. Abaixo, algumas falas representativas das participantes quanto a esta categoria:

> *"(...) No grupo, um ajudava o outro, por isso ele é muito importante para mim." "Me sentia feliz ao ver a alegria das minhas colegas de trabalho"* ***(Participante 1).***
> *"(...) Aprendi muito e gostaria que fosse possível ter continuidade para outras pessoas também"* ***(Participante 8).***
> *"O grupo sempre me incentivou a não desistir, ajudando com as matérias com muita paciência e me deixando calma e segura"* ***(Participante 9).***

Estas falas revelam aspectos empáticos entre as integrantes do grupo e apontam a expressão de sentimentos, o ato de fazer amizades e a ampliação das interações nos encontros. De certa forma, a empatia dentro do grupo contribuiu significativamente para a relação de uma para com a outra, mais precisamente na troca de vivências. Seguindo esta fala, Goleman (1995) aponta que a empatia é uma habilidade imprescindível que contribui para o desenvolvimento social do indivíduo, em todas as esferas de sua vida, a destacar: na relação familiar, na relação acadêmica, entre os colegas e amigos, na relação amorosa (namoro e, consequentemente, o casamento). Também se desenvolve esta habilidade entre os colegas de uma equipe de trabalho e na sociedade como um todo, da qual o indivíduo faz parte. Ainda segundo Goleman (1995), estas habilidades podem desencadear a capacidade de excelência denominada de inteligência social.

Damásio (2009, p. 179), ao falar sobre empatia, afirma que "a nossa vida deve ser regulada não só pelos nossos desejos e sentimentos, mas também pela nossa preocupação com os desejos e sentimentos dos outros". Esta contribuição de Damásio é descrita como homeostase social, na qual é possível observar a importância do outro e do sentir do outro e, consequentemente, a relevância da empatia nas tomadas de decisões e equilíbrio do ser humano, principalmente no seu modo homeostático.

De fato, estas contribuições teóricas evidenciam as falas das participantes quanto a esta categoria. Ainda neste quesito das falas das participantes, Falcone (1999) evidencia alguns

componentes que ampliam o conhecimento sobre a empatia, que contribuem efetivamente nos expostos trazidos por ela, ou seja: (a) componente cognitivo – é relacionado à capacidade de o indivíduo evidenciar e entender os sentimentos e estados emocionais do outro com sensibilidade e autenticidade; (b) componente afetivo – é o despertar de sentimentos como: compaixão, simpatia e preocupação quanto ao bem-estar do outro; (c) componente comportamental – é a demonstração da reciprocidade, ou seja, evidenciar que o sentimento vivenciado pelo outro foi compreendido, levando o indivíduo a se sentir acolhido.

A empatia, de fato, tornou-se uma grande aliada neste grupo e trouxe uma forte contribuição na relação empática de uma pessoa para com a outra, e a partir desta relação foram desenvolvidas e trazidas pelas participantes importantes falas que se enquadram na categoria de interação, a qual será mais bem aprofundada a seguir.

### 3.4 Interação

Vigotski (1989 apud HENRIQUE, 2016) nos retrata que é possível pensar o ser humano em constante construção e transformação, que, por intervenção das interações sociais, conquista e interfere em novos significados para a vida em sociedade. A interação com os indivíduos mais ou menos experientes em um contexto cultural favorece a internalização, o desenvolvimento da capacidade de solucionar problemas com ajuda e, posteriormente, sozinhos.

Esta penúltima categoria elenca mais um fator que contribuiu para o desenvolvimento socioafetivo das participantes, e, de acordo com o que foi destacado por Vigotski no primeiro parágrafo, abaixo estão as falas das participantes quanto a esta categoria:

*"(...) Pude vivenciar trabalhos em equipes"* ***(Participante 1).***
*"O grupo também me uniu mais com minhas colegas"* ***(Participante 2).***
*"(...) A troca de experiências do grupo" (a ajudou)* ***(Participante 5).***

Conforme exposto pelas participantes, as interações eram bastante presentes nos encontros, possibilitando o desenvolvimento de distintos aspectos que as compõem e são compreendidos, de acordo com Del Prette e Del Prette (2005), por:

**A) Expressão de sentimentos:** Esta habilidade é importante no que tange ao desenvolvimento do sujeito, visto que se faz necessário direcioná-lo a identificar, reconhecer as próprias emoções e as dos outros, sejam emoções positivas ou negativas. É de grande valia falar sobre os sentimentos e emoções, pois é por meio deste trabalho que ele poderá lidar com os próprios sentimentos, principalmente levando em consideração os variados tipos de sentimentos existentes, promovendo o autocontrole emocional, a tolerância a frustações e a demonstração do espírito esportivo.

**B) Habilidade social em fazer amizades:** Fazer amizades é relevante para a expressividade das emoções, e a infância e adolescência são os períodos em que esta habilidade acontece com muita frequência e auxilia fortemente no desenvolvimento social e emocional das pessoas. As habilidades de fazer amizade incluem: sugerir atividades, oferecer ajuda, fazer perguntas e responder perguntas pessoais, cooperar, elogiar e aceitar elogios, dentre outras.

**C) Habilidade social interpessoal:** Esta habilidade tem como objetivo desenvolver uma relação positiva, gratificante entre pessoas, promovendo o equilíbrio, o respeito e a convivência. As principais habilidades envolvidas no processo de solução de problema interpessoal são: reconhecer as variadas situações-problemas e acalmar-se perante elas; fazer uma pausa reflexiva antes de tomar quaisquer decisões; criar alternativas que o levem a uma solução e escolher aquela mais adequada para a situação-problema no momento, avaliando a sua eficácia.

É importante ressaltar que o acesso a estas habilidades no transcorrer do projeto influenciou positivamente no ganho de um repertório comportamental, haja vista as falas trazidas pelas participantes.

Um outro aspecto que emergiu no repertório comportamental das participantes e contribuiu para sua maior autonomia foi a assertividade, que elencou o quadro do desenvolvimento socioafetivo.

### 3.5 Assertividade

Caballo (2003, p. 103) considera a assertividade sinônimo de habilidade social, "a qual compreende as seguintes formas de comportamento: iniciar, manter e finalizar conversas; pedir ajuda; fazer e responder a perguntas; fazer e recusar pedidos; defender os próprios direitos; expressar sentimentos de agrado e desagrado e dentre outros". Esta última subcategoria vem apontar o ganho assertivo das participantes no decorrer dos encontros realizados, o qual pode ser percebido por meio das seguintes falas:

*"Participei de entrevista para a Atibaia TV falando sobre esse grupo"* ***(Participante 1).***

Esta fala da participante 1 traz um ganho significativo, que foi a entrevista com a Atibaia TV, na qual ela falou da importância do grupo de estudos e o quanto ele estava crescendo e auxiliando as demais colegas participantes. Com este avanço do grupo também houve entrevistas com uma TV afiliada da Rede Globo na região e publicações de notícias pelas demais redes de comunicação.

> *"No começo era uma pessoa com muita vergonha e tinha medo de errar. Com o passar dos encontros me soltei mais. Comecei a não ter medo de perguntar, perdi um pouco da vergonha"* ***(Participante 2).***
> *''(...) O começo de tudo, graças a ele (o grupo), eu pude trabalhar meus medos, minhas inseguranças para que um dia eu tivesse a coragem para fazer o vestibular e ingressar na faculdade"* ***(Participante 4).***
> *"(...) Motivada para continuar os estudos e sempre buscar mais conhecimentos." "É fundamental para a nossa participação na sociedade, aumentando nossa interação com o mundo e nos motivando a enfrentar novos desafios (...)." "(...) Experiência muito significativa, despertou a vontade de aceitar novos desafios, retomar os estudos e buscar mais conhecimento"* ***(Participante 7).***

O desenvolver da assertividade tem como caráter principal levar o indivíduo a enfrentar situações indesejáveis, de risco, ou seja, desenvolver no mesmo um bom desempenho social, ou seja, proporcionar-lhe maior autonomia e assertividade em suas escolhas.

Percebe-se como ganho, em termos de assertividade, o falar em público, o enfrentar o medo, a timidez e a vergonha, uma melhor articulação entre o que se intenta falar e a sua verbalização propriamente dita e um melhor posicionamento das integrantes do grupo perante colegas de trabalho e desafios do cotidiano. Os aspectos descritos referem-se ao desenvolvimento de habilidades de assertividade (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

Para além de todos estes ganhos apresentados, os dados deste estudo apontam, por meio dos relatos das participantes, a descrição de uma série de habilidades e competências que representam desenvolvimento socioafetivo. Em uma síntese geral, podemos inferir que houve desenvolvimento socioafetivo das integrantes do grupo a partir das falas elencadas neste artigo, corroborando com o que Rodrigues (2003) nos aponta. Diz a autora que o desenvolvimento socioafetivo está atrelado aos sentimentos e emoções, relacionando-se com "interesses, solidariedade, cooperação, motivação e respeito, visando desenvolver o indivíduo como pessoa, estimulando a formação de uma personalidade estável e equilibrada" (RODRIGUES, 2003, p.41).

O ser humano é um ser social que, consequentemente, estabelece relações sociais, e por meio das quais desenvolve-se culturalmente e socialmente. Estas relações sociais ocorrem em diferentes contextos e situações de acordo com os padrões culturais, e o que torna estas relações positivas ou negativas para os seres envolvidos dependerá das habilidades sociais de cada indivíduo, conforme destacado pelas falas apresentadas acima.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além dos relatos das depoentes, o desenvolvimento de ganhos socioafetivos descritos no artigo pôde ser observado na convivência diária com as participantes pelo psicólogo-pesquisador. Mesmo que, por uma opção de recorte, este artigo tenha focado nos questionários e nas vivências das participantes, para efeito de contextualização da pesquisa, neste desfecho do artigo, faz-se relevante trazer a experiência do pesquisador mediador. Ele pôde observar que houve mudanças significativas nas participantes: elas traziam, inicialmente, questões relacionadas ao sentimento de inferioridade e, posteriormente a isso, o sonho de concluírem o ensino escolar básico e ingressarem em uma universidade. Observou também mudanças de postura, enfrentamento de medos, timidez, aprendizagem de habilidades sociais, melhor expressão de afetos, potencialização dos vínculos de amizade e empatia entre as integrantes do grupo.

Nesse sentido, todo o trabalho que foi sendo realizado contribuiu não apenas para a aprendizagem e desenvolvimento socioafetivo das participantes, mas também para a autovalorização e o autoconhecimento, temáticas que desencadearam nas participantes o desejo de mudança e de agir no sentido de concretizá-lo, a fim de realizarem os seus sonhos.

Os achados deste estudo apontam importantes contribuições no que se refere ao desenvolvimento do sujeito, quebrando a regra de que quando se é “velho” não é possível mudar. A palavra mudança, neste contexto, refere-se a mudar de dentro para fora. E pela experiência vivenciada no grupo, de fato, identificou-se que houve mudanças significativas nas participantes, conforme constatado.

Paralelamente, durante todo esse período vivencial foi notório comparar as dificuldades trazidas incialmente, como: sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, inassertividade, autodesvalorização e a possibilidade de transformação diante de uma mediação que invista no potencial das pessoas. E mesmo diante de todos esses sentimentos e comportamentos disfuncionais, as participantes tinham o sonho de se desenvolverem pessoal e profissionalmente, ou seja, o sonho de concluírem o ensino escolar e ingressarem em uma universidade. Os dados revelaram que o grupo cumpriu um papel social, cognitivo e afetivo de promoção do desenvolvimento.

Nesse sentido, todo o trabalho que foi sendo realizado contribuiu não apenas para a aprendizagem e desenvolvimento das participantes, mas também para a autovalorização e o autoconhecimento, temáticas que desencadearam nas participantes o desejo de mudança e de agir no sentido de concretizá-lo, a fim de realizarem os seus sonhos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula.** Campinas. SP: Papirus, 1999.

ANDRADE, Edson Ribeiro; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Intervenção visando a autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, fev. 2009.

ARETIO, Lorenzo Garcia. **Educación a distancia hoy**. Madrid: UNED, 2002.

BELLINI-LEITE, Samuel de Castro; VARGAS, Pedrita Reis; IRENO, Esther de Matos. **A importância das relações interpessoais satisfatórias:** uma revisão da literatura sobre habilidades sociais. CES Revista (CES/JF. Impresso), v. 26, 2012.

BENEDETTI, Maurício Henrique; GUARDANI, Fátima; CARVALHO, Carlos Soares; OLIVEIRA, Daros Jéssica; BIZZARRI, Renata. As necessidades de autorrealização e a motivação do empreendedor: uma análise de empreendedores de micro e pequenas empresas da região de Barueri. **ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD**, v. 29, 2005.

BRANDEN, Nathaniel. **Autoestima:** como gostar de si mesmo. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

BROLEZZI, Antônio Carlos. Empatia em Vigotski. **Dialogia**, n. 20, p. 153-166, 2014.

CABALLO, Vicente. E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais (ML Marinho, Trad.).** São Paulo: Livraria Santos (Trabalho original publicado em 1993), 2003.

DAMASIO, Antônio R. **Em busca de Espinosa:** prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

DEL PRETTE, Almir.; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Psicologia das relações interpessoais:** vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Psicologia das habilidades sociais na infância:** teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOBSON, Keith Stephen.; DOZOIS, David. **Fundamentos históricos e filosóficos das terapias cognitivo-comportamentais**. Disponível em: Acesso em: 14 jun. 2021. p. 17-43, 2006.

FALCONE, Eliane Mary de Oliveira; OLIVEIRA, Margareth da Silva. **Terapia Cognitivo-comportamental.** São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, 2012.

FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. A avaliação de um programa de treinamento da empatia com universitários. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, v. 1, n. 1, p. 23-32, 1999.

GAZZANIGA, Michel.; HEATHERTON, Todd. **Ciência psicológica:** mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, p. 248-277, 2005.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência social:** o poder das relações humanas. Rio de Janeiro: Elsevier: 2011.

HENRIQUE, Renata Biem. **Habilidades sociais educativas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental.** 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. **Psicologia para Administradores:** a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: EPU, 1996.

MASLOW, Abraham H. **Motivación y Personalidad**. Barcelona: Sagitário, 1954.

MELLO, Elisângela de Fátima Fernandes; TEIXEIRA, Adriano Canabarro. A interação social descrita por Vigotski e a sua possível ligação com a aprendizagem colaborativa através das tecnologias em rede. *In*: **Anais do Workshop de Informática na Escola**. 2011. p. 1362-1365.

PRODANOV, Cleber. Cristiano.; FREITAS Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Maria. ***Manual teórico e prático de Educação Física infantil*.** 8. ed. São Paulo: Ícone, 2003.

SANTOS, Maria das Graças Freitas. Competências socioafetivas na visão dos tutores e seus desafios. **Unisanta Humanitas**, v. 5, n. 1, p. 105-120, 2016.

SBICIGO, Juliana Burges; BANDEIRA, Denise Ruschel; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Rosenberg Self-Esteem Scale (RSS): factorial validity and internal consistency. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 395-403, 2010.

SILVA, Lenildes Ribeiro. UNESCO: Os quatro pilares da "educação pós-moderna. **Revista Inter Ação**, v. 33, n. 2, p. 359-378, 2008.

TENÓRIO, Organizador Fernando Guilherme. **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. São Paulo: FGV, 2006.

WAZLAWICK, Patrícia. Formação e desenvolvimento pessoal e profissional de jovens universitários: resultados da aplicação da pedagogia ontopsicológica. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 28, n. 2, 2017.

# OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NOS 4º E 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PIRACAIA/SP

MOREIRA, Ana Carolina Saviolo[1]; MAIOLI, Cátia Grassetti[2]; PINTO, Andréa Alves[3]; NISHIMURA, Pryscilla Karla M. Oliveira[4].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-334*

**RESUMO**

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que abordou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica brasileira (Lei 10.639/03), tendo procurado identificar desafios que dificultam a aplicação dessa legislação. Utilizou-se de análise focada em documentos escolares (Projeto Político Pedagógico e Plano de Gestão), assim como da aplicação de questionário aos professores e gestores de escolas que atendem estudantes de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental da rede municipal da cidade de Piracaia – SP. Procurou-se observar em que medida as escolas conseguem realizar a transposição didática da lei em salas de aula e no cotidiano escolar de modo geral, sendo que, ao final, verificou-se que a aplicação da lei demonstra ser insuficiente, tendo sido apurado que dentre os principais problemas estão, de um lado, a não presença de temáticas relacionadas a história e cultura afro-brasileira nos documentos que orientam a gestão da escola e, de outro, o fato de a maioria dos professores declararem que não conhecem a lei e que não se sentem preparados para aplicá-la adequadamente.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03. Práticas docentes. Educação antirracista.

**ABSTRACT**

This article is the result of a research that addressed the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in Brazilian Basic Education (Law 10.639/03), having sought to identify challenges that hinder the application of this legislation. An analysis focused on school documents (Political Pedagogical Project and Management Plan) was used, as well as the application of a questionnaire to teachers and managers of schools that serve students from 4th and 5th year of Elementary Schools located in Piracaia-SP municipal network. It was found that the application of the law proves to be insufficient, having been found that among the main problems are, on one hand, the lack of themes related to Afro-Brazilian history and culture in the documents that guide the school's management and, on the other hand, the fact that most teachers declare that they do not know the law and that they do not feel prepared to apply it properly.

**Keywords:** Law 10.639/03. Teaching practices. Anti-racist education.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/Unicamp); Bacharel em Ciências Sociais (Ênfase em Antropologia) pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP).

[2] Licenciada em Letras pelo Centro Universitário UNIFAAT; Licencianda em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFAAT; Licencianda em Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP); Especializanda em Pedagogia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

[3] Licenciada em Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo; Especializanda em Pedagogia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

[4] Licencianda em Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo.

## INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Um dos grandes desafios da educação brasileira perpassa pela aquisição de práticas educacionais capazes de proporcionar ao educador uma percepção do meio social e político no qual encontra-se imerso, fazendo-se necessária uma reflexão sobre o papel da escola e da formação do educador no que tange à desconstrução do racismo, bem como alicerçar-se em bases teóricas de uma educação crítica e antirracista. O interesse em refletir acerca desses papéis decorre do fato de que a estrutura do nosso Sistema Educacional é resultado das políticas ocorridas ao longo da história, e que durante séculos reproduziram saberes através da visão colonizadora, desvalorizando, assim, as culturas colonizadas.

Esta pesquisa pretende oferecer uma contribuição ao debate sobre o tema das desigualdades raciais no trato com a educação. Considerando que nos últimos anos houve um esforço crescente com vistas a contribuir com reflexões sobre a questão racial no contexto educacional, a pesquisa buscou informações na história – como as reivindicações do movimento negro por educação e que culminaram com a Lei 10.639/03 e a relação dos temas raciais com a própria história da cidade de Piracaia e sua rede de ensino escolar –, além de dialogar com o pensamento freiriano e com teorias que abordam o racismo estrutural e institucional na contemporaneidade.

Os objetivos deste trabalho foram analisar a implementação da lei nos currículos das escolas públicas municipais de Piracaia, nos 4º e 5º anos do ensino fundamental I, de modo a identificar se o estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira está apenas garantido na letra da Lei 10639/03 ou se está sendo de fato praticado nos 4º e 5º anos do ensino fundamental nas escolas municipais de Piracaia, e identificar os desafios e avanços no processo de transposição didática, na discussão e implementação da Lei 10639/03 na rede municipal de ensino.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

### 1.1 O município de Piracaia

Segundo dados do IBGE (2010), com pouco mais de 27 mil habitantes, Piracaia é um município brasileiro do estado de São Paulo. Seu nome tem origem indígena, tupi-guarani, e significa “peixe assado” (pirá e kaia), muito provavelmente pelo fato de os primeiros habitantes serem indígenas e também pela abundante quantidade de água na região. Sua formação ocorre no início do século XIX, no ano de 1817, destacando-se como bairro

pertencente à atual cidade de Atibaia, que pela fertilidade de suas terras, era chamado de Cachoeira.

A formação da cidade de Piracaia data de 16 de junho de 1817 – essa data foi marcada com a inauguração de uma pequena capela, em homenagem a Santo Antônio, construída por Dona Leonor de Oliveira Franco, proprietária de extensas áreas, que ordenou a construção auxiliada por seus parentes e pelo trabalhador escravizado Domingues José de Oliveira –. A pequena freguesia passou a ser chamada de "Santo Antônio da Cachoeira" e somente em 1906 foi alterada para Piracaia. Logo vieram mais famílias, a cidade rapidamente foi crescendo, os altos rendimentos da cafeicultura no Vale do paraíba, no início do século XIX, motivaram a expansão da agricultura até os limites da zona Bragantina, surgindo nessa época grandes fazendas (IBGE, 2010).

Há poucos registros sobre as relações sociais da cidade durante o período dos primeiros anos de sua formação, principalmente no que diz respeito às pessoas negras escravizadas e indígenas. Ainda hoje há muitas famílias tradicionais na cidade, descendentes dos primeiros povoadores, vindos a grande maioria da Itália, Portugal, Espanha, entre outros países, como Japão. Na obra literária de Félix (2006), observa-se a intencionalidade de valorizar os atributos ambientais da cidade, quando menciona o escravizado Domingues de Dona Leonor (comumente chamado) como um valioso ajudante, referindo-se à obra da capela de Santo Antônio:

> Entre os antepassados, destaca-se mais um homem, cujos feitos ainda estão na memória de todos e são relembrados pela igreja do Rosário. Trata-se de Domingos de Oliveira Leme, um dedicado escravo de D. Leonor de Oliveira Franco, que iniciou, em 1839, a construção da igreja do Rosário, depois concluída pelos esforços de outros negros. Domingos faleceu no ano de 1871 aos 80 anos (FELIX, 2006).

Felix (2006) diz que, na época da escravidão, as escravas não podiam parar de dançar – quando umas cansavam, outras as substituíam –. É notória a presença da população negra escravizada na formação e nos primeiros anos da Cidade de Piracaia, no entanto, o relato é de uma cidade equilibrada, tranquila, onde se realizavam muitas festas. O mesmo autor menciona, em sua obra, uma mulher escravizada, de nome "Thereza". Relata um caso de contaminação por varíola, que teria vindo do Rio de Janeiro na carga de suprimentos para fazendas em 1836. Nesse episódio, todos os membros da casa teriam se infectado, inclusive "Thereza", o que levou à morte o proprietário Capitão Barroso. Cita brevemente o "Chico", feitor, que teria sido um escravizado do Capitão Assis Ignácio Pereira.

É interessante e curiosa a abordagem do autor (FELIX, 2006) sobre a maneira "tranquila" que viviam as pessoas escravizadas na época, mesmo quando se refere à forma que

as mulheres eram tratadas em um contexto festivo – é possível conectar esse pensamento à obra de Gilberto Freyre, pois o autor também interpreta a sociedade brasileira da época de forma que "romantiza" a violência no período colonial –. Isto provoca a falta de entendimento das consequências da escravidão na atualidade; a própria violência que sofrem as pessoas negras, a discriminação e a manutenção de preconceitos muitas vezes camuflados.

> À figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado, o primeiro "padre-nosso", a primeira "ave-maria", o primeiro "vote"! ou "oxente", que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e "molho de ferrugem", ela própria amolengando a comida – outros vultos de moleque companheiro de brinquedo. O do negro velho, contador de histórias. O da mucama. O da cozinheira. Toda uma série de contatos diversos importando em novas relações com o meio, com a vida, com o mundo. Importando em experiências que realizavam através do escravo ou à sua sombra de guia, de cúmplice, de curandeiro ou de corruptor (FREYRE, 1987, p.419).

Muitos são os textos que procuram interpretar o contexto escravagista favorecendo positivamente a imagem do homem branco, mesmo diante de todas as atrocidades ocorridas no período da escravidão e a posteriori. A cidade de Piracaia não foge a esse contexto, pois daquilo que de fato ocorreu e das modificações, adaptações e abordagens amenas ou romantizadas que foram dadas aos registros históricos-textuais, verificamos na atual conjuntura a pouca visibilidade das pessoas negras no cotidiano sociocultural da cidade.

De acordo com o IBGE (2010), o período de maior progresso da cidade ocorreu durante o século XIX. A cafeicultura permitiu um grande desenvolvimento econômico, e muitas foram as benfeitorias realizadas nessa época, como a construção de um ramal da ferrovia que ligava a cidade de Santos a Jundiaí, passando pela capital paulista. Por volta de 1925 houve a decadência do café, e a economia do município voltou-se às pequenas propriedades de criação de gado, à implantação da policultura com destaque à fruticultura e à floricultura, realizadas principalmente pelos imigrantes japoneses.

Nesse período de queda da economia prioritariamente cafeeira e pós-abolição, existia um clube de festas na cidade onde frequentavam apenas pessoas negras, denominado "Clube D. Cidadinha". Em Felix (2006) há um capítulo especial sobre "A Escravidão" e que retrata as pessoas negras (não mais escravizadas) e seu trato ainda como mercadorias:

> Os escravos trazidos para Piracaia foram matriculados na Matrícula Geral, conforme lei da época, e suas cartas de alforria e transferência de serviços foram transcritas no Cartório de Registro de Imóveis da comarca, em livro comum, o que impediu que fossem enviadas, juntamente com as matrículas gerais de registro de escravos, para queima de arquivos do Ministério da Fazenda. Em processos de inventário de bens encontram-se citações de escravos apuradas nas relações e partilhas de bens; todavia, o número de escravos é pequeno em relação ao tamanho das terras e cafezais da época. Já o preço e avaliação de cada um são bem altos em relação à avaliação do preço das terras e de animais. Conclui-se que esta região já usava a mão-de-obra do imigrante

> europeu, em massa. Os escravos ficaram restritos ao trabalho na lavoura algodoeira e aos serviços domésticos, em período anterior a 1850, quando se deu a proibição do tráfico de escravos. A partir daí os preços dos mesmos tornaram inviável sua utilização na lavoura. Os negros ficaram nas casas das cidades, como é o caso dos que construíram a igreja do Rosário e, em especial, de Domingos José de Oliveira, que muito auxiliou d. Leonor Franco na construção da primeira capela e na fundação de Piracaia. Domingos nasceu em 1791 e faleceu em 1871, já liberto, e tendo se tornado um respeitado negociante na cidade. Tudo o que se sabe da escravidão em Piracaia vem de relatos e alguns poucos documentos encontrados (CASSALHO *apud* FELIX, p.39).

Segundo Felix (2006), a partir da segunda metade do século XIX ocorreram as maiores ondas imigratórias patrocinadas pelo governo brasileiro, com objetivo de trazer trabalhadores aptos a substituir os escravizados na agricultura e a executar tarefas necessárias à industrialização e ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, a mão de obra de pessoas escravizadas, não mais necessária, passa a ser dispensada e substituída por imigrantes. Além de se estruturar, nesse período, a ideologia do branqueamento[5], baseada na premissa da necessidade de embranquecer o país – uma vez que se tornava visível o enegrecimento das cidades brasileiras –, considerando o negro inferior ao branco.

A ideologia do branqueamento implicou para a população negra a desigualdade de oportunidades na participação socioeconômica, por sempre considerar o negro inferior ao branco. Dessa forma, Piracaia adquiriu formas de uma cultura europeia, recebendo tecnologias e instituições educacionais que apontavam para uma educação elitista. A imigração europeia teria dois motivos básicos: obter mão de obra e embranquecer a sociedade (DIAS, 2014).

A partir de uma perspectiva sobre a temática "Branquitude" na atualidade, a ativista-feminista Nicole Aun esclarece:

> A Branquitude estrutura as dimensões da vida, porque a Branquitude se entende como universal – a Branquitude que detém os meios de produção e que ocupa os altos cargos de poder no mundo inteiro, sejam cargos políticos, sejam dentro das empresas. E a Branquitude dimensiona a vida de forma binária. Porque é lucrativo categorizar. A partir do momento que se categoriza e cria funções sociais específicas para cada corpo, é possível explorar de forma mais eficiente (AUN, 2021 p.76).

### 1.1.1 A educação em Piracaia: breve panorama

Com a construção da linha férrea chegam os avanços surgindo, assim, a primeira escola construída em 1914, o Grupo Escolar de Piracaia, hoje conhecida como E.M.E.F. Coronel Thomas Cunha. Até 1996 o ensino público municipal oferecia somente a Educação Infantil, a educação oferecida aos anos subsequentes era de responsabilidade do estado e da rede

[5]A ideologia do branqueamento, ou também conhecida como embranquecimento, era amplamente aceita no Brasil entre 1889 e 1914 como a solução para o excesso de pessoas negras no país, além de naturalizar a superioridade das pessoas brancas.

particular de ensino. A partir de 1997, iniciou-se a municipalização do ensino fundamental, e atualmente as escolas estão organizadas no atendimento ao Ensino Infantil, Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nível fundamental I. O município possui no total 18 escolas em sua rede de ensino, sendo que 11 destas atendem aos 4º e 5º anos (nas quais se insere o campo desta pesquisa).

Por se tratar dos anos finais do ciclo da educação fundamental I, os 4º e 5º anos merecem uma atenção especial nas temáticas que se referem ao contexto social mais amplo e no que corresponde a sua própria formação cidadã. Em outras palavras podemos apontar essas fases de ensino como as mais adequadas para a implantação das temáticas da Lei 10.639/03 – jamais desconsiderando que se trabalhe os mesmos conteúdos em séries anteriores. Contudo, nesse período, é possível que haja problematizações dentro e fora da escola passíveis de serem abordadas de forma reflexiva com os alunos –. É importante destacar que a escola é um ambiente favorável para o desenvolvimento da educação direcionada às relações étnico-raciais, por ser um lugar de diversidade e, principalmente, de aprendizagem (MARIANO et al., 2016).

### 1.1.2 Estudos dos documentos que norteiam os currículos da rede municipal de educação de Piracaia/SP

Para construirmos o panorama educacional da rede municipal de educação em Piracaia, analisamos o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Gestão de cada uma das 11 escolas investigadas. Ambos os documentos precisam ser elaborados a partir de outros documentos como o PME (Plano Municipal de Educação), que considera em sua proposta a Lei Orgânica do Município – sendo um importante instrumento que força o poder público a assumir obrigações em favor do coletivo da população –. Essas normas também regulam a vivência política e social da cidade, respeitando a Constituição do Estado onde o município está inserido e também a Constituição Federal, como lei máxima.

Na Constituição Federal Brasileira (CF-1988), na Sessão VI, que trata da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer, em seu artigo 153, é dito que “os currículos escolares serão adequados às peculiariedades do município e valorização da sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental”. E no artigo 157, “O Município, no exercício de sua competência: I – apoiará as manifestações da cultura local; II – protegerá, por todos os meios ao seu alcance, obras, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico”. Na observância dessas orientações, há de se destacar a autonomia que é

transmitida às escolas para que ampliem seus Projetos Políticos Pedagógicos e Planos de Gestão, no sentido de deliberar sobre a construção dos seus próprios documentos, diretamente no Plano Municipal de Educação vigente.

O PME (Plano Municipal de Educação) é um documento que considera em sua elaboração o conhecimento acerca da realidade municipal, bem como da Lei Orgânica do município, e também se encontra em consonância com as indicações do Plano Estadual de Educação (PEE) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Em relação à temática que considera pontos importantes à aplicabilidade da Lei 10.639/03 na educação, encontramos no estudo destes documentos alguns indícios que dão margens a reflexões, tais como os que se apresentam na meta 2.7, que indica:

promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural (PME, 2015).

Com mais clareza e significado de ação pedagógica, a meta 7.22 do Plano Municipal de educação indica:

> garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afrobrasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008,_assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil (PME, 2015).

De acordo com o Ministério da Educação (PNE, 2014), os planos estaduais e municipais de educação devem conter diretrizes e metas a serem alcançadas até 2024, mesma vigência do plano nacional. O PME da cidade de Piracaia está orientado pelo PEE (Plano Estadual de Educação) e segue as orientações do Currículo Paulista[6], um documento que explicita a todos os profissionais do estado e que atuam na educação as competências e habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes, considerando a formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano, estando esses estudantes matriculados dentro do território do estado de São Paulo.

O Currículo Paulista “direciona” os currículos escolares, assim sendo, aos alunos do 4º ano a ênfase é aplicada aos seguintes conteúdos programáticos: as transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos; a circulação de pessoas, produtos e culturas; as questões históricas relativas às migrações. O conteúdo estabelecido para o 5° ano é: povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social; registros da história: linguagens e culturas.

[6] Currículo Paulista é um documento normativo que apresenta aprendizagens essenciais para todos os alunos do estado de São Paulo e garante as especificidades educacionais, econômicas, culturais e históricas.

Há as especificações que devem ser trabalhadas para cada item; esses conteúdos encontram-se dispostos nos materiais didáticos que são utilizados pelos professores, e no caso das escolas municipais de Piracaia, através do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático).

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD, 2021) está destinado tanto a avaliar quanto a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias. São materiais formulados com o objetivo de apoiar a prática educativa de maneira sistemática em toda a rede de ensino, nas instâncias federal, estadual e municipal. Além dos materiais que chegam via programa PNLD, as escolas do município de Piracaia organizam outros materiais, como as apostilas para trabalharem temáticas que julgam pertinentes, no entanto, o ensino apostilado não abrange toda a rede.

Por fim temos o PNE (Plano Nacional de Educação), ou plano maior da educação. Esse documento (2014-2024) foi instituído pela Lei 13.005/2014 e tem 20 metas a serem alcançadas e amparadas por 250 estratégias. Quanto à temática da Lei 10.639/03, cria metas que visam a minimizar a reprodução e exclusão dos povos negros e seus descendentes – movimenta a estrutura educacional para um olhar mais apurado em relação à situação de reprodução do racismo –. O PNE aponta números significativos sobre as condições dos níveis educacionais da população negra e que devem ser observados pelos estados e prefeituras na construção dos seus planos de ensino.

Conforme definido na Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Base dever nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas. Esse material estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se pretende que todos os alunos desenvolvam durante o período da educação básica. Portanto, é indicação especial para a construção de currículos com o intuito de contemplar os pressupostos da BNCC que os gestores instruam as equipes designadas para tanto.

### 1.1.3 A importância da implementação da lei 10.639/03 nos currículos dos 4º e 5º anos do ensino fundamental

Silva (2018) organiza um panorama sobre esses documentos norteadores dos currículos da educação fundamental e que, a partir de 2003, tratam diretamente com as questões étnico-raciais:

> Em 2003, foi promulgada a Lei Nº 10.639, que altera a LDB 9394/1996, para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-brasileira para os Ensinos Fundamental e Médio. No ano seguinte, veio o PARECER CNE/CP 003/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais

> para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A LDB foi alterada pela Lei Nº 11.645/2008, que incluía cultura indígena. E em 2010, é promulgada a Lei Nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial (SILVA, 2018, p. 130).

De acordo com Silva (2018), a História e a Cultura Afro-Brasileira são temas de estudo norteadores, não podendo uma escola decidir não os contemplar. Quando sancionada em 2003 a Lei 10.639/03, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação e incluiu no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade de se trabalhar as temáticas "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", as temáticas das relações étnico-raciais tornam-se foco no componente curricular para os anos iniciais do ensino fundamental.

A Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004, do CNE (Conselho Nacional de Educação) institui as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" e o seu cumprimento por parte das instituições de ensino. Nesse contexto, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana é outro documento que proporciona eficácia na promoção da igualdade no campo educacional.

O objetivo desse documento é promover diálogos na construção de políticas públicas e processos pedagógicos para a implementação da Lei 10.639/03. As DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) pretendem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira (BRASIL, 2004).

A junção desses documentos no trato com a temática da Lei 10.639/03 proporciona a construção de um diálogo com o campo educacional e a sociedade civil, apresentando um panorama histórico sobre a condição da pessoa negra no contexto da educação. Oferece uma resposta à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, ou seja, que visam às políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Os documentos destacam uma necessidade de ampliar os currículos escolares para a diversidade cultural e racial – apontam todo o embasamento teórico e prático que irá auxiliar os educadores na práxis de uma pedagogia antirracista –.

Aliados às lutas pela educação, esses documentos tematizam a Lei 10.639/03 e foram elaborados a partir de anos de lutas dos movimentos sociais, em especial do movimento Negro – tanto que propõe na transposição didática que se observem os conteúdos das lutas dos negros no Brasil, a cultura negra e a formação da sociedade brasileira com o resgate da contribuição do povo negro em todas as áreas, social, econômica e política, e que retratam a história do

Brasil –. Dessa forma, a função da escola é apresentar a história genuína e não aquela que por anos perdurou nos livros de história e que em alguns casos se repete nos dias de hoje – sem que se dê vez e voz ao povo negro –.

> E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2019, p.41).

### 1.1.4 O Movimento Negro Unificado e a elaboração da lei 10.639/03

No ano de 1978 surge no Brasil o Movimento Negro Unificado (MNU). Seu ativismo político, social e cultural teve como objetivo principal defender a comunidade afro-brasileira contra anos de exploração. Durante toda a década de 80 o MNU esteve envolvido nas questões de democratização do ensino – com a ideia de que a educação seria emancipadora do povo negro –. O movimento passou a estar envolvido na formulação de políticas, ocupando importantes cargos de representação na sociedade civil e na política de governo. Foi no então governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva que muitas das reivindicações do movimento negro foram atendidas. A partir da década de 1990, uma série de políticas públicas são adotadas pelo governo federal com vistas a atender às antigas reivindicações do movimento social negro (SILVA; DUARTE, 2018).

De acordo com Silva e Duarte (2018), a lei 10.639/03 foi o primeiro diploma legal aprovado pelo presidente Lula ao assumir a presidência da República. Após 20 anos de luta e reivindicações finalmente um presidente eleito atende ao apelo do movimento negro, o que havia sido uma promessa de sua campanha eleitoral. A lei 10.639/03 possui um caráter radical, pois obriga as escolas a tratarem das temáticas étnico-raciais, tendo ainda um caráter coercivo – por se tratar de uma lei, pressiona a execução –.

A aprovação da lei gerou (na época da sua aprovação e até os dias atuais) polêmicas e debates tanto nas esferas sociais quanto na educação. Muitos a julgam contraproducente. Nesse sentido, é possível observar as esferas do racismo e os desafios da sua implementação. A lei 10.639/03 é uma importante conquista no sentido de valorizar e resguardar direitos, pois inclui a história das raízes negras no currículo escolar.

> No Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção dos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição de 1988 e nas leis antirracistas, como a Lei 10.639/2003, as de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, no Estatuto da Igualdade Racial e também nas decisões judiciais, inclusive com contribuições técnicas e teóricas de grande relevância. Ainda assim, é sabido que o destino das políticas de combate ao racismo está, como sempre esteve, atrelado aos rumos políticos e econômicos da sociedade (ALMEIDA, 2019 p.93).

É importante um sistema educacional que questione o racismo, ou seja, um processo de ensino-aprendizagem que não simplesmente reproduza um parâmetro de normalidade à discriminação racial e ao preconceito, que muitas vezes são tratados como ocorrência de *bullying* na escola. A instituição escolar que não trabalha de forma séria sobre estas questões pode se tornar uma reprodutora de comportamentos inadequados e que devem ser excluídos dentro e fora da escola, em todos os segmentos da sociedade. A principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições (ALMEIDA, 2019).

> O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (ALMEIDA, 2019 p. 31).

Podemos dizer que a lei 10.639/03 trouxe uma ruptura nos currículos, o que abre a possibilidade para a construção de uma educação antirracista curricular. A educação para as relações étnico-raciais são ações afirmativas que definem uma abordagem educativa da diversidade cultural, racial e social, que deve obrigatoriamente compor os currículos escolares e a prática das atividades pedagógicas, ou seja, a lei precisa ser praticada incisivamente no cotidiano de todas as escolas no país.

No Brasil vivemos uma tipificação de racismo, que para além da própria estrutura social reafirma o pensamento do colonizador que subjuga o colonizado. Para se construir relações sociais saudáveis faz-se necessário o fim da exploração, ou o rompimento de todo e qualquer tipo de hierarquias, no que tange ao domínio de grupos brancos, a imposição e o desrespeito pelas pessoas negras na sociedade. De acordo com Fanon (2008):

> No caso negro, nada é parecido. Ele não tem cultura, não tem civilização, nem "um longo passado histórico". Provavelmente aqui está a origem dos esforços dos negros contemporâneos em provar ao mundo branco, custe o que custar, a existência de uma civilização negra (FANON, 2008 p. 46).

É necessária uma mudança radical nas estruturas da sociedade, o que perpassa pela instituição escolar, pois estudos mostram que as estruturas sociais coloniais foram introjetadas na subjetividade do colonizado. Assim, entender o sistema educacional como libertador ou reprodutor das significâncias racistas é somente uma questão de observar o que ocorre no ambiente escolar e o que se omite. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p.31).

### 1.1.5 A lei 10.639/03 e as perspectivas de uma educação antirracista

As relações étnico-raciais estão presentes em todos os contextos da vida social. O educador Paulo Freire propõe uma maneira pedagógica que torne o aluno um observador crítico e emancipado de suas funções sociais, fazendo com que seja "livre das amarras" articuladas pelo meio social onde está inserido. Quanto ao professor, deve considerar aspectos humanos, sociais e culturais dos seus alunos, colaborando para que esses realizem uma leitura de mundo de forma crítica através da aquisição do conhecimento. A pedagogia do oprimido é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação (FREIRE, 1996).

Os moldes da pedagogia freiriana nos leva a refletir que a escola deve servir para modificar a realidade dos sujeitos e torná-los livres. A lei 10.639/03 visa à propagação do conhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares, para que os educandos recebam o conhecimento da real construção sociocultural brasileira. Um dos objetivos é despertar nos alunos negros o sentimento de pertencimento às suas origens e valorizar sua cultura. Aos alunos brancos cabe a valorização cultural dos povos de origem africana – uma vez que é indiscutível a influência dos povos africanos no povoamento, cultura, tecnologia, religiosidade, entre outros aspectos (MENDONÇA, 2019).

Segundo Saviani (2014, p. 24), "a educação insere-se, pois, na sociedade sendo por ela determinada, mas participa desse movimento contraditório". O que presenciamos muitas vezes é o caráter mecânico da transmissão dos conteúdos, sem que ocorra uma reflexão acerca desses, não somente por parte dos professores, mas de todo o corpo pedagógico, desconsiderando por vezes que os alunos elaborem seus conhecimentos com questões que integram suas vidas sociais, e a partir disso buscar as transformações que lhes são necessárias.

É compreensível que esta forma pedagógica esteja relacionada à formação inicial, quando os currículos acadêmicos nem sempre contemplam projetos que envolvem a comunidade, além de serem rudimentares as propostas de formação continuada oferecida aos profissionais da educação pelos sistemas que os incorporam. E nesse sentido, quando direcionamos às temáticas raciais, Silva e Tobias dissertam:

> A formação de educadores e profissionais da área comprometidos com uma educação antirracista não pode prescindir do conhecimento da produção teórica de diversos autores sobre as relações raciais no Brasil. Por meio dele, esses profissionais terão contato com as contribuições, os acertos e os equívocos decorrentes desses trabalhos. Esse fato lhes permitirá questionar algumas ideias que, embora desacreditadas academicamente, têm grande força no imaginário social e obstaculizam a compreensão mais precisa da realidade racial brasileira (SILVA; TOBIAS, 2016).

Há uma necessidade de pensar uma educação antirracista, que observe e trate as relações entre todos os indivíduos participantes do processo educacional, que isso permita a

construção de identidades, história e cultura, e que promova a compreensão das diferenças. É de considerar para os moldes educacionais atuais e latentes que essa seja uma forma revolucionária de se praticar os processos de ensino e aprendizagem. Freire esclarece:

> Porque assim é, a educação a ser praticada pela liderança revolucionária se faz com intencionalidade. Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes (FREIRE, 1996, p. 36).

As relações étnico-raciais fazem parte da vida social de docentes e educandos. A pedagogia histórico-crítica nos leva à práxis da funcionalidade da escola – e que primordialmente deva ser a emancipação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional –, promovendo a todos a mobilidade sobre os direitos fundamentais, impactando nas questões étnico-raciais.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa ocorreu em duas etapas: primeiramente foi realizada uma análise documental, no departamento de educação do município[7], sendo disponibilizados para pesquisa os documentos PPP (Projeto Político Pedagógico) e Plano de Gestão, utilizados pelas escolas para a formação do currículo das disciplinas e para as ações desenvolvidas durante o ano letivo. Foi verificada nos registros a abordagem descritiva da Lei 10.639/03 e analisados os eventos que demonstraram a transposição didática no cotidiano das salas de aula e no ambiente escolar como um todo, de forma a preservar a subjetividade de cada escola.

Na segunda etapa desse trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo com os docentes e gestores da rede. Por meio da aplicação de um questionário contendo 28 questões objetivas com respostas pré-formuladas, o tema da pesquisa foi apresentado aos participantes através de vídeo informativo, e através das próprias questões foi possível uma aproximação com o tema. Como a intenção foi observar a aplicabilidade e transposição didática da lei, preservamos as identidades dos respondentes.

O questionário da pesquisa foi construído na plataforma *Microsoft Forms Office* e enviado para o departamento municipal de educação, que o encaminhou aos gestores e professores de toda a rede através do aplicativo de celular *WhatsApp*. A avaliação dos resultados foi realizada dentro da própria plataforma do aplicativo da *Microsoft Forms Office*.

[7] Agradecemos ao Departamento de Educação de Piracaia que disponibilizou todo o material (PPP e Plano de Gestão das escolas), possibilitando a pesquisa documental, e ainda pela colaboração na aplicação do questionário através da divulgação aos profissionais docentes e gestores da rede.

## 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise documental verificamos em quantos PPPs e Planos de Gestão das escolas analisadas foram encontradas referências à Lei 10.639/03. O resultado desta pesquisa nos permitiu verificar que 6 das 11 escolas pesquisadas registraram eventos (atividades didáticas, projetos e pesquisas) relacionados à temática da Lei 10.639/03.

Os Temas referentes à lei 10.639/03 encontrados nos documentos pesquisados foram:

- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

- Resistência de Indígenas e de Negros à escravidão e a Luta dos negros escravizados pela liberdade;

- Tráfico negreiro e suas imagens; Números do tráfico negreiro;

- Justificativas para o tráfico e a escravidão;

- Datas importantes do período da escravidão;

- A herança do tráfico negreiro na América e na África;

- Abolição: uma história feita por negros e brancos;

- Pequena história da abolição: cativos, abolicionistas e leis;

- Projeto "Africanidades";

- História Afro-Brasileira e Indígena.

Os documentos pesquisados não nos promoveram clareza sobre quaisquer tipos de projetos ou atividades que estavam sendo desenvolvidos com os alunos, a partir destas referências temáticas citadas.

O instrumento "questionário", aplicado aos docentes e gestores das escolas, possibilitou uma melhor compreensão sobre como acontece a transposição didática no cotidiano das aulas e das atividades educativas realizadas nas escolas.

O questionário foi disponibilizado a todos os gestores (17) e docentes (223) da rede municipal através do departamento de educação. Obtivemos 49 repostas, destas, 7 respostas foram dos professores que compõem o quadro das séries pesquisadas. Analisadas as respostas dadas ao questionário, das 28 questões respondidas, selecionamos algumas que nos pareceram mais significativas aos objetivos da pesquisa:

- 75,5% dos profissionais de educação e que responderam ao questionário são pessoas de cor/raça autodeclarada branca e 24,5% estão entre pardos, pretos e amarelo.

Nas questões que abordam diretamente assuntos relacionados à Lei 10.639/03 e às temáticas que a envolvem, obtivemos os seguintes resultados:

- 67% dos respondentes disseram não terem aprendido sobre a Lei na sua

formação inicial;

- 73% não tiveram ou participaram, durante a sua carreira profissional (na rede), de eventos, palestras ou atividades de formação continuada relacionadas à temática da Lei;
- 80% disseram nunca ter ocorrido nenhum tipo de formação sobre racismo e educação antirracista durante o período que lecionam na rede;
- 39% dos profissionais, por iniciativa própria, buscaram formação relacionada ao tema;
- 78% julgam extremamente importante assuntos relacionados à temática da lei serem tratados na educação escolar.

Sobre os documentos (Projeto Político Pedagógico e Plano de Gestão) que foram analisados na primeira fase deste trabalho, quando perguntados a respeito, responderam:

- 45% não sabem se o PPP das suas escolas contempla projetos e atividades referentes à temática da Lei 10.638/03, sendo que 20% disseram que não contempla;
- 52% não sabem se o Plano de Gestão das suas escolas contempla Projetos e atividades referentes a esta temática. 19% disseram que não contempla.
- 91% dos entrevistados disseram que realizam alguma ação relacionada à temática independentemente do PPP e Plano de Gestão da Escola – desses, 60% realizam atividades diversas, e o restante aulas expositivas, projetos e pesquisas –.

Sobre a realização da práxis docente nas salas de aula referente aos temas que compreendem a Lei e a sua importância:

- 96% consideram que essa é uma temática transversal, ou seja, que pode ser trabalhada em todas as disciplinas;
- 96% consideram importante a frequência da realização de atividades educativas relacionadas aos temas raciais. E 100% disseram concordar que esta temática deva ser trabalhada não somente em datas comemorativas.

Com relação à capacitação e formação continuada sobre a temática, 83% consideram extremamente importante que a Secretaria Municipal de Educação ofereça formação continuada e práticas de aplicação da Lei no cotidiano escolar.

Sobre a sua preparação ou *performance* para trabalhar tal conteúdo com seus alunos: 19% sentem-se preparados para ministrar uma aula que trate dos temas Racismo, Escravidão, Colonialismo, Abolicionismo e Políticas de Cotas; 38% consideram-se relativamente preparados; 36% disseram estar pouco preparados e 6% totalmente despreparados.

A partir de uma práxis sobre a reprodução do racismo na escola: 29% disseram não considerar a escola uma instituição reprodutora do racismo; 48% disseram talvez e 23% disseram que sim.

Os poucos registros encontrados nos documentos PPP e Plano de Gestão das escolas sobre os temas que envolvem a lei 10.639/03 e a análise das respostas dadas ao questionário nos levam a concluir que há desafios a serem superados sobre a aplicabilidade da lei nas escolas municipais de Piracaia/SP. Os resultados mostram ainda o esforço de se trabalhar a temática nas escolas, bem como o reconhecimento demonstrado pelos docentes e gestores sobre a importância na transposição didática da lei, através de práticas pedagógicas mais efetivas no cotidiano escolar e nas salas de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da origem tupi-guarani em seu nome, o município de Piracaia não preserva a cultura indígena e tampouco a cultura afro-brasileira, as quais são registradas em seus documentos como parte da construção da própria cidade. A memória ocultada de seus negros pode estar relacionada ao desvelo de sua origem escravagista e à valorização da comunidade imigratória europeia.

A análise dos registros documentados pelas escolas, "PPP e Plano de Gestão", e dos documentos PNE (Plano Nacional de Educação), PEE (Plano Estadual de Educação) ou Currículo Paulista, PME (Plano Municipal de Educação) e Lei Orgânica do Município de Piracaia – os quais norteiam o sistema de ensino da rede municipal – e a análise das respostas ao questionário permitiram um cruzamento de informações que apontam dados significativos e que levam a compreender que há dificuldades e limites para a aplicação desta legislação (lei 10.630/03) nas atividades didáticas e práticas pedagógicas no cotidiano das escolas do município, e que, apesar de a lei 10.639/03 ter 18 anos de existência, ainda não está sendo colocada devidamente em prática.

O reconhecimento e o estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira se encontram apenas garantidos na escrita da lei, por serem pouco e superficialmente praticados no ensino fundamental das escolas de Piracaia/SP. No entanto, as escolas e os docentes que realizam (através de atividades, projetos e pesquisas) a transposição didática da lei devem ser reconhecidos, valorizados e vistos como exemplos de avanço para a contribuição de um modelo antirracista em educação.

É papel dos sistemas de educação repensarem as mudanças de suas práticas que reforçam o eurocentrismo no ensino e abordarem sobre a verdadeira contribuição da história afro-brasileira e africana na construção da nação, assumindo a responsabilidade sociocultural da escola e da comunidade. Devem ainda conduzir ações que proporcionem cursos de formação aos profissionais da educação para que elevem seus níveis de estudos, competências e habilidades. A inserção da Lei 10.639/03 deixa claro que a comunidade escolar deve se desprender de antigas práticas pedagógicas e proporcionar reflexões, debates, além de formações no que tange às relações interpessoais e às divergências encontradas no campo da educação, que visem a contribuir com o fim do preconceito racial e com a promoção de uma educação antirracista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L.; CARNEIRO, Sueli. **Racismo Estrutural (Feminismos plurais).** São Paulo. Pólen. 2019. Disponível em: http://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 30 maio2021.

ALMEIDA, Silvio, L**. O que é o racismo estrutural**. São Paulo. 2019. Disponível em: http://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso: 30 abr. 2021.

ALMEIDA, Silvio, L. **Racismo**. Enciclopédia Jurídica da PUC-SP. Teoria Geral e Filosofia do Direito, Edição 1, abr. 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo. Acesso 30 abr. 2021.

AUN, NICOLE. **Nomear para combater:** uma tentativa de organizar a raiva para virar pensamento. São Paulo. Claraboia, 2021.

BIBLIOTECA.PRESIDENCIA.GOV.BR. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Secretaria de Comunicação Social. 1996. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** MEC/ Brasília, 2020. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/572694> Acesso 01/10/2021.

BRASIL. **Plano Nacional de educação (PNE) 2014-2024** (Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014). Disponível em: http://pne.mec.gov.br/. Acesso em: 24 abr. 2021.

DIAS, Paulo M. A ideologia do branqueamento na educação e implicações para a população negra na sociedade brasileira. **RevistAleph** – ISSN 1807-6211, nº 22, ano XI, dezembro.2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39094. Acesso em: 30 maio. 2021.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador. EDUFBA,2008.

FELIX, Sandra R. **Piracaia:** Sossego nas Montanhas. (Série conto, canto e encanto com a minha história...). São Paulo: Nova América, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra.1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º edição. 1987. Disponível em :https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_grande__senzala.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Histórico de Piracaia**. 2010 Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/piracaia/historico. Acesso em: 27 abr. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Currículo Paulista**. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/. Acesso em: 24 abr. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Estadual de Educação – PEE/SP:** LEI Nº 16.279, de 08 de julho de 2016. Disponível em: https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=324&AspxAutoDetectCookieSupport=1. Acesso em: 24 abr. 2021.

MARIANO, J. R.; CARDOSO, J. S.; BORGES, C., V. **Aplicação da Lei Nº 10.639/03 no 4º e 5º ano do ensino fundamental de duas escolas municipais e duas estaduais de Belém – PA**. 2016, VIII Anais FIPED. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/25005. Acesso em: 28 abr. 2021.

MENDONÇA, E.C. A abordagem freiriana nas relações étnico-raciais no contexto escolar: a pedagogia na educação de jovens e adultos. **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 5, n. 5, ISSN 2447-6943. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/download/243657/34015. Acesso em: 19 abr. 2021.

PIRACAIA, (São Paulo). **Histórico da Cidade:** Piracaia. Disponível em: http://www.camarapiracaia.sp.gov.br/legislacao/anexo/2802.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

PIRACAIA, (São Paulo). **Legislação:** Prefeitura Municipal de Piracaia. Disponível em: https://www.piracaia.sp.gov.br/legislacao/leis?pagina=2. Acesso em: 15 fev. 2021.

PIRACAIA, (São Paulo). **Lei Orgânica do Município de Piracaia:** Sessão VI. Art. 153 e Art. 157 - Da Educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer. Câmara Municipal de Piracaia.

Disponível em: http://www.ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/arquivo_0_17012019160346.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEF "Coronel Thomaz da Rocha Cunha". Departamento de Educação. Homologado em 06/07/2016. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2016.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEFEI "Orlando Júlio Guimarães". Departamento de Educação. Homologado em 20/11/2012. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2012.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEFEI "Profa. Sylvia Amália Guimaraes Mendes". Departamento de Educação. Homologado em 27/03/2015. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2015.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEFEI "Alziro Brandão". Departamento de Educação. Homologado em 20/02/2016. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2016.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEFEI "Estação Canedos". Período 2015 a 2018. Departamento de Educação. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 20018.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEFEI "Eurides Badari". Departamento de Educação. Homologado em 08/03/2012. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2012.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEFEI "Marie Bata". Departamento de Educação. Homologado em 18/05/2018. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2018.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano de Gestão:** EMEFEI "Pref. Amaro P. Leite". Departamento de Educação. Homologado em 26/04/2018. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2018.

PIRACAIA, (São Paulo). **Plano Municipal de Educação (PME)**: Lei Nº 2.802, de 18 de junho de 2015. Documento Base 2015 - 2025. Departamento Municipal de Educação do Município de Piracaia. Disponível em: http://www.camarapiracaia.sp.gov.br/legislacao/anexo/2802.pdf> Acesso: 15/03/2021.

PIRACAIA, (São Paulo). **Projeto Político Pedagógico:** EMEF "Prof. Maria Eloysa Peçanha Moraes". Departamento de Educação. Homologado em 31/05/2016. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2016.

PIRACAIA, (São Paulo). **Projeto Político Pedagógico:** EMEF "Santo Antônio da Cachoeira" – período 2016 a 2019. Ofício Nº 147/2016. Departamento de Educação. Homologado em 10/06/2016. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2016.

PIRACAIA, (São Paulo). **Projeto Político Pedagógico:** EMEFEI "Alziro Brandão". Departamento de Educação. Homologado em 15/02/2016. Secretaria Municipal de Educação. Piracaia, 2016.

PIRACAIA, (São Paulo). **Regimento Comum da Escolas Municipais de Piracaia.** Decreto Nº 3636 de 22 de março de 2011. Conselho Municipal de Educação, deliberação 01/2011.

Publicado e afixado em local público de costume. Departamento de Administração. Piracaia, 2011.

PIRACAIA. **Lei Orgânica do Municipio de Piracaia. Legislação.** Disponível em:< https://www.piracaia.sp.gov.br/legislacao/leis?pagina=2. Acesso em: 15 maio. 2021.

PLANALTO DO GOVERNO FEDERAL. **Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Presidência da república. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso e m: 24 abr. 2021.

PNLD. **Programa Nacional do Livro Didático.** FTD. 2021. Disponível e m: https://pnld.ftd.com.br/?utm_source=google_adwords&utm_medium=cpc&utm_campaign=pnld_2021_objeto_2&utm_term=anuncio_dinamico&gclid=CjwKCAjw3MSHBhB3EiwAxcaEu1vFk1Mq3DPtxpeCvDWsHTyxLGP_Y0eW1S3833guuvWfhgZMg5kX2RoCVWMQAvD_BwE. Acesso em: 16 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACAIA. **História da Cidade.** Disponível em: https://www.piracaia.sp.gov.br/cidade/historia. Acesso em: 27 abr. 2021.

QEDU.ORG.BR. **Lista completa de escolas, cidades e estados.** Fonte: Censo Escolar/INEP. Disponível em: https://qedu.org.br/busca. Acesso em: 29 abr. 2021.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica. **Revista RBBA**, V. 3 nº 02. Vitória da Conquista. dez. 2014. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4430728/mod_resource/content/1/4%20-%20SAVIANI%2C%20D.%20A%20pedagogia%20hist%C3%B3rico-cr%C3%ADtica..pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Novo Currículo Paulista.** COPED Coordenadoria Pedagógica. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/coped/ensino-na-rede/novo-curriculo-paulista/#:~:text=O%20Curr%C3%ADculo%20Paulista%20define%20e,na%20perspectiva%20do%20desenvolvimento%20humano. Acesso em: 24 abr. 2021.

SILVA, Ricardo T.C., DUARTE, A. Um longo caminho: a aprovação da lei 10.639/03 como fruto da luta do movimento social negro pelo direito à educação (1889-2003)**. Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.16, nº3, (114-138), jul-set. 2018. Disponível em: http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/2244. Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVA, Roberto; TOBIAS, Juliano S. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,** São Paulo, nº65, (177-199), dezembro. 2016.
Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rieb/n65/2316-901X-rieb-65-00177.pdf. Acesso em: 30 maio. 2021.

# JORNAL O PIRACAIENSE: UM RESGATE HISTÓRICO DE CEM ANOS

GRADIZ, Ana Catharina[1]; TOSIN, Giuliano[2]; DIAS, Osni[3].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-331*

**RESUMO**

Resultado de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida no Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão (CEPE) da UNIFAAT, este trabalho aborda o jornal "O Piracaiense", que existiu no século passado, na cidade de Piracaia. Apresenta uma contextualização histórica da cidade e do próprio veículo de imprensa nas primeiras décadas do século XX, período dos exemplares sobre os quais se concentra o presente estudo. Além da descrição do conteúdo do jornal, que retrata o cotidiano da cidade na época, este artigo propõe um resgate da memória coletiva local, preservando e valorizando a história regional através do patrimônio cultural jornalístico.

**Palavras-chave:** Jornalismo regional. Memória. Piracaia.

**ABSTRACT**

The present work focuses on the newspaper "O Piracaiense" which was in circulation in the city of Piracaia in the last century, it presents the city in a historical context and the newspaper as an instrument of the media during the first decades of the 20th century concentrating on specific editions of such period. Besides describing the newspaper content which portrays the city daily life during that period, the article proposes the rescue of the local collective memory, preserving and valuing its regional history through the journalistic cultural heritage.

**Keywords:** Regional journalism. Memory. Piracaia.

[1] Estudante de Graduação do 8o semestre do curso de Jornalismo e pesquisadora de iniciação científica no CEPE (Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão) da UNIFAAT.
[2] Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social da UNIFAAT e pesquisador no CEPE.
[3] Coordenador do curso de Jornalismo da UNIFAAT e pesquisador no CEPE.

## INTRODUÇÃO

Em julho de 1895, foi fundado, no município de Santo Antônio da Cachoeira, um semanário intitulado O Cachoeirense, sob a redação de Francisco de Paula e Silva, e gerência de Joaquim Gonçalves de Oliveira. A "officina" local que sediava a impressora tipográfica, foi montada sob a direção de Theophilo Ferreira de Almeida, com recursos de uma associação da qual também faziam parte o capitão José Joaquim da Silveira Campos, o coronel Thomaz Gonçalves da Rocha Cunha, Silvino Julio Guimarães, Norberto Ferreira Barboza, José Carvalho de Oliveira e João Baptista Franco. Em 1898, Luiz Gonzaga assumiu a gerência do jornal.

Depois de algum tempo sem circulação, O Cachoeirense reapareceu em outubro de 1902, sob a direção de José Simões Herdade, imigrante português nascido em 1864 na cidade de Figueiró dos Vinhos. Herdade veio sozinho para o Brasil entre 1884 e 1885. Seu primeiro contato foi com um primo em Santos e, não sabe-se por qual motivo, foi em seguida para Piracaia, onde residiu por mais de 40 anos e foi proprietário de uma loja de variedades chamada "Paraíso das Novidades". Era formado pela universidade de Coimbra, provavelmente em Filosofia, e participava ativamente da vida cultural da cidade, estando entre os rapazes que, em outubro de 1895, reuniram-se no salão da Câmara Municipal para formar um grupo dramático recreativo do qual foi vice-presidente. Nunca exerceu cargo político, mas era bem ligado à esfera política da cidade, e entre suas amizades próximas estavam juízes, médicos, políticos, advogados, etc[4].

O Paraíso das Novidades, também conhecido como Bazar do Herdade, ficava localizado defronte a Praça Nossa Senhora do Rosário, e lá havia a única impressora tipográfica da cidade, que imprimia os exemplares do jornal. O estabelecimento comercial oferecia também serviços de gráfica, de telefonia, tipografia, papelaria, material de escritório, livraria, entre outros. Herdade teve nove filhos, alguns destacaram-se em atividades ligadas ao comércio na cidade e à administração do Piracaia Futebol Clube[5]

Em 1910, O Cachoeirense passou a ter direção do coronel Silvino Julio Guimarães, e José Herdade ficou na gerência, tendo retornado à direção anos depois, permanecendo no cargo até seu falecimento, em 1926, aos 62 anos de idade. É curioso observar que o município mudou de nome em 1906, mas o jornal continuou se chamando O Cachoeirense até quase o final da década seguinte. Com a morte de José Herdade, os filhos dele, Antonio e Lydio, ficaram ainda por um tempo publicando o jornal. Um exemplar resgatado de 1945 mostra que O Piracaiense

[4] Informações oriundas de entrevista concedida por Lydia Maria Alves Olivieri em 05 abr. 2020.
[5] IDEM

pertencia, na ocasião, a Job Telles Faria, que é nome de rua na cidade. Numa sequência ininterrupta ou não, O Piracaiense circulou também nos anos 1970, tendo pertencido à família Zago[6].

## 1 O MUNICÍPIO DE PIRACAIA NO COMEÇO DO SÉCULO XX

O município de Piracaia situa-se no nordeste do estado de São Paulo, a 89 quilômetros da capital. É uma das cidades da região Bragantina, próxima à fronteira com o sul de Minas Gerais. O povoado, fundado em 1817, foi elevado à categoria de município em 1892, chamado inicialmente de Santo Antônio da Cachoeira, referência ao padroeiro do lugar e ao rio Cachoeira. O nome "Piracaia", que quer dizer "peixe assado" em tupi-guarani, foi atribuído em 1906.

Atualmente com 27 mil habitantes, Piracaia contabilizava, no começo do século XX, cerca de dez mil pessoas, a maioria residentes no perímetro rural, onde se situavam as chácaras e fazendas de café. O centro da cidade ainda possui belos sobrados e casarões com mais de cem anos, e duas igrejas dessa época, a de Santo Antônio (Igreja Matriz) e a do Rosário, ambas tendo passado por reformas. A Usina de Piracaia, que trouxe luz elétrica, foi construída em 1911. A primeira linha telefônica chegou ao local em 1898 e, em 1902, na véspera da festa do padroeiro, era inaugurada a iluminação pública a gás acetileno, substituindo os lampiões a querosene.

Até 1914, os moradores buscavam água em latas no rio Cachoeira. Então, foram construídos dois chafarizes no centro, que eram utilizados para pegar água e lavar roupas. A água encanada começa a chegar em algumas casas em 1916. O mercado municipal, que ficava atrás da igreja do Rosário, foi construído em 1912 e demolido em 1968. As correspondências do correio vinham por meio de cavaleiros ou charretes, passando por Mairiporã e Atibaia. Com a chegada do trem mudaram muito os costumes locais. A Estação Piracaia de trem foi criada em 1914, com muito esforço do coronel Thomaz Gonçalves da Rocha Cunha[7]. Nessa época, havia 23 engenhos de cana na cidade, muitos alambiques e farta variedade de marcas de cachaça (ALMEIDA, 1912, p. 26).

[6] IDEM

[7] Nascido em Atibaia (1860), com dez anos de idade mudou-se para Sto. Antônio da Cachoeira. Foi vereador, presidente da câmara e prefeito por 12 anos, além de um dos criadores da Sta. Casa de Misericórdia, em 1907. Ex-diretor do Banco de Custeio Rural e um dos fundadores da Empresa Telefônica Bragantina e da Empresa Elétrica de Piracaia, além do primeiro Grupo Escolar da cidade. Participou da fundação do jornal O Cachoeirense.

Em comparação ao recente passado rural, a Piracaia do começo do século XX começava a ganhar contornos de progresso, o que já despertava a nostalgia dos antigos moradores:

> A Piracaia de hoje, com os seus bellos predios, suas ruas abauladas, seus modernos edificios publicos, seu rumoroso commercio e sua promissora cultura espiritual, não vale decerto para os velhos moradores da cidade, como estancia aprazivel, o que valia outrora, 37 anos atraz, a rizonha collina de Santo Antonio da Cachoeira, com suas alegrias ingenuas e expontaneidades affectivas, longe do tumulto e das asperezas dos grandes centros civilisados (ALMEIDA, 1912, p.105).

O que o autor chama de "grande centro civilizado" eram alguns poucos quarteirões com armazéns, quitandas, farmácias, correio, barbearias, botequins, uma confeitaria, uma livraria, dois médicos, um dentista, três advogados e assim por diante. A cidade tinha, ao todo: 17 ruas e três avenidas. Os "modernos edifícios públicos" eram, basicamente, o Fórum e Cadeia, uma elegante construção erguida pelo Estado, as igrejas, o Mercado Municipal, o Paço Municipal e o Grupo Escolar.

A década de 1910 foi uma época próspera para a cidade, com o auge do ciclo cafeeiro. Deu-se a chegada das inovações e a vinda de engenheiros e arquitetos, entre eles o renomado campineiro Ramos de Azevedo, que residiu alguns anos na cidade. A praça Santo Antônio, defronte a igreja homônima, era o local público mais frequentado da cidade. Nela foi construído, em 1911, o Theatro Sant' Áurea, importante palco para os eventos culturais da cidade. Nessa época, havia também o Cinema Paraíso, com sessões aos sábados e domingos. (FÉLIX, 2006, p. 33).

A cultura, aliás, mantinha-se acesa também através de serenatas, quadrilhas, execuções da banda de música local e da orchestra coral, jogos de prendas, cavalhadas, congadas e apresentações de teatro amador. Desde o final do século XIX comemoravam o carnaval na cidade, e o "bando carnavalesco" passeava pelas ruas do Theatro Sant' Áurea até o Club Piracaia. Em 1897, foi inaugurado o Club Recreativo, com a programação dividida em três partes: literária, "concertante" e dançante. Em 1907, surge o Clube Recreativo Cachoeirense. Existia também o Clube da Dona Cidadinha, onde só entravam negros. As principais festas religiosas eram a Reza de Santa Cruz, a Reza de São Gonçalo e a Festa do Divino, além das procissões. Também eram importantes espaços de lazer a Ilha dos Amores e a Ilha do Recreio, com bosques e caramanchões onde eram realizadas sociedades para festas. Essas ilhas foram desfeitas na década de 1950, com obras que desviaram o curso do rio (FÉLIX, 2006, p. 45).

A festa de centenário da cidade, em 1917, é um bom exemplo do entretenimento da época: comemoração com fogos, badalar de sino, banda de música, missas e três dias de festa. Inauguração dos coretos das duas praças, inauguração das novas bombas hidráulicas, partida de

futebol, palestra literária no Theatro, concerto musical, Caiapó (folguedo indígena liderado, na época, pelo cacique Basilião), projeção de filmes ao ar livre, espetáculo infantil e leilão de prendas. Na política, liberais e conservadores revezavam-se no poder em disputas acirradas, tendo surgido posteriormente também o partido "catholico".

## 2 O PIRACAIENSE E A COMPILAÇÃO DE 1922

O jornal O Piracaiense tinha formato tabloide com apenas quatro páginas numa folha só, e circulava todos os domingos, com sua postura editorial declaradamente republicana. Será apresentada a seguir uma síntese do conteúdo de suas edições do ano de 1922, elaborada a partir de exemplares presentes em uma compilação cedida por empréstimo para a presente pesquisa por Rodrigo Costa. Em entrevista[8], ele contou que o material estava com sua tia Tereza Herdade, que foi a última nora de José Herdade a falecer, em 2016, aos 95 anos de idade. Ela preservava esse material que era do marido dela, Antônio Herdade, filho do José Herdade e, como ela veio morar com Rodrigo no final da vida, trouxe a compilação de jornais consigo.

Encontramos também poucos exemplares d'O Piracaiense na biblioteca municipal, algumas poucas páginas escaneadas na internet, e uma foto aqui e outra ali do jornal, normalmente com familiares descendentes dos Herdade. A ausência de um arquivo que reúna organizadamente coleções das publicações locais é um fator que se, por um lado, dificulta a obtenção de material, por outro, aumentou o desafio de seguirmos rastros quase apagados da história.

### 2.1 Crescimento e urbanização

Esses exemplares relatam uma cidade onde estavam ocorrendo notáveis "melhoramentos locaes". Em 29/01/22, a Câmara Municipal de Piracaia, representada pelo Ten. Cel. José Moraes Cunha, vice-prefeito em exercício de Piracaia, anuncia um edital chamando concorrentes para o "calçamento a paralelepípedos" da cidade: "Fica o Prefeito Municipal autorizado a chamar a concorrentes para o calçamento a paralelepípedos das ruas desta cidade, iniciando pela rua Padre Antonio." Na mesma edição, em outro anúncio a Câmara decreta a criação de imposto para "o canteiro, britador ou outra qualquer pessoa que exporte pedras para fora do municipio." Certamente, os dois editais estavam ligados à mesma finalidade, o calçamento das ruas locais.

Na semana seguinte, (05/02/22) outra nota intitulada "Melhoramentos Locaes" anuncia

[8] Entrevista concedida em 29/01/2021.

> Sabemos que é intenção da Prefeitura, dotar a nossa cidade de muitos melhoramentos no corrente anno, para commemoração do centenario da independencia do Brasil, a exemplo do que se está fazendo em outras localidades." Em seguida, anuncia o calçamento de parte da cidade, e convida os proprietários "que ainda não fizeram calçadas e muros de seus predios, a fazerem em breve prazo, reformando os predios que disto precisarem.

Nota publicada dia 25/05/22 confirma que os "Melhoramentos Locaes" no perímetro urbano estão acontecendo. Os proprietários atenderam aos editais da prefeitura e estão fazendo calçadas e muros "de forma que, dentro do praso de 60 dias, que para isso foi marcado, a nossa cidade apresentará outro aspecto. Também tem sido renovada a pintura de diversos prédios e de outros já estão contractados."

Em nota publicada no dia 04/06/22, o Tte. Cel. José Moraes Cunha, vice-prefeito municipal, definiu em edital o prazo de 60 dias para que os proprietários de prédios ou terrenos no perímetro urbano construíssem muros e calçadas nas ruas onde estavam sendo colocadas as guias. Também, que reformassem muros e calçadas estragadas, bem como a pintura dos prédios e muros, com o pretexto de "apresentar nossa cidade melhor aspecto" para a ocasião do centenário da independência em 7 de setembro, a exemplo do que estava sendo feito em outras cidades do estado. Nota de 16/07/22 intitulada novamente "Melhoramentos Locaes" informa que o prazo de 60 dias para as reformas encerra-se em 1º de agosto. Além das obras já referidas anteriormente, a nota acrescenta que "A Directoria do Serviço Sanitario providencia para que sejam feitas as instalações de agua e esgotos em todos os predios das cidades onde hajam esses serviços." Ainda com o título de "Melhoramentos Locaes", a edição de 27/08/22 anuncia que "A Camara Municipal vae augmentar a illuminação publica com mais dez lampadas, collocando algumas na Villa Vieira, que ficará considerada dentro do perimetro urbano".

A separação entre o perímetro urbano e o rural começava a ficar cada vez melhor demarcada. A edição de 12/03/22 contém dois editais assinados por José Bruni, fiscal da Câmara Municipal. O primeiro determina que ninguém mais poderá ter "creação de gado dentro do perímetro urbano da cidade, seja da especie que fôr". O segundo decreta que "desta data em diante, fica prohibido conservar nas ruas, praças e passeios, qualquer corpo que difficulte o transito publico". Mais adiante, o texto explica os corpos como "carroça, lenha, madeira, etc.", que só poderiam permanecer na rua "o tempo necessário para serem recolhidos". Os valores das multas referentes às infrações estão previstas nos dois editais. É interessante observar que os dois editais cumprem ordem do Sr. Vice-prefeito em exercício. Estaria a cidade sem prefeito? O mesmo fiscal assinou um aviso (22/01/22) estabelecendo que "todo o vehiculo que for encontrado sem a respectiva placa de licença será apprendido e recolhido ao deposito municipal".

Nota de 30/07/22 intitulada “Inspector Sanitario” afirma que:

> A Prefeitura Municipal sollicitou, da Directoria do Serviço Sanitario do Estado a vinda, a esta cidade, de um Inspector Sanitario, afim de escolher o terreno proprio para o matadouro que a Camara Municipal pretende construir brevemente.” E continua: “N’essa mesma occasião o Inspector visitará, pessoalmente, os estabelecimentos commerciaes, açougues, padarias, quintaes, etc. Afim de verificar o cumprimento das disposições do Codigo Sanitario.

**2.2 Trem, telefonia e telégrafo**

Alguns exemplares d’O Piracaiense indicam a expansão do serviço de telefonia na cidade no começo dos anos 1920. A edição de 23/04/22 informa a ligação de “mais dois” telefones no centro, sendo eles o número 3, da Freitas & Prado, e o número 19, do Sr. Francisco Dias Novaes. Outras edições também anunciam a ligação de outros números na cidade. O trecho a seguir retrata bem as condições do serviço telefônico local na época:

> Em bôa hora a Companhia Telephonica resolveu reformar o nosso já indispensável, serviço telefônico. Muitas eram as queixas dos assignantes sobre o mao estado das instalações, quer domiciliares quer do centro. Attendendo, por isso, a essas reclamações, a Companhia mandou um técnico competente com ordem de deixar perfeito o funcionamento da nossa instalação. Os serviços foram, com segurança e methodo, atacados e ao cabo de uma quinzena, estamos hoje, com satisfação o dizemos, de posse de uma instalação, não luxuosa, mas funccionando perfeitamente. Desappareceram as contínuas interrupções, os aparelhos isolados e toda aquella série de contratempos a que estávamos sujeitos. Hoje basta uma simples manivela para obtermos a nossa ligação. Que número, faz favor? Quando ouvimos essa interrogação da telephonista, desejaríamos dar o número do apparellho do nosso bom padroeiro S. Antonio e pedir-lhe que lançasse suas bênçãos sobre o estimado Sr. Alfredo Aletti que enviado pela Companhia Telephonica soube com competencia transformar um objeto de martyrio em um criado útil e prestável (O PIRACAIENSE, 18 jun. 1922).

Um outro meio de comunicação também celebrava avanços notáveis, segundo o jornal. A edição de 11/06/22 conta que uma “pessoa do nosso meio social teve occasião de receber um telegramma de Portugal. Até ahi nada de novo, pois a todos é lícito receber telegrammas.” E complementa: “O que há de notável é ter esse telegramma gasto apenas 3 horas de Lisboa a Piracaia. É um verdadeiro record de brevidade. O telegramma foi passado pela Western, que assim dá mostra do modo correcto porque serve o publico”.

O principal meio de acesso e saída de pessoas a Piracaia no começo da década de 1920 era o trem. Na edição de 09/07/22, um grande anúncio da São Paulo Railway Company anuncia os novos horários de trem na Secção Bragantina e no Ramal de Piracaia. A linha que ia até Piracaia partia da Estação Caetetuba (Atibaia), onde havia conexão para São Paulo/Jundiahy e Bragança. Partiam de Piracaia apenas dois trens diários, às 5:35h e às 14:05h. Dois trens

chegavam à cidade por dia, às 10:40h e às 19:40h. O trajeto entre Caetetuba e Piracaia durava cerca de uma hora.

### 2.3 Aristocracia rural

Na vida social, festas elegantes eram celebradas pela elite local, vide o casamento do filho do presidente da Câmara Municipal (Cel. Silvino Julio Guimarães) com a filha de um rico fazendeiro de Joanópolis, retratado na edição de 01/10/22. O texto cita o nome de todos os padrinhos, os paraninfos, os presentes recebidos pela noiva (relógio de ouro, perfume finíssimo, cigarreira de ouro, alfinete com pérola, cheque, tapete, estatueta, etc., até porta-cartões e aparelho para café). Comemorações com jantar e baile no Centro Joanopolense, em seguida os noivos seguiram em viagem de núpcias para o Rio de Janeiro.

Um passeio retratado na edição de 14/05/22 nos dá uma boa noção da beleza e da elegância do local na época, e de sua expansão urbana. “No dia 9 do corrente, um grupo de diversas pessoas desta cidade realizou uma bela passeata às pitorescas ilhas, e elegantes pontes sobre o rio “Cachoeira”, recentemente construídas e que ligam o futuroso bairro “Mogy”, e outros à prospera Estação de Arpuhy. Às 5 horas, em uma das ilhas, foi offerecida pelo Maj. Brasilio Oscar, o maior influente daquelles importantes melhoramentos, uma apititosa refeição regada abundantemente com a saborosa ‘Franceschine’ e o incomparável ‘Alvaralhão’.” Entre discursos e agradecimentos, foram lembrados os bons ofícios prestados pelo Cel. Thomaz Cunha e seu filho Sebastião Cunha, para o tão útil empreendimento.

Com economia predominantemente rural e cafeeira, a cidade começava a clamar por industrialização. O artigo “Fábrica de Tecidos”, publicado inicialmente no dia 26/11/22, prolongou-se por mais três edições. Abordava o questionamento se a cidade tinha condições de receber uma fábrica de fiação e tecelagem. Segundo o artigo (sem assinatura), “há condições mais que satisfactorias para que o assumpto em questão se torne uma realidade, dependendo apenas da boa vontade das pessoas que possam concorrer para esse tentamen”. Piracaia e Joanópolis “constituem um nucleo de optima economia agricula. Em consequencia disso, os seus fazendeiros e sitiantes gosam de bastante prosperidade, muito especialmente agora deante dos altos preços do café.” Na edição seguinte, o jornal publica cartas do Cel. Thomaz Cunha e do Major Brasilio Oscar Gonçalves, dois cidadãos de elevado “valor moral e financeiro” que apoiam a instalação de um fábrica têxtil na cidade. Na realidade, tudo começou com uma nota publicada dia 22/10/22 intitulada “Fabrica de Tecidos”. Dizia a nota: “Consta-nos que um grupo de capitalistas desta cidade cogita em installar uma fabrica de tecidos. Oxalá que vá ávante tão importante melhoramento para Piracaia.”

## 2.4 Fórum e Santa Casa

A seção Pelo Fôro era presente em todas as edições d'O Piracaiense, e trazia a expedição de alvarás, o resultado de inquéritos policiais, sentenças judiciais, inventários, prestação de contas, o alistamento de eleitores, denúncias, arrolamento de espólio, resultado de processos, penhora e partilha de bens, contestação de ações, etc., ocorridos na cidade. Os bens penhorados eram leiloados na porta do Fórum, na forma de pregão de praça. Um "Edital de Praça" era publicado pelo juiz de direito da Comarca de Piracaia, o Dr. Joaquim Barbosa de Almeida. Sítios, terras, casas e outros imóveis. Em 04/06/22, uma nota publicada no jornal anuncia a instalação da Assistência Judiciária e convoca a população local a utilizá-la. A edição de 28/05/22 apresenta, ainda na seção Pelo Fôro, o anúncio de uma "acção de divorcio" proposta por Izidoro Verdi contra sua mulher Virgilia Ferniana.

Na saúde, um balanço da Santa Casa de Misericórdia divulgado em 16/07/22 afirma que foram recolhidos ao estabelecimento, no primeiro semestre do ano, 69 doentes; desses 58 tiveram alta, oito faleceram e três continuam em tratamento. O principal médico da cidade, ou talvez o único, era o Dr. Luis Teixeira Leite Junior, figura muito presente nas edições d'O Piracaiense. Em ocasião do seu aniversário, recebeu homenagem do jornal como "distincto companheiro e humanitário clinico". A homenagem conta com um retrato bem grande do Dr., uma rara presença de imagem no jornal. A clínica médica do Dr. Teixeira Leite era anunciante assídua do jornal.

A edição de 07/05/22 traz o resultado do último censo nacional, tendo o país 30,6 milhões de habitantes. É interessante observar que, enquanto a população do país cresceu sete vezes nesses quase cem anos, a de Piracaia apenas dobrou. Na educação, o recenseamento escolar de Piracaia divulgado na edição de 16/07/22 é dividido entre Sede (Grupo Escolar) e bairros, e o contraste entre os dois é gritante: das 160 "creanças" da região central, 139 estão matriculadas no Grupo e 31 sabem ler. Nos bairros, são 719 "creanças", apenas 55 frequentam escolas e só 15 sabem ler.

## 2.5 Política

Por ser de caráter assumidamente republicano, O Piracaiense habitualmente promovia candidatos ligados ao Partido Republicano Paulista, que tinha o Cel. Thomaz Cunha como presidente do seu "directorio local". A edição de 12/02/22 contém uma convocatória do Partido Republicano Paulista para que os eleitores da cidade votem em Arthur da Silva Bernardes para presidente da república no próximo dia 1º. O texto define Arthur Bernardes como "partidario convencido da valorização do café; obtendo elle a victoria, continuará o mesmo governo do

Benemerito Dr. Epitacio Pessoa, a quem a lavoura muito deve". O texto é assinado por nove membros da Comissão Diretora do PRP local, a começar pelo Cel. Thomaz Cunha. Segundo a edição de 05/03/22, nas eleições para a presidência da república realizadas no dia 01/03, Arthur da Silva Bernardes ficou em primeiro lugar na cidade com 358 votos, seguido por Nilo Peçanha, com 3 votos. É interessante observar a diferença de votos entre os dois candidatos.

Na edição de 23/03/22, um texto replicado a partir do jornal Folha da Noite (Bragança?) intitula-se "Eleições Estadoaes", e tem como subtítulo o nome do "Dr. Asprino Junior". O texto exalta a candidatura do mesmo, e convoca os eleitores da "Zona Bragantina", os moradores de "Socorro, Itatiba, Atibaia, Nazareth, Piracaia, Joanopolis, Bragança e outras cidades do 6º districto" a votarem nele. O texto define o candidato como portador de "intelligencia robusta e formosa, possuidor de um caracter sem jaça, de um coraçao nobilissimo, amigo do povo e dos seus concidadãos, tendo maneiras as mais bondosas e democráticas".

Na edição de 23/04/22, Nicolau Asprino Jr. fez a publicação intitulada "Ao eleitorado e ao povo", na qual se apresenta como candidato ao "Congresso Estadoal". O candidato, que é bragantino, agradece à benevolência dos seus conterrâneos. Promotor público e membro do Partido Republicano, Asprino já havia sido vereador e presidente da câmara de Bragança. Apesar de seu discurso de campanha concentrar-se nas questões de ênfase regional, no que ele chama de "Zona Bragantina", cabe observar que o candidato não foi muito bem votado em Piracaia. A edição de 14/05/22 traz em nota o resultado local das eleições para deputados ao Congresso do Estado, realizada em 29 de abril. No 1º turno, Virgílio C. Pinto foi o mais votado em Piracaia com 669 votos, enquanto Nicolau Asprino Jr. teve apenas 9 votos na cidade. No 2º turno, Virgílio ficou com 670 e Asprino com 355. Na edição de 23/04/22, o jornal agradece a visita de Asprino e do abastado fazendeiro bragantino Cel. Olegario Elias.

O "Boletim Republicano" publicado em 23/04/22 pede aos eleitores que votem nos candidatos do Partido Republicano Paulista nas eleições que ocorrerão em breve para a Câmara dos Deputados e a do terço do Senado Estadual. Os nomes dos candidatos foram escolhidos em reunião realizada no mesmo mês, em Campinas. O texto é assinado por nove moradores de Piracaia, entre eles Brasilio Oscar Gonçalves.

Apresenta a relação de candidatos para senador e para deputados. As de deputado são do "Sexto Distrito", e entre eles não se encontra Nicolau Asprino. Encontram-se Antonio Lobo, Virgilio de Carvalho Pinto (que venceu as eleições na cidade), e outros três. Ou seja, aparentemente, o bragantino Nicolau Asprino veio buscar votos em Piracaia mas foi rechaçado pelo eleitorado, que preferiu os candidatos locais. Um detalhe: Asprino era assinante d'O Piracaiense. A edição anterior do jornal publicou o Edital de convocação para as eleições,

pedindo aos eleitores para comparecerem no dia 29/04, às 10h da manhã, no edifício da Câmara Municipal, munidos de seus títulos eleitorais, para "darem seus votos, na forma da lei".

O resultado das eleições municipais para a Câmara e para juízes de paz foi publicado dia 17/12/22. "O pleito que teve grande animação decorreu na melhor ordem, demonstrando assim o gráu, altamente elevado, de compreensão do civismo, quer por parte dos dirigentes da politica local, quer por parte do eleitorado". Comparecerem 334 eleitores e, entre os vereadores eleitos na ocasião estão Cel. Thomaz Cunha, Maj. Brasilio Oscar, Tte. Cel. José Moraes Cunha e o Cel. Silvino Guimarães. Todos os eleitos têm patentes militares, e quase todos os candidatos do pleito tinham, exceto F. S. Brandão e João Candido Ferreira.

## 2.6 Tiro de Guerra

O Tiro de Guerra 561, orgulho da cidade na época, também era assunto frequente no jornal. A edição de 18/06/22 noticiou a inauguração do novo stand de tiro da patriótica sociedade, estando presentes as autoridades locais, a diretoria do Tiro, representantes da imprensa, distintas famílias, inúmeros atiradores e banda musical. Deu o tiro inicial o exmo. Sr. Cel. Thomaz Cunha. "Durante o exercício foi servido aos presentes um profuso copo de cerveja" acompanhando os discursos.

Uma inusitada publicação, intitulada "Cornetas e corneteiros", chama particularmente a atenção:

> Temos sido sempre dos primeiros a apoiar as iniciativas uteis á mocidade, e por isso nos achamos com direito a pedir alguma cousa. Dessas columnas fizemos muitas vezes sobresahir as vantagens das linhas de tiro e do escotismo. Fomos sempre seus partidarios enthusiastas. Hoje porem necessitamos chamar a atenção dos dirigentes dessas duas instituições para o martírio, a que sujeitam a nossa população, os tocadores de cornetas. É claro necessitam exercicios de toques, mais isso deve ter hora e logar e não ser feito do modo actual!... A todo instante desde a madrugada até a noite ouve-se o som estridente, desafinado dos principiantes. É preciso por cobro a esse facto irregular sob todos os pontos de vista. (O PIRACAIENSE, 28/05/22)

Nota publicada no dia 14/05/22 intitulada "13 de Maio" destacava que a data não havia passado despercebida em Piracaia. "A corporação musical Cel. Silvino executou pela madrugada magnifica alvorada, sendo-lhe por essa occasião offerecida uma chavena de chá pelo Sr. Brasilio da Cunha, falando por essa occasião sobre a data o Sr. Cap. João Bueno do Prado." E conclui: "Á noite houve diversos bailes promovidos pelos operarios e patriotica passeata pelo Tiro de Guerra."

**2.7 Catolicismo**

Todo o conteúdo religioso publicado no jornal era exclusivamente ligado à igreja católica. Festividades como a festa do padroeiro Santo Antonio, o Mês de Maria, etc. eram todas celebradas com missas, ladainhas, sermões e procissões, divulgados no jornal. O artigo "Ressurreição", publicado em 16/04/22, é um dos tantos artigos religiosos publicados pelo jornal, sobre papas, padres e acontecimentos religiosos. Por exemplo, tanto o falecimento do Papa Bento XV quanto a nomeação do Papa Pio XI receberam destaque no espaço destinado aos artigos. O vigário da paróquia fez repicar os sinos da Matriz e cantou em ação de graças pela eleição do novo Papa.

O jornal também publicava sempre a programação das festas e demais eventos religiosos da cidade. A edição de 20/08/22 anuncia que o Arcebispo de São Paulo "conferirá hoje, na Egreja Santa Cecilia, a ordem de presbytero ao diacono João Bueno Gonçalves, nosso conterrâneo, o qual aqui chegará no proximo sabado (...) para no domingo, às onze horas, cantar a sua primeira missa, na Egreja Matriz." O assunto do novo padre, o primeiro piracaiense, percorreu algumas edições. No dia 20/08/22 ele é apresentado como "o primeiro nativo das margens do Cachoeira que recebe a sagrada investidura das mãos da summa autoridade archiepiscopal da diocese". O padre fora um devoto coroinha local, que ajudava nos cultos católicos. A edição de 27/08/22 comenta a recepção: o "distincto sacerdote (...) foi recebido na estação de Campo Limpo, por uma commissão da Camara Municipal desta cidade". E continua: "Esperavam a chegada do trem, na gare da São Paulo Railway, para mais de mil pessoas, entre as quaes o vigário da Parochia, todas as autoridades judiciarias e municipaes, representações das associações religiosas e a banda de música Cel. Silvino".

"Mudança de Imagem" era o título do texto publicado em 09/04/22: "A população erroneamente tem atribuido as grandes chuvas que ultimamente têm cahido sobre o municipio, a mudança do nosso padroeiro Santo Antonio – da velha imagem para a nova. Quem sabe?..." A edição de 16/04 continua a polêmica da substituição da velha imagem de Santo Antonio por outra, recentemente adquirida. Segundo o texto, a imagem anterior vinha sendo venerada há muitas gerações, o que justifica o alarde. Mas o jornal diz ter certeza de que "sensatas providências serão tomadas para acalmar-se o mal estar produzido por este acto".

A edição de 17/12/22 apresenta os preparativos para a Festa de Natal, que será "dedicada as creanças, principalmente ás da roça, a realizar-se na Praça Santo Antonio, com distribuição de bombons."

A edição de 16/04/22 retrata uma Piracaia em luto: faleceu repentinamente na manhã do dia 10/04 o "estimado moço" José Ferreira Canjano, o "Canjaninho", filho do Sr. Antonio

Canjano, conhecido comerciante local. Era sócio do Recreativo, "player de futebol" e um dos sócios-fundadores do Piracaia Futebol Clube. O PFC, que suspendeu os treinos por oito dias, enlutou sua sede e recebeu telegrama de pesares do Esporte Clube Operário, de Atibaia e do São José FC, de Bragança. O jornal descreve na íntegra o texto de 15 coroas que foram depositadas sobre o seu caixão, além de extensa relação de nomes presentes ao funeral. Essa prática do jornal, aliás, ocorria sempre que falecia alguém conhecido ou influente na cidade.

**2.8 Cultura e entretenimento**

O anúncio da programação semanal de cinema, que era divulgado em todas as edições d'O Piracaiense, dessa vez foi mais sofisticado:

> A fita para hoje é de primeira ordem. Foi passada nos melhores cinemas da Capital e do Rio e intitula-se *O coração de uma menina*, da querida fabrica World Pictures. Apparelho novo, tela nova, fitas de conceituadas fabricas, estamos certos que assim ficam sanadas as reclamações até hoje feitas. Não deixem de ir hoje ao cinema. Consta que entre os melhoramentos introduzidos pela Empreza figuram os cuidados com as rendas dos lustres e vitraux dos vidros, que soffrerão uma rigorosa... limpeza. (O PIRACAIENSE, 24/09/1922)

Na edição anterior já havia sido noticiado que o proprietário, Sr. Manoel Igrejas da Fonseca "acaba de comprar na Capital um magnifico aparelho Pathé, cuja reproducção muito agradará". Em 05/02/22 a programação de cinema é complementada pelo anúncio – "Aluga-se o botequim do Cinema, tratar com o emprezario. Em 06/08/22, o anúncio da programação de cinema chama a atenção por apresentar "um film cômico zoologico em quatro partes".

O Sant'Aurea funcionava como cinema e teatro, recebendo também espetáculos. A edição de 08/10/22 fala da estreia da Troupe Pereira no Theatro Sant'Aurea, sob a direção do "apreciado artista" Waem Pereira e seu espetáculo de "chistosas comedias". A de 24/09/22 fala da estreia da troupe Brasileira do Sr. Marcolino no mesmo teatro, que "foi muito applaudida". No dia 13/08 estreou no local a "Companhia Indu, com 30 bonecos falantes, em tamanho natural e outras variedades, cujo espectaculo muito agradou."

Um anúncio de 01/10/22 fala de um novo espaço de lazer na cidade, o Pequeno Parque: "Quereis passar uma tarde agradável? Ides ao Pequeno Parque, de Raphael Verdi. Todos os domingos excelente orchestra e magníficos gelados. Illuminação electrica." Anunciado pelo jornal como o "novo e agradável ponto de reunião", o recém inaugurado Pequeno Parque ficava junto ao bar e confeitaria Chico Boia, e possuía um bar agradável à sobra de "frondosas jabuticabeiras", onde aos domingos tocava uma "excelente orchestra".

Os circos que passavam pela cidade também eram uma atração à parte. Em 19/02/22, o jornal noticiou a estreia do Circo Araujo "Dado ao seu elenco artistico de primeira ordem – especialmente Cocó, os Franças, os Chulvis, que são irrepreensíveis nos seus difficeis trabalhos – os espetáculos até aqui realizados muito têm agradado." E continua: "Para hoje está annunciada uma elegante mantinée e á noite magnifico espetaculo. A companhia possue bellos exemplares de leões e outros animaes que tambem trabalham sob a guarda do domador Sardik". E despede-se do mesmo na edição de 05/03/22, quando o Circo Araujo partiu para Atibaia depois de dar uma série de "apreciados espetáculos" em Piracaia. A edição de 22/10/22 fala do Circo União Brasileira, de propriedade do festejado artista Lindolpho Costa. Este circo fez sessões em benefício do Tiro de Guerra e da Corporação Musical Cel. Silvino.

Também, em 04/06/22 "Estreiou ontem com muito agrado o Circo Pinheiro. O seu conjunto apesar de pequeno é superior. Para hoje anunciam novo e variado espetaculo". No dia 03/12/22 era anunciada a estreia do "grande circo e Jardim Zoologico 'Cruzeiro do Sul' – o melhor no gênero, que tem visitado esta zona. Elenco de primeira ordem – collecção de bellissimos animaes. É verdadeiramente um collosso e, durante alguns mezes trabalhou na capital".

Por incrível que pareça, o circo acabou tendo uma forte ligação com o préstito de carnaval daquele ano, vide o texto a seguir:

> Acha-se em confecção na garage do sr. Cap. Eugenio Lemmi o prestito carnavalesco que os apreciados e queridos artistas do Circo Araujo comprometteram-se a apresentar ao publico na proxima terça feira. Compõe-se o referido prestito de um lindo carro alegorico e outros de espirituosas críticas, confeccionados pelo habil artista Carlos Sampaio (Cocó). Pelo que se vê vamos ter em Piracaia, verdadeiros dias de alegria, um carnaval mesmo de arromba! Realizou-se ontem o primeiro baile á phantazia e para hoje, amanhã e depois estão se organizando outros, que terão lugar no Theatro Sant'Aurea e Club Litterario. (O PIRACAIENSE, 26/02/1922)

A edição da semana seguinte comenta o desfile:

> Apesar da chuva impertinente que cahia sobre a cidade, os dias consagrados a Momo, tiveram verdadeiro realce nesta localidade. Sabbado, Domingo e Segunda Feira; realizaram-se diversos bailes á phantasia, uns promovidos pelos sympathicos artistas do Circo Araujo, e outros por distinctos moços da nossa elite, os quaes correram muito animados. Terça feira, á tarde, percorreram as principaes ruas da nossa urbe, o esperado prestito, organizado pelo impagavel artista Cocó, o qual foi muito apreciado pelo elevado numero de pessoas que o assistiram. O referido prestito constava dos seguintes carro: O primeiro enfeitado com ramos e flores naturaes, no qual se achava a corporação musical "Cel. Silvino", que executou durante o trajecto, diversos tangos. O segundo, um lindo carro alegórico, escoltado por diversos cow-boy [...] O terceiro, uma linda lancha cheia de pequenos pierrots e pierrets, e o quarto também repleto de galantes pierrots e pierrets. Fechava o lindo prestito alguns mascaras avulsos. Durante o cortejo houve renhidas batalhas de lança perfume, serpentinas, confettis, fogos de bengala, etc. Á noite teve logar um magnifico baile no Club Litterario, que correu animado até a manhã de 1º. (O PIRACAIENSE, 05/03/1922)

O passatempo de charadas virou febre na pequena cidade na época, e era publicado nas páginas do jornal. Exemplos: "11.a Quem acha dinheiro na estrada deve andar de vestimenta leve 3-1. 12.a A moeda por ser muito estimada serve de disfarce 1-2." Na edição de 07/05/22, um artigo chama a atenção: "Temos notado ultimamente um certo enthusiasmo entre os rapazes desta cidade pelo esporte charadistico." E segue: "Assim é que nos jardins, nos salões de barbeiros, nos cafés, nas confeitarias, em qualquer parte em summa, onde se encontre um grupo deles, vem um com uma *novissima* para ser decifrada." O autor defendia que as charadas não eram uma coisa inútil mas, pelo contrário, um "passatempo instructivo, uma verdadeira escola de linguagem", visto que, para responder às charadas, são necessários conhecimentos gerais e "saber regularmente a língua". Havia pouco, o jornal tinha publicado um decreto nacional que dizia que, em breve, homens com mais de 15 anos que continuassem analfabetos, seriam multados. Na continuação do artigo os "rapazes e senhoritas" leitores do jornal são convidados a decifrar charadas e também elaborá-las e enviá-las ao jornal. Os melhores decifradores e os melhores compositores de charadas serão premiados num concurso que se anunciará em breve.

Em Regulamento publicado no dia 22/01/22, o Ten. Cel. José Moraes Cunha, Vice-prefeito da cidade, cria uma escola de música denominada "Independencia", para ensinar música gratuitamente a meninos pobres, que deverão fazer parte da banda municipal. A escola visa ter, em média, dez alunos, e no mínimo seis, com três aulas semanais. Completam a publicação informações sobre o perfil necessário ao professor e sua remuneração.

Todos os domingos, às 18 horas, tinha Retreta na praça Santo Antonio, pela banda Cel. Silvino, pertencente à Sociedade Musical Cel. Silvino. O Piracaiense anunciava a retreta quase sempre. No repertório, publicado uma vez na edição de 09/04/22, uma composição do próprio Cel. Silvino, um dobrado intitulado "Silvininho", e uma valsa de Mario Oliveira intitulada "Elite Piracaiense". O repertório não continha compositores célebres, e contava com arranjos de moradores locais como Evilasio Caparica e o maestro Olavo de Albuquerque, que era diretor da Escola Musical pertencente à Sociedade. A escola tinha 20 alunos "já em condições de pegar em instrumentos". A Sociedade pretendia criar um festival para arrecadar fundos para adquirir os instrumentos que ainda faltavam. A edição do dia 13/08/22 anuncia: "Festival: Terça feira, terá logar no Theatro Sant'Aurea, um magnífico festival em beneficio da Corporação Musical Cel. Silvino promovido pelo seu maestro, sr. Olavo de Albuquerque, o qual será dirigido pela exma. Professora d. Dormelia de Freitas."

Em 25/05/22, um texto entusiasmado sobre o "Raid Lisboa-Rio" afirmava que havia chegado à Baía de Guanabara o "Fairey 17", de forma "grandiosa e deslumbrante", guiado pelos aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho. O sotaque luso d'O Piracaiense é

notável: “As manifestações dão uma medida exacta da grandeza do coração brasileiro que conserva intacta a tradicional nobreza de sentimentos herdada do pequenino mas grandioso Portugal.” E segue: “Esta redação tem sido muito visitada por amigos e admiradores que trazem cumprimentos ao nosso chefe José Herdade pelo completo êxito do raid”. Em 09/04/22, o jornal fala de um “magnífico espetáculo” dado em homenagem aos dois aviadores portugueses no Theatro Sat’Áurea, cuja renda seria revertida em benefício da Sta. Casa da cidade. A iniciativa é do proprietário do Theatro, o Sr. Manoel Igrejas da Fonseca, “um dos membros da colonia portugueza aqui domiciliados”.

O principal cenário para a sociabilidade local na época era, sem dúvida, o Club Recreativo Piracaiense. A edição de 29/01/22 fala do “chá dansante” mensal do Club Recreativo, que cada vez era organizado por uma comissão de sócios previamente designada. “As danças prolongaram-se animadas até o amanhecer de domingo.” Em outras edições, os relatos do “chá dansante” também eram de que o evento ia bem animado até a manhã seguinte.

**2.9 Futebol**

O noticiário de “Futeból” concentrava-se exclusivamente no Piracaia Futeból Club, instituição fundada em 1913. São anunciadas partidas amistosas contra o São José, de Bragança, o Fortaleza, de Arpuhy e o Itatiba FC, cidade próxima para onde o primeiro quadro do PFC partiu “acompanhado de alguns torcedores”, segundo a edição de 27/08/22. Já a do dia 16/07/22 anuncia o resultado de PFC x Corinthians Bragantino: “O jogo transcorreu equilibrado e finalisou com um empate de 0 á 0.”

O interesse local pelo esporte bretão era grande, vide um anúncio d’O Piracaiense publicado em 15/10/22: “Dicionario de Futebol a 2$000 nesta typographia”. A edição de 05/02/22 conta que “A conceituada casa commercial Daniel Martins, da Capital, por intermedio de seu correcto e estimado viajante Manoel Martins, offereceu ao PFC uma linda taça para ser disputada com um dos clubs de Bragança”. Já a de 28/05/22 anuncia o encontro entre os “dois fortes quadros”, do PFC e Extra Bragança pela disputa da “linda taça” oferecida pela Casa Daniel Martins, que foi entregue ao presidente do PFC pelo representante da mesma. A taça ficou em exposição durante dias na vitrine da Casa Confiança, em Piracaia. Escalação do PFC: Olympio, Didio e Affonso; Octavio, Eduardo e Bueno; Martins, Assumpção, Victorino, Lelé e Furquim. Reservas: P. Roberto e Chico de Marco. O resultado da partida foi informado, finalmente, dia 04/06/22: “Realizou-se nesta o esperado encontro entre o Extra Bragança e o 1º quadro do PFC em disputa da taça Daniel Martins. Terminou o jogo com o bello empate de 1 a 1.”

A edição de 21/05/22 contém a resenha da partida entre o Piracaia Futeból Club e a Associação Atibaiense, realizada em Atibaia, e que valia a taça São Francisco. “A lucta que se travou entre os dous fortes conjuntos esteve muito animada, enthusiasmando a assistencia que era numerosa”. O Piracaia levou 1 “ponto” no primeiro tempo e, no segundo tempo, reagiu obtendo 3 pontos por intermédio de Lelé (2) e Assumpção (1). “Com o resultado favorável ao Piracaia pela contagem de 3 pontos a 1, terminou esse importante jogo, ficando, portanto, o PFC detentor da referida taça.” O jogo havia sido anunciado em nota na edição anterior do jornal, salientando que estavam se deslocando naquela data para a cidade vizinha os 1º e 2º quadros do PFC. A nota anunciava ainda a transferência dos “valorosos players” Victorino e Assumpção para a cidade de Piracaia, para associarem-se ao PFC.

A edição de 09/04/22 contém a resenha da partida entre o PFC e o Operário, realizada em Atibaia. Era o jogo de desempate da Taça Barraca Syria, e foi realizado sob “chuva impertinente”. O Operário apresentou-se em campo “enxertado”, tirando esse “enxerto”, o time era o mesmo da disputa anterior. O PFC apresentou-se desfalcado de Bueno, Canjano, Amaral I e Silvinho, substituídos “por elementos do segundo team”. O PFC dominou o adversário em poucos minutos: “Lelé, recebendo um passe de Didio, que por sua vez recebeu de Mario, consegue marcar um lindo goal. Apitou o juiz. Dahi ha pouco, o mesmo retrocede e não dá por valido o lindo pelotaço - dado essa decisão incorreta do juiz, que agio mal, o team do PFC sahio do campo com a victoria de 1 a 0 ficando assim acephala a referida taça.”

Em nota publicada no dia 05/03/22, a diretoria do PFC determina que “d’oravante os animaes que forem encontrados dentro do campo, serão aprehendidos e entregues ao deposito da Prefeitura”. Publicação assinada pelo secretário do PFC, Lydio Herdade. Notícia do dia 12/03/22 relata que o PFC adquiriu o campo da vargem pela quantia de 750$000, onde “brevemente serão realizados melhoramentos”. A nova diretoria, recém empossada, era formada por Miguel Milléo (Presidente honorário), Agrippino Herdade (Presidente) e o farmacêutico João Pinheiro (Vice-presidente). O Prof. Lydio Herdade era um dos secretários e Alziro Herdade era um dos diretores esportivos.

Em 15/10/22, a diretoria seguinte, novamente recém eleita, anunciava que pretendia cercar o campo, “tendo já iniciado seus esforços para esse fim”. Essa diretoria era formada por Miguel Milléo (Presidente honorário); Tte. Luiz Affonso Ferreira (Presidente) e Carlos Hochne (Vice-presidente). Entre os Herdade, estão Lydio (Secretário), Alziro (Director Sportivo) e Agrippino (Comissão de sindicância). Convocações do elenco de jogadores para “treinos obrigatórios” eram bem frequentes no jornal. Em 12/03/22, a diretoria convoca os jogadores para o treino (1º e 2º team) e entre eles, Canjaninho. A edição de 23/04/22 informa em nota que

o PFC colocaria em breve no salão nobre de sua sede o retrato em tamanho natural de seu saudoso sócio José Canjano, o Canjaninho, já encomendado na capital.

**2.10 Desastres e sensacionalismo**

Páginas vermelhas de sangue e tragédias sempre foram atrativo em jornais, e é claro que, para O Piracaiense, não poderia ser diferente. Em 29/01/22, o jornal relata um "Assassinato: Na fazenda do Sr. Antonio Gonçalves, na vizinha cidade de Bragança, foi barbaramente assassinado no dia 25, por José dos Santos, Victor Bueno, natural deste municipio. O assassinado deixa viuva e filhos menores. Pesames a familia." Em 29/01/22, outro desastre: "Fulminado: Fulminado por uma faisca electrica, falleceu no dia 22 do corrente, um colono da fazenda do Sr. Tranquilino Leme. O Sr. Delegado de Policia, tomou conhecimento do facto".

No dia 29/01/22, o pitoresco caso do ladrão de galinhas que se deu mal: "Com a bocca na botija: O conhecido 'galinheiro' Laurentino Vilasboas, na madrugada de 23 do corrente quando operava no quintal do Sr. Vicente Pugliesi, foi por este sorprehendido, levando ás costas precisa e merecida lição." E continua: "Essa lição poderia ser melhor se não fosse o astucioso malandro conseguir desvenciliar-se das mãos do Sr. Vicente Pugliesi". A edição do dia 25/05/22 narra uma briga feia. José do Thomezinho e Florencio carroceiro, por questões de velha inimizade, "engalfinharam-se" numa tarde nas proximidades do bairro Sete Pontes, saindo o Florencio ferido a faca. José fugiu e Florencio, após ser medicado pelo Dr. Teixeira Leite, permanece no Hospital da Santa Casa.

A edição de 12/03/22 relata uma tragédia que comoveu muito a população local. Quando passeavam pela margem direita do Rio Cachoeira, que achava-se muito cheio em virtude das grandes chuvas, as senhoritas Oralina Franco e Amelia Matheus, ao passarem em um pequeno barranco da margem, "cahiram desastradamente nagua, sendo Oralina arrastada pela forte correnteza para, dahi alguns minutos, ser tragada pelas aguas do referido rio, desaparecendo-se". Somente cinco dias após o incidente, o cadáver foi encontrado, perto da "ponte nova". "A infeliz mocinha que apenas contava 20 annos de edade, era solteira (..) e sua morte foi geralmente sentida nesta cidade, dado os seus distinctos predicados."

A mesma edição de 12/03/22 relata outro acontecimento curioso, intitulado "Desastre Evitado". Devido às grandes chuvas ocorridas na cidade no mês de março daquele ano, uma grande barreira desmoronou sobre os trilhos da estrada de ferro entre Canedos e Arpuhy. "Pressentindo o desastre com a breve aproximação do trem", uma lavradora italiana e sua filha "tentaram desobstruir o obstáculo, o que não conseguiram. O trem aproximava-se. Lembraram-

se então de amarrar ao cabo de sua enxada uma camisola vermelha de creança e com esse signal conseguiram que o trem parasse, ante o obstaculo." E conclui: "Os passageiros, satisfeitos pelo heroísmo da bondosa italiana, fizeram-lhe uma gratificação, o que resta a SPR fazer o mesmo. O trafego foi interrompido durante algumas horas."

Nota publicada em 12/02/22 intitulada "Pela Policia" afirma que o delegado da cidade "está agindo com energia para cohibir a vagabundagem, obrigando os desoccupados, principalmente as mulheres, procurar emprego. Louvamos tal procedimento." Em 29/01/22, a publicação é sobre um fato raríssimo: "Terremoto: Verificou-se nesta na madrugada de 27 do corrente, forte tremor de terra que durou approximadamente 6 segundos. Felizmente não houve prejuizo algum – sómente a população é que ficou sobresaltada, sahindo nervosa para as ruas." Na internet existem referências ao abalo, que foi de 5,1 pontos de magnitude e atingiu uma área considerável do estado, inclusive a capital. Na mesma edição, breve nota: "Chuva: Tem chovido copiosamente nesta cidade."

### 2.11 Assinaturas e publicidade

Além do variado noticiário que foi detalhado até aqui, o jornal publicava em todas as suas edições notas informativas sobre nascimentos, aniversários, casamentos (algumas vezes denominados de "consórcio"), falecimentos e missas de sétimo dia, ou sobre pessoas que se mudavam para Piracaia ou saíam da cidade para outras localidades. Também era veiculada esporadicamente, entre outras coisas que hoje parecem curiosas, a tabela de impostos da cidade, com os nomes dos cidadãos, a atividade que desempenhavam, seus respectivos endereços e o valor devido por cada um deles. Outras tabelas também, com a prestação de contas da Câmara Municipal e da Santa Casa de Misericórdia, entre outras entidades.

Nos anúncios publicitários, destacam-se o comércio de roupas, bebidas, armarinho, açougue, sapatos, etc. Também, o serviço de profissionais como dentista, farmacêutico e advogado. Em alguns anúncios, os estabelecimentos já tinham telefone. Chamam particularmente a atenção os anúncios do Elixir de Nogueira, um produto milagroso, que contam com depoimentos de diversos beneficiados. O mesmo ocorre com Nutril, Xarope São João e Vermífugo Xavier, normalmente acompanhados de relatos de usuários. Destacamos também o anúncio de "Automóvel de aluguel: Viagens para Joanopolis, cidades visinhas, a S. Paulo e municipio, com rapidez e segurança. Excursões, passeios pela cidade, etc. Preços commodos e seriedade."

Os anúncios da "Photo Apparecida" ofereciam retratos, bustos, grupos, vistas de fazenda, etc. Um anúncio de 16/07/22 diz que no "Agrippino", que provavelmente se tratava

de uma ferragem, era possível encontrar osso de peixe, alpiste, painço, mostarda e, curiosamente, cânhamo. Na edição de 12/02/22, os açougues Progresso e Central previnem a "distincta freguesia" de que a carne não será mais distribuída às terças e sábados, mas às quartas e sábados. A clínica do Dr. Teixeira Leite também anunciava com frequência no jornal. Na edição de 28/05/22, a Panificação Oriente se refere a um hábito de época ao avisar sua freguesia que deixará de fornecer pães a domicílio "por motivo que não precisa explicar".

O valor dos anúncios variava conforme o tamanho e o número da página do jornal, segue tabela, em réis: Secção livre (cm2); 1ª pág. $800; 2ª pág. $ 600; 3ª pág. 400; 4ª pág. 150. Na 4ª pág., os anúncios eram maiores e tinham uma maior variedade de tipografia e diagramação. Normalmente, a 4ª pág. contava com os mesmos seis ou sete anunciantes, entre eles "O Paraíso das Novidades: Bazar da Moda - Herdade Irmãos – Livraria, Papelaria e Typographia. Executam-se trabalhos typographicos a uma ou mais cores com a maior prontidão e nitidez por preços razoaveis." E segue: "Variado sortimento de livros em branco, cadernetas de diversos formatos e objetos para escriptorio. Agencia da Rêde Telephonica Bragantina. Rua Padre Antonio Gonçalves – Piracaia". É provável que a sede d'O Piracaiense funcionasse nesse mesmo estabelecimento. A edição de 29/10/22 anuncia ainda "grande sortimento de livros commerciaes nesta typographia".

O Piracaiense oferecia assinaturas semestrais e anuais, numa cidade que possuía, na década de 1920, cerca de 13 mil habitantes. O jornal publicava na capa o nome de quem havia atualizado naquela semana sua assinatura: "Penhoradissimos agradecemos ás seguintes pessoas que nos auxiliaram com o pagamento de suas assignaturas:" e seguiam os nomes dos assinantes. A assinatura custava 10$000 anual e 6$000 semestral. Na edição de 22/01/22, o jornal cobra seus assinantes atrasados "Tendo nós de cobrir grandes despesas que constantemente fazemos para a manutenção de nosso jornal vimos encarecidamente pedir aos nossos assignantes se dignarem coadjuvar-nos com o pagamento de suas assignaturas em atrazo". E finaliza: "Ficamos muito reconhecidos a todos os nossos amigos que assim nos auxiliarem, hypotecando-lhes a nossa profunda gratidão".

## 3. Memória coletiva, cotidiano e resgate histórico

Conforme visto no item anterior, O Piracaiense representava em suas páginas o cotidiano da cidade de Piracaia, e o que antes narrava o presente, hoje é referência para analisar o contexto social da época, a identidade da população regional, além de questões ligadas ao resgate e à memória. Heller (2014, p. 3) aponta aspectos da relação dos indivíduos com tais elementos. Para ela, a sociedade tem como substância completa em si a história: "a substância história não

contém apenas a essência humana, mas a continuidade de toda a heterogênea estrutura social, a continuidade dos valores". Ainda segundo a autora (p. 17), o cotidiano é a essência central do fazer histórico, a vida e a participação de todo indivíduo na sociedade. Como observa Mafra (2010, p. 227), "Agnes Heller tratou de vários temas (ética, moral, justiça, feminismo, teoria marxista, modernidade etc.), mas o foco central de sua teoria sempre foi o sujeito empírico em sua realidade concreta, ou seja, o cotidiano". O autor acrescenta que o "humano genérico", pela visão marxista-helleriana é um ponto central da compreensão do desenvolvimento de uma sociedade nos âmbitos econômicos, políticos e históricos, considerando-se também "a heterogeneidade das ações e reações humanas na esfera cotidiana." (IDEM, p. 231)

É importante salientar que os estudiosos definem dois tipos de memória, a individual e a cultural, ou coletiva. A primeira diz respeito à lembrança de fatos, falas, acontecimentos e, até mesmo, situações mais complexas envolvendo aromas, sentimentos vividos, emoções, capacidades, enfim, "tudo aquilo que, vindo do passado, se incorpora ao patrimônio profundo do indivíduo e que, em certo momento, é trazido à tona para se fazer intervenção no mundo presente." (CASTANHO, 2011, p.14)

Já a memória cultural, ou coletiva, diz respeito à sociedade onde se inserem os indivíduos, em diferentes patamares de socialização. Assim como a individual, também precisa de "suportes empíricos", como textos e imagens, de lugares e de práticas sociais, e se expressa no âmbito das instituições, sejam elas civis ou estatais. Sua perspectiva selecionada para ser preservada normalmente é a dos dominantes e vitoriosos. Ela é determinante na constituição da identidade de uma população que possui um passado em comum, sobretudo no que diz respeito às suas origens (IDEM, p.15-16).

O cotidiano, juntamente com o conceito de memória coletiva, é estudado também por Maurice Halbwashs (2006), que elaborou análises que abriram novos caminhos para o estudo sociológico da vida cotidiana. Muitos pesquisadores analisaram a obra de Halbawashs na intenção de elucidar os conceitos inovadores propostos por ele. O primeiro ponto a ser explicitado é a convergência e simbiose entre a memória individual e a memória coletiva. Para ele, a memória individual é sempre um ponto de vista subjetivo do sujeito acerca de uma lembrança que se insere dentro de um contexto social definido. Schmidt e Mafoud (1993, p. 290-292) dizem que a memória individual de Maurice é única para cada ser, já que se constitui a partir de uma junção de influências sociais e confrontos de pontos de vistas dentro dele mesmo.

Para a construção de uma memória coletiva na qual a memória individual se aproveita da recordação dos outros, Halbwashs (2006, p. 31-39) afirma a necessidade delas se encontrarem

em vários pontos concordantes, para que a reconstrução seja produzida numa base comum. Essa "recordação dos outros" não é somente de uma pessoa que esteja presente fisicamente, mas também de objetos que ajudam a trazer à superfície uma lembrança individual, compondo-a.

Além disso, segundo Schmidt e Mafoud (1993, p. 289) a lembrança também precisa de uma "comunidade afetiva", um grupo de convívio do sujeito no qual suas memórias são baseadas: "a comunidade afetiva permite que o indivíduo se identifique e retome atividades e relações sociais passadas, lembrando e pensando como membro do grupo". Ainda sobre memória coletiva, os autores observam que:

> A memória coletiva, para Halbwachs, desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade a objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando, preservando o valor do passado para os grupos sociais. Por outro, sendo a guardiã dos objetos culturais que atravessaram os tempos e que, então, podem vir a se constituir em fontes para a pesquisa histórica (SCHMIDT; MAFOUD, 1993, p.294).

Sendo assim, na memória coletiva o que já passou se reconstrói, ganha nova vida, novo ritmo e significado, adequando-se às experiências pessoais presentes dos indivíduos de determinado grupo social, buscando constituir uma continuidade de acontecimentos, sem que se confunda com as memórias individuais (SILVA, 2016, p. 251).

Halbwashs também apresenta o conceito de memória histórica. Ela, diferente da memória coletiva, tenta produzir uma visão única de um acontecimento delimitado num tempo e espaço. "A história nesse sentido inicia no instante em que termina a tradição, isto é, no momento em que ocorre o apagamento da memória social". (SILVA, 2016, p. 252). É na memória histórica que devemos nos basear, por se tratar de uma visão exterior que não se confunde com a impressão pessoal, é um fato que já foi marcado como importante para um coletivo de pessoas. "É através dela que esse fato exterior a minha vida vem assim mesmo deixar sua impressão tal dia, tal hora, e a vista dessa impressão me fará recordar a hora ou o dia" (HALBWASHS, 2006, p. 80). Mais do que isso, a história só é escrita vista de fora, e compreende as somas e resultados dos acontecimentos e transformações num período de tempo que ultrapassa o da memória coletiva (IDEM, p. 109).

Deglinomini utiliza os conceitos de Halbwashs para ligar a memória individual e a coletiva diretamente à preservação da cultura e história de uma população: "o trabalho focado na preservação da memória passa a ser de extrema importância, posto que se torna uma maneira de regressar ao passado vivendo o presente, ou seja, é possível recordar reviver tempos remotos, e neste sentido criar um sentimento de pertinência no grupo de convivência" (2014, p. 28). A autora salienta a importância do arquivo da memória pessoal para a posterior constituição da

memória coletiva de um grupo, havendo a necessidade da participação ativa do sujeito como cidadão para a construção e preservação da memória social e do patrimônio cultural. Para a continuação de um grupo social e a perpetuação da memória, os laços entre os integrantes do grupo não podem se romper, "pois com a dispersão desses, a história corre o risco de não mais se encaixar, criando lacunas por falta dos elos entre as memórias" (p.12), e acrescenta que "manter viva a história de uma determinada época é reviver o passado, o qual pode ser contado por documentos, fotos, fatos que compravam uma história de culturas" (p. 13).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos, a sociedade tem como substância completa em si a história, ou seja, a produção de história é inerente a qualquer grupo social. Mas a história pode ser preservada por mais ou menos tempo, daí a importância dos documentos, das imagens, das pesquisas e de todo o patrimônio-histórico cultural, de modo geral. A memória cultural, ou coletiva, ao contrário da individual, permanece nesses "suportes empíricos" e é passível de resgate. Um jornal é um "suporte empírico" dotado de grande riqueza, à medida que apresenta textos, imagens, descrições, opiniões, notificações, etc., que demostram as práticas sociais de sua época, contribuindo para a preservação histórica.

O cotidiano impresso nas páginas do jornal O Piracaiense mostrou-se extremamente valioso para viabilizar o resgate histórico de um período pouco documentado pela cultura local. Detalhes da vida política como as preferências eleitorais ou as campanhas dos candidatos regionais, aspectos do crescimento urbanístico comentados a partir da percepção da época, os hábitos deleitosos da aristocracia local, bem como as opções de cultura e entretenimento na cidade, nos trazem impressões bem nítidas sobre o cotidiano piracaiense há um século. O progresso representado pelos meios de comunicação e pelo aumento das linhas de trem, a expectativa das instalações fabris, as celebrações ecumênicas, os treinos e partidas do Piracaia Futebol Clube, enfim, o jornal fornece informações detalhadas sobre todas essas esferas da vida pública na cidade. Sem dúvida, manter um jornal de modo tão organizado como era mantido O Piracaiense, assíduo em sua regularidade e comprometido com seus assinantes, com os espaços reservados à publicidade sempre preenchidos por uma boa quantidade de anúncios, não devia ser nada fácil na época. É preciso reconhecer o mérito do diretor, José Herdade.

O artigo destina um grande espaço à descrição do conteúdo do jornal, e isso justifica-se à medida que, diante um "suporte empírico" tão rico, nada melhor do que deixa-lo falar por si próprio. O texto do noticiário era muito bem redigido, com clareza, estilo e criatividade, daí

também a importância de preservá-lo na forma original através de citações, sempre que possível. Provavelmente, era o próprio Herdade, ex-aluno da Universidade de Coimbra, o autor da maioria dos textos. Mesmo informativos, esses textos, às vezes, adquirem características de crônica ou de opinião. A estranheza da ortografia e das regras gramaticais da época também é um aspecto a serem mencionado.

Iniciativas de preservação da memória são de extrema importância porque, como vimos, formam uma maneira de regressar ao passado vivendo o presente. Desse modo, manter viva a história de uma determinada época é reviver o passado, e recordar esses tempos remotos cria um sentimento de pertinência ao grupo social lembrado. Para a perpetuação da memória, os laços entre os integrantes do grupo não podem se romper, pois a dispersão desses, como observa Deglinomini, traz à história o risco de "não mais se encaixar", causando lacunas por ausência de elos entre as memórias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio Ferreira de. **História do município e comarca de Piracaia.** Bragança (SP): Papelaria Almeida, 1912.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa – BR 1900/2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos**.** São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

CASTANHO, Sérgio. Memória, presente e futuro. *In* LOMBARDI, J. C. et al. (orgs.) **História, memória e educação.** Campinas: Alínea, 2011, p. 28-42.

CUNHA, Jordana Lopes da. **De fonte a objeto**: o jornal impresso como patrimônio histórico-cultural. Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_Jordana%20Maria%20Lopes%20da%20Cunha%20-%201020401%20-%203649%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 11 out.2020.

DEGLINOMINI, Liziane de Souza. **O uso da memória como meio de preservação da história e da cultura social**. 2014. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, 2014.

FÉLIX, Sandra Regina (Org.). **Piracaia:** sossego nas montanhas**.** São Paulo: Noovha América, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAFRA, Jason. O cotidiano e as necessidades da vida individual: uma aproximação da antropologia de Agnes Heller. **Revista Educação & Linguagem**, v.13, n. 21, p. 41-59, 2010.

MICHEL, Jerusa de Oliveira & MICHEL, Margareth de Oliveira. O Jornalismo como memória – um estudo a partir do gênero reportagem "A Floresta das Parteiras". *In* CONGRESSO DA INTERCOM, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos** […]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2059-1.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O Direito ao patrimônio cultural preservado: um direito e uma garantia fundamental. **Revista Pensar**, Fortaleza, Ed. Especial, p.52–61, abr. 2007. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/837/1672. Acesso em 15 fev. 2021.

ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. *In* BENETTI, Marcia & LAGO, Cláudia (Orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2010, p. 88-110.

SCHMIDT, Maria Luisa & MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Revista Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1 jan. 1993. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481/37219. Acesso em: 02 fev. 2021.

SIMSON, Olga Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica.** n. 6, p. 14-18, 2003. Disponível em: http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html. Acesso em: 12 set. 2020.

SILVA, Giuslane Francisca da. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016.

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

# A MULTIPARENTALIDADE E O DIREITO SUCESSÓRIO DOS ASCENDENTES, CÔNJUGE E COMPANHEIRO (A) DE UNIÃO ESTÁVEL

GARCIA, Cristiano Pereira Moraes[1]; MANHAES, Mylena Soares[2]; LOURENÇO, Rafael Franco Moreira[3]; SOUSA, Rebeca Fischer da Silva[4]; GAGLIARDI, Regina de Sousa[5].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-326*

**RESUMO**

O presente artigo trata de um dos temas mais relevantes acerca da família moderna, já que o instituto familiar vem sofrendo mutações ao longo dos anos por conta das mudanças ideológicas que regem a sociedade. O principal objetivo é explicar sobre esse novo modelo familiar e quais são seus efeitos legais no que diz respeito ao direito sucessório, bem como o direito brasileiro vem reconhecendo e amparando juridicamente esse instituto.

**Palavras-chave:** Sucessão. Multiparentalidade. Ascendentes.

**ABSTRACT**

This article deals with one of the most relevant topics about the modern family, since the family institute has undergone mutations over the years due to the ideological changes that govern society. The main objective is to explain a little about this new family model and what its legal effects are with regard to succession law, as well as Brazilian law has been legally recognizing and supporting this institute.

**Keywords:** Succession. Multiparentality. Ascendants.

[1] Professor de Direito Civil e de Direito Processual Civil da UNIFAAT, Mestre em Direito Processual Civil e Doutor em Direito Civil (PUC/SP), Promotor de Justiça (MPSP).
[2] Aluna e pesquisadora de iniciação científica do Curso de Direito do Centro Universitário – UNIFAAT.
[3] Aluno e pesquisador de iniciação científica do Curso de Direito do Centro Universitário – UNIFAAT.
[4] Aluna e pesquisadora de iniciação científica do Curso de Direito do Centro Universitário – UNIFAAT.
[5] Aluna e pesquisadora de iniciação científica do Curso de Direito do Centro Universitário – UNIFAAT.

## INTRODUÇÃO

A respeito da sucessão legítima dos ascendentes no Brasil, poucas discussões existiam. Entretanto, a característica volátil das interações sociais acaba fazendo com que o Direito se transforme para englobar os novos modelos que diariamente surgem em nossa sociedade e, sendo assim, não foi diferente com o conceito de vínculo parental.

Ainda que esteja previsto no Código Civil brasileiro que o parentesco pode ter origem variada de diversas formas, a legislação é completamente omissa no que diz respeito à possibilidade de se possuir mais de um vínculo paterno ou materno.

É inegável que a complexidade humana não excluiria qualquer possibilidade de uma pessoa ter mais de um pai ou mais de uma mãe, cabendo ao Direito o papel de regular as relações sociais e, dessa forma, acompanhar as evoluções destas.

O tema abordado nesse artigo é a sucessão nos casos em que a Justiça tenha reconhecido e determinado, em razão da filiação socioafetiva, a inclusão de quem criou essa pessoa, junto com os pais biológicos e, dessa forma, podendo ter mais de um pai ou mais de uma mãe, por consequência da filiação socioafetiva ou da adoção por parte de padrasto e madrasta.

O sentido deste trabalho é demonstrar a necessidade de preencher, no que se refere ao direito sucessório, as lacunas no Código Civil atual, não só no que diz respeito aos direitos hereditários dos pais, tanto biológicos quanto socioafetivos e adotivos, em relação a seus filhos, mas também quando esses filhos possuem mais de um pai ou mais de uma mãe e ocorre seu falecimento prematuro sem deixar descendentes.

## 1 DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

### 1.1 Conceito

A família com o tempo foi sofrendo grandes mudanças. Hodiernamente não temos famílias somente constituídas por pai, mãe e filhos. Com o tempo essa mudança foi significativa, casais que não se veem mais juntos partem para o divórcio, mesmo que tenham filhos e bens envolvidos.

A modernização das coisas presenciais no dia a dia, o modo de constituir uma família também ganhou novas vertentes, ou seja, novos modelos e mais modernos.

Antigamente, filiação tinha sua definição como somente biológica, específica e restrita, dando o entendimento de que qualquer outra forma de filiação não era reconhecida.

Hoje há uma grande flexibilização da composição familiar, como por exemplo a família monoparental, o casamento e a união estável homoafetivas, a filiação socioafetiva, em que o

direito valoriza mais os laços afetivos, do que aqueles que mesmo tendo os mesmos laços de sangue, não tem este amparo e cumprimento do dever com seus próprios filhos.

De acordo com Everton Leandro da Costa, a filiação socioafetiva pode ser compreendida como uma relação de afeto com o filho de criação, mesmo que sem nenhum vínculo biológico, os pais criam aquele ser humano por opção própria, dando todo amor, cuidado e educação.

Nas palavras de Maia:

> A verdadeira paternidade pode também não se explicar apenas na autoria genética da descendência. Pai também é aquele que se revela no comportamento cotidiano, de forma sólida e duradoura, capaz de estreitar os laços da paternidade numa relação psico-afetiva. Aquele, enfim, que além de poder emprestar seu nome de família, trata o indivíduo como seu verdadeiro filho perante o ambiente social (MAIA, 2008, p.173).

A filiação socioafetiva é aquela que não vem do vínculo biológico, mas sim do afetivo. Ter um filho demanda muito, não somente de educação e mínimo para o bem-estar, demanda também amor, carinho, cuidados e o respeito recíproco, construídos ao longo do tempo, com base no afeto, independente de vínculo sanguíneo.

### 1.2 Da filiação biológica e socioafetiva

A chamada filiação natural ou biológica tem origem consanguínea, ou seja, os laços são sanguíneos entre pais e filhos.

A filiação socioafetiva é mais comum em adoção, casos de reprodução medicamente assistida – que considera pai e mãe jurídicos não como aqueles que forneceram o material genético e sim os que consentiram na fecundação utilizando material do parceiro e/ou terceiro doador.

O artigo 1.593 do Código Civil diz que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte dos laços consanguíneos ou da outra origem, ou seja, o Código Civil de 2002 veio para ampliar a ideia e possibilidades de famílias, independente da origem genética.

O princípio da igualdade aprova o fim da diferenciação entre qualquer filho pelos seguintes termos: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Dias (2003) expõe nesse sentido:

> Com essa mudança de paradigma, a filiação é estabelecida pelo fato do nascimento. Pouco importa se a concepção foi lícita ou não, se decorreu de relacionamento ético ou não. Basta atentar que o filho incestuoso é filho. Foi a Lei do Divórcio que garantiu a todos os filhos o direito à herança em igualdade de condições. Admitiu a

> possibilidade de reconhecimento do filho havido fora do casamento exclusivamente por testamento cerrado. Criou uma estranha eficácia à ação investigatória de paternidade movida contra o genitor casado: o único efeito da sentença era quanto aos alimentos. Somente depois de dissolvido o vínculo de casamento do pai tornava-se possível o registro do filho Não era necessária a propositura de nova ação investigatória, mas terceiros interessados tinham o direito de impugnar a filiação. Essa artificiosa construção, além de sujeitar o conteúdo declaratório da sentença a uma condição suspensiva (o fim do casamento), lhe subtraía a segurança da coisa julgada ao admitir impugnações de "terceiros interessados". Sabe-se lá a quem era reconhecida legitimidade para tal (DIAS, p. 362, 2013).

Assim, tem como se considerar que filiação não são somente laços biológicos ou genéticos, com isso é de se destacar a possível alteração de filiação na certidão de nascimento do genitor biológico para o socioafetivo.

A socioafetividade, de acordo com Lobo (2008, p.6,), para se projetar no direito, exige a presença dos seguintes elementos:

a) pessoas que se comportam como pai e mãe e outra pessoa que se comporta como filho;

b) convivência familiar;

c) estabilidade do relacionamento;

d) afetividade.

### 1.3 Da filiação registral, biológica e socioafetiva

A filiação registral se forma a partir do momento em que um dos genitores ou ambos, perante o oficial de registro, declaram que são pais da criança mencionada por eles.

Essa declaração deve vir acompanhada da certidão de nascimento ou certidão de nascido vivo do filho.

Apesar do registro não prevalecer sobre a filiação socioafetiva, ela é a principal fonte de direitos e deveres dos pais para com seus filhos, sendo que o dispositivo do Art. 1.603 do CC diz que "A filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil", ou seja, a constituição de paternidade e maternidade é comprovada por meio de registro civil.

A filiação socioafetiva é compreendida como uma relação jurídica de afeto com o filho de criação, que mesmo não tendo laços sanguíneos entre as partes, os pais criam por opção própria, lhe dando todo amor, cuidados e, em tese, os princípios básicos de uma família.

O reconhecimento socioafetivo somente pode ser realizado de forma unilateral. Se o registrador suspeita de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida, ele pode fundamentar a recusa, não praticará o ato e encaminhará o pedido ao juiz corregedor permanente dos serviços extrajudiciais da localidade, que decidirá sobre a questão.

**1.4 Da filiação registral e afetiva**

Filiação registral é a declaração dos pais, perante o oficial do cartório de registros que são pais da criança ou do adolescente.

Em casos de genitores que não são casados, somente a mãe da criança ou do adolescente é autorizada a registrar e indicar o nome do suposto pai.

Cabe ressaltar que nos dias de hoje o ato de reconhecer um filho que não tenha laços sanguíneos, desde que seja de forma consciente, não enseja a anulação de registro civil, tendo em vista que a paternidade está sendo reconhecida de forma voluntária em razão do reconhecimento da filiação socioafetiva.

Dessa forma, é possível afirmar que a filiação registral tem várias ramificações sobre a maternidade e paternidade, gerando direitos e deveres decorrentes do poder familiar.

**1.5 Da filiação biológica e socioafetiva, mas não registral**

A paternidade e/ou maternidade biológica e socioafetiva podem coexistir.

Há casos em que os pais biológicos se divorciam e, em razão de novos casamentos ou uniões estáveis, o padrasto ou madrasta passa a ter uma afeição de pai ou mãe em relação ao enteado, permitindo-se o reconhecimento da filiação socioafetiva para com o enteado.

São casos também de paternidade socioafetiva, que mesmo convivendo sempre com a pessoa, não registra a criança e no registro dela é somente informado o nome da mãe.

Está claro que o direito de família brasileiro está passando por transformações e quebra de barreiras, principalmente no que diz respeito à família tradicional, como o casamento homoafetivo, a poliafetividade e também a filiação socioafetiva, que está muito mais valorizada aos olhos do Direito, qual seja a relação de criação, de dedicação e amor ao próximo, do que aqueles que não têm essas benevolências e deveres com os próprios filhos, mesmo tendo laços sanguíneos.

É o caso da filiação estabelecida por adoção, em outras palavras, pessoas que aparecem no lugar da mãe ou do pai e registam no Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais como sendo seu.

Logo, pode-se ver que a filiação socioafetiva passa a interferir na matéria de direito por trazer consequências nos institutos do parentesco, dos alimentos e sucessório, quando ajuizada ação para obter esta espécie de filiação. A multiparentalidade, nesse caso, surge do fato de que a Justiça tem reconhecido o direito de filiação socioafetiva, determinando, inclusive, a alteração da certidão de nascimento para inserir o nome do pai ou mãe socioafetivo em conjunto com o biológico, quando este não for retirado do registro em razão de destituição do poder familiar.

### 1.6 Da filiação apenas socioafetiva

Filiação apenas socioafetiva são os casos popularmente chamado de “filho de criação”, ou seja, não há material genético compatível entre pais e filhos, apenas laços familiares.

Em outras palavras, pai ou mãe não são somente quem concebe e sim quem cria e que se apresenta como pai daquela pessoa, além de compartilhar laços afetivos como se fosse pai biológico.

Maia (2008) menciona sobre esse assunto:

> A verdadeira paternidade pode também não se explicar apenas na autoria genética da descendência. Pai também é aquele que se revela no comportamento cotidiano, de forma sólida e duradoura, capaz de estreitar os laços da paternidade numa relação psico-afetiva. Aquele, enfim, que além de poder emprestar seu nome de família, trata o indivíduo como seu verdadeiro filho perante o ambiente social (MAIA, 2008, p. 173).

É importante destacar que laços familiares são adquiridos com o tempo, determinados casos em que a mulher solteira tem um filho e após alguns anos se relaciona com uma pessoa, a qual cria laços com o filho dessa mulher e pode sim ser considerado pai socioafetivo da criança.

A filiação socioafetiva é muito bem vista, tendo em consideração que a pessoa mesmo não tendo laços afetivos com a criança, cuida dela, dá amor e faz praticamente todo trabalho que um pai biológico deveria fazer.

## 2 DAS MODALIDADES DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

De antemão, é de mister importância ressaltar e apresentar um panorama para que a compreensão do que é a família seja clara, já que o conceito de família por si só apresenta um paradoxo para que possa ser compreendido. Ou seja, nos diferentes ramos do direito e nos direitos dos povos, é possível que coexistam diferentes significados para o termo família. Exemplos que demonstram essa diferenciação notória são os que ocorrem no aumento da noção de família na Lei n° 8.245/91 (Lei do Inquilinato), que protege os sucessores do locatário falecido, sendo eles economicamente dependentes dele, assim como preceitua o artigo 11, I, da referida lei. Por outro lado, a ideia de família diminui o alcance para apenas pais e filhos quando se trata do artigo 47 do referido diploma.

O Direito Civil contemporâneo perdeu a oportunidade através do legislador, ao redigir o Código Civil de 2002, de disciplinar não somente o modelo da família patriarcal, mas também as diversas outras modalidades de famílias contemporâneas que surgiram ao longo dos anos. Um grande exemplo dessa situação é a família monoparental, formada exclusivamente por

somente um dos pais e seus descendentes, que foi, inclusive, disciplinada no artigo 226, §4° da Constituição Federal de 1988, mas não o foi pelo diploma civil. Tal caso é possível ser visualizado através do Projeto n° 2.285/2007 (Estatuto das Famílias), e, além disso, há de se falar de uma "caracterização legal das famílias e não mais família no singular, em um estatuto ou microssistema, fora dos grilhões de um Código Civil, como faz o Projeto apresentado pelo IBDFAM" (VENOSA, 2021, p. 25). Logo, muitos casos de famílias não incluídas no Código Civil de 2002 ficam à mercê da jurisprudência.

Desse modo, compreende-se que o Código Civil atual deixa transparecer a falta de englobamento de vários grupos familiares contemporâneos, pois tem um enfoque em caracterizar uma família modelo, com apenas um único poder patriarcal. É fato, porém, que tal ideia da entidade familiar patriarcal foi constituída ao longo da história, que tem como passado a grande consolidação da monogamia por parte da Igreja, principalmente. Isso se deu, pois, com a modificação de uma sociedade que praticava a exogamia, para uma sociedade monogâmica mais produtiva, fator muito importante para a economia. E, após a Revolução Industrial, mesmo que tenha perdido esse valor econômico, a família ganha um papel imprescindível na formação da moral dos indivíduos. Tanto em Roma, como na Babilônia e na Grécia, a monogamia começou a ser instalada e mostra o seu resultado na civilização atual. É certo que com o passar dos anos, o casamento, isto é, a constituição do patrimônio, tornou-se uma forma de juntar bens de famílias, tendo um alto tom de comercialização e contrato.

Contudo, os anos da história e suas grandes mudanças resultaram em novos fenômenos sociais, já que a família é um conceito extremamente mutável, como supra explicado. Assim como disciplina o honorável Venosa (2021, p.28), "a célula básica da família, formada por pais e filhos, não se alterou muito com a sociedade urbana. A família atual, contudo, difere das formas antigas no que concerne a suas finalidades, composição e papel de pais e mães".

Diversas mudanças ocorreram, dentre elas, a escola preenche atividades na vida dos filhos que, antigamente, pertenciam aos pais; o Estado é responsável, atualmente, pela educação e assistência desde as crianças até aos idosos; a industrialização e a urbanização fizeram com que o número de filhos por mulher caísse drasticamente; a mulher, esposa e mãe, caminha para o mercado de trabalho, passando a ajudar ativamente na renda familiar, que antes, era exclusiva responsabilidade do pai, chefe da família; a expectativa de vida aumenta exponencialmente como consequência de uma grande melhora na qualidade de vida; a nova posição conjugal, a pressão econômica, e o enfraquecimento das religiões, permitiram que muitos divórcios começassem a ocorrer, o que chegava a ser dificílimo em épocas passadas; casais homoafetivos

começam a obter reconhecimento judicial, e assim, novas e diferentes células familiares começam a se formar.

Como muito bem explica o autor Venosa (2021, p. 30):

> Em nosso país, a Constituição de 1988 representou, sem dúvida, o grande divisor de águas do direito privado, especialmente, mas não exclusivamente, nas normas de direito de família. O reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 7°) representou um grande passo jurídico e sociológico em nosso meio. É nesse diploma que se encontram princípios expressos acerca do respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1°, III). Nesse campo, situam-se os institutos do direito de família, o mais humano dos direitos, como a proteção à pessoa dos filhos, direitos e deveres entre cônjuges, igualdade de tratamento entre estes etc. Foi essa Carta Magna que também alçou a princípio constitucional da igualdade jurídica dos cônjuges e dos companheiros (art. 226, § 5°) e igualdade jurídica absoluta dos filhos, não importando sua origem ou a modalidade de vínculo (art. 227, § 6°). Ainda, a Constituição de 1988 escreve o princípio da paternidade responsável e o respectivo planejamento familiar (art. 226, § 7°). O Código Civil de 2002 complementou e estendeu esses princípios, mas, sem dúvida, a verdadeira revolução legislativa em matéria de direito privado e especificamente de direito de família já ocorrera antes, com essa Constituição.

Isto é, pode-se dizer que o Código Civil de 2002 não englobou os novos fenômenos da família contemporânea, e muito menos dispensou as bases da família patriarcal. Mas, por outro lado, a Magna Carta de 1988, cuidou de disciplinar e enfrentar diversos paradigmas, instaurando a família monoparental, a união estável. Infelizmente, ainda há modalidades de famílias que não estão presentes nem na Constituição Federal e nem no Código Civil. Por fim, interessante dizer que a igualdade jurídica conquistada pelas mulheres trouxe a possibilidade de elas serem capazes sem a necessidade de serem casadas ou dependerem dos pais, o que permitiu tantas modalidades familiares existentes hoje.

Tendo em vista todo o contexto exposto, deve-se caracterizar as modalidades de família contemporânea, a saber: a família matrimonial; a união estável; as uniões homoafetivas; a família monoparental; e as demais modalidades familiares.

## 2.1 Da família matrimonial

Em primeiro lugar, tem-se a família matrimonial, que se constitui através do casamento monogâmico, que gera uma base de direitos e deveres iguais por parte dos cônjuges, assim como disciplinado no artigo 1.511, Código Civil: “O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. Ademais, é possível alongar os efeitos civis do casamento civil para o casamento religioso, e, para que isso aconteça, é necessário que se faça a habilitação e o registro no Registro Civil das Pessoas Naturais, segundo o artigo 1.516, do Código Civil.

Indubitavelmente, o Estado intervém nessa relação conjugal, através da legislação. Assim, como preleciona Silvio de Salvo Venosa, o casamento, negócio jurídico, gera um ato

pessoal e solene, porque, respectivamente, é exclusivo aos cônjuges a manifestação de suas vontades e:

> [...] trata-se, também, ao lado do testamento, do ato mais solene do direito brasileiro e assim é na maioria das legislações. A lei o reveste de uma série de formalidades perante autoridade do Estado que são de sua própria essência para garantir a publicidade, outorgando com isso garantia de validade ao ato. A solenidade inicia-se com os editais, desenvolve-se na própria cerimônia de realização e prossegue em sua inscrição no registro público (VENOSA, 2021, p. 48).

Em outras palavras, o casamento possibilita que um vínculo jurídico se estabeleça entre duas pessoas.

Também é interessante mencionar que a partir da Emenda Constitucional 66/10, o casamento pode ser findado através do divórcio sem necessidade de prévia separação, sendo, inclusive, permitido o divórcio extrajudicial pela lei n°11.441/07.

## 2.2 Da união estável

Encontramos como modalidade de família contemporânea a união estável, sendo "reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família" (art. 1.723, CC). Outrossim, são elementos dessa modalidade: a estabilidade na união entre o homem e a mulher, isto é, deve ser duradoura; a continuidade, pois completa a estabilidade e permite concluir que não houve interrupções na união; a publicidade, ou seja, a sociedade deve ter tem conhecimento sobre essa união; e o objetivo de constituir uma família através dessa união estável.

Além disso, os direitos alimentares e os hereditários são transferidos ao companheiro, além de se estender as causas impeditivas do casamento à união estável. A união estável tem proteção estatal e legal, bem como tem a mesma regulamentação para os direitos sucessórios como o casamento.

## 2.3 Das uniões homoafetivas

Como quarta modalidade de família contemporânea, identifica-se as uniões homoafetivas, isto é, entre duas pessoas do mesmo sexo. Partindo do princípio da dignidade humana, o Estado não pode impedir que, por causa de sua orientação sexual, pessoas não se casem, pois isso limitaria seu direito à igualdade, ambos previstos na Magna Carta.

Por conseguinte, em 2011, o STF, por unanimidade dos seus ministros, entendeu que a união homoafetiva é uma entidade familiar, na qual se aplica o mesmo regime de união estável entre homem e mulher. Em seguida, o CNJ emitiu a Resolução 175/2013, a qual obriga os

cartórios a realizarem o casamento homoafetivo, e também a permitir a convocação para o casamento de uma união homoafetiva.

Assim, diante de tantas lacunas no ordenamento jurídico brasileiro sobre a união homoafetiva, o Estado realiza ações públicas para diminuir o preconceito e homofobia, além do papel do Poder Judiciário nesse âmbito ter sido imprescindível.

### 2.4 Da família monoparental

Essa modalidade está presente no artigo 226, §4° da Constituição Federal de 1988, e se configura na família formada apenas pelo pai ou pela mãe e seus filhos. Muito comum nos dias atuais, ela pode surgir a partir da viuvez, inseminação artificial, adoção, dentre outras formas. Vale ressaltar que é, muitas vezes, constituída pela mãe e seus filhos, pois muitos pais abandonam seus descendentes e a genitora fica responsável por eles.

### 2.5 Das demais modalidades

Podemos lembrar outras modalidades de família, dentre elas, a família ampliada, formada pelos parentes que a criança mais convive (art. 25, ECA); a família anaparental, formada por parentes colaterais; a família pluriparental, em que o indivíduo possui dois pais ou duas mães; a família de um casal homoafetivo sem descendentes, e diversas outas modalidades, que mesmo sem previsão legal, devem ser respeitadas e garantidas.

### 2.6 Da filiação socioafetiva

A filiação socioafetiva é a família entre o filho e o pai ou a mãe, quando não possuem ligação biológica, assim como disciplinado no Código Civil, nos artigos 1.593 e 1.596, respectivamente: “parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem. E “os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”

Tal tipo de filiação pode ocorrer em decorrência da adoção, que permite, inclusive, a adoção unilateral (art. 41, ECA); da posse do estado do filho, acontecendo na adoção à brasileira; e na reprodução assistida.

Logo, pode-se inferir de tudo o que foi exposto que o ordenamento jurídico não mais está isolado para englobar todas as possibilidades de modalidade de família contemporânea, uma vez que se utiliza cada vez mais da afetividade para constituir uma família, sendo uma tarefa árdua para a legislação acompanhar todas essas hipóteses.

## 3 DA MULTIPARENTALIDADE

A família é estruturada e constituída das mais variadas formas e padrões, tornando ultrapassada a noção de que a família é baseada apenas por vínculos genéticos, biológicos e decorrentes do casamento civil. As constantes transformações na organização familiar demandam um novo olhar sobre a forma de interpretar o Direito de Família e as relações paterno-materno-filiais.

Com essa reorganização do Direito de Família, a socioafetividade vem sendo reconhecida como formadora do vínculo de paternidade e/ou maternidade. Tal instituto passou a ser objeto de discussão doutrinária e jurisprudencial no Brasil, o que culminou com seu reconhecimento pelo E. Superior Tribunal Federal, no recurso extraordinário julgado pelo Ministro Luiz Fux, entendeu que:

> Recurso Extraordinário a que se nega provimento, fixando-se a seguinte tese jurídica para aplicação a casos semelhantes: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais" (STF – ED RE: 898060 SC – SANTA CATARINA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 17/05/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-113 29-05-2019)

Neste ínterim, trata-se a respeito do conceito e da evolução da multiparentalidade na seara do direito brasileiro, que nada mais é do que a formação de famílias com base na afeição que as pessoas têm umas pelas outras, reconhecida e aceita pelo E. Supremo Tribunal Federal, que muitas vezes se sobressai às relações meramente biológicas.

### 3.1 Conceito

Conceito que avança no ordenamento jurídico, a Multiparentalidade surgiu como possibilidade de remediar a indagação sobre qual o estado de filiação prevalece, a filiação biológica ou a afetiva. A tese surgiu quando se percebeu que juridicamente ambas as filiações eram possíveis, a qual consiste na possibilidade de uma pessoa física ter múltiplos pais, ou seja, mais de um pai ou mais de uma mãe no assentamento do registro civil. Em outras palavras, significa, legalmente, conferir ao genitor biológico e/ou afetivo a legitimidade aos princípios da dignidade humana e afetividade para, dessa forma, manter os vínculos parentais.

Tal alternativa tinha como objetivo garantir direito ligado a personalidade, no que toca, especificamente, o direito de ter o nome. Nesse sentido, Garcia e Borges afirma: "A multiparentalidade caracteriza-se pela possibilidade de a pessoa ter em seu registro de nascimento mais de um pai ou mais de uma mãe" (GARCIA; BORGES, p.6).

> A multiparentalidade deve ser entendida como a possibilidade de uma pessoa possuir mais de um pai e/ou mais de uma mãe, simultaneamente, produzindo efeitos jurídicos em relação a todos eles, inclusive, ao que tange o eventual pedido de alimentos e até mesmo herança de ambos os pais (ZAMATTARO apud LIGUERO. 2015, p.15).

Para melhor se entender o conceito de multiparentalidade, é necessário, primeiramente, analisarmos o conceito de paternidade socioafetiva. Através da ideia ultrapassada da constituição familiar formar por laços genéticos, biológicos ou casamento civil, passou-se a se prevalecer os direitos dos indivíduos, dando início ao reconhecimento das relações interpessoais existentes na sociedade, reconhecendo o vínculo a partir das relações afetivas.

Essa coexistência de vínculos biológicos e afetivos é essencial e obrigatória como forma de preservar os direitos fundamentais de todos os envolvidos, levando em consideração a paternidade como fruto do nascimento mais emocional e menos fisiológico.

Em 2012 tivemos uma decisão inédita, onde o E. Tribunal de Justiça de São Paulo deferiu pedido para acrescentar na certidão de nascimento de jovem de 19 anos o nome da mãe socioafetiva, sem ser retirado o nome da mãe biológica.

> EMENTA: MATERNIDADE SOCIOAFETIVA. Preservação da Maternidade Biológica. Respeito à memória da mãe biológica, falecida em decorrência do parto, e de sua família. Enteado criado como filho desde dois anos de idade. Filiação socioafetiva que tem amparo no art. 1.593 do Código Civil e decorre da posse do estado de filho, fruto de longa e estável convivência, aliado ao afeto e considerações mútuos, e sua manifestação pública, de forma a não deixar dúvida, a quem não conhece, de que se trata de parentes - A formação da família moderna não consanguínea tem sua base na afetividade e nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade. Recurso provido." (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2012). (TJ-SP – APL: 64222820118260286 SP 0006422-26.2011.8.28.0286, Relator: Alcides Leopoldo e Silva Júnior, Data de Julgamento: 14/08/2012, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/07/2012)

Coloca-se, assim, a afetividade e a convivência como elemento definidor da união familiar em detrimento da consanguinidade, dando-se valor e lugar para o afeto, fazendo às vezes de direito fundamental.

### 3.2 Da legitimação

Para reafirmar sua legitimidade, é de suma importância a verificação dos efeitos da multiparentalidade, sendo uma forma justa de estabelecimento do vínculo de filiação, onde andam, lado a lado, o vínculo afetivo e o vínculo biológico e, onde muitas vezes, sobrepõe-se o vínculo afetivo ao vínculo sanguíneo ou biológico.

Deve-se ressaltar, ainda, que, com o adendo ao artigo 57 da Lei 6.015/73, pela Lei 11.924/2009, foi permitido ao padrasto ou madrasta emprestar o sobrenome ao enteado ou

enteada, sendo que, através de uma ação judicial, o juiz deve determinar o acréscimo do sobrenome.

Dessa forma, no caso de Multiparentalidade, também seria acrescentado à certidão de nascimento do filho o nome do padrasto ou madrasta na parte de filiação.

Assim, fica claro que a multiparentalidade é uma consequência da filiação socioafetiva, seja ela como for, conjuntamente com a biológica ou registral.

## 4 EFEITOS DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE

A multiparentalidade surgiu para trazer mais humanização às relações familiares, proporcionando mais dignidade à pessoa humana. A fonte do parentesco decorre do fato biológico da geração, resultante dos vínculos sanguíneos, em descendência direta, quando provém uma da outra, ou em linha colateral, quando estes laços consanguíneos advêm de um tronco comum. As relações parentais sofreram os influxos socioculturais, e antes mesmo da Carta Política de 1988, existiam diferenças legais entre parentes legítimos, quando engendrados por um homem e uma mulher validamente casados, e ilegítimos, quando a filiação era gerada fora do matrimônio. Antigamente prevaleciam as relações entre pais e filhos como fato da procriação, que deveria ser legítima, a partir do matrimônio dos pais no momento da concepção, ficando os filhos ilegítimos em situação de desvantagem em relação à prole conjugal.

O artigo 332 do Código Civil de 1916 prescreveu, distinguindo o parentesco legítimo, quando a filiação procedia do casamento, e ilegítimo, quando não resultasse do matrimônio, conforme adviesse da consanguinidade ou adoção, e foi revogado pelo artigo 10 da Lei n. 8,560/1992, que deu efetivo cumprimento ao art.227, § 6, da Constituição Federal de 1988 à igualdade da filiação, salvando os filhos legitimados pelo posterior casamento dos pais, cujo matrimônio subsequente ao nascimento da prole, tinha o efeito de reconhecê-la como legítima. Em regra, o artigo 331 do Código Civil de 1916 reconhecia o parentesco colateral até sexto grau, colidia com p artigo 1612 do mesmo diploma civil, limitando o direito sucessório na linha colateral ao quarto grau de parentesco. O colateral parentesco coexistia no direito família, mas até o sexto grau, e tinha como único efeito jurídico o de dar maior extensão legal aos vínculos familiares, enquanto o direito sucessório não reconhecia efeitos materiais hereditários além do quarto grau de parentesco.

O Código Civil de 2002 corrigiu esta distorção e também reduziu os laços de parentescos ao quarto grau, como já ocorria no direito sucessório, igualando os vínculos parentais no Direito

de família com os vínculos Hereditários do Direito das Sucessões (artigos 12, 1520 e 1839 do Código Civil).

A dupla paternidade ou maternidade não impede que exista maior número de progenitores, sendo que a pluriparentalidade surgiu no sistema jurídico brasileiro a partir da adoção conjunta dos casais do mesmo sexo, existindo um sem-número de precedentes que acolhem o registro de filiação constando, as hipóteses de casais homoafetivos, o nome de dois pais ou de duas mães ao invés de clássico registro de pai e mãe.

Multiparentalidade é a existência conjunta de múltiplas relações familiares e sua existência não acarreta prejuízo, tão somente traz benefícios e seu reconhecimento ocorre de acordo com a necessidade e obrigatoriedade de ser favorável aos indivíduos. O efeito jurídico da multiparentalidade é a filiação não existindo justificativas que o impeçam o reconhecimento da paternidade biológica e socioafetiva.

A Constituição Federal de 1988 veda qualquer discriminação na filiação entre os filhos e a filiação biológica ou socioafetiva, trata da igualdade de direitos e deveres na paternidade/maternidade. Quando o Estado impede a filiação, está inibindo os indivíduos de seus direitos. A filiação multiparental traz integralmente os direitos que abrange os filhos, tanto os sucessórios como o de alimentos, na paternidade biológica e na socioafetiva, de maneira igual para todos os filhos, não havendo prioridade para nenhum deles. A multiparentalidade assegura o conhecimento da origem biológica sendo um direito de todos e que seja respeitado. A inserção na certidão de nascimento daqueles que são conhecidos como pais não influenciam na retirada dos biológicos, e assegura também o princípio da paternidade responsável como efeito dessa filiação, ambos os pais participam de maneira efetiva na vida do filho, contribuindo por igual no sustento e educação.

Os filhos socioafetivos têm exatamente o mesmo direito sucessório que os biológicos, todas as normas sucessórias são aplicadas de maneira igual aos filhos, sem discriminação entre a biológica e a socioafetiva. O direito por igual a herança pode ser considerada como o cumprimento ao princípio da dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais do indivíduo.

O artigo 229, da Constituição Federal diz que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar a amparar os pais a velhice, carência ou enfermidade.

Já o artigo 230, da Constituição Federal, diz que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

O artigo 1593 do Código Civil diz que pode ser civil ou natural o parentesco, originando-se da consanguinidade ou socioafetividade. Portanto, a multiparentalidade (biológica ou socioafetiva) produz eficácia jurídica, tanto na linha descendente, quanto na linha ascendente.

O Artigo 1591 do Código Civil diz que são parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

O Artigo 1592 do Código Civil diz que são parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

O Artigo 1593 do Código Civil diz que parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou de outra origem.

O Artigo 1594 determina que contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar outro parente.

Artigo 1595 diz que cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

§ 1 O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

§ 2 Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

No Direito Civil Brasileiro são admitidas três modalidades de parentesco, ou seja: o parentesco consanguíneo, o parentesco por afinidade e o parentesco civil.

O vínculo sanguíneo entre pessoas de mesma origem biológica caracteriza o parentesco natural ou consanguíneo. O vínculo existente entre um cônjuge ou companheiro caracteriza o parentesco por afinidade. O vínculo existente entre marido e mulher, por exemplo, não caracteriza parentesco por afinidade, mas sim a que decorre de convivência, ou ainda conjugalidade.

O parentesco por afinidade trouxe mudanças trazidas com o advento do reconhecimento da união estável, limitando-se aos ascendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro (art. 1595 do CC). Desse modo, há parentesco por afinidade na linha reta ascendente em relação ao sogro, à sogra e seus ascendentes até o infinito. Na linha reta descendentes, em relação ao enteado e à enteada e assim sucessivamente até o infinito. Na linha colateral, entre cunhados. Na linha reta, até o infinito, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável, havendo um vínculo perpétuo (art. 1595, § 2 do CC). Há também o parentesco que não decorre de afinidade, nem da consanguinidade, que é o parentesco originado na adoção.

O Enunciado 103 do CJF/STJ determina que: "O CC reconhece no artigo 1593, outras espécies de parentesco civil além daquele que decorre da adoção, e parentesco proveniente, quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai ( ou a mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho".

Em 21 de setembro de 2016, no Recurso Extraordinário 898.060 Plenário Público, Relator Ministro Luiz Fux, publicado no informativo 840 do STF "a paternidade socioafetiva declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

Diante da decisão, foi reconhecida a possibilidade de multiparentalidade; ou seja, múltiplos vínculos parentais, concretizando a socioafetividade como parentesco civil, gerando consequentemente direitos hereditários.

## 5 SUCESSÃO DOS ASCENDENTES EM CONCORRÊNCIA COM O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO E COMPANHEIRA DE UNIÃO ESTÁVEL SOB A PERSPECTIVA DA MULTIPARENTALIDADE

O direito sucessório é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5, incisos XXVII e XXX, que garante o direito à herança. Na família onde existem multiparentalidade, com a morte de um dos pais ou mães, o filho (seja socioafetivo ou biológico) herdará o seu quinhão em concorrência com os demais irmãos, sem distinção entre tipos de filhos, mas se ocorrer morte do filho e este não tiver descendentes, os pais serão os herdeiros em concorrência com o cônjuge ou companheiro supérstite.

No artigo 1836. Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.

§ 2º Havendo igualdade em grau e diversidade em linha, os ascendentes da linha paterna herdam a metade, cabendo a outra aos da linha materna.

No direito sucessório, na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente. Havendo igualdade em grau e diversidade em linha, os ascendentes da linha paterna herdam a metade, cabendo a outra aos da linha materna.

Então, havendo mais de 4 avós maternos ou paternos, todos concorrerão com o cônjuge sobrevivente.

No falecimento, a sucessão é o ato pelo qual se transfere um direito de um indivíduo para seus sucessores, assim, uma vez firmado a condição de filiação, independente da origem

da paternidade, o filho terá todos os direitos inerentes à filiação assegurados. No momento da partilha, o filho concorrerá igualmente com aqueles que estiverem no seu mesmo grau de vocação hereditária, sendo eles filhos, netos, bisnetos, não havendo distinção de filiação biológica para filiação socioafetiva.

### 5.1 Efeitos sucessórios em geral

Com a abertura da sucessão, a herança é transmitida no mesmo momento a todos os herdeiros do falecido, em respeito ao princípio da saisine. Inicialmente se verifica a existência se teve alguma última vontade válida deixada pelo de cujus, não havendo, ou sendo esta parcial, é deferida a sucessão aos herdeiros legítimos, obedecendo a ordem de vocação do artigo 1.829 e seguintes do Código Civil.

De acordo com Scott Junior (2011, p.35-46):

> Ao tratar-se de sucessão envolvendo filhos socioafetivos, após a decisão paradigmática do Supremo Tribunal Federal, não restam dúvidas da qualidade de herdeiro deste em relação ao genitor socioafetivo. Alia-se a isso a isonomia entre os filhos imposta pela Constituição Federal, não cabendo qualquer distinção na divisão da herança. O vínculo gerado pelo afeto, então, é equiparado à filiação biológica e todos os filhos do falecido herdarão da mesma forma.

O E. Superior Tribunal de Justiça posicionou-se ao que toca, que os direitos hereditários advindos da parentalidade socioafetiva coexistem com aqueles decorrentes da filiação biológica. (STJ – REsp: 1618230 RS 2016/0204124-4, Relator: Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 28/03/2017, T3 – TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/05/2017)

Nesse sentido, foi aprovado o enunciado 632 na VIII Jornada de Direito Civil do STJ/CJF, em seu art. 1.596 que “nos casos de reconhecimento de multiparentalidade paterna ou materna, o filho terá direito à participação na herança de todos os ascendentes reconhecidos.”.

Resumidamente, independe a quantidade de vínculos parentais, seus herdeiros serão assegurados nas sucessões de todos os ascendentes de forma igualitária.

Nesse sentido, se os descendentes têm direitos, os ascendentes todos, sejam biológicos, adotivos ou socioafetivos também têm direitos iguais quando do falecimento do filho, em especial se o autor da herança não deixou qualquer descendente, de modo que a herança será dividida na segunda classe de herdeiros que incluí todos os ascendentes, cônjuge e companheiro supérstite.

**5.2 Da sucessão pura dos ascendentes multiparentais**

O direito à herança é deferido aos ascendentes, se o falecido não deixou qualquer descendente.

Os ascendentes têm direito à herança em concorrência com o cônjuge ou companheiro sobrevivente.

Entretanto, na falta de cônjuge ou companheiro (a) do autor da herança, a divisão da herança ficará exclusivamente para os ascendentes.

Segundo Anderson Schreiber: "se uma pessoa pode receber herança de dois pais, é preciso recordar que também pode ocorrer o contrário, pois a tese aprovada produz efeitos em ambas as direções: direito do filho em relação aos múltiplos pais ou mães, mas também direito dos múltiplos pais ou mães em relação ao filho (SCHREIBER, Anderson. STF, Repercussão Geral 622: Multiparentalidade e seus efeitos).

No que se refere a partilha de bens, o artigo 1.836 do Código Civil estabelece que: "Art. 1.836. Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente."

Explica Flávio Tartuce: "Com o reconhecimento da multiparentalidade, se o falecido deixar um pai biológico, um pai socioafetivo, uma mãe e uma esposa, os seus bens serão divididos entre os quatro, também em concorrência." (2020, p.1.706).

A inexistência de cônjuge ou de ascendentes de primeiro grau e das diversidades das linhas, a distribuição da herança será metade para a linha paterna e metade da herança irá para a linha materna.

Em casos de multiparentalidade, se for analisada pelo artigo 1.836 do Código Civil, 50% da herança seria transferida a mãe e 25% para o pai socioafetivo e 25% para o pai biológico ou vice-versa.

Para uma divisão igual e aceita socialmente, dependendo e analisando casa caso, é necessária a aplicação de princípios primordiais do direito, como o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, que por ser uma questão muito emblemática, caberia ocorrer de forma igualitária a partilha da herança, sejam ascendentes socioafetivos ou biológicos.

Nesse sentido, diz o Enunciado 642 do Conselho Federal de Justiça na VIII Jornada de Direito Civil:

> Nas hipóteses de multiparentalidade, havendo o falecimento do descendente com o chamamento de seus ascendentes à sucessão legítima, se houver igualdade em grau e diversidade em linha entre os ascendentes convocados a herdar, a herança deverá ser dividida em tantas linhas quantos sejam os genitores.

Cumpre destacar que sempre haverá questões abstratas em relação à multiparentalidade e concorrência com o cônjuge e vão continuar surgindo, isto porque é necessário determinar a quem a quota que pertencerá ao cônjuge concorrendo com número de avós, sejam eles socioafetivos ou biológicos.

Na falta de pais e mães, a herança fica para os avós. A divisão da herança entre os avós também deve levar em consideração o referido artigo 1836 do Código Civil e o Enunciado 642 do Conselho Federal anteriormente citado.

Destarte, se existem dois avós paternos e um avô (ou avó) materno, 50% da herança ficará para os avós paternos (25% para o avô e 25% para a avó) e 50% para o avô materno (se a avó já estava falecida.

Havendo multiparentalidade, há a possibilidade da existência de mais do que quatro avôs e avós.

Nesse caso, há dois raciocínios possíveis.

O primeiro raciocínio é da divisão igualitária entre os 5 ou mais avôs e avós, conforme posição de parte da doutrina (TARTUCE, 2021).

Outro raciocínio seria a aplicação pura do artigo 1836 do Código Civil, fazendo a divisão em tantas vezes existirem as linhas. Assim, verbi gratia, se há 5 (cinco) avós e avôs de 3 (três) pais, a herança seria dividida em 3.

Se João faleceu sem deixar descendentes. Teve em vida  o pai Marcos, a mãe Joana e o pai José. Se Marcos, Joana e José já são falecidos, mas deixaram pais vivos. Os pais de Marcos são Neusa e Neimar. Os pais de Joana são Junior e Jenilza. A mãe de José é Janaína. Nesse situação a herança ficaria 1/3 para Junior e Jenilza, 1/3 para Neusa e Neimar e 1/3 para Janaína, desde que se adote a aplica integral do artigo 1836 do Código Civil.

Se se adotar a posição doutrinária de divisão igualitária entre os ascendentes para o caso de multiparentalidade, no exemplo acima, a divisão ficaria 1/5 para cada um dos avós e avôs, ou seja, 1/5 para Junior, Jenilza, Neusa, Neimar e Janaína.

Ainda não há definição da jurisprudência de qual entendimento deve prevalecer.

### 5.3 Da sucessão dos ascendentes multiparentais em concorrência com o cônjuge ou convivente sobrevivente

De antemão, é mister explicar o conceito de multiparentalidade, que consiste no fato de o filho possuir ou dois pais ou duas mães, um deles biológico e outro com uma relação socioafetiva. Ademais, a multiparentalidade tem como base o artigo 1.593 do Código Civil Brasileiro, pois disciplina: “parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade

ou outra origem.", ou seja, existe a possibilidade, segundo o Enunciado 103 do CFJ/STJ**,** de se reconhecer, através do dispositivo mencionado, outros tipos de parentesco civil além do que advém da adoção, sendo eles a do vínculo parental a partir de reproduções assistidas heterólogas, isto é, quando um dos pais não participa do procedimento com seu material genético, ou ainda na paternidade socioafetiva, com fulcro na posse do estado do filho. Uma importante decisão acerca da multiparentalidade foi a proferida pelo STF, em 2016 no Recurso Extraordinário 898.060, que contou como relator o Ministro Luiz Fux, publicado no informativo n° 840 do STF, que definiu: "a paternidade socioafetiva declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios". Desse modo, a multiparentalidade gera efeitos para todos os ramos do direito, como o sucessório. Além dessa, outra jurisprudência assim também entende

> EMENTA: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. SOCIOAFETIVIDADE. ART. 1.593 DO CÓDIGO CIVIL. PATERNIDADE. MULTIPARENTALIDADE. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. INDIGNIDADE. AÇÃO AUTÔNOMA. ARTS. 1.814 E 1.816 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 6. A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade da pessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos. (Recurso Especial nº 1704972/CE, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Julgado em: 09/10/2018, Data de Publicação: Diário de Justiça 15/10/2018).

Destarte, cabe mencionar a sucessão dos ascendestes multiparentais em concorrência com o cônjuge ou convivente sobrevivente, que, segundo a doutrina, vai ocorrer quando não houver herdeiros descendentes, pois somente assim são chamados os ascendentes. Preceitua o artigo 1.836 do Código Civil

> Art. 1.836: "Na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente.
> § 1° Na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, sem distinção de linhas.
> § 2° Havendo igualdade em grau e diversidade em linha, os ascendentes da linha paterna herdam a metade, cabendo a outra aos da linha materna.

Sendo assim, na hipótese de multiparentalidade, segundo o Enunciado 642 da VIII Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal,

> Nas hipóteses de multiparentalidade, havendo o falecimento do descendente com o chamamento de seus ascendentes à sucessão legítima, se houver igualdade em grau e diversidade em linha entre os ascendentes convocados a herdar, a herança deverá ser dividida em tantas linhas quantos sejam os genitores.

Ou seja, como a Constituição Federal extinguiu qualquer diferenciação entre os filhos de qualquer natureza, através do princípio da reciprocidade, o ascendente herdará do descendente.

Porém, como bem diz o autor Carlos Roberto Gonçalves

> Os ascendentes ocupam a segunda classe dos sucessíveis (CC, art. 1.828, II), podendo, como visto, concorrer com o cônjuge sobrevivente (art. 1.836), sem qualquer limitação no tocante ao regime matrimonial de bens. Diferentemente do que sucede nos casos de concorrência com os descendentes, o cônjuge concorrerá com os ascendentes do falecido, seja qual for o regime (GONÇALVES, 2021, p. 184)

Em outras palavras, independentemente do regime de bens, o cônjuge ou convivente sobrevivente concorrerá com os ascendentes.

Assim, segundo o artigo 1.837 do Código Civil, "concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um terço da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau". Isto é, o viúvo (a) terá direito a um terço da herança, se concorrer com os pais do de cujus; à metade, no caso de concorrência somente com um dos pais ou com outros ascendentes.

Portanto, conclui-se que mesmo que o falecido tenha mais de um pai ou mãe, constituindo a multiparentalidade, e não tenha descendentes, todos eles concorrerão frente a sua herança com seu cônjuge ou convivente sobrevivente.

### 5.4 Dos direitos sucessórios quando há dupla ascendência paterna e/ou materna

Os direitos sucessórios quando há dupla ascendência paterna e/ou materna, decorrentes da multiparentalidade, baseada no princípio da afetividade, são iguais tanto para os filhos biológicos como para os filhos afetivos reconhecidos, frutos de uma filiação multiparental. Logo, após o reconhecimento, os filhos afetivos são considerados herdeiros legítimos para a sucessão, pois não há distinção para com os demais filhos, independente da origem da filiação, sendo ela natural ou civil.

Dessa forma, a concomitância de filiações não interfere no direito sucessório de nenhum filho, independentemente de sua natureza e origem, pois, uma vez que o artigo 227, §6° da Constituição Federal e 1.596 do Código Civil, disciplina que "os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação", conclui-se que não há qualquer diferenciação entre os filhos, principalmente no que concerne aos direitos sucessórios. Logo, se uma pessoa possui  dois pais ou duas mães (um biológico e outro afetivo) fará parte da sucessão deles na mesma proporção que os demais filhos, biológicos ou não.

A jurisprudência assim também entende, no caso de uma pessoa querer receber a herança de seu pai biológico, mesmo que já tenha recebido seu quinhão do pai socioafetivo. No referido caso, propôs o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva: "a pessoa criada e registrada por pai socioafetivo não precisa, portanto, negar sua paternidade biológica, e muito menos abdicar de direitos inerentes ao seu novo status familiae, tais como os direitos hereditários" (CUEVA, 2017). Segue a jurisprudência:

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. FILIAÇÃO. IGUALDADE ENTRE FILHOS. ART. 227, § 6º, DA CF/1988. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. VÍNCULO BIOLÓGICO. COEXISTÊNCIA. DESCOBERTA POSTERIOR. EXAME DE DNA. ANCESTRALIDADE. DIREITOS SUCESSÓRIOS. GARANTIA. REPERCUSSÃO GERAL. STF. 1. No que se refere ao Direito de Família, a Carta Constitucional de 1988 inovou ao permitir a igualdade de filiação, afastando a odiosa distinção até então existente entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos (art. 227, § 6º, da Constituição Federal). 1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 898.060, com repercussão geral reconhecida, admitiu a coexistência entre as paternidades biológica e a socioafetiva, afastando qualquer interpretação apta a ensejar a hierarquização dos vínculos. 2. A existência de vínculo com o pai registral não é obstáculo ao exercício do direito de busca da origem genética ou de reconhecimento de paternidade biológica. Os direitos à ancestralidade, à origem genética e ao afeto são, portanto, compatíveis. 3. O reconhecimento do estado de filiação configura direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado, portanto, sem nenhuma restrição, contra os pais ou seus herdeiros. 4. Diversas responsabilidades, de ordem moral ou patrimonial, são inerentes à paternidade, devendo ser assegurados os direitos hereditários decorrentes da comprovação do estado de filiação. 5. Recurso especial provido. (STJ – REsp: 1618230 RS 2016/0204124-4, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 28/03/2017, T3 – TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/05/2017) (BRASIL, 2017).

A mesma situação ocorreu na Apelação Cível nº 70072947419, do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em julgamento da 8ª Câmara de Direito Civil, em 2018. No caso em tela, o indivíduo desejava que fosse inserido na sua certidão de nascimento o nome do pai biológico, a fim de alcançar seus direitos sucessórios, além de já ter registrado seu pai socioafetivo. Uma importante decisão utilizada nesse acórdão foi a proferida pelo STF, em 2016, no Recurso Extraordinário 898.060, que contou como relator o Ministro Luiz Fux, publicado no informativo n° 840 do STF, que definiu: "a paternidade socioafetiva declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

Assim, segundo o autor Carlos Roberto Gonçalves, o reconhecimento da filiação tem eficácia erga omnes, e reflete tanto na filiação biológica como na socioafetiva. Pois então, as regras que regem as relações parentais biológicas, devem ser a mesmas utilizadas nos casos de multiparentalidade, uma vez que o filho concorrerá na sucessão da herança de cada ascendente, sejam eles quantos forem, e todos os pais, biológicos ou socioafetivos, concorrem na herança

do filho falecido, disciplinado esse último caso no artigo 1.836 do Código Civil e no Enunciado 642 da VIII Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a evolução da sociedade, da humanidade e, consequentemente, das relações sociais trouxe as novas formações familiares. A ideia de que família constituída por um homem e uma mulher, formada apenas por laços biológicos é ultrapassada, dando início ao reconhecimento das relações interpessoais existentes na sociedade, bem como do vínculo a partir das relações afetivas.

O Código Civil não dispõe ou prevê acerca da multiparentalidade, tampouco sobre seus principais efeitos quando o assunto é a sucessão. Entretanto, o Direito precisou se adaptar a essas mudanças e ao surgimento das novas bases familiares, reconhecendo a filiação socioafetiva e a multiparentalidade, determinado, dessa forma, a alteração no assentamento do registo civil e na sucessão hereditária.

É de extrema importância que o Poder Judiciário reconheça tais filiações, pois, atualmente, o que realmente importa para o filho é quem o criou e não somente aquele que contribuiu com o material genético. Além disso, conforme a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, o Judiciário tem a obrigação de preencher as lacunas da legislação, pois não há previsão legal no que se refere ao direito sucessório quando há multiparentalidade e, sendo assim, cabe ao juiz supri-las, observando os limites legais, éticos e morais.

Com nosso estudo dos dispositivos legais, enunciados, informativos e decisões, conclui-se que, no que se refere à sucessão em favor dos ascendentes quando há multiparentalidade, quando o filho morre sem deixar descendentes ou cônjuge, a herança deverá ser partilhada conforme a situação e o número de ascendentes.

Se o falecido deixou um pai, uma mãe e o cônjuge (ou companheiro de união estável) a herança será dividida entre os três, ficando um terço para cada herdeiro (pai, mãe e cônjuge).

Na concorrência de apenas um ascendente de primeiro grau com o cônjuge (ou companheiro de união estável) ou com outros ascendentes, o cônjuge sempre herdará metade da herança.

Na divisão sem multiparentalidade, em que o falecido deixou três avós biológicos apenas, nos termos do artigo 1.836 do Código Civil, 50% da herança será transferida para os avós maternos e 50% para os avós paternos. Destarte, se o falecido deixou João e Joana (avós paternos e Maíra (avó materno) como herdeiros, João herdará 25%, Joana 25% e Maíra 50%.

Destarte, se existem dois avós paternos e um avô (ou avó) materno, 50% da herança ficará para os avós paternos (25% para o avô e 25% para a avó) e 50% para o avô materno (se a avó já estava falecida.

Na multiparentalidade, em que o falecido deixou o cônjuge (ou companheiro de união estável) e havendo concorrência com mais de dois pais ou mais de quatro avós do autor da herança (falecido), o cônjuge recebe metade da herança, nos termos do artigo 1.837 do Código Civil, devendo a outra metade ser dividida igualmente entre os ascendentes multiparentais, biológicos, adotivos ou socioafetivos.

Assim, caso o falecido, proveniente de família multiparental, deixe cônjuge ou companheiro sobrevivente, estes têm direito a concorrer na sucessão junto com os ascendentes e deverá ser preservada a quota do cônjuge ou convivente sobrevivente prevista no artigo 1.837 do Código Civil, e o restante ser partilhado entre os ascendentes multiparentais em partes iguais.

Os direitos hereditários advindos da parentalidade socioafetiva e/ou adotiva coexistem com aqueles decorrentes da filiação biológica.

Nesse sentido, se os descendentes têm direitos, os ascendentes todos, sejam biológicos, adotivos ou socioafetivos também têm direitos iguais quando do falecimento do filho, em especial se o autor da herança não deixou qualquer descendente, de modo que a herança será dividida na segunda classe de herdeiros que incluí todos os ascendentes, cônjuge e companheiro supérstite.

Na falta de cônjuge ou companheiro (a) do autor da herança, a divisão da herança ficará exclusivamente para os ascendentes, aplicando-se o mesmo raciocínio e proporcionalidade.

Havendo multiparentalidade, há a possibilidade da existência de mais do que quatro avôs e avós.

Nesse caso, há dois raciocínios possíveis.

O primeiro raciocínio é da divisão igualitária entre os 5 ou mais avôs e avós, conforme posição de parte da doutrina.

Outro raciocínio seria a aplicação pura do artigo 1836 do Código Civil, fazendo a divisão em tantas vezes existirem as linhas. Assim, verbi gratia, se há 5 (cinco) avós e avôs de 3 (três) pais, a herança seria dividida em 3.

Se João faleceu sem deixar descendentes. Deixou o pai Marcos, a mãe Joana e o pai José. Se Marcos, Joana e José já são falecidos, mas deixaram pais vivos. Os pais de Marcos são Neusa e Neimar. Os pais de Joana são Junior e Jenilza. A mãe de José é Janaína. Nessa situação, a herança ficaria 1/3 para Junior e Jenilza, 1/3 para Neusa e Neimar e 1/3 para Janaína, desde que se adote a aplicação integral do artigo 1836 do Código Civil.

Se se adotar a posição doutrinária de divisão igualitária entre os ascendentes para o caso de multiparentalidade, no exemplo acima, a divisão ficaria 1/5 para cada um dos avós e avôs, ou seja, 1/5 para Junior, Jenilza, Neusa, Neimar e Janaína, que é o entendimento que adotamos.

O viúvo (a) terá direito a um terço da herança, se concorrer com os pais do de cujus; à metade, no caso de concorrência somente com um dos pais ou com outros ascendentes.

A coexistência da filiação afetiva e biológica é uma verdade de fato e de direito. Atualmente, o fator biológico não é mais o único parâmetro para composição de uma família, haja vista que, muitas vezes, os laços sentimentais se sobrepõem aos biológicos. Pode-se dizer, ainda, que a multiparentalidade alterou, de forma extremamente positiva, as referências não só do direito de família, como também do direito sucessório no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BORDONI, Italo Bondezan. **A Sucessão dos ascendentes em caso de multiparentalidade.** Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1641/A+sucess%C3%A3o+dos+ascendentes+em+caso+de+multiparentalidade+ Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Enunciado n. 103 da I Jornada de Direito Civil**. Conselho Federal de Justiça. Disponível em: https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/734. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL, Enunciado n. 642 da VIII Jornada de Direito Civil. **Conselho Federal de Justiça.** Disponível em: https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/1181. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1618230/RS. 3ª Turma. Rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva.** Julgado em 28/03/2017. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/465738570/recurso-especial-resp-1618230-rs-2016-0204124-4/inteiro-teor-465738580. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Extraordinario. n. 898060/SC. 1ª Turma. Rel. Min. Luiz Fux.** Julgado em 17/04/2017. Disponível em: https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/768195511/embdecl-no-recurso-extraordinario-ed-re-898060-sc-santa-catarina/inteiro-teor-768195521. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Informativo 840**. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo840.htm. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Tema 622 - Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4252676. Acesso em: 17 jun.2021.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível n. 70072947419. Rel. Min.Ivan Leomar Bruxel**. Julgado em 22/03/2018. Disponível em: https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/560338854/apelacao-civel-ac-70072947419-rs/inteiro-teor-560338874?ref=juris-tabs. Acesso em: 17 jun. 202.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Cível nº 0006422-26.2011.8.26.0286 - SP (2012.0000400337). Relator: Alcides Leopoldo e Silva Júnior.** São Paulo, 14 de agosto de 2012. Jurisprudência do TJ-SP, São Paulo, agosto. 2012.
Disponível em: https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22130032/apelacao-apl-6422262011826028 6-sp-0006422-2620118260286-tjsp. Acesso em: 24 jul. 2021.

DA COSTA, Everton Leandro. **Paternidade Sócio-afetiva.** Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/274/PATERNIDADE+S%C3%93CIO-AFETIVA. Acesso em: 14 jun. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo: RT, 2013.

DOS SANTOS, Natalye Regiane Alquezar. **Parâmetros legais e sociais da família socioafetiva.** Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1648/Par%C3%A2metros+legais+e+sociais+da+fa/m%C3%ADlia+socioafetiva. Acesso em: 07 jun. 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro – Direito das Sucessões – Vol. 7.** 14ª edição, São Paulo, Saraiva Jur, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LÔBO, Paulo Luiz Netto**. Socioafetividade no Direito de Família: a Persistente Trajetória de um Conceito Fundamental**. In: Revista Brasilira de Direito das Famílias, nº05. p 6. Ago./set. 2008.

MAIA, Renato. **Filiação Parental e seus efeitos**. São Paulo: SRS Editora, 2008.

NICODEMOS, Erika. Direito de família contemporâneo: conceito de família e nova filiação. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3849, 14 jan. 2014. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/26392. Acesso em: 17 jun. 2021.

OLIVEIRA, Alana Maria Ribeiro De. **A Possibilidade de Dupla Herança Advinda da Multiparentalidade.** Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-possibilidade-de-dupla-heranca-advinda-da-multiparentalidade. Acesso em: 17 jun. 2021.

JUNIOR, Valmôr Scott. **Efeitos sucessórios da paternidade socioafetiva**. Revista Sociais e Humanas, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 35-46, jun. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/3203/1754. Acesso em: 22 jul. 2021.

SCHREIBER, Anderson. **STF, Repercussão Geral 622: Multiparentalidade e seus efeitos**. Disponível em: https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/388310176/stf-repercussao-geral-622-multiparentalidade-e-seus-efeitos. Acesso em: 25 set. 2021.

SUZIGAN, Thábata Fernanda. **Filiação socioafetiva e a multiparentalidade.** Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9204/Filiacao-socioafetiva-e-a-multiparentalidade. Acesso em: 14 jun. 2021.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil – Família e Sucessões – Vol. 5**. São Paulo: Atlas, 2021.

# BEM-ESTAR E FELICIDADE NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE FATORES DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso[1]; PADOVEZ, Stela Christine[2].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-325*

## RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o tema felicidade no trabalho, tendo como suporte a noção de bem-estar no trabalho e seus aspectos constituintes, com o objetivo de responder ao questionamento se as pessoas podem ser felizes por meio de suas atividades profissionais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva, com levantamento de campo por meio de questionário, para identificar os aspectos mais relevantes de satisfação e felicidade no trabalho de profissionais com mais de 36 anos de idade, que atuam em região industrial. Precedendo à pesquisa, realizou-se a revisão bibliográfica sobre o tema felicidade e bem-estar no trabalho (BET). O resultado da pesquisa revelou a importância do trabalho na vida das pessoas, com destaque para a realização das atividades profissionais compatíveis com a aptidão, talento e vocação da pessoa.

**Palavras-chave**: Bem-estar no trabalho. Felicidade. Carreira.

## ABSTRACT

This paper presents a ponderation on the theme happiness at work, supported by the notion of welfare at work and its constitutive aspects, aiming to respond the question if people can be happy or not through their accomplishments at work. In order to investigate such question a descriptive field research using a questionnaire has been done in order to obtain quantitative data and show the most relevant aspects of happiness and satisfaction at work among people over 36 years old whom work at industrial regions. Preceding the research, a bibliographic review was made on the theme welfare to work (WTW). The survey results revealed the importance of work on people's life, highlighting the realization of professional activities compatible with aptitude, talent and vocation.

**Keywords**: Well-being to work. Happines. Carrier.

[1] Doutora em Educação.
[2] Pós-graduada em MBA em Recursos Humanos, Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS.

## INTRODUÇÃO

Os estudos das últimas duas décadas (2000-2020) sobre bem-estar e qualidade de vida no trabalho, têm mostrado a centralidade do trabalho na vida das pessoas, exercendo importantes funções no desenvolvimento do adulto, pois seu significado vai além das questões da sobrevivência humana.

No mundo globalizado e capitalista, a tal centralidade do trabalho na vida das pessoas transfere para os ambientes profissionais, em tese, a responsabilidade pela promoção do bem-estar e de felicidade dessas pessoas (FARSEN *et al*., 2018).

Nessa direção, os estudos organizacionais têm mostrado que ambientes preocupados com o bem-estar e felicidade das pessoas tomam uma série de iniciativas instrumentais, visando a motivação e comprometimento dessas com o trabalho (ALVES, 2011), mas até que ponto a chamada felicidade e bem-estar no trabalho leva à contrapartida da produtividade, na expectativa das organizações? Ou ainda, em prol da produtividade esperada, quantos profissionais adoecem (síndrome de burnout, depressão, síndrome do pânico, entre outras. Trata-se de um dilema enfrentado pelas sociedades atuais.

Este cenário instiga o questionamento: em nossa sociedade, como pode o trabalho estar no centro da vida das pessoas e não lhes proporcionar bem-estar e felicidade? Que fatores presentes nas organizações poderiam então proporcionar o sentimento (constructo[3]) de bem-estar no trabalho e felicidade? As competências desenvolvidas pelas pessoas no ambiente de trabalho (precedidas pelo processo de escolarização regular), os relacionamentos estabelecidos, a valorização pela empresa (salário, promoção, oportunidades) seriam fatores potencialmente geradores de bem-estar e felicidade?

Diante dessa reflexão, este artigo tem por objetivo apresentar a contribuição de diversos estudos científicos realizados sobre a temática felicidade e bem-estar no trabalho, bem como, identificar quais os fatores levam as pessoas a se sentirem felizes no trabalho, a partir das dimensões: escolha da profissão, fatores de bem-estar no trabalho exercido, fatores organizacionais que proporcionam bem-estar e satisfação dos colaboradores.

Este questionamento está refletido com os dados de pesquisa de campo realizada com profissionais de diversas áreas, que se encontram na faixa etária entre 36 a 60 anos.

[3]Constructo: 1. Psicologia - objeto de percepção ou pensamento formado pela combinação de impressões passadas e presentes. 2. Construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples, para ser parte de uma teoria.

O objetivo deste trabalho, portanto, é identificar um conjunto de fatores presentes na vida profissional das pessoas que favorecem o sentimento de felicidade no trabalho.

## 1 BEM-ESTAR E FELICIDADE NO TRABALHO

A identidade da pessoa e de seu papel na sociedade se configura pela amálgama das múltiplas dimensões do trabalho e vida pessoal, definidos a partir das agendas, rotinas e as inúmeras oportunidades de interação pessoal com os pares, trabalho e sociedade em geral (PASCHOAL; TORRES; PORTO, 2010). Por isso, a temática bem-estar no trabalho tem estado em alta, no meio acadêmico.

Nas últimas três décadas houve um esforço de pesquisadores para a construção de um conjunto de conhecimentos que apresentassem evidências científicas sobre fatores de bem-estar (FARSEN, 2021). Até então, esses estudos estavam restritos ao campo da economia relacionados aos aspectos materiais (*welfare*), década de 1950. Na sequência (1960 e 1980) os estudos ganharam dimensão global, incluindo os aspectos subjetivos (GALINHA, 2008). Esses estudos ocorreram na área da Psicologia, tendo como precursor: Martin Seligman que, ao assumir a presidência da *American Psychological Association*, em 1998, inicia um movimento denominado Psicologia Positiva, cuja abordagem recai sobre as potencialidades e virtudes humanas, com estudo sobre as condições e processos que contribuem para a prosperidade do indivíduo e das comunidades (PALUDO; KOLLER, 2007). A ênfase desses estudos, então, reside nos aspectos positivos da experiência humana.

Na origem dos estudos sobre o trabalho no campo da psicologia, a preocupação fundamental foi o ponto de vista negativo, o trabalho enquanto fonte de sofrimento e consequências caracterizadas pelo adoecimento do trabalhador (RIBEIRO; SILVA, 2018). No entanto, os estudos de Seligman, no início do século XXI, com as reflexões sobre a Psicologia Positiva aponta a felicidade como um dos pilares fundamentais desse campo de estudo (FARSEN *et al*, 2020), o que abre uma nova perspectiva para os estudos sobre o bem-estar no trabalho como sinônimo de felicidade.

Os estudos de Seligman (2009) mostram que as investigações de seres humanos com transtornos de ansiedade e de humor abundam na literatura psicológica, contrastando com as poucas investigações sobre pessoas felizes. Esse desequilíbrio pode estar relacionado à ênfase histórica da psicologia clínica nos aspectos patológicos do ser humano e não em suas virtudes, qualidades e potencialidades. Em virtude disto, e como contraponto, nos pressupostos básicos da psicologia positiva reside o chamado ‘olhar positivo’ da natureza humana, por meio do qual o propósito é o de construir conhecimentos vinculados às relações entre sentimentos positivos,

qualidade de vida, bem-estar e felicidade humana. A felicidade e a percepção de satisfação geral com a vida são aspectos que se encontram relacionados às emoções positivas (SELIGMAN, 2011).

A busca da felicidade é uma constante na história humana e este fenômeno é um dos pilares básicos da psicologia positiva. Desde a época dos filósofos gregos até os dias atuais têm se formulado múltiplos conceitos com o objetivo de compreender a felicidade e o sentido da vida enquanto dimensão importante desta. No livro 'Ética a Nicômaco', de Aristóteles (1991), felicidade significa viver a vida orientada por propósitos significativos, a felicidade como um processo contínuo e perene, revestido de sentido, cujo pressuposto é o desenvolvimento das virtudes humanas (FREIRE *et al*, 2013).

No momento em que a pessoa se pergunta sobre o sentido da vida, expressa o que há de mais humano em si. Tal afirmação pode ser sustentada pelo fato de cada pessoa ser única e insubstituível, então, o sentido é exclusivo e específico de cada um (FRANKL, 2008).

Em seus estudos, Malvezzi (2015) afirma que a felicidade constitui fenômeno superior à qualidade de vida e ao bem-estar, pela estabilidade, enquanto característica que lhe é inerente. A felicidade é revestida de sentimentos positivos, perenes e contínuos de satisfação. "É um bem duradouro que dá sentido à ação humana, propicia sentimentos de alegria e direciona o movimento autocriador da vida" (MALVEZZI, 2015, p.350).

Os estudos de Siqueira e Gomide Jr. (2004) apud Siqueira e Padovam (2008) indicam que bem-estar no trabalho é concebido como um conceito integrado por três componentes: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. Esses três conceitos, já consolidados no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, representam vínculos positivos com o trabalho (satisfação e envolvimento) e com a organização (comprometimento afetivo).

**Quadro 1 – Evolução do conceito de bem-estar no trabalho**

| **Componentes** | **Conceito** |
|---|---|
| Satisfação no trabalho: | "[...] um estado emocional positivo ou de prazer, resultante de um trabalho ou de experiências de trabalho." (LOCKE, 1976, p. 1.300) |
| Envolvimento com o trabalho: | "[...] grau em que o desempenho de uma pessoa no trabalho afeta sua autoestima" (LODAHL & KEJNER, 1965, p. 25 apud SIQUEIRA e PADOVAM, 2008). |
| Comprometimento organizacional afetivo: | "[...] um estado no qual um indivíduo se identifica com uma organização particular e com seus objetivos, desejando manter-se afiliado a ela com vista a realizar tais objetivos" (MOWDAY, STEERS & PORTER, 1979, p. 225) |
| | |

Fonte: Adaptado de Siqueira e Padovam (2008, p. 206).

No campo de estudos da Psicologia Positiva surgem estudos em quatro áreas do bem-estar: o subjetivo, o psicológico, o social e no trabalho (BOEHS; SILVA, 2017).

O bem-estar subjetivo (BES) é o campo mais antigo de estudo (década de 50, do séc. passado) e, segundo Diener (1984 *apud* FARSEN, 2021, p. 34) "[...] pode ser definido como a combinação resultante de afetos positivos, negativos e a satisfação geral com a vida."

A segunda abordagem denomina-se bem-estar psicológico (BEP) e está centrada no desenvolvimento das potencialidades humanas, autorrealização e desenvolvimento pessoal. O trabalho pioneiro dessa abordagem é o de Ryff que, em 1989, propôs um instrumento de avaliação de saúde psicológica positiva com seis dimensões: [...] autoaceitação, as relações positivas com os outros, a autonomia, o domínio do ambiente, o propósito de vida e o crescimento pessoal" (DIERONDOCK *et al*. 2008; SIQUEIRA; PADOVAN (2008, p. 202).

A terceira abordagem, o bem-estar social (BES), constitui-se por cinco dimensões que avaliam a qualidade: do relacionamento da pessoa com a sociedade; percepção de sua aceitação social; sua contribuição social; o quanto a pessoa acredita na possibilidade de construção de um contexto social mehor a todos; e, a última, a percepção de qualidade, organização e compreensão da sociedade na qual a pessoa está inserida (FERREIRA NOVO, 2005)

Por último, a abordagem denominada de bem-estar no trabalho (BET) que reside nos sentimentos que o ser humano nutre ao estabelecer vínculos com o trabalho e a organização (SIQUEIRA; PADOVAM, 2008, p. 206). Esta dimensão tem balisado os estudos internacionais sobre bem-estar no trabalho e, neste contexto, destaca-se os estudos de Warr, de 1987, que considera bem-estar no trabalho uma condição de equilíbrio gerada pelo ambiente laboral, considerando os aspectos como:

> [...] recursos financeiros, segurança física, posição social valorizada pelo trabalho que exerce, oportunidade e controle das atividades, oportunidade para desenvolver competências, resultados alcançados para o progresso social, variedade de tarefas desempenhadas, clareza e compreensão do ambiente de trabalho e oportunidades para estabelecer relações sociais (SILVA; BORGES; BARBOSA, 2015, *apud* FERSEN , 2021, p.33)

Há também uma outra visão, a de Maia e Maia (2019) que delimita o constructo bem-estar no trabalho como um conjunto entre satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo, o que em muitos estudos aparecem como vivências subjetivas: bem-estar e felicidade (OLIVEIRA, 2021).

No campo laboral, o conceito de qualidade de vida no trabalho inclui dimensões do bem-estar no trabalho, conforme mostra os estudos de Limongi-França (2015). O termo qualidade de vida aparece nos estudos laborais americanos, canadenses e franceses com a seguinte

concepção "[...] a percepção de bem-estar pessoal no trabalho, composta de dimensões relativas às necessidades humanas, biológicas, psicológicas, sociais e organizacionais." (p.550) Além disso, para cada pessoa, essa percepção pode ser alterada por condições intrínsecas e extrínsecas como fatores pessoais (personalidade, história de vida e autoestima) e os fatores extrínsecos (comparação com grupos e pares ocupacionais, fatores socioeconômicos e as políticas e práticas de gestão de pessoas praticadas pelas organizações.

Sobre a concepção de qualidade de vida há ainda a contribuição de Tolfo, Silva e Luna (2009, p. 10) que afirmam ser "[...] composta por conteúdos subjetivos (satisfação de necessidades intrínsecas) e objetivos (forma de organização e condições de trabalho)".

No Brasil, o bem-estar no trabalho se refere a um constructo psicológico de caráter multidimensional, que integra vínculos afetivos positivos com o trabalho, quais sejam:

> 1 — Satisfação no trabalho refere-se à vivência de experiências prazerosas no ambiente de trabalho, que é destrinchado em cinco variáveis: a — Satisfação com colegas; b — Satisfação com chefia; c — Satisfação com salário; d — Satisfação com promoções e — Satisfação com tarefas;
> 2 — Envolvimento com o trabalho avalia quanto do próprio desempenho profissional afeta a autoestima; e
> 3 — Comprometimento organizacional afetivo que trata da identificação com os objetivos/valores da organização (SIQUEIRA; PADOVAM, 2008, *apud* BERTONCELLO; BORGES-ANDRADE, 2015, p. 91-92).

Há estudos muito interessantes a respeito da busca da felicidade nas relações de trabalho. Sobre essa temática, Almeida (2021) abre um debate, afirmando que felicidade e liberdade são valores inseparáveis e que não podem ser negligenciados pelas sociedades democráticas modernas. "É por meio de um senso de liberdade que podemos buscar a felicidade e é a necessidade humana por felicidade que fundamenta a própria existência da liberdade" (p.1372)

A Constituição brasileira de 1988, ao assegurar os direitos fundamentais aos cidaçãos, evidenciou o direito à felicidade (ALMEIDA, 2021), embora do ponto de vista programático, ainda necessita de maior densidade nornamtiva para exigir uma postura do Estado como também das empresas.

A Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2012, emite o Relatório Mundial da Felicidade (World Happiness Report)[4], em que apresenta um ranking global, que inclui 156 nações), buscando medir a felicidade média de seus habitantes. Para compor o ranking, leva em

[4] Dentre os 156 países analisados, o **Brasil ficou na longínqua 32ª posição.** Segundo a FGV Social, que estuda o desenvolvimento social e tem acesso aos dados usados como base na avaliação, o Brasil perdeu 4 posições, quando estava em 28ª em 2017. Para o Brasil ocupar essa posição mediana, duas razões foram decisivas: o PIB *per capita* e a questão da ajuda social. Em 41ª posição, em março de 2021, como decorrência da pandemia do coronavírus.

consideração elementos como PIB per capita, apoio social, expectativa de vida saudável, grau de liberdade, generosidade e percepção de corrupção (HELLIWELL *et al*., 2021).

### 1.1 Felicidade no trabalho

O conceito de felicidade no trabalho pode assumir diferentes significados para cada pessoa. Para Rojas (2013) *apud* Moser *et al* ( 2019, p.143 ), a felicidade é uma habilidade fundamental do homem. Sua inclinação primária. É em direção a ela que as pessoas apontam todos os seus esforços, mesmo em situações difíceis e complexas. Segundo Matos (2001, p. 117), *apud* Hornburg *et al* (2019, p.18 ), "[...] a importância da felicidade vem por meio de um raciocínio incontrastável, declara que sendo a felicidade a maior aspiração humana, ela deve contribuir para a estratégia de bons desempenhos e resultados". Todavia, entende-se que a felicidade está intrinsicamente relacionada com o comportamento organizacional; afinal: "[...] a felicidade no trabalho inclui a satisfação no trabalho, o envolvimento no trabalho e o nível de compromisso organizacional" (FISHER, 2009, p. 384). Já para França (2009), *apud* Hornburg et al (2019, p.17) , a qualidade de vida no trabalho está ligada com uma nova realidade social. Está conectada com o aumento da expectativa de vida e maior tempo de trabalho em atividades produtivas, que levam o ambiente organizacional a reconsiderar sua burocracia, tempos e movimentos, relações humanas e éticas. Assim, Alberto (2000), confia que a realização, a satisfação, o prazer, a alegria são as metas alcançadas na busca da felicidade, e essa busca estabelece a motivação humana igualmente com relação ao trabalho.

Ainda segundo Hornburg *et al* (2019, p.18), a satisfação no trabalho é influenciada por elementos que levam o indivíduo a ter sentimentos favoráveis para continuar satisfeito no ambiente inserido. De outra forma, Spector (2003, p. 221) *apud* Hornburg *et al* (2019, p.18) afirma que "[...] satisfação no trabalho é uma variável de atitude que mostra como as pessoas se sentem em relação ao seu trabalho, seja no todo, seja em relação a alguns de seus aspectos. É o quanto as pessoas gostam do trabalho delas". Nesse contexto, a satisfação no ambiente de trabalho acaba aumentando o sentimento de felicidade do colaborador, fazendo com que ele desenvolva suas atividades com mais afinco e, dessa forma, atinja um bom resultado tanto para a organização, quanto para ele mesmo em seu âmbito pessoal. Assim, pessoas que trabalham felizes tornam o ambiente bem mais agradável para o convívio do dia a dia.

Para Cury (2003, p. 9) *apud* Hornburg e Despesell (2019, p.26), "[...] trabalhar com alegria, dedicação e criatividade é um bálsamo para a vida, mas devemos trabalhar para viver e não viver para trabalhar". Nesse mesmo contexto, Drucker (2005), afirma que "[...] ganhar a vida não é mais suficiente, o trabalho tem que nos permitir viver a vida também". Dessa forma,

para os autores supracitados, o trabalho é sim importante na vida dos indivíduos, porém o mesmo não deve ser o causador de ausência de felicidade e de vivências, por isso, é necessário encontrar felicidade e motivação para que possamos inicialmente viver e posteriormente desempenhar as atividades necessárias à vida cotidiana. Segundo Fisher (2010), as empresas que se atentam à felicidade e bem-estar dos seus colaboradores, oferecem um clima organizacional que estimula a satisfação. Por meio da satisfação, os colaboradores se sentirão motivados, desempenhando suas atividades de maneira mais eficiente, o que ocasionará resultados melhores para as organizações.

Cardara (2015) *apud* Hornburg e Despesell (2019, p.27) ressalta que existem diversos fatores que podem caracterizar um profissional motivado ou desmotivado. Como fatores influenciadores cita-se o clima organizacional, condições de trabalho, remuneração, reconhecimento, valorização e ações de endomarketing. Esses fatores externos podem impulsionar a motivação, satisfação e a felicidade interna, e dessa forma, à medida que a organização estimula o trabalhador a buscar sua motivação e sentir-se satisfeito, ele influenciará, de forma positiva, a organização, pois seu fator interno foi estimulado e desenvolvido.

Finalizando esta revisão bibliográfica, registra-se a contribuição de Prolo e Arantes (2018) que analisam a importância de dois fatores que proporcionam a realização profissional e a felicidade no trabalho, quais sejam, gostar do trabalho pelo componente de identificação do indivíduo com a profissão, atividade exercida e/ou empresa na qual trabalha e, na sequência, como segundo fator de felicidade no trabalho a possibilidade de gerar um impacto positivo na sociedade em geral.

## 2 METODOLOGIA

O método para a realização desta pesquisa caracteriza-se como do tipo descritiva, com delineamento survey, com uso de questionário de múltipla escolha, o que permitiu o levantamento de dados de natureza quantitativa (SAMPIERI *et al*, 2013; GIL, 2019)

Considerando a problemática em estudo, já acenada na introdução deste artigo ‘Que fatores presentes nas organizações poderiam proporcionar o sentimento (constructo) de bem-estar e felicidade no trabalho? As competências desenvolvidas pelas pessoas no ambiente de trabalho (precedidas pelo processo de escolarização regular), os relacionamentos estabelecidos, a valorização pela empresa (salário, promoção, oportunidades) seriam fatores potencialmente geradores de bem-estar e felicidade? Para tanto, as variáveis investigadas estão relacionadas

aos fatores de: escolha da profissão; satisfação com a atividade profissional exercida; que nota as pessoas atribuem ao se sentimento de felicidade com a atividade exercida.

Preliminarmente à pesquisa de campo, procedeu-se a revisão bibliográfica, a partir dos descritores: bem-estar, qualidade de vida e felicidade no trabalho, a fim de se estabelecer o marco teórico (APPOLINÁRIO, 2012). A busca ocorreu na web – google acadêmico e scielo – com preferência a artigos científicos recentes, publicados por revistas científicas brasileiras. Levantou-se também livros especializados nas questões laborais de qualidade de vida.

## 3 RESULTADOS

A amostra contou com 116 participantes, na faixa etária entre 36 e 60 anos, contanto 34 do gênero masculino e 82 do feminino, profissionais de diversas áreas, residentes e atuantes na região do ABC paulista[5], município de São Paulo, municípios da região bragantina (SP) e Extrema[6] (MG). A escolha desses munícipios deveu-se a se caracterizarem como polos empresariais, geradores de empregos e atividades profissionais. A coleta ocorreu nos meses de outubro de 2019 e abril e maio de 2020.

Em relação aos fatores que influenciaram a escolha da carreira, satisfação com o trabalho, os resultados mostraram que, com maior destaque, para 43% dos participantes não houve uma ação definida para a escolha da carreira (Quadro 2).

**Quadro 2 – Fatores que influenciaram a escolha da profissão**

| Itens | Quantidade | Percentual |
|---|---|---|
| Influêcia da família | 13 | 11% |
| Influêcia de amigos | 14 | 12% |
| Participou de programa de Orientação profissional | 11 | 9% |
| Analisou as profissões em alta no mercado: oferta de emprego | 17 | 15% |
| Analisou as profissões em alta no mercado: melhores salários | 12 | 10% |
| Não houve uma ação definida | 54 | 43% |
| **Total** | **116** | **100%** |

Fonte: As autoras.

Pelos resultados apresentados no Quadro 3, sobre os fatores de satisfação no trabalho, o item que mais se destacou refere-se a ‘Aptidão para os requisitos da profissão (habilidades e talento)’ com 47,32% das respostas.

[5] Estado de São Paulo lidera o ranking nacional de IDH, com a maioria de seus municípios com índice considerado alto. São Caetano do Sul (1º colocado) e Santo André (7º colocado), em 2020. (IBGE, 2020).
[6] Extrema IDH 0,732, divulgados em 2013, 2º maior PIB do Sul de Minas Gerais (GLOBO, 2018).

| Quadro 3 - Fatores de satisfação com o trabalho (*) | | |
|---|---|---|
| **Itens** | Nº absoluto | Percentual |
| Aptidão para os requisitos da profissão (habilidades e talento) | 97 | 47,32% |
| Experiência anterior em quesitos exigidos pela profissão escolhida | 32 | 15,61% |
| Possibilidades de atuação na profissão pelo apoio de familiares | 10 | 4,88% |
| Possibilidades de atuação na profissão pelo apoio de amigos | 2 | 0,98% |
| Competência diferenciada no exercício da profissão | 17 | 8,29 |
| Capacidade de gerar bons relacionamentos no ambiente profissional | 22 | 10,73% |
| Capacidade de liderança no ambiente profissional | 16 | 7,8% |
| Ampla experiência profissional | 9 | 4,39% |
| Itens assinalados | 205 | |
| **Total da amostra** | **116** | **100%** |

* O participante da pesquisa poderia assinalar até 3 opções.
Fonte: As autoras.

Na questão sobre as condições de trabalho ofertadas pela empresa em que o participante atua, poderiam escolher até cinco fatores de satisfação com o trabalho. O resultado está apresentado no Quadro 4:

| Quadro 4 - Fatores organizacionais de satisfação com o trabalho (*) | | |
|---|---|---|
| **Itens** | Nº absoluto | Percentual |
| Salário | **55** | 12,64% |
| Benefícios ( por exemplo, um bom plano de saúde ) | **52** | 11,95% |
| Possibilidades de desenvolvimento das próprias competências | **70** | 16,09% |
| Condições físicas e de segurança no ambiente de trabalho | 11 | 2,53% |
| Relacionamento e comunicação entre supervisores e colaboradores | 30 | 6,9% |
| Relacionamento interpessoal com colegas de trabalho | **52** | 11,95% |
| Horário flexível | **50** | 11,49% |
| Home Office | 9 | 2,07% |
| Autonomia no serviço | **41** | 9,43% |
| Reconhecimento financeiro (bonificação) | 39 | 8,97% |
| Reconhecimento por elogio | 26 | 5,98% |
| Total de itens assinalados | 435 | |
| **Total da amostra** | **116** | **100%** |

* O participante da pesquisa poderia assinalar até 5 opções.
Fonte: As autoras.

O resultado ranqueou, por ordem de relevância os fatores de satisfação no trabalho: desenvolvimento das próprias competências (1º lugar); salário (2º lugar); benefícios e relacionamento com os colegas de trabalho empatados (3º lugar) e horário flexível (4º lugar). Pelo resultado, a possibilidade de desenvolver competências lidera a percepção dos participantes sobre satisfação com o trabalho.

Ao serem indagados, por último, sobre que nota dariam ao sentimento de felicidade com o seu trabalho, 40,49% atribuíram notas 9 e 10 (entende-se que estão plenamente felizes com a atividade profissional exercida) e 36,36% atribuíram notas 7 e 8, que significa que estão felizes. Este grupo de participantes representam aproximadamente 77% da amostra e que remete:

**Quadro 5 – Nota a felicidade com o trabalho exercido**

| **Notas** | **N. absolutos** | **%** |
|---|---|---|
| 1 a 4 | 12 | 10,0 |
| 5 e 6 | 15 | 13,22 |
| 7 | 27 | 23,14 |
| 8 | 15 | 13,22 |
| 9 | 20 | 17,35 |
| 10 | 27 | 23,14 |
| | **116** | **100%** |

Fonte: As autoras.

Para esta questão, o participante deveria considerar, numa escala de nota de 1 a 10 sobre sua felicidade no trabalho, a nota 1 como totalmente infeliz (insatisfeito) e 10 plenamente feliz e satisfeito.

Este resultado remete à reflexão sobre a importância da aptidão e competência diferenciada de uma pessoa no exercício profissional e sua relação com o sentimento de felicidade no trabalho. Em segundo plano, mas também importante, os resultados mostram que a qualidade dos relacionamentos e o exercício da liderança no ambiente profissional são fatores relevantes para a satisfação no trabalho, entre pessoas-profissionais na faixa etária de 36 a 60 anos.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa veio demonstrar que, para a amostra investigada, para as pessoas realizarem-se profissionalmente precisam ter a possibilidade de desenvolver suas habilidades, suas competências e, para o sucesso na profissão é fundamental a aptidão ou, em outras palavras, fazer o que gosta.

Na sequência, aparecem como os fatores de bem-estar no trabalho a capacidade de gerar bons relacionamentos no ambiente profissional, liderar pessoas e possuir uma competência

diferenciada no exercício profissional, elementos que possibilitam às pessoas: autonomia, segurança e possibilidades de afiliar-se, conviver, sentir-se parte do processo.

Com relação à percepção das pessoas sobre a satisfação com o trabalho, esta coincide com as respostas sobre os fatores de bem estar no trabalho, qual sejam, a satisfação com a natureza do trabalho e a possibilidade de desenvolvimento das próprias competências, seguidos pelos motivos de satisfação no trabalho: salário, benefícios, o relacionamento interpessoal com colegas de trabalho e com os supervisores e horário flexível.

Os fatores salário e benefícios, embora presentes como principais motivos de satisfação no trabalho, proporcionado pelas organizações, não foi possível analisar a proporção que um salário alto e mais aumentos salariais podem interferir, ou não, na satisfação profissional. Sobre isto, os estudos de Teixeira (2012) *apud* Prolo e Arantes (2018), mostram que há uma relação positiva entre aumento de renda e aumento de satisfação com a vida em geral, mas até certo limite, pois depois que as necessidades de sobrevivência e conforto estejam satisfeitas, os aumentos na renda não se traduzem em aumento de satisfação dos indivíduos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa foi possível verificar que a felicidade no trabalho é um estado possível, todavia mostrou-se como uma condição individual, que varia de pessoa para pessoa não importando a profissão, a atividade desempenhada e a faixa etária, mas sim com a identificação entre aptidão e competência para a atividade desenvolvida. Da mesma forma não foi verificada a relação entre sentimento de felicidade com o trabalho e as diferentes faixas etárias, o que corrobora com a investigação de Watson (2000) *apud* Ribeiro (2019, p.84) que a idade tem uma implicação muito pequena na percepção de felicidade.

Este trabalho teve como objetivo pesquisar se as pessoas podem ser felizes no trabalho e a conclusão é que sim.

Para atingir a chamada realização profissional é indicado o indivíduo buscar autoconhecimento para escolher sua profissão de acordo com sua vocação, aptidão. Todavia a felicidade no trabalho assim como a felicidade pessoal depende de atitude, de planejamento e ações direcionadas a atingir esse objetivo.

Para as empresas é recomendável investir na realização de seus colaboradores, para potencializar o envolvimento e comprometimento dos colaboradores.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Laura Cristina Foz Rodrigues; MALVEZZI, Sigmar. **Os determinantes da felicidade no trabalho:** um estudo sobre a diversidade nas trajetórias profissionais de engenheiros. 2000.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: https://bdpi.usp.br/item/001129940. Acesso em: 20 nov. 2020.

ALVES, E.F. Programas e ações em qualidade de vida no trabalho. **InterfactEHS**, v.6, n.1, p.60-78, 2011.

ANDERSON, Mafalda M de Medeiros; TONATO, Regina Matheus; TAVARES, Lucia Maria. Transição de carreira: Mudança profissional a partir dos 40 anos.RECAPE- Revista de Carreiras e Pessoas – PUC SP ISSN: 2237-1427 Vol. 9 | Nº 1 | Ano 2019 Páginas 128-142- Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/40597/27557. Acesso em: 01 out. 2019.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência**: Filosofia e Prática da pesquisa. 2.ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cengage learning, 2012. 226p.

ARISTÓTELES; BINI, E. **Ética a Nicômaco**. 4.ed. Trad.Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2018, ISBN-10: 8572838813; ISBN-13: 978-8572838818, 392p.

BERTONCELLO, B.; BORGES-ANDRADE, J.E. Relações endtre Suporte Organizacional e Saúde Mental do Trabalhador. **Ver. Laborativa**, v.4, n.2, out. 2015, p. 85-102. Disponível em: http:///ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa. Acesso em: 30 jul. 2021.

BOEHS, S.T.M.; SILVA, N. Bem-estar, felicidade e satisfação de vida na aposentadoria: construindo uma reflexão. In: BOEHS, S.T.M.; SILVA, N. (orgs.), **Psicologia Positiva nas Organizações e no Trabalho**: conceitos fundamentais e sentidos aplicados São Paulo: Vetor, 2017. p.208-224.

CANFIELD, Jack e MILLER, Jacqueline. **Coração no Trabalho:** a inteligência emocional na atividade profissional. Rio de Janeiro. Ediouro Publicações AS, 1997.

FARIA, Vivian Maerker . **Manual de carreira**: Identifique e destaque o talento que existe em você. São Paulo. Saraiva, 2009.

FARIAS, Edvaldo. **Planejamento e Gestão da Carreira Profissional, Ferramentas e ações para o sucesso.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

FARSEN, T C. et al. Qualidade de vida, bem-estar e felicidade no trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferencia? UFSC, **Interação em Psicologia**, v. 22, n. 1, 2018. DOI: http://dx.doi.org/105380/psi.v22i1.48288. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/48288-229747-2-PB.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

FERREIRA NOVO, R. Bem-estar e psicologia: conceitos e propostas de aavaliação. **Revista Iberoamericana de Diagnósitico y Evaluación e Avaliação Psicológica**, v.2, n. 20, p. 183-203.

FREIRE, T. et al. Felicidade hedónica e eudaimónica: Um estudo com adolescentes portugueses. **Análise Psicológica**, v.31, n. 4, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.14417/ap.595. Acesso em: 17 out. 2021.

GALINHA, I.. **Bem-estar subjectivo:** Factores cognitivos, afectivos e contextuais. Coimbra: Quarteto Editora, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: GEN/Atlas, 2019. 248p.

GLOBO.COM. Extrema ultrapassa Poços de Caldas e assume 2ª posição entre os maiores PIBs do Sul de Minas. Por EPTV [Portal], Extrema, MG, publicado em 19 dez. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2018/12/19/extrema-ultrapassa-pocos-de-caldas-e-assume-2a-posicao-entre-os-maiores-pibs-do-sul-de-minas.ghtml. Acesso em: 13 out. 2021.

HELLIWELL, John F., et al. eds. 2021. **World Happiness Report 2021.** New York: Sustainable Development Solutions Network. Disponível em: http://worldhappiness.report/ #happiness2021 #WHR2021. ISBN 978-1-7348080-1-8 SDSN The Sustainable Development Solutions Network (SDSN) engages scientists, engineers, business and civil socity. Acesso em: 17 ago. 2021.

HEMSATH, Dave e YERKES, Leslie. **Divirta-se, saiba tornar seu ambiente de trabalho agradável e divertido**. São Paulo, Futura, 1998.

HORNBURG et al. A felicidade faz parte do nosso currículo. VII Semana de Iniciação Científica, Balneário Camboriú SC : Faculdade Avantis, 2019. V. 1. Disponível em: http://cdn.avantis.edu.br/wp-content/uploads/2019/10/17163239/anais-vii-semana-iniciacao-cientifica.pdf#page=39. Acesso em: 31 out. 2019.

IBGE. Panorama. Brasil. São Paulo. Cidades [portal]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama. Acesso em: 13 out. 2021.

LIMONGI-FRANÇA, A.C. Qualidade de vida no trabalho. *In*: BENDASSOLI, P.F.; BORGES-ANDRADE, J..E. (orgs.) **Dicionário de Psicologia do Trabalho das Organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 549-556.

LIVEIRA, D.C. Dimensões organizacionais e Pessoais de promoção de Bem-estar e Felicidade no Trabalho. **Revista Ciências Gerenciais**, v.25, n.41, 2021, p.54-58. DOI: https://doi.org/10.17921/1415-6571.2021v25n41p54-58. Disponível em: https://cienciasgerenciais.pgsskroton.com.br/article/view/8726. Acesso em: 13 out. 2021.

PALUDO, S.S.; KOLLER, S.H. Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Rev.Paideia**, v.17, n. 36, 2007, p. 9-20, Ribeirão Preto. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100002 Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/mPnRBjz6RrFFy9LPwSmFppz/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

PASCHOAL; T.; TORRES, C.V.; PORTO, J.B.. Felicidade no trabalho: relações com suporte organizacional e suporte social. **Rev.Adm. Contemp**., v.14 n.6, p. 1054-1072, nov.dez. 2010. **DOI:** https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000700005.

PROLO, Ivor; ARANTES, Daniela Degani. Expressões de felicidade no trabalho organizacional: estudo com executivos, profissionais graduados e não graduados. Caderno Profissional de Administração – UNIMEP Mestrado Profissional e Doutorado em Administração, v.8, n.2, 2018. Disponível em http://www.cadtecmpa.com.br/ojs/index.php/httpwwwcadtecmpacombrojsindexphp/article/view/180. Acesso em: 11 set. 2019.

RIBEIRO, A.D.S.; SILVA, N. Significados de Felicidade orientados pela Psicologia Positiva em Organizações e no Trabalho . UFSC. **Psicología desde el caribe** .V. 35, n. 1, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/psdc/v35n1/2011-7485-psdc-35-01-60.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

RIBEIRO, Ana Sofia Pereira. Felicidade Organizacional e qualidade de vida no trabalho na Flamingo: um diagnóstico de marketing interno. Dissertação de Mestrado, IPAM-Porto, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.26/29790. Acesso em: 20 nov.2019.

SAMPAIO, T. A; OLIVEIRA JR., S. G.; OLIVEIRA, A. F. Bem-estar no trabalho, gestão e justiça no trabalho em modelo mediacional. **Rev. Laborativa**, v. 8, n. 1, p. 26-43, abr./2019. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/2744/pdf. Acesso em: 09 out. 2019.

SAMPIERI, R. Hernández; CALLADO, C.F.; LUCIO , M.P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5.ed. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Penso, 2013. 624p.

SELIGMAN, M. E. P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive psychology: an introduction. **American Psychologist**. v. 55, n. 1, p. 5-14, 2000.

SELIGMAN, M.E.P. Authentic happiness: Using the new positive psychology to realize our potencial for lasting fulfilment. London: Nicholas Brealey, 2002.

SILVA, Ana Paula de Moura; FABRÍCIO, Adriane. **Escolha e Comprometimento de Carreira:** Um estudo a partir de Profissionais da Geração X e Y. UNIJUI, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2017, Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4245/Ana%20Paula%20de%20Moura%20da%20Silva.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 ago. 2019.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases Teóricas de Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho. **Rev. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 24 n. 2, 2008, pp. 201-209 – Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: http//www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/09. Acesso em: 02 out. 2019.

TOLFO, S.R.; SILVA, N.; LUNA, I.N. Cultura organizacional, identidade e aualidade de vida no trabalho: Articulações e sugestões de pesquisas em organizações. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.4, n.1., 2009, São João Del Rei, p.6-16.

TRALDI, M.T.F.; DERMO, G. Comprometimento, bem-estar e satisfação dos professores de administração de uma universidade federal. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 2, 290-316. http://dx.dpi.org/10.1590/S1413-23112012000200001. Acesso em: 25 jul. 2021.

# O USO DE TÉCNICAS PROJETIVAS NO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL NA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA

RIBEIRO, Riana Tiemi Kinoshita[1]; PROVEDEL, Valéria Lia Sganzerla[2].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-333*

## RESUMO

As técnicas projetivas são ferramentas essenciais durante o processo do psicodiagnóstico infantil, ainda mais quando utilizadas durante a formação de psicólogo nos estágios realizados na Clínica Escola. O objetivo do presente trabalho é descrever o psicodiagnóstico, analisar a importância do brincar e uso do Teste HTP e Teste das Fábulas durante o psicodiagnóstico infantil nos estágios na Clínica Escola. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o psicodiagnóstico infantil, as técnicas projetivas do brincar, desenhar e conto de histórias. Concluiu-se que as técnicas projetivas são fundamentais durante o psicodiagnóstico infantil na clínica escola, pois são uma ponte para o acesso ao mundo interno da criança.

**Palavras chaves:** Técnicas Projetivas. Psicodiagnóstico Infantil. Clínica Escola.

## ABSTRACT

The Projective Techniques are essential tools during the process of child psychodiagnosis, even more used during training of psychologists in internships at School Clinics. The present work aims to describe the psychodiagnosis, analyze the importance of playing and the uses of the HTP test and fables during the internship on child psychodiagnosis in a School Clinic. A bibliographic survey was carried out in order to find published materials on child's psychodiagnosis, the projective techniques of playing, drawing and telling stories. The survey results reveal that projective techniques are essential during the child's psychodiagnosis in a School Clinic, as it is a bridge to the child's inner world.

**Keywords:** Projective Techniques. Child Psychodiagnosis. School Clinic.

[1] Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFAAT.
[2] Professora do Centro Universitário UNIFAAT. Mestre em Psicologia Clínica.

## INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica é um método científico que tem como objetivo coletar dados para produção de uma avaliação psicológica de uma pessoa ou de um grupo. Os objetivos da avaliação podem ser sobre diversas questões, como características da personalidade, aptidões e funcionamento intelectual. Dentro da avaliação é possivel a utilização de entrevistas, testes psicológicos, observações lúdicas e entrevistas com outros profissionais. A finalidade do psicodiagnóstico é a compreensão psicológica do indivíduo ou grupo e a necessidade ou não de um encaminhamento (HUTZ *et. al*, 2015).

> Assim o psicodiagnóstico pode ser entendido como um processo com início, meio e fim, utiliza entrevistas, técnicas e/ou testes psicológicos para compreender as dificuldades apresentadas pelo avaliando, tendo por base uma teoria psicológica e buscando, assim, coletar dados mais substanciais para a realização de um encaminhamento mais apropriado (RIGONI; SÁ, 2016, p. 3).

De acordo com Ocampo *et al*. (2005, *apud* RIGONI; SÁ, 2016) o psicodiagnóstico é divido em: (1) contato inicial e depois estende-se a entrevista inicial, (2) a aplicação de testes, (3) conclusão do processo e devolução e (4) formulação de um laudo ou relatório.

O psicodiagnóstico infantil, conforme Arcaro *et al*. (1999, *apud* SALES *et al*., 2018) envolve também os pais ou responsáveis, não apenas a criança, para que assim se obtenha a coleta de informações sobre o desenvolvimento e características da criança que se está avaliando. Além disso, são utilizados as observações lúdicas e os testes psicológicos, a fim de detectar e analisar características de sua personalidade ou funcionamento cognitivo.

As observações lúdicas são importantes, pois, é durante a brincadeira, segundo Melanie Klein, que a criança irá expressar suas questões conscientes e inconscientes, porque o brincar é semelhante à associação livre no trabalho psicológico com o adulto. E é por meio dos brinquedos que as crianças irão expressar seus conflitos e fantasias (LEITE, 2016).

Os testes psicológicos são outros instrumentos importantes durante o processo, sendo ferramentas que poderão avaliar ansiedade, inteligência, comportamento e outros aspectos da personalidade da criança. Os testes podem ser definidos como um meio para coletar dados sobre o funcionamento cognitivo, afetivo e interpessoal do avaliando (HUTZ *et. al*, 2015).

Existem testes psicométricos e projetivos. O primeiro, com objetivo de quantificar uma característica específica do indivíduo. O segundo, para o indivíduo projetar questões internas, manifestando sua personalidade sem estar consciente disto, sendo a técnica mais utilizada nos testes dentro da abordagem psicanalítica (FERNANDES, 2010).

Assim sendo, os testes projetivos possibilitam o acesso às questões inconscientes do sujeito, que segundo Anzieu (1978) a partir do uso desse método é possível compreender o funcionamento interno de uma pessoa, podendo identificar também suas fantasias.

As crianças, diferentemente dos adultos, nem sempre realizam a associação livre pela fala, então a técnica projetiva é uma estratégia facilitadora para o acesso às fantasias, desejos, medos da criança. Pode ser entendida como uma ponte entre a linguagem do seu mundo interno com o psicoterapeuta (DIAS,2016).

Considerando as contribuições do psicodiagnóstico infantil para a prática do psicólogo, este artigo tem como objetivo refletir sobre o uso dos testes projetivos no psicodiagnóstico infantil durante os estágios na clínica escola, mais especificamente sobre os testes HTP – House, Tree, Person e o Teste das Fábulas.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o uso das técnicas projetivas no processo de psicodiagnóstico infantil durante o Estágio de Psicodiagnóstico na Clínica Escola, mais especificamente, sobre o brincar e o uso dos testes projetivos HTP e Fábulas durante a avaliação.

Foi utilizado o método qualitativo e de caráter bibliográfico. A abordagem qualitativa de acordo com Silva (2010) tem um maior aprofundamento dos fenômenos, indo além daquilo que é observável, estabelecendo inferências e atribuindo significados. Para Minayo e Sanches (1993) esses tipos de pesquisas aprofundam a compreensão de problemas e relacionamentos.

Foi realizado um levantamento bibliográfico, entre Agosto a Novembro de 2021, para a compreensão das publicações relativo ao uso dos testes projetivos no processo de psicodiagnóstico em uma clínica escola. As bases de dados de pesquisa foram *Google Scholar*, SciELO, CAPES, *Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia* (BVS-Psi) e *PEPsic*. Nos bancos de dados foram identificados 57 artigos com tema psicodiagnóstico infantil, técnicas projetivas, projeção e clínica escola, desses foram selecionados 40 artigos.

## 1 O USO DAS TÉCNICAS PROJETIVAS NO PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL NA CLÍNICA ESCOLA

A Clínica Escola é o local onde estudantes de psicologia praticam diversas atividades de estágios supervisionados por professores durante a graduação. As atividades realizadas têm como finalidade contribuir para um maior contato dos alunos com a prática da psicologia, sendo gratuitas, na maioria das vezes, para a população (AMARAL, 2012).

A disciplina de Processo Psicodiagnóstico tem como objetivo integrar todos os conhecimentos que o aluno obteve no decorrer do curso e exerce-lo na prática. O processo é

dividido em teoria e prática, e terá a supervisão de professores/supervisores, ou seja, durante todo o estágio os estudantes terão supervisão do trabalho oferecido aos pacientes que procuram a unidade. Essa disciplina dá oportunidade experiencial ao aluno, desde o recebimento da queixa, avaliação e por fim o encaminhamento adequado (QUELHO *et al*, 1999).

O psicodiagnóstico realizado com crianças, necessita possibilitar maneiras para que estas consigam expressar-se, ou seja, é preciso aproximar o *setting* terapêutico à realidade infantil, através de brinquedos, jogos, pinturas e etc. Ao estagiário cabe avaliar a criança através dos instrumentos já citados, levando em consideração as demandas levantadas a partir das entrevistas (ANDRADE, 2016).

Durante o processo de qualquer psicodiagnóstico, afirmam Lauermann e Bottoli (2012), questões de angústias, resistências e sentimentos que remetem a ambivalência irão surgir, e quando o processo envolve uma criança é preciso estar atento à subjetividade que irá surgir a partir do processo lúdico. Por meio da observação lúdica é possivel criar um vínculo transferencial; a partir dos brinquedos a transferência poderá ser ampliada, pois é neles que o paciente coloca os seus sentimentos.

> Na transferência o sujeito repete, isto é, atualiza ou evidencia restos de antigos conflitos, endereçando-os ao analista. A condição criada por este encontra-se entre o não compartilhar o desejo do paciente e, ao mesmo tempo, não rejeitá-lo. A consistência do endereçamento depende do vínculo transferencial, um laço entre o par analítico pelo qual se estabelece um compromisso no campo do desejo: o sujeito acredita e confia na pessoa do analista, e se propõe ao trabalho psíquico. Isto é, o paciente se apega ao outro, o tem como suposto saber, a ponto de se dispor às intervenções. Nessa ligação, ele transfere à pessoa do analista um saldo remanescente de conflitos infantis – ama-o como o fez a um dos seus pais – e que não foram elaborados; ele é remetido, sem saber, ao Outro simbólico (FREUD, 1917/1976, p. 9-10).

Por conta disto, afirma Nunes (1992 *apud* GASPARETTO; SCHIMIDT, 2013) a escolha do uso dos instrumentos a serem aplicados é fundamental, pois, será a partir destes que será possível adquirir informações mais detalhadas sobre o paciente, a respeito de questões familiares, escolares, aspectos profissionais e sociais a partir da demanda trazida.

O uso das técnicas projetivas é fundamental, pois, segundo Laplanche e Pontalis (1977) a projeção equivale à execução do sujeito em expulsar de si e localizar no outro, podendo ser uma pessoa ou coisa, sentimentos, desejos, conflitos que recusa em si mesmo. Affonso (2011) também afirma que a projeção irá possibilitar trazer conteúdos internos e latentes do indivíduo. Melanie Klein (1970) assegura que as crianças, a partir dos mecanismos de projeção externalizam os conflitos a partir da brincadeira com os objetos. Na brincadeira, a criança irá expressar suas questões internas, atuando como uma descarga de conteúdos que não atuam no consciente.

De acordo com Anzieu (1978) o método projetivo irá possibilitar alcançar informações de maneira indireta, aquelas nas quais o indivíduo não consegue acesso por estarem no inconsciente. Então, as formas indiretas como o uso de desenhos, histórias, brinquedos irão oferecer dados, sem a necessidade da fala em si.

> Embora a técnica consista na utilização da brincadeira infantil, o objetivo não é brincar com a criança, e sim proporcionar que ela expresse, por meio de brinquedos ou brincadeiras, as dificuldades que porventura está enfrentando, requerendo daí habilidade do profissional para fazer a leitura destas. Não basta, portanto, o profissional valorizar e possibilitar o espaço de brincar, mas que também tenha uma postura e conhecimento dos sintomas ou conflitos da criança inferidos com base na análise da representação lúdica dela (AFFONSO, 2011, p. 2).

Em vista disto, entende-se que as técnicas projetivas são importantes instrumentos durante o processo do psicodiagnóstico infantil a serem usados no estágio, por conta da possibilidade de acessar questões do inconsciente da criança a partir de brincadeiras, desenhos e histórias.

## 2 PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL

O psicodiagnóstico de acordo com Cunha (2000), é uma das possibilidades da avaliação psicológica que tem como finalidade identificar as forças e as fraquezas do indivíduo. No psicodiagnóstico, quando realizado com crianças, a coleta de informações é realizada com os responsáveis e com as crianças, pois a demanda explícita será levada pelo adulto, enquanto a implícita irá surgir durante o processo. Além disto, será utilizado o uso da observação das brincadeiras da criança e dos testes psicológicos (SALES, et al. 2018).

A avaliação psicológica é definida pelo Conselho Federal de Psicologia (2007) como:

> A avaliação psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área do conhecimento, requer metodologias específicas. Ela é dinâmica, e se constitui em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre eles, saúde, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária (p. 8).

**Quadro 1- A realização do Psicodiagnóstico**

| | |
|---|---|
| **1- Anamnese, Entrevista com pais/ responsáveis e criança** | Levantamento de dados da vida do paciente, gestação, desenvolvimento e compreensão da demanda. |
| **2- Definir hipóteses e instrumentos a serem utilizados** | A partir do levantamento dos dados definir hipóteses e quais instrumentos a serem utilizados para a avaliação. |
| **3- Observação do Brincar** | A observação do brincar da criança a partir do uso da caixa lúdica. |
| **4- Aplicação de instrumentos** | Aplicação dos testes escolhidos e correlação dos dados obtidos do instrumentos com os dados colhidos nas entrevistas e observação. |
| **5- Devolução** | A devolução do diagnostico deve ser realizado para os pais/responsáveis e também para a criança que foi avaliada. Para a criança pode ser realizado a partir de uma história. |
| **6- Encaminhamento** | O encaminhando aquedado a partir das conclusões. |

Fonte: As autoras.

É importante ressaltar que a devolução também deve ser realizada com crianças e não apenas com os pais ou responsáveis, pois, a criança que foi analisada durante todo o processo. Durante essa devolutiva, o foco serão as possibilidades do sujeito e não apenas as suas dificuldades, sanando todas as dúvidas e explicando as questões com clareza (SALES, et al. 2018).

> São duas entrevistas devolutivas, uma com a criança e outra com os pais. Nesta etapa, reúne-se tudo o que foi visto e ouvido para ajudar a criança e a família a perceber que dificuldades são estas, que significados possuem, quais os sentimentos envolvidos, mostrando seu funcionamento e os aspectos que facilitam e os que dificultam seu desenvolvimento (TOSIN, 2005 p. 39).

A quantidade de encontros e aplicação de instrumentos deve ser realizada de acordo com a necessidade que o profissional considerar que seja necessário para uma maior avaliação. Também há a possibilidade de entrevistas com outros familiares ou até mesmo com o solicitante do psicodiagnóstico (ROBERTO; BARROS, 2020).

É importante ressaltar que o psicodiagnóstico pode ser realizado de diversas formas, dependendo da fonte do encaminhamento e o objetivo do psicodiagnóstico. Como o realizado por Assunção e Jauris (2021) onde se há também a visitas escolares para maior compreensão do contexto da criança. Em um contexto hospitalar, conforme Guimaraes e Porto (2017) se é avaliado os aspectos físicos e emocionais da criança e dos familiares. Desse modo entende-se que o psicodiagnóstico pode ser adaptado de acordo com a demanda.

## 3 A PROJEÇÃO E AS TÉCNICAS PROJETIVAS

Freud, em seus estudos define a projeção como “Uma percepção interna é reprimida e, substituindo-a, seu conteúdo, após sofrer certa deformação, chega à consciência sob a forma de uma percepção vinda do exterior” (1911/1948, p.686), a projeção pode ser entendida como um meio de externalizar questões intoleráveis para o indivíduo; é considerado um mecanismo de defesa.

Em um segundo momento, Freud desenvolve mais o conceito de projeção, que começa a ser entendida como um simples desconhecido por via do indivíduo sobre seus desejos e emoções que não são aceitos por ele como pertencentes a si. Sendo um deslocamento de emoções ou sentimentos podendo ser conscientes ou não (PINTO, 2014).

> Porém a projeção não é unicamente um meio de defesa. Podemos observá-la também em casos onde não existe conflito. A projeção para o exterior de percepções interiores é um mecanismo primitivo, ao qual nossas percepções sensoriais se acham também submetidas, e que desempenham um papel essencial em nossa representação do mundo exterior (FREUD, 1913/1948, p.454).

A partir dessas ideias, a técnica projetiva foi criada por Frank (1939/1965 apud Pinto, 2014) como meio de acesso às vivências internas, conflitos e desejos, e a partir dessa técnica é possivel compreender aspectos latentes da personalidade, por estarem no inconsciente.

Os testes projetivos são instrumentos que têm como objetivo a investigação da personalidade do indivíduo, sendo que seus conteúdos são apresentados de maneira ambígua a partir de desenhos, manchas e histórias. Anzieu (1978) afirma que o avaliando quando realiza um teste projetivo irá produzir um protocolo de respostas e esta estrutura irá corresponder à estrutura de sua personalidade.

O uso da projeção com crianças é uma técnica utilizada a partir de diferentes ferramentas, como o desenho e a história, que podem ser vistos com uma brincadeira pela criança. Winnicott (1971/1975) afirma que as crianças irão brincar por prazer, podendo ainda demonstrar ódio, adquirir experiências e lidar com agressões. Desse modo, o autor compreende que, a partir das criações, as crianças estão associando livremente, mostrando a efetividade do uso dessas atividades como instrumento diagnóstico.

Uma das técnicas projetivas realizadas com crianças é o desenho. De acordo com Mèredieu (1999) o desenho infantil pode ser entendido como um meio de linguagem, em que a criança pode conseguir expressar seus sentimentos, fantasias e medos.

> De acordo com Arfoulloux (1983) interpretar o desenho de uma criança é explicar o que está obscuro, traduzindo-o numa linguagem compreensível, extraindo do desenho um sentido oculto – tanto ao entendimento da criança quanto dos adultos que a cercam –, transcrevendo este sentido latente para uma linguagem verbal. O desenho é o método mais eloquente, imediato e de mais simples execução para se investigar traços de humor, de comportamento e de caráter de uma criança, assim como seus conflitos intrapsíquicos, suprindo, dessa maneira, sua dificuldade em falar de si mesma e expor seus problemas (SILVA, 2010, p.451).

Na avaliação psicológica é possivel utilizar os testes projetivos para ampliar a investigação sobre as questões internas da criança. Um deles é o Teste *House, Tree and Person* (HTP), criado por John N. Buck em 1948 e reavaliado e aprovado para uso no Brasil em 2004 pelo Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI).

A aplicação desse instrumento é dividida em dois momentos. No primeiro o desenho livre acromático de uma casa, árvore e pessoa e, caso o profissional considere necessário, o desenho da família pode ser incluído. O segundo consiste no inquérito, onde serão realizadas perguntas sobre cada desenho. É possível solicitar também os desenhos na forma cromática.

> A página em branco sobre a qual o desenho é executado serve como um fundo no qual o paciente nos oferece um vislumbre de seu mundo interno, de seus traços e atitudes, de suas características comportamentais, das fraquezas e forças de sua personalidade, incluindo o grau em que pode mobilizar seus recursos internos para lidar com seus conflitos psicodinâmicos, tanto interpessoais quanto intrapsíquicos (RETONDO, 2000, p.15).

Após a aplicação e inquérito é necessário realizar a interpretação do protocolo, que tem como objetivo sistematizar os critérios de avaliação dos desenhos, analisando os resultados juntamente com o histórico clínico do indivíduo (BUCK, 2003 *apud* BORSA, 2010).

Antes de começar a escrever, a criança desenha. Os desenhos mais comuns nesta fase são casas, sol, árvores, pessoas, animais e esses conteúdos são vistos nas produções de crianças de todas as culturas. Esses desenhos são representações do seu mundo subjetivo e não necessariamente a realidade em que a criança vive (RETONDO, 2000).

Os desenhos são meios potentes para o acesso à psicodinâmica e ao mundo subjetivo da criança, ou seja, apresentando aspectos de seu inconsciente.

> A linguagem do inconsciente é fundamentalmente imaginativa e simbólica e, emerge com bastante facilidade por meio dos desenhos. Tanto a linguagem simbólica quanto o desenho alcançam níveis primitivos da personalidade, permitindo o acesso ao mundo interno (RETONDO, 2000, p. 14).

O Manual do HTP afirma que cada elemento solicitado para desenhar irá representar alguma questão relacionado ao indivíduo, elementos que podem ser encontrados no material, mas que são exclusivas ao profissional (RETONDO, 2000).

A partir do teste HTP é possível investigar aspectos inconscientes, da personalidade, fantasias e medos do indivíduo que estiver sendo avaliado. O uso do desenho, ainda mais relacionado às crianças, é significativo, pois, dessa maneira, a criança consegue expressar aquilo que não consegue pela fala (WINNICOTT, 1984 *apud* SILVA, 2010).

Outro teste projetivo que pode ser utilizado é o Teste das Fábulas criado por Düss em 1940, baseado em fundamentos psicanalíticos, constituído por histórias incompletas e a criança precisa completá-las. As fábulas foram desenvolvidas para criarem situações de ambiguidade, simbólicas e neutras, para que assim os conflitos pudessem ser mascarados e o avaliando conseguisse se identificar com o herói da história (SOUZA, 2012).

De acordo com Düss as fábulas apresentadas irão representar questões do cotidiano da criança, em relação à família, ambiente escolar, ansiedades e medos. O avaliando poderá se sentir afetado pelas histórias e apresentar uma resposta simbólica ou resistência para responder (FREITAS, 2014).

Assim sendo, é possível compreender que o Teste das Fábulas auxilia no contato aos conflitos do sujeito, pois o ato de contar histórias é um modo de estruturar o discurso da fantasia. Quando é solicitado para contar uma história, a criança irá revelar aspectos do seu inconsciente, e assim, o teste é um meio facilitador para isso.

O brincar também entra como uma técnica projetiva, sendo a observação da interação da criança com os objetos. O brincar possibilita observar a manifestação e elaboração de situações que foram traumáticas para o ego da criança, também como a expressão de fantasias e dos desejos (FREITAS, 2016).

Os primeiros relatos sobre o brincar foram realizados por Freud no texto *Além do Princípio do Prazer* (1920*),* com o jogo da presença e ausência, observação realizada com seu próprio neto de um ano e meio. Na brincadeira o menino segurava um carretel de linha e o empurrava sobre a borda da cama até que o objeto desaparecesse e falava "o-o-ó" (que foi interpretada como *Fort*, em alemão "ir embora"). Logo em seguida, puxava a linha de volta e junto reaparecia o carretel e expressava "da" (significa "ali" ou "retorno"). A partir da observação e interpretação da brincadeira, conclui que:

> As crianças repetem experiências desagradáveis pela razão adicional de poderem dominar uma impressão poderosa muito mais completamente de modo ativo do que poderiam fazê-lo simplesmente experimentando-a de modo passivo. Cada nova repetição parece fortalecer a supremacia que buscam. Tampouco podem as crianças ter as suas experiências agradáveis repetidas com frequência suficiente, e elas são inexoráveis em sua insistência de que a repetição seja idêntica (FREUD, 1920/2006, p. 45).

É importante destacar que o brincar na visão psicanalítica, não é apenas o ato de brincar e sim a função do brincar, ou seja, representa uma maneira de descarga emocional de suas funções do psíquico (LEITÃO; CACCIARI, 2017).

Melanie Klein é quem explora com maior profundidade a questão do brincar e da brincadeira. A autora depara-se com a barreira do atendimento infantil: a falta da técnica. O diferencial do atendimento infantil e do adulto é onde a angústia é posicionada. A criança ainda não consegue expressar-se como os adultos, e uma das maiores contribuições da autora foi utilizar o brincar como mecanismo de transferência, sendo o meio de verbalização das crianças no atendimento (FERREIRA; CAMPOS, 2014).

Para conseguir acessar os conteúdos da criança é preciso recursos que vão além da fala, e a partir da brincadeira a criança irá encenar versões sobre sua própria vivência. A partir da técnica do brincar a criança irá sentir, viver, e reviver experiências, todas essas questões a partir do faz de conta vinculando com aquilo que viveu no exterior fundindo-se com a fantasia (STRAGLIOTTO, 2008).

> Nesta direção, considera-se que o simbolismo, no brincar, funciona como meio significativo da criança de comunicação e representação de seus estados internos e afetos. Logo, a capacidade que ela tem de simbolizar e de conservar essa capacidade através da livre brincadeira, mesmo que diante do enfrentamento de situações adversas, denota a qualidade do funcionamento psíquico da mesma e diferencia saúde mental de patologia (FREITAS, 2016 p. 124).

Os brinquedos a serem utilizados podem ser da escolha do profissional, levando em consideração a idade e realidade da criança. A observação da brincadeira é essencial durante o psicodiagnóstico; um meio acessível para profissionais e fazem parte da realidade de todas as crianças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, é possível compreender que as técnicas projetivas quando realizadas com crianças possibilitam o acesso ao seu inconsciente, trazendo à tona suas fantasias, angústias, desejos e agressividade. A criança utiliza a fantasia para expressar as questões internas, utilizando os desenhos, histórias, e brincadeiras, ou seja, usando aspectos simbólicos.

O uso dessas técnicas em um processo de psicodiagnóstico infantil é eficiente, já que a criança ainda não realiza a associação livre como os adultos, sendo esses instrumentos usados para o acesso ao seu mudo psíquico. Todavia, é importante atentar-se nas demandas trazidas pelos pais/responsáveis e nos dados colhidos durante as entrevistas.

Quando realizado o psicodiagnóstico infantil em um Clínica Escola o uso dessas técnicas auxilia na compreensão da criança que está sendo avaliada. Ao mesmo tempo, as supervisões dos professores possibilitam a interpretação dos resultados dos testes ou da observação lúdica, junto da correlação da demanda que fora trazida, para que haja maior compreensão do caso, gerando hipóteses diagnósticas e, por fim, o psicodiagnóstico; além~~,~~ dos materiais que são utilizados já fazerem parte da realidade das crianças, ou seja, não trazem dificuldade para seu uso, porém, é necessário que o aluno esteja atento aos acontecimentos do *setting* para realização das intervenções e é por meio da prática fornecida na disciplina que este terá possibilidade de compreender o "como atuar" e "como direcionar".

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Maria Rosa Lopes.A contribuição da análise das noções de espaço, tempo e causalidade nas técnicas projetivas diagnósticas: ludodiagnóstico e desenho da figura humana. **Psicologia: Teoria e Prática,** v. 13 p. 101-116, 2011. Disponível enm: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193819303008. Acesso: 14 set. 2021

AMARAL, Anna Elisa Villemor et al . Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. Bol. psicol, São Paulo , v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2021.

ANDRADE, Edson Peixoto; SOUSA, Pedro Amaral; ANDRADE, Edilamara Peixoto de. A construção do psicodiagnóstico: seus processos e as interferências sofridas. 2016. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/1900/518. Acesso em: 13 set. 2021.

ANZIEU, D. **Os métodos projetivos**. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

ASSUNÇÃO, Leticia Novais Pereira; JAURIS, Roberta Bolzan. A prática do psicodiagnóstico infantil: um relato de experiência em serviço-escola em psicologia. IN: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, VI, 2021, Vitória da Conquista – BA. **Anais [...]** Portal de Anais de Eventos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – BA: UESB, 2021

BORSA, Juliane Callegaro. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DO TESTE DA CASA-ÁRVORE-PESSOA – HTP. Avaliação Psicologica**, v 9, p 151-154, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3350/335027281016.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha sobre Avaliação Psicológica**. Brasília, DF, Junho de 2007. Disponivel em: https://satepsi.cfp.org.br/docs/Cartilha-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica.pdf. Acesso em: 29 ago.2021

CUNHA, J. A. **Estratégias de Avaliação: perspectivas em psicologia clínica**. *In*: CUNHA, J. A. Psicodiagnótico V, 2000.

DIAS, Stéfani Inacio Aguiar. Atendimento na Infância: Aspectos Teóricos e um Estudos de Caso a Partir da Abordagem Psicanalítica. In: I COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR & CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA, 2016 . Mineiros/GO. **Anais [...].** Mineiros/GO: UniFimes, 2016. p. 01-13. Disponível em: https://unifimes.edu.br/ojs/index.php/coloquio/article/view/69/238. Acesso: 13 out. 2021

FERNANDES, S. **Normas do Rorschach em crianças de seis a oito anos.** 2010. Dissertação (Mestre em Psicologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 27-177 Disponivel em: https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/15_10_2010__10_03_41__61.pdf. Acesso em: 01 set de 2021.

FERREIRA, Luzia Janaina Soares; CAMPOS, Marcelo. O brincar e sua função no processo analítico infantil. **Connection line - Revista eletrônica do UNIVAG**. v. 11, p. 123- 145, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/article/view/41/330. Acesso em: 14 set. 2021

FREITAS, Maiara Castro de. Psicoterapia de crianças: o brincar como método de tratamento psicanalítico**. Multiciencia online,** p. 114-133**.** 2016. Disponível em: http://urisantiago.br/multicienciaonline/adm/upload/v2/n3/4158e04e9962931ffb580c9572b84a13.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

FREITAS, Marcelle Louise Coelho de**. Evidencias de validade e precisão do Teste de Fábulas em escolares.** 2014, Dissertação (Mestre em Psicologia)- Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2014. doi: 10.11606/D.59.2014.tde. Acesso em: 14 set. 2021

FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia**. Companhia das Letras. v.II: 1911

FREUD. **Totem e Tabu. Companhia das Letas.** vol.II: 1913

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1917.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer**. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Vol. II: 1915-1920. 2006.

FREUD, S. **Obras completas**. Companhia das Letras. Vol. I, II e III: 1948

GASPARETTO, G.G; SCHMIDT, E B. Instrumentos utilizados no processo psicodiagnóstico em uma clínica escola**. Perspectiva,** v. 37, n. 140, p. 39-48, 2013. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/140_371.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

GUIMARAES NETO, Armante Campos; PORTO, Joana D'arc Silvério. Utilização de instrumentos de avaliação psicológica no contexto hospitalar: uma análise da produção brasileira. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 66-88, dez. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582017000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 nov. 2021.

HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marceli. **Psicometria**. Brasil: Artmed, 192. Disponível em: https://bityli.com/B16XA. Acesso em: 25 ago. 2021.

KLEIN, M. A **personificação nos jogos das crianças.** *In*: KLEIN, M. Contribuições à psicanálise. Tradução Miguel Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970. p. 269-282.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução Pedro Tamen. 4. ed. Lisboa: Moraes, 1977. Disponível em: https://edsonsoaresmartins1973.files.wordpress.com/2018/07/laplanche-vocabulc3a1rio-de-psicanc3a1lise.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

LAUERMANN, Jusiene Denise; BOTTOLI, Cristiane. A Realização do Psicodiagnostico como Processo Compreensivo: Estudo de Caso com uma Pré- Adolescente. *In*: XVI SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2012, SANTA MARIA - RS. **Anais [...]** APRENDER E EMPREENDER NA EDUCAÇÃO E NA CIÊNCIA. SANTA MARIA - RS: UNIFRA, 2012. https://docplayer.com.br/7589564-A-realizacao-do-psicodiagnostico-como-processo-compreensivo-estudo-de-caso-com-uma-pre-adolescente-2012-1.html

LEITÃO, Iagor Brum; CACCIARI, Marcella Bastos. A demanda clínica da criança: uma psicanálise possível. **Estilos da Clínica,** São Paulo, v.22, n 1, p. 64-82, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/121240/129954. Acesso em: 14 set. 2021.

LEITE, Renata Franco. Caixa lúdica e novas tecnologias. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 45, p. 145-148, jul. 2016 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372016000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2021.

MÈREDIEU, F. O **desenho infantil**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 ago. 2021

PINTO, Elza Rocha Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica [online]**, v. 17, n. 1, pp. 135-153, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009. Acesso em: 26 ago. 2021

QUELHO, A. M. C.et al. Repensando a Supervisão em Psicodiagnóstico: a relação teoria e prática - uma questão de ensino e/ou aprendizagem.1999. **Psico-US**. v. 4, n. 2, p.13-22, 1999.

RETONDO, M. F. N. G. **Teste Projetivo H.T.P (casa - arvore - pessoa**). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

RIGONI, Maisa S.; SÁ, Samantha Duburgas. O processo psicodiagnóstico. Hutz CS, Bandeira DR, Trentini CM, Krug JS, organizadores. **Psicodiagnóstico**. 1ed. Porto Alegre: Artmed, p. 27-34, 2016.

ROBERTO, Naftali Tuany Souza; BARROS, Bruno Gustavo Lins de. Psicodiagnóstico infantil: um estudo de caso**. Ricesmac Repositório Institucional,** Maceio-AL, p. 01-11, 2020. Disponível em: https://ri.cesmac.edu.br/bitstream/tede/1002/1/Psicodiagn%C3%B3stico%20infantil%20um%20estudo%20de%20caso.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

SALES, O. et al. Psicodiagnóstico Infantil: relato de um caso. **Revista Humanidades e Inovação**, v.5, n 7, p. 133-122, 2018. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/894. Acesso em: 12 set. 2021.

SILVA, Gisele Cristina Resende Fernandes da. O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa**. Psicologia.pt** 2010. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0539.pdf.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

SILVA, Jossiane Maria Mattos da. O desenho na Expressão de Sentimentos em Crianças Hospitalizadas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, p 447-456, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/wsfd6gNXZQN7cxscDD7Kkbh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 09 set. 2021.

SOUZA, Rodrigo Luís Bispo. **Aspectos históricos e empíricos dos temas do teste das fábulas**. 2013, Dissertações (Mestre em Psicologia)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade De Psicologia. Rio Grande do Sul, p. 80-882012. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/878/1/461103.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

STRAGLIOTTO, C. E. B. 2008. Pensando sobre o brincar. **Contemporânea** - Psicanálise e Transdisciplinaridade, n.5, p. 10-187. Disponível em: http://www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php. Acesso em: 17 de out. 2021.

TOSIN, Anna Silvia. O Psicodiagnóstico e as abordagens sistêmico-familiares**. Familiare Instituto Sistêmico,** p. 01-61 2005. Disponível em: https://institutofamiliare.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Anna-Silvia-Tosin-2005-O-Psicodiagnostico-e-as-Abordagens-Sistemico.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

WINNICOTT D. W.**O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1971/1975. Disponível em: http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2017/10/O-brincar-e-a-realidade.pdf. Acesso em: 29 ago.2021.

# TELHADO VERDE EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR: DIRETRIZES PARA ESCOLHA DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS LAJE X IMPERMEABILIZAÇÃO

SILVA, Deusielly Renata[1]; CAMPOS, Igor Aureliano Miranda Silva[2].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-335*

**RESUMO**

Devido a expansão urbana, as cidades estão passando por dificuldades de comportar a sociedade de forma digna, esse fato causa transtornos ao meio ambiente e à humanidade. Este trabalho apresenta a importância do telhado verde, como forma de amenizar os problemas citados, mostrando seus benefícios. O objetivo principal é avaliar qual dos sistemas de laje maciça ou nervurada e impermeabilização rígida ou flexível são mais viáveis tecnicamente e economicamente em se tratando da implantação do telhado verde. Fez-se o estudo da implementação do sistema em uma edificação residencial unifamiliar de dois pavimentos com a cobertura verde do tipo extensiva e acessível localizada na cidade de Barra do Garças - MT. conclui-se que o sistema com melhor viabilidade técnica e econômica foi quando se utilizou laje nervurada com impermeabilização flexível e camada de proteção.

**Palavras-Chave:** Telhado verde. Construção sustentável. Custo. Laje. Impermeabilização

**ABSTRACT**

Due to urban expansion, cities are experiencing difficulties to settle society in a dignified manner, and this fact causes disturbances to the environment and humanity. This work presents the importance of the green roof as a way to alleviate the mentioned problems, showing its benefits. The main objective is to evaluate which of the solid or ribbed slab systems and rigid or flexible waterproofing are more technically and economically viable when it comes to the implementation of a green roof. A system implementation study was carried out in a single-family residential building with two floors with an extensive and accessible green roof located in the city of Barra do Garças - MT. It was concluded that the system with the best technical and economic feasibility was the one that uses ribbed slab with flexible waterproofing and protection layer.

**Keywords:** Green roof. Sustainable construction. Cost. Slab. Waterproofing

[1] Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Mato Grosso, Barra do Garças, Mato Grosso.
[2] Bacharel em Engenheiro civil, especialista em Estruturas de Concreto Armado e Fundações. Mestrando em Construção Civil.

## INTRODUÇÃO

Na sociedade atual fica clara a necessidade de se criar uma consciência socioambiental, considerando os problemas urbanos como poluição, falta de saneamento básico, miséria, desperdício, entre outros, tão graves quanto à destruição dos ecossistemas. Contudo, sabe-se da dificuldade de se mudar a forma de pensar de uma sociedade, principalmente no que se refere ao meio ambiente, pelo fato da sociedade ainda possuir uma visão antropocentrista (FREITAS; FRANÇA; FRANÇA, 2015).

Para conseguir uma harmonia entre construções e sustentabilidade tem-se um amplo leque de opções, tais como: Energia renovável, o reuso de águas pluviais, cinzas e negras, telhados verdes e reuso de resíduos da construção civil (RCD). Cada uma das alternativas deve seguir suas respectivas especificações para serem executadas de forma correta e trazer bem-estar aos usuários das edificações e amenizar os problemas ambientais.

Vale destacar que o uso das coberturas verdes visa amenizar o desgaste ambiental. Neste sentido, o telhado verde pode ser projetado e instalado em edificações tanto residenciais quanto comerciais. A estrutura, declividade e material utilizado para fabricação da cobertura vão depender do tipo de telhado verde que será implantado, podendo ser espécies de plantas mais altas ou mais baixas. Desse modo, conhecendo informações da edificação, da estrutura, do tipo de impermeabilização e da vegetação que será instalada é possível começar os projetos e a futura execução. Com isso, o problema da pesquisa gira em torno da escolha dos sistemas estruturais de laje maciça ou laje nervurada e dos tipos de impermeabilização, seja do tipo flexível ou rígida, quais seriam mais adequados e vantajosos para a utilização em telhados verdes, sob aspectos de custos e viabilidade técnica e econômica?

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar dentre os sistemas construtivos - Tipo de laje e tipo de impermeabilização – qual é mais viável de forma econômica e técnica para receber a instalação do telhado verde. Para tanto, o campo de análise foi baseado na realidade das construções no município de Barra do Garças – MT.

Para saber quais sistemas de lajes e impermeabilização terão maior eficácia técnica e econômica para receber a instalação do telhado verde foi feito um estudo dos tipos de lajes, reduzindo o plano de pesquisa em apenas duas: lajes maciças e nervuradas, observando as características de cada, fazendo o mesmo para os tipos de impermeabilização podendo ser rígida ou flexível observando os apontamentos de normas e estudiosos que entendem do assunto, fazendo sempre um contraponto com as formas de instalação, vegetação, solo e outras características do telhado verde, fazendo junções entre os sistemas pontuando custo e técnica para chegar em uma uniformidade entre esses pontos.

# 1 REFERENCIAL TEÓRICO

## 1.1 Telhados Verdes

O teto verde pode ser definido como uma técnica na qual se produz vegetações diversas sendo intensivas ou extensivas sobre superfícies, fachadas ou coberturas. É uma opção provinda dos ancestrais, que utiliza grama ou jardim em detrimento das habituais lajes ou telhas (FERREIRA, 2007).

Como uma das alternativas que busca uma melhora para os recursos naturais, privilegiando o bem-estar social, é a implantação dos telhados verdes, buscando um contato maior entre natureza e o homem, para que possam ver a real importância do meio ambiente. Telhado verde, cobertura verde, telha ecológica e jardim suspenso são alguns dos nomes dados a esse tipo de cobertura.

## 1.2 Estrutura das coberturas verdes

As coberturas verdes podem ser instaladas sobre telhados inclinados ou sobre as lajes, com a cobertura vegetal de gramas ou plantas maiores, proporcionando um melhor conforto térmico e visual aos moradores e vizinhos da edificação. Para construção do telhado ecológico é necessário fazer alguns processos de impermeabilização e sistemas de drenagem nas coberturas para que não possa ocorrer problemas com infiltrações. Na maioria dos casos o telhado verde segue a estrutura da Figura 1.

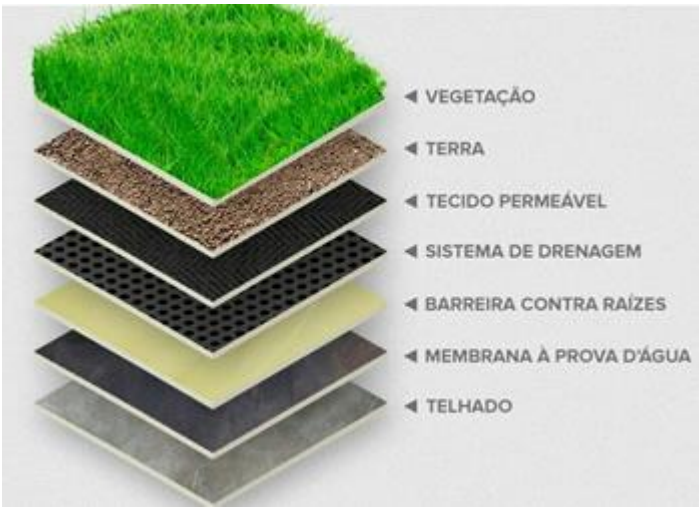



**Figura 1 - Estruturas do telhado verde**
Fonte: Ecotelhado (2019)

Na Figura 1 consegue-se observar a estrutura mais usual para o telhado ecológico, iniciando de baixo para cima tem-se na imagem o suporte, que pode ser de vários tipos, sendo telhas cerâmicas, telhas de concreto, lajes, entre essas, suas variações que são lajes maciças, nervuradas, nervurada bidirecional, entre outras. A impermeabilização pode ser do tipo rígida

ou flexível. A drenagem é a quarta camada juntamente com uma membrana anti- raízes que evita que as raízes atrapalhem a função estrutural do suporte. O filtro geotêxtil, representado na figura pelo tecido permeável auxiliará na drenagem pois esse, retém parte das partículas solidas levadas pelas águas pluviais. Por último, tem-se o substrato e a vegetação que varia com a escolha do tipo de cobertura, se será extensiva, semiextensiva ou intensiva.

Os telhados verdes são classificados em dois grupos, os extensivos e os intensivos, a diferença mais nítida entre os dois é a estatura da vegetação utilizada.

A vegetação do tipo extensiva, comumente é aplicada onde o ambiente será visitado, isto é, funciona como um terraço, e tem sua beleza comparada a um parque gramado. As características das plantas são: rasteiras de pequeno porte e necessitam de um volume de água menor e pouca manutenção, em relação a intensiva.

Na vegetação intensiva, são instaladas pequenas plantas e árvores frutíferas. A manutenção exige cuidados específicos, similares aos empregados num jardim comum, porém agora com um cuidado maior por estar em cima da edificação, com isso deve-se atentar às cargas que são transmitidas para toda a estrutura. Neste tipo de vegetação, o telhado verde também protege a cobertura, consequentemente a parte interna da edificação, contra radiação ultravioleta aumentando sua vida útil (SILVA, 2011).

### 1.3 Impermeabilização

A norma ABNT NBR 9575:2010 apresenta o tipo de impermeabilização adequado para cada atividade e local que será empregado o material, tendo em vista que o solo dos telhados verdes tem que estar úmidos para conseguir abastecer a vegetação, a impermeabilização mais adequada segundo a norma para esse caso é contra a umidade do solo.

Os tipos de impermeabilização que devem ser empregados nas partes construtivas sob ação da umidade do solo, são os seguintes:

> Flexível:
> - Membrana de polímero modificado com cimento;
> - Membrana de asfalto modificado sem adição de polímero;
> - Membrana de asfalto modificado com adição de polímero elastomérico;
> - Membrana de poliuretano;
> - Membrana de poliuretano modificado com asfalto;
> - Membrana de emulsão asfáltica;
> - Membrana elastomérica de poliisobutileno-isopreno (I.I.R), em solução;
> - Membrana de asfalto elastomérico em solução;
> - Membrana poliuréia;
> - Manta asfáltica;
> - Manta elastomérica de etilenopropilenodieno-monômero (E.P.D.M.);
> - Manta elastomérica de poliisobutileno-isopreno (I.I.R);
> - Manta de policloreto de vinila (P.V.C.);
> - Manta de polietileno de alta densidade (P.E.A.D.) (ABNT, 2010, p.8).

Como exemplos para impermeabilização, o quadro 1 demonstra os tipos de locais, a classificação do sistema e o tipo de material a ser utilizado.

**Quadro 1 – Exemplo para impermeabilização contra água de percolação**

| LOCAL | CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA | MATERIAL |
|---|---|---|
| TERRAÇOS / MARQUISES | Flexível | membrana asfáltica, de polímero e elastômeros |
| JARDINS SUSPENSOS | Flexível | membranas de polímeros |
| PISO DE BANHEIROS / COZINHAS | Semi-flexível | argamassa polimérica / epoxi flexibilizado |

Fonte: Freire UFRJ (2007)

Uma medida que pode ser tomada para evitar que as raízes danifiquem a impermeabilização é a camada de proteção mecânica. Segundo a ABNT NBR 9575:2010 – Impermeabilização – Seleção e Projeto, no item 3.25, (p.3), "Camada de proteção mecânica: estrato com a função de absorver e dissipar os esforços estáticos ou dinâmicos atuantes por sobre a camada impermeável, de modo a protegê-la contra a ação deletéria destes esforços."

## 1.4 Características das lajes

Existe uma infinidade de tipos de lajes, podem ser maciças ou nervuradas, essas opções podem ser diferenciadas quanto a serem fabricadas no local ou pré-fabricadas. O que irá afetar na escolha do tipo de laje é o tipo de construção, o vão a ser vencido, o capital destinado a construção, analise dos carregamentos e melhores condições para os usuários da edificação.

As lajes são as responsáveis por receber parte das ações aplicadas numa construção, normalmente de pessoas, móveis, pisos, paredes, e os mais variados tipos de carga que podem existir em função da finalidade arquitetônica do espaço que a laje faz parte. As ações são na maioria das vezes perpendiculares ao plano da laje, podendo ser divididas em distribuídas na área, distribuídas linearmente ou forças pontuais. Podem ocorrer também ações externas na forma de momentos fletores, normalmente aplicados nas bordas das lajes (BASTOS, 2015).

As lajes que serão abordadas nesse documento afim de compará-las são as lajes maciças e nervuradas. A ABNT NBR 6118:2014 no item 14.7.7 (p. 97) traz como definição de lajes nervuradas "Lajes nervuradas são as lajes moldadas no local ou com nervuras pré-moldadas, cuja zona de tração para momentos positivos esteja localizada nas nervuras entre as quais pode ser colocado material inerte". A figura 2, apresenta a estrutura da laje nervurada, verifica-se o

uso de lajotas cerâmicas como material inerte entre os trilhos, esse material serve para diminuir os espaços ocupados por concreto tornando a laje mais leve.

**Figura 2 – Laje Nervurada**
Fonte: Retondo (2021)

Para Bastos, 2015 (p.1) “Laje maciça é aquela onde toda a espessura é composta por concreto, contendo armaduras longitudinais de flexão e eventualmente armaduras transversais, e apoiada em vigas ou paredes ao longo das bordas. Laje com borda ou bordas livres é um caso particular de laje apoiada nas bordas.” Diferentemente da nervurada tem-se a laje maciça apresentada na figura 3, que necessita de um grande volume de concreto para preencher a laje por não haver material inerte, ter apenas armaduras longitudinais e transversais.

**Figura 3 – Laje Maciça**
Fonte: Retondo (2021)

Há muitos estudos em relação às diferenças quanto à viabilidade técnica e econômica referentes às lajes maciças e nervuradas. As lajes maciças tiveram seu uso mais expandido ao

longo do tempo devido a sua praticidade, enquanto que as lajes nervuradas surgiram na construção civil apenas a partir de 1854, patenteadas por William Boutland Wilkinson. Dessa forma, deve-se comparar esses dois tipos de laje, que são eficazes e que possuem características próprias e singulares (SILVA, 2010).

## 1.5 Orçamento

Uma composição de custos não pode ser criada como uma fria coleção de números que pode ser retirada de um livro ou de um manual. Oposto a isso, ainda que o processo de elaboração dos custos seja regido por conceitos fundamentais de orçamentação, deve-se ser capaz de retratar o mais próximo da realidade do projeto que será executado. Por se tratar de um estudo feito anteriormente à sua execução, há sempre uma margem de incerteza incrustada no orçamento.

O orçamento envolve o estudo do projeto que, a partir desse faz-se o levantamento quantitativo, fator que aponta os serviços a serem executados e inseridos na composição dos custos que é o fechamento do orçamento.

Para realizar um orçamento deve-se seguir algumas etapas para conseguir um resultado satisfatório e com valores mais próximos da realidade. Os passos para um bom orçamento segundo Silva (2015), incluem:

A) Análise das características: Serão os projetos que serão executados, consiste em analisar o local da obra, o acesso para entrada e armazenamento de materiais, disponibilidade de água e energia, segurança e demais características.

B) Levantamento de quantitativos: É uma das etapas mais importantes para elaborar um orçamento, a qual envolve a coletada no projeto das atividades necessárias para executar na obra.

C) Composição de custos unitários: Se trata da montagem do custo direto de cada serviço que será executado por uma unidade básica. Para se conseguir um bom orçamento tem-se que levar em consideração os índices de produtividade de mão de obra para cada serviço bem como quantidade de insumos de materiais e equipamentos necessários para se executar esta atividade.

D) Aplicação do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Se trata de uma taxa correspondente às despesas indiretas e lucro, para a execução de serviços, incidentes sobre a soma dos custos de materiais, mão-de-obra, equipamentos, etc. Esta taxa tanto pode ser inserida na composição dos custos unitários, como pode ser aplicada diretamente ao final do orçamento, sobre o custo total, objetivando conseguir-se o preço de execução da obra.

A fim de conseguir montar uma composição de custos pode ser utilizada a Tabela de Composição de Preços para Orçamento (TCPO), o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e comparando preços com os fornecedores. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram coletados os dados para composição dos custos unitários da estrutura que receberá a cobertura ecológica na tabela SINAPI.

É importante destacar que, de acordo com o Decreto 7983 de abril de 2013 e com a Lei 13.303/2016, a SINAPI é indicada como fonte oficial de referência de preços de insumos e de custos de composições de serviços pelo (BRASIL, 2013; 2016).

Para o uso adequado das informações das tabelas é fundamental o conhecimento das composições na sua forma analítica, da origem do preço dos insumos e dos critérios de quantificação dos serviços que se encontram disponíveis nos Cadernos Técnicos dos Grupos de Serviços.

O referencial teórico apresentou informações dos tipos de vegetação utilizadas no telhado verde a depender da estrutura da cobertura da residência que pode ser laje maciça ou nervurada, depende também do tipo e espessura do solo, esses pontos influenciam no orçamento da obra. Para ter um resultado mais preciso foi utilizado local de análise com dados mensuráveis, por meio de um estudo de campo descrito a seguir.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Características da pesquisa

A pesquisa tem um caráter explicativo, ou seja, aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê, esse caráter explicativo é descrito por Braga (2013; 2015). A pesquisa do tipo explicativa pode estar integrada aos estudos de uma pesquisa exploratória e descritiva e mais algumas particularidades que se revestem de elevado grau de controle e que, em alguns casos, podem ser classificadas como experimentais.

O campo de análise desse trabalho foi baseado na realidade das construções no município de Barra do Garças - MT, considerando as normas estabelecidas pela prefeitura, que regem as obras. Portanto, na elaboração do projeto arquitetônico e estrutural comentados neste artigo foram norteados pelo código de obra e plano diretor do Município.

Para a parte do dimensionamento estrutural foi usado como base de referência o autor Professor Dr. Paulo Sérgio dos Santos Bastos da faculdade UNESP (BASTOS, 2015). Também foi utilizada a norma ABNT NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto –

Procedimento, a tabela SINAPI referência 12/2019 Desonerada e o programa de dimensionamento estrutural Eberick V8 Gold para verificação dos resultados.

## 2.2 Definindo o projeto

Para obter os resultados, primeiramente foi feito o projeto de uma residência unifamiliar de dois pavimentos para o município de Barra do Garças – MT, um projeto compatível à realidade e normas do município.

Definida a planta da edificação, foram realizados cálculos de dimensionamento com os carregamentos adequados considerando um telhado verde com vegetação extensiva, que servirá como um terraço, ou seja, os usuários da edificação terão acesso a cobertura.

Assim, foi elaborada, conforme o quadro 2, a comparação entre as duas opções de laje e impermeabilização, apresentando como resultado satisfatório a estrutura que for mais resistente e mais viável economicamente, ou seja, será feito uma análise do custo benefício da implantação do sistema de telhado verde em ambas as lajes, com os diferentes tipos de impermeabilização.

**Quadro 2 - Comparação entre os projetos**

| TELHADO VERDE<br>MODELO DE SISTEMAS ESTRUTURAIS PARA LAJES E IMPERMEABILIZAÇÕES x CUSTO | | | |
|---|---|---|---|
| MODELO 01: LAJE MACIÇA + IMPERMEABILIZAÇÃO FLEXÍVEL | MODELO 02: LAJE MACIÇA + IMPERMEABILIZAÇÃO RÍGIDA | MODELO 03: LAJE NERVURA + IMPERMEABILIZAÇÃO FLEXÍVEL | MODELO 04: LAJE NERVURA + IMPERMEABILIZAÇÃO RÍGIDA |
| R$ 202.401,92 | R$ 194.810,78 | R$ 193.685,97 | R$ 190.157,92 |

Fonte: Os autores.

Com os modelos de análise definidos e levantamento de pontos positivos e negativos de cada sistema, foram realizados cálculos estruturais e com os resultados elaboradas planilhas orçamentárias. O que pretendeu-se obter como resultado foi uma compatibilidade entre preço e qualidade do sistema, por isso foi feita uma análise utilizando uma residência em um local que se consegue medir parâmetros influenciáveis na instalação da cobertura verde.

## 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 3.1 Características da edificação

A edificação foi projetada na cidade de Barra do Garças – MT, uma residência unifamiliar de dois pavimentos, térreo e primeiro andar. O lote tem uma área de 262,00 m² e área construída de 92,54 m².

No andar térreo tem-se os seguintes cômodos: Sala de estar/jantar, cozinha, dormitório e banheiro. No 1º andar tem-se: uma suíte com closet e varanda e uma suíte. A construção foi projetada para ser executada com o tipo convencional, com tijolo cerâmico ou blocos de concreto.

De acordo com as características do relevo e orientação solar, que favorece na instalação do telhado verde essa edificação foi projetada na seguinte localização (Figura 4), Rua Senador Filinto Muller, Lote Nº 23 Quadra 181, Jardim Nova Barra Do Garças, Barra Do Garças – MT. O mapa abaixo mostra a localização.

**Figura 4 - Mapa de Barra do Garças**
Fonte – Google Maps (2020)

Com a localização do terreno é necessário analisar outros fatores que podem influenciar no momento da construção de uma residência com o telhado verde, fatores como temperatura, índice pluviométrico, entre outros fatores ambientais influenciáveis em uma construção.

### 3.2 Fatores Influenciáveis em Barra do Garças

Correlacionando o tema, telhado ecológico, com os dados da cidade tem-se algumas informações fornecidas pelo IBGE no ano de 2017 que aponta alguns pontos que influenciam na escolha de instalar ou não uma cobertura verde, informações como as do gráfico abaixo:

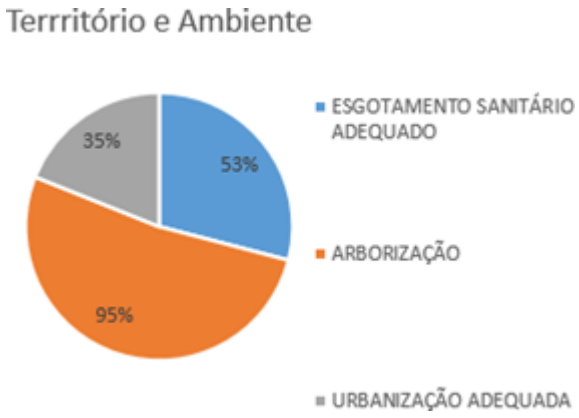



**Gráfico 1 - Território e Ambiente**
Fonte: IBGE (2017)

O gráfico exibe as porcentagens das atividades realizadas até o ano de 2010 em Barra do Garças. No esquema, Urbanização Adequada, se enquadra atividades básicas como, a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio, o fato do índice estar baixo, mostra uma cidade com poucos incentivos para melhorias arquitetônicas e sustentáveis.

O fator Arborização auxilia bastante no momento da instalação e manutenção dos telhados ecológicos, pois significa que se tem uma grande quantidade e variedade de plantas que são favoráveis ao clima da região.

Com o propósito de apresentar os pontos positivos para instalação da cobertura verde pode-se encontrar o índice pluviométrico e temperatura média na cidade, com esses dados pode-se observar se as plantas devem suportar muito calor ou não e se é possível fazer a coleta de água pluvial juntamente com o sistema sustentável do telhado verde.

As informações foram coletadas no site Instituto Nacional de Meteorologia - INMET fornecidas pelo Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa – BDMEP, informações como: A precipitação (mm) e a temperatura média (°C) dos anos de 2018 e 2019 até o mês de novembro. Não foi possível encontrar dados conclusivos da cidade de Barra do Garças portanto, as informações descritas são da cidade de Aragarças (GO) que fica a 1,5 Km da cidade estudada, segundo Google Maps.

Pode-se analisar entre os dois anos (2018 e 2019), uma temperatura média anual de 34 a 35 °C, acerca da umidade do ar tem-se de acordo com as informações do BDMEP, de cinco a seis meses de seca com poucas chuvas durante cada ano analisado. Portanto, conclui-se que as plantas cultivadas no telhado verde devem ser resistentes a altas temperaturas e a seca. Esses fatores influenciam na irrigação da vegetação e na espessura do substrato pois, se for uma camada de solo espessa pode-se ter um maior tempo com o solo úmido, por outro lado passa a ficar mais pesado para a estrutura, caso seja fina a camada de solo, a necessidade de irrigação será maior por perder água mais rápido para o ambiente.

Uma outra condição que interfere na instalação da cobertura verde, é a precipitação, esta apresenta-se com oscilações. Abaixo pode-se observar a precipitação anual dos anos de 2017, 2018 e 2019 até o mês de novembro:

- 2017 precipitação de 1380,9 mm
- 2018 precipitação de 1816,2 mm
- 2019 precipitação de 812,4 mm

A quantidade de chuva influencia na possibilidade de instalar ou não, um sistema de reuso de água pluvial. De acordo com Ferreira (2007) a retenção de água pluvial na cobertura verde tanto colabora com a regulação da umidade do ambiente, permitindo a evaporação de uma considerável quantidade de água e o consequente aumento da umidade do ar, como contribui para redução do problema de drenagem da água pluvial.

### 3.3 Dados do projeto

Realizadas as alterações necessárias no projeto, como alturas e dimensões definidas, foi feita a separação de cada pavimento para facilitar no momento de importar o projeto do AutoCad para o Eberick, a separação consiste nos seguintes pavimentos:

- Baldrame
- 1º Andar
- Cobertura
- Caixa d’água

O pavimento baldrame apresenta vigas e fundações do tipo sapatas. Este pavimento será responsável por suportar a carga direta do térreo. No 1º andar tem-se pilares, vigas e lajes, sendo uma laje em balanço que é a varanda de uma das suítes. Esse pavimento receberá carga direta do 1º andar, que são as duas suítes. O pavimento cobertura tem pilar, vigas e lajes. Esse andar receberá cargas da cobertura que é o telhado verde e uma das lajes recebera a carga da

caixa d'água. Sabendo-se que essa cobertura será acessível portanto, é preciso considerar a carga da movimentação de pessoas. O último andar é a caixa d'água que também apresenta pilares, vigas e laje, o pavimento foi criado para ser a torre do reservatório.

A partir dessa divisão dos pavimentos foram elaboradas planilhas para cada elemento estrutural como, as lajes, estas divididas em maciças e nervuradas, pilares e vigas. Dentro dessa primeira divisão, houve uma subdivisão para cada pavimento. As planilhas envolveram:

- Pré-dimensionamento de lajes nervuradas
- Pré-dimensionamento de lajes maciças
- Pré-dimensionamento de vigas
- Pré-dimensionamento de pilares
- Carga nas lajes nervuradas
- Carga nas lajes maciças

**3.4 Lajes**

Para o pré-dimensionamento de ambas as lajes se coletou dados do projeto a partir do programa AutoCad, informações como os números de lajes e suas dimensões em X e Y, ou seja, Lx e Ly. As lajes foram enumeradas da esquerda para direita de cima para baixo, iniciando pelas centenas, ou seja:

- 1º andar → Laje 101 até 106
- Cobertura → Laje 201 até 205
- Caixa d'água → Laje 301

Para a planilha de Pré-dimensionamento de lajes tanto nervuradas quanto maciças foram necessários dados como a classe de agressividade ambiental (CAA), pois com este dado coletado foi possível adotar um cobrimento nominal (Cnom), tem-se como auxílio para coletar esses dados a ABNT NBR 6118:2014, p.17, Tabela 6.1.

Fez-se necessário analisar o nível da agressividade ambiental, os fatores que interferem nesse dado e o local que a obra será construída e o risco de deterioração, com isso é obtido a CAA II.

Adotada a CAA pode-se passar para o próximo passo que é adotar um cobrimento nominal, ou seja, uma espessura de concreto que cobre o suficiente para proteger uma armadura, para encontrar esse fator usou-se a ABNT NBR 6118:2014, na página 20, tabela 7.2 - Correspondência entre a classe de agressividade ambiental e o cobrimento nominal, adotando Cnom de 30mm.

Na mesma planilha do Excel (Microsoft®) de pré-dimensionamento de lajes adotou-se um valor inicial de bitola do aço para ambos os tipos de lajes, foi adotado um valor inicial para armadura longitudinal de 8mm (ØL 8 mm). Compreendendo que esse valor pode variar, podendo ser de 6,3 mm ou 5 mm nos casos de armaduras positivas. Durante o lançamento no programa esse valor pode variar de acordo com os avisos.

A norma 6118:2014 traz algumas prescrições sobre o diâmetro da armadura e o espaçamento entre essas, no item 20.1, p.169.

- "Qualquer barra da armadura de flexão deve ter diâmetro no máximo igual a h/8."
- "As barras da armadura principal de flexão devem apresentar espaçamento no máximo igual a 2 h ou 20 cm, prevalecendo o menor desses dois valores na região dos maiores momentos fletores."

### 3.5 Vigas

As vigas são elementos estruturais na horizontal, são enumerados pelas centenas, começando de cima para baixo e da esquerda para direita.

- Baldrame → 101 até 110
- 1º pavimento → 201 até 209
- Cobertura → 301 até 309
- Caixa d'água → 401 até 404

Os dados necessários para pré-dimensionamento do elemento estrutural viga são: O diâmetro da armadura longitudinal de 12,5 mm (Øl 12,5). Adota-se também uma espessura de cobrimento nominal de concreto para proteção da armadura, essa espessura é a mesma que a usada nos pilares, ou seja, cobrimento nominal (Cnom) de 30 mm.

### 3.6 Pilares

O elemento estrutural pilar, é um elemento vertical que tem como função receber as cargas das lajes e vigas e transportar até as fundações que irá descarregar no solo. Os pilares são enumerados do baldrame até a caixa d'água seguindo a sequência de P1 até P49.

No projeto em estudo a partir de análises pode-se afirmar que de acordo com a escolha do pé direito de 3 metros os pilares teriam essa mesma altura. Portanto, a altura do pilar é de 3 metros.

Foram definidas as dimensões iniciais para os pilares de 15X30 (cm), pelo motivo da parede ter espessura de 15 cm, as dimensões podem ser alteradas no programa Eberick de acordo com os avisos. Com a altura e dimensões pré-determinadas segue- se para os próximos dados.

Seguindo recomendações dos estudiosos, Professor Dr. Paulo Sérgio dos Santos Bastos da faculdade UNESP e Professor José Milton de Araújo da faculdade FURG, pode-se adotar o diâmetro da barra da armadura longitudinal de 10 mm (Ø10mm). Para proteger a armadura determina-se um cobrimento nominal seguindo a ABNT NBR 6118:2014, na página 20, tabela 7.2 - Correspondência entre a classe de agressividade ambiental e o cobrimento nominal, CAAII e Cnom de 30mm.

### 3.7 Considerações das cargas

As cargas a ser contabilizadas na estrutura de uma edificação devem ser cautelosamente identificadas. Tem-se as cargas permanentes e as acidentais, podem ser consultadas na ABNT NBR 6120:2019 - Ações para o cálculo de estruturas de edificações ou seguir recomendações de alguns autores.

Os valores utilizados para as cargas acidentais seguindo a NBR 6120:2019 são os seguintes:

- Para os dormitórios, sala, copa, cozinha e sanitários: 1,5 KN/m².
- Para as lavanderias, dispensa e área de serviço: 2 KN/m².

Nas cargas permanentes, utilizou-se valores adotados por alguns autores, como o Prof. Eduardo Giugliani da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Engenharia (2014). Os carregamentos permanentes para a estrutura foram:

- O peso específico dos tijolos cerâmicos de 6 furos é de 13 KN/m³, tem-se 5,9m de alvenaria sobre a laje, com isso obtêm-se 76,7KN/m² para o peso de alvenaria.
- Peso específico da argamassa de regularização 24 KN/m³, adotando-se uma espessura para a argamassa com 0,03 m, obtêm-se a regularização de 0,72 KN/m².
- Peso específico do porcelanato 25KN/m³ (NBR 6120:2019), considerando uma espessura de 0,01m. portanto, tem-se 0,25KN/m² para o peso do revestimento porcelanato.
- Forro de madeira 0,16 KN/m².

A carga da caixa d'água foi definida a partir de informações do fabricante e da ABNT NBR 5626:1998 – Instalação predial de água fria. Foi calculado um reservatório de 1500 litros e a partir de cálculos e recomendações dos fabricantes tem-se tensão de 13 KN/m².

A carga considerada para o telhado verde seguiu recomendações do autor Silva (2011), "a vegetação extensiva, tem maiores aplicações. O solo varia de 25 mm a 127 mm de espessura e a carga necessária para a estrutura varia de 50kg/m² a 250kg/m²." Portanto, utilizou – se o valor de 2,5 KN/m² para a cobertura verde.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 Projeto

O software estrutural Eberick, após o processamento da estrutura gera as pranchas dos elementos estruturais. Apresentando de forma detalhada os materiais necessários e as quantidades de cada um com a respectiva unidade de medida, os detalhamentos das armaduras, a seção de cada elemento, a legenda dos pilares que mostra de acordo com os pavimentos o local que cada pilar nasce ou morre, essas e outras características podem ser coletadas pelo programa e isso ajuda o calculista e o engenheiro que irá executar a obra.

O programa mostra também o pórtico 3D da estrutura, com isso consegue-se uma visualização melhor do que está sendo projetado, podendo ver todos os pavimentos e os elementos estruturais.

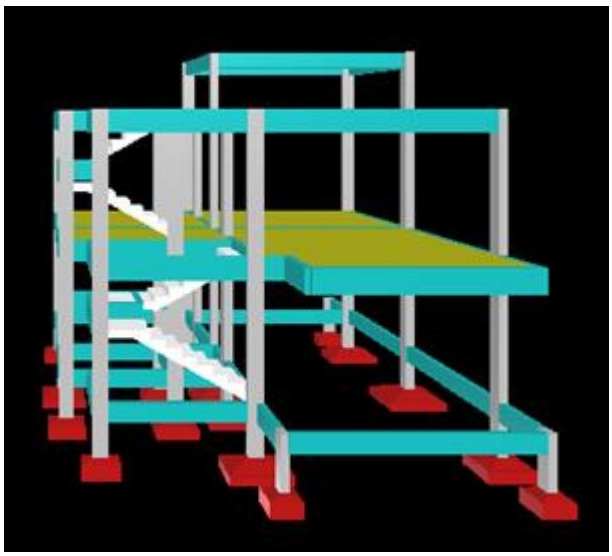


**Figura 7 – Vista frontal**
Fonte: Os autores (2020)

### 4.2 Resultado do orçamento

Esta etapa foi dividida em quatro situações, combinando os tipos de laje e impermeabilização, as planilhas desenvolvidas no Excel (Microsoft®) estão considerando os

serviços de armaduras, formas, concretagem e impermeabilização, segue valores totais e com BDI de 20% para cada modelo.

- Laje maciça + impermeabilização flexível → Modelo 01
  Total: R$168.668,27

  Total com BDI: R$202.401,92

- Laje maciça + impermeabilização rígida → Modelo 02
  Total: R$162.342,32

  Total com BDI: R$194.810,78

- Laje nervurada + impermeabilização flexível → Modelo 03
  Total: R$161.404,98

  Total com BDI: R$193.685,97

- Laje nervurada + impermeabilização rígida → Modelo 04
  Total: R$158.464,94

  Total com BDI: R$190.157,93

Os dados da armadura, tanto no resumo de materiais quanto nas planilhas SINAPI, foram coletados separadamente para cada elemento, como por exemplo nas lajes tem-se os seguintes diâmetros de armadura CA–50 de 6,3 mm e CA-60 de 5,0 mm, já nas fundações tem-se CA-50 de 8,0mm e CA-50 de 10,0 mm.

Para as formas também foi necessário fazer essa divisão dos elementos estruturais pois, a tabela que fornece os valores unitários apresenta o madeiramento das fôrmas separadamente. Foi definido um concreto usinado de 25 Mpa e não bombeável, essas informações foram definidas e depois coletadas na tabela SINAPI com as mesmas características.

Por último, para a determinação da impermeabilização foram definidos dois tipos: flexível com manta asfáltica e rígida com argamassa polimérica, ambas com proteção com argamassa de regularização.

### 4.2.1 Análise do orçamento

Feito o orçamento a partir dos projetos e resumo de materiais gerados no Eberick é possível analisar qual das opções de laje e impermeabilização são mais viáveis, do ponto de

vista econômico e estrutural. Os gráficos abaixo foram elaborados pela relação entre atividades (descrição) e valores (R$).

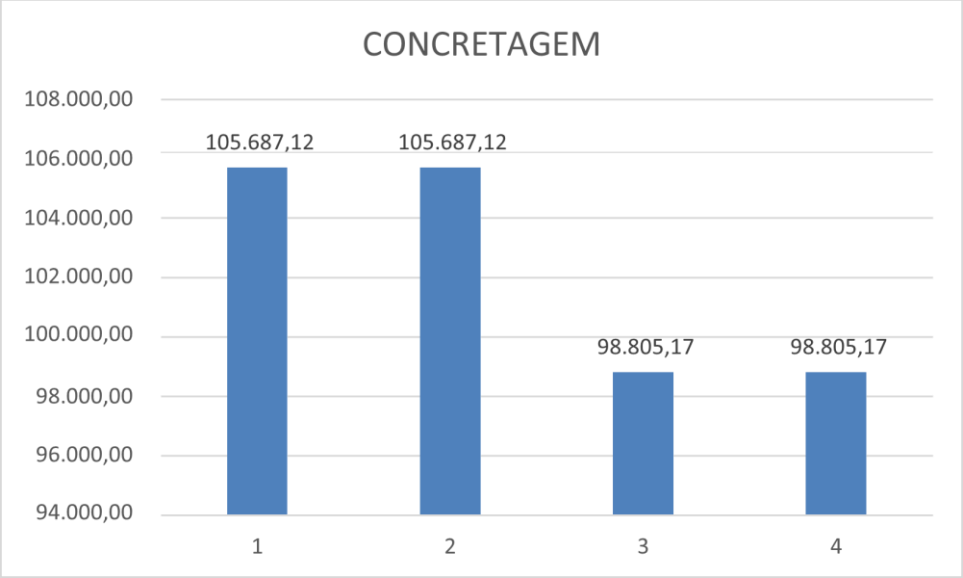



**Gráfico 2 – Concretagem**
Fonte: Os autores (2020)

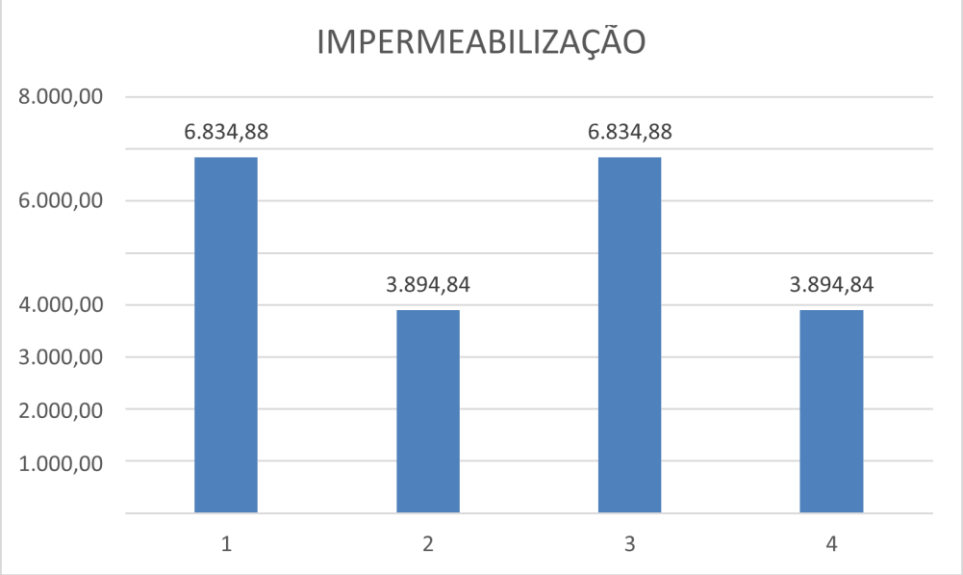



**Gráfico 3 – Impermeabilização**
Fonte: Os autores (2020)

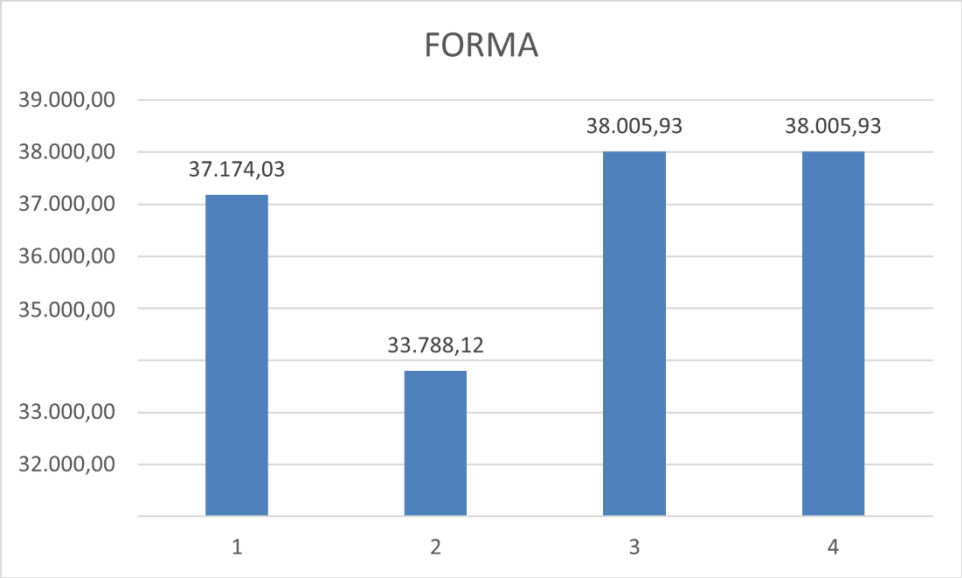



**Gráfico 4 – Forma**
Fonte: Os autores (2020)

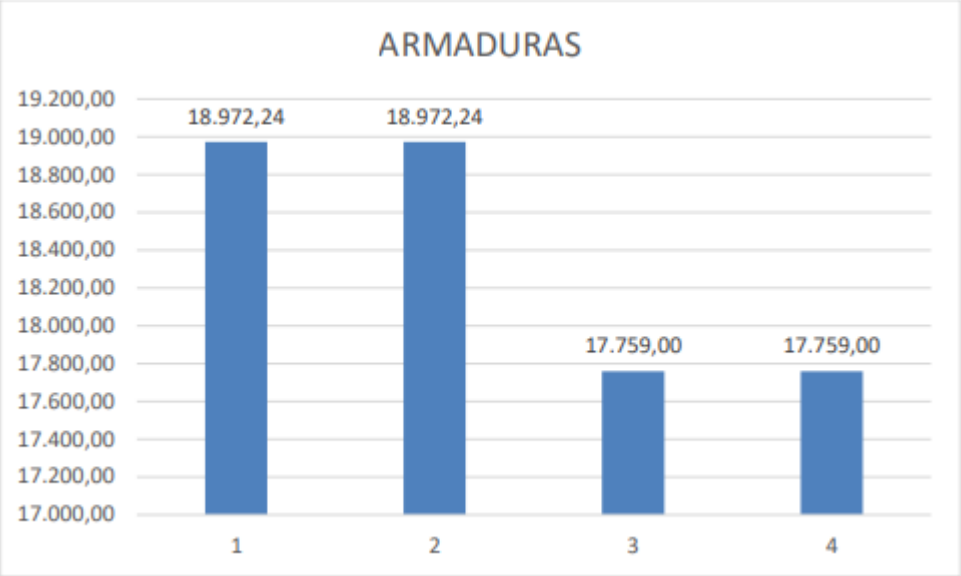



**Gráfico 5 – Modelo 4**
Fonte: Os autores (2020)

Os materiais especificados nesses gráficos são: armaduras, formas, concreto e impermeabilização. A diferença entre os modelos são os tipos de lajes e a impermeabilização. Sendo as lajes maciças e nervuras, a primeira opção tem mais gasto com concreto por não ter um material inerte de preenchimento como o isopor, a segunda é mais leve, com menos gasto na concretagem por ter um material como o isopor utilizado entre as armaduras. A respeito da impermeabilização ambos os tipos terão uma camada de proteção com argamassa de

regularização, o material utilizado na impermeabilização rígida não acompanha as dilatações da estrutura, já a do tipo flexível é mais vantajosa neste aspecto.

O gráfico 6 apresenta a relação de cada modelo com o valor final, contabilizando todos os serviços e o BDI de 20% sobre o custo final.

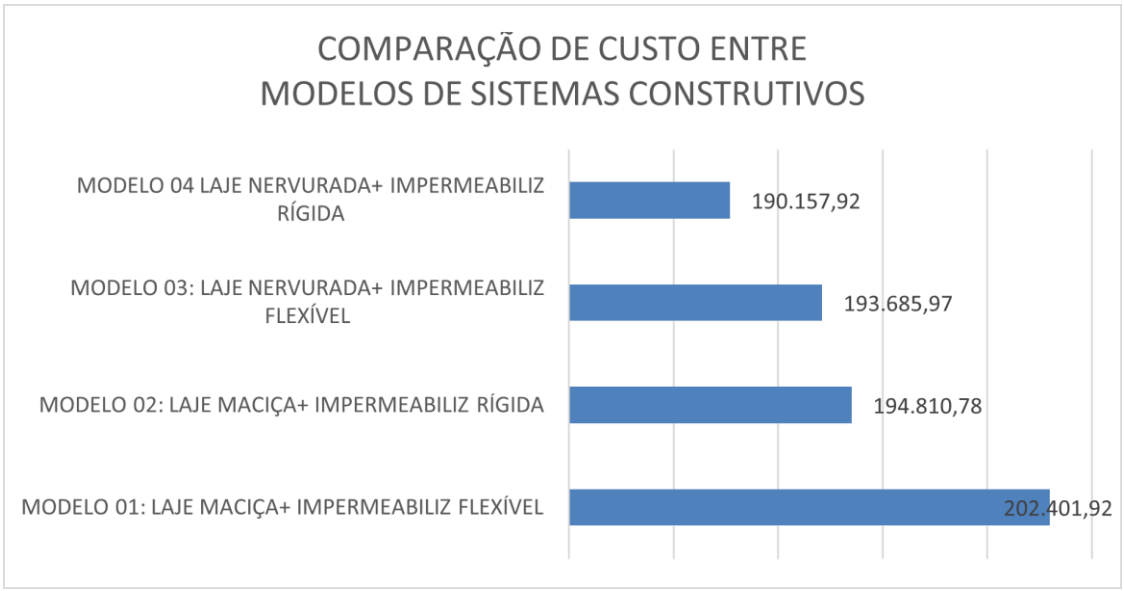



**Gráfico 6 – Modelo x Custo**
Fonte: Os autores (2020)

Portanto, pode-se afirmar que o sistema de menor custo não condiz ao sistema de maior eficácia, pois, o de menor custo é a laje nervurada com impermeabilização rígida e do ponto de vista estrutural a melhor impermeabilização é a flexível pelo fato dela conseguir acompanhar as dilatações de um elemento estrutural.

Tendo em vista a viabilidade técnica e econômicas pode-se definir como a melhor opção o modelo 03 que tem a laje nervurada e impermeabilização do tipo flexível com a camada de proteção com argamassa de regularização, o custo dessa estrutura é de R$ 193.685,97.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão buscou analisar a viabilidade técnica e econômica da implantação da cobertura ecológica do tipo extensiva e acessível em uma edificação residencial unifamiliar de dois pavimentos com área construída de 92,54 m². Foi possível concluir que a melhor estrutura e impermeabilização é a laje nervurada com impermeabilização flexível e camada de proteção com argamassa de regularização, totalizando em um custo de R$ 193.685,97.

Portanto, considerando que o valor desse sistema é elevado, porém, necessário visto que as cidades estão enfrentando catástrofes e a falta de estrutura urbana, tem-se que considerar que o custo dessa implantação é viável pensando que trará benefícios a sociedade e a natureza a longo prazo.

A comparação entre as tipologias de sistemas construtivos laje x impermeabilização demonstrou que o modelo 04 é o que atingiu o menor custo, porém a literatura técnica recomenda para situações em que a estrutura está sujeita a deformações que se utilize um tipo de impermeabilização que acompanhe as referidas deformações indicando que o sistema flexível é o mais adequado, desse modo indica- se que o modelo 03 é mais adequado tecnicamente e está na 2º opção quanto ao custo.

A realização da pesquisa permitiu enfatizar a necessidade de mais estudos de estimativas de custos sempre que se optar pela utilização do telhado verde, visto que uma decisão tomada sem nenhuma simulação de custos com variação dos sistemas construtivos, optando-se pelos modelos convencionais, poderá encarecer o custo da obra e até mesmo inviabilizar o emprego dessa solução favorável a sustentabilidade e ao meio ambiente.

Como uma forma de dar continuidade ao trabalho pode-se aprofundar mais nos diferentes sistemas construtivos do telhado verde, podendo ser do tipo alveolar, modular e laminar, adotar um desses sistemas na cobertura do tipo extensiva e intensiva, fazer um orçamento estrutural comparando esses sistemas e ver qual é mais viável tecnicamente e economicamente.

## REFERÊNCIAS

ADMINKS. **Curiosidades sobre o teto verde, 2019.** Blog K.S Construtora. Disponível em: https://construtoraks.com.br/blog/curiosidades-sobre-o-teto-verde/. Acesso em: 03 nov. 2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9575:** Impermeabilização - Seleção e projeto. Rio de Janeiro, ABNT, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6118:** Projeto de estruturas de concreto: Procedimento. Rio de Janeiro, ABNT, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6120:** Cargas para o cálculo de estruturas de edificações. Rio de Janeiro, ABNT, 2019.

BASTOS, Paulo Sergio. **Estruturas de Concreto I**. Universidade Estadual Paulista UNESP, Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil. Bauru, 2015. Disponível em http://wwwp.feb.unesp.br/pbastos/concreto1/Lajes.pdf. Acesso em: 05 de set. 2019.

BARRA DO GARÇAS (Município). **Lei complementar nº124 de 04 de novembro de 2009**. Código de obras do Município de Barra do garças – MT. Disponível em: https://sic.tce.mt.gov.br. Acesso em : 04 nov. 2019.

BARRA DO GARÇAS (Município). **Lei complementar nº102 de 02 de janeiro de 2007**. Plano Diretor do Município de Barra do garças – MT. Disponível em: https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/plano-diretor/lei-102-plano-diretor.pdf/view. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas. São Paulo: Laços, 2015.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Trabalho acadêmico:** guia prático para elaboração. São Paulo: Laços, 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7983.htm. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 01 nov. 2021.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Referências de Preços e Custos. Disponível em https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_650. Acesso em: 16 dez. 2019.

FERREIRA, Manoela de Freitas. **Teto Verde:** o Uso de Coberturas Vegetais em Edificações. Relatório PIBIC, PUC. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/art/art_manoela_de_freitas_ferreira.pdf. Acesso em: 06 set. 2019.

FREITAS, Antônio Henrique Correia de; FRANÇA, Poliana Miranda; FRANÇA Tamiris Miranda. Construção Sustentável: Benefícios e Desafios. **Revista Pensar Engenharia** [on line], v. 3, n. 1, p. 1-15, jan. 2015 Disponível em: http://revistapensar1.hospedagemdesites.ws/engenharia/artigo/no=a149.pdf. Acesso em: 06 set. de 2019.

FREIRE, Mônica Athayde. **Métodos Executivos de Impermeabilização de um Empreendimento Comercial de Grande Porte**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Departamento de Construção Civil. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10011036.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

GIUGLIANE, Eduardo. **Sistemas Estruturais II – Cargas Atuantes nas Estruturas – Tipologia e Valores**. Politécnica PUCRS, 2014. Disponível em: https://www.politecnica.pucrs.br/professores/giugliani/ARQUITETURA_-_Sistemas_Estruturais_II/02_Cargas_Atuantes_sobre_Estruturas_-_2a_parte.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Território e Ambiente, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/panorama. Acesso em: 15 jan. de 2020.

PEREIRA, Caio. Dimensionamento de caixa d'água, Escola Engenharia. **Escola Engenharia** 06 jun. 2018. Disponível em: https://www.escolaengenharia.com.br/dimensionamento-caixa-dagua/. Acesso em: 15 jan. 2020.

RETONDO, Lucas. Estrutura de concreto armado: lajes. **Blog construindo casas.** Disponível em: https://construindocasas.com.br/blog/construcao/laje/. Acesso em: 01 nov. 2021.

SILVA, Kássio; CAMPOS, Glaudson; SILVA, Ricardo Marques; SANTOS, Angélica Cidália Gouveia dos. Orçamento: A composição de custos na construção civil. **Revista Pensar Engenharia**, v.3, n.1, p. 1-18, jan. 2015. Disponível em: http://revistapensar.com.br/engenharia/pasta_upload/artigos/a143.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, Lucas Pergher. **Estudo comparativo entre lajes nervuradas e maciças em função dos vãos entre apoios.** Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Civil), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, 2010. Disponível em lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28581/000769185.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 set. 2019.

SILVA, Neusiane da Costa Silva. **Telhado Verde:** Sistema Construtivo de Maior Eficiência e Menor Impacto Ambiental. Dissertação (Especialização em Construção Civil), Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Engenharia - Departamento de Engenharia de Materiais e Construção, 2011. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUOS- 9AEGBV. Acesso em: 10 set. 2019.

# OS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCS) DE ATIBAIA E JARINU: BREVE APRESENTAÇÃO DE SEU TRABALHO NA *ACR CONFERENCE 2021 – REFLECTIVE ENGAGEMENT*, NOS EUA. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

DIAS, Rogério A. Correia[1].

*doi: https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-339*

Alinhando-se com outros países em estágios mais desenvolvidos – especialmente os Estados Unidos da América –, o Brasil vem consolidando há pouco mais de dez anos a prática da mediação como forma de solução de conflitos, isto que teve início com a Resolução nº 125/10 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), marco normativo que instituiu no país a "Política Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário".

De lá para cá, o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15) e a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/15) a puseram em destaque, culminando, muito recentemente, com a subscrição pelo Brasil, em 04.06.21, da Convenção sobre Acordos de Liquidação Internacional Resultantes de Mediação das Nações Unidas – mais conhecida como Convenção de Singapura ou *Singapore Convention on Mediation* –, ela que prevê a possibilidade de execução de acordos comerciais internacionais resultantes de um procedimento de mediação.

É nesse contexto – da criação de mecanismos de fomento às formas de resolução consensual de controvérsias – que se inserem os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) de Atibaia e Jarinu, unidades judiciárias que, sob minha responsabilidade, têm sido objeto de pesquisa, desde meados de 2020, pelo Prof. Alexandre Augusto Fiori de Tella, ele que desenvolve seus estudos sobre o assunto na Universidade do Missouri (EUA).

[1] Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Atibaia (2006). Coordenador dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) de Atibaia e de Jarinu. Membro do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais – CEBEPEJ. Participou do Programa *Negociation and Mediation* da Universidade de Columbia (Cidade de Nova York – EUA, 2013). Docente na UNIFAAT desde 2004. Dedica-se atualmente à ampliação do direito das pessoas ao acesso à justiça por meio do "tratamento adequado do conflito" (Resolução CNJ nº 125/10).

Foi no curso de tal pesquisa que o Prof. Alexandre Tella, após uma série de entrevistas[2], apresentou, em 01.10.21, na *ACR Conference 2021 – Reflective Engagement*[3] – realizada em ambiente virtual entre os dias 29.09 e 01.10.21, nos Estados Unidos da América –, os resultados parciais do objeto de sua investigação.

Sua palestra, intitulada *Brazilian Judicial Center for Conflict Resolution and Citizenship: A Fast Track to Social Justice*[4], lembrou que o Brasil instituiu, em 2010, em nível nacional, política pública de tratamento adequado de conflitos, isto que visava – como visa – a difundir a *cultura da paz* na sociedade brasileira, estimulando o emprego de meios consensuais de resolução de controvérsias.

Passada uma década da Resolução CNJ nº 125/10, o cenário brasileiro aponta sinais positivos derivados de sua instituição, especialmente à vista do trabalho realizado nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), paulatinamente criados e instalados em todo o país desde então, disso que dão mostra, segundo a pesquisa do Prof. Alexandre Tella, os resultados – quantitativos[5] e qualitativos – das unidades locais.

Considerando, pois, que a implantação e direção de tais centros – desde 2012, o primeiro, e 2019, o segundo – foram a mim confiadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, coube-me – *a pedido do palestrante e segundo o formato próprio da conferência* – uma breve apresentação sobre minha origem e trajetória profissional e, ademais, sobre as características das duas comunidades atendidas pelo serviço judiciário objeto da pesquisa e de sua importância no sistema de justiça local.

Como forma, portanto, de homenagear todos quantos contribuíram para com minha formação e, demais disso, todos quantos me ladeiam – e, com suas competências, me completam – em minha busca incessante pela *ampliação do acesso à justiça* às pessoas do povo e pela *melhoria da qualidade do serviço judiciário*, é que me animo a tornar público o texto-base da breve entrevista[6] que muito me honrou conceder.

---

[2] Comigo, com os gestores das duas unidades – Edson de Oliveira Dorta e Marcos Ximenes de Brito –, com as conciliadoras Eloísa Hashimoto e Maria Cristina Tafarelo Colonello, com o Diretor Presidente da UNIFAAT Prof. Júlio César Ribeiro e, ademais, com uma usuária do serviço.

[3] A *Association for Conflict Resolution (ACR)* é uma organização profissional sediada em Washington, D. C. (EUA), que se dedica a melhorar a prática e a compreensão pública da resolução de conflitos (Cf. https://acrnet.org/).

[4] O programa completo está disponível no seguinte *link*: https://cdn.ymaws.com/acrnet.org/resource/resmgr/conference/2021_conf/acr_2021_conf_program.pdf

[5] A média histórica de acordos – desde sua criação – é de aproximadamente 70% nos conflitos de natureza familiar e de 35% nos conflitos de natureza cível, conforme dados extraídos do movimento próprio desde a instalação das duas unidades.

[6] Entrevista por videoconferência (Atibaia/Columbia) realizada em 29 set.21.

**1. Apresentação.** Meu nome é Rogério A. Correia Dias. Nasci em 1968 em Bom Jesus dos Perdões, no estado de São Paulo, filho mais velho de um pedreiro e uma costureira[7]. Cursei os ensinos fundamental e médio na escola pública de minha cidade natal, onde fui operário dos 14 aos 18 anos. Com tal idade, parti – sozinho, de ônibus – para a capital do estado. Lá, trabalhando de dia e estudando à noite, me graduei em Direito em 1992 pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, tendo sido o primeiro filho a fazer curso superior. Estagiei e fui advogado – do início ao fim – em renomada banca paulistana: Tozzini Freire Advogados, minha escola na advocacia. Aos 27 anos, porém, em janeiro/95 tirei meu sonho da gaveta: o sonho – alimentado desde menino – de servir ao meu país.

Assim, apaixonado pela possibilidade de fazê-lo por meio da função judicial, prestei naquele ano o concurso público próprio – o primeiro da espécie em minha vida – e, aprovado, em 29.12.95 tomei posse na magistratura do estado de São Paulo. Em maio/98, após passar por inúmeras comarcas como juiz substituto, tornei-me titular da Vara Distrital de Jarinu, por mim escolhida à vista da proximidade da minha origem. Fui juiz em tal unidade durante oito anos – período em que fiz mestrado em Direito Processual Civil[8], publiquei um livro[9] e ingressei na docência universitária[10] –, quando então surgiu a extraordinária oportunidade de me promover para a Comarca de Atibaia.

Cheguei em Atibaia em junho/06, comarca onde atualmente exerço o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível e de Coordenador do CEJUSC local – responsabilidade essa expandida, em 2019, por especial deferência do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)[11] –, para a vizinha Comarca de Jarinu. Atualmente me dedico à ampliação do direito das pessoas ao acesso à justiça por meio do "tratamento adequado dos conflitos" em tais localidades – elas que têm características diversas.

[7] Migrante nordestina, provinda das Alagoas na década de 1960. Sem estudo, sabendo apenas *desenhar* o nome, ela me pôs na escola, moldou-me o caráter, fez-me o que sou. Orgulhosa do resultado de sua luta, ela se uniu – em julho/21 – à multidão de vítimas fatais da Covid-19 no país e no mundo.
[8] Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) – 2001/2003 – Orientador: Prof. Dr. Jorge de Almeida.
[9] Administração da Justiça: *a gestão pela qualidade total* (Campinas: Millenium, 2004).
[10] Honrando-me integrar, desde agosto/04, o Centro Universitário UNIFAAT.
[11] Sou especialmente grato, pois, à confiança que me tem sido depositada por seu Coordenador, o des. José Carlos Ferreira Alves, e por sua Diretora Maria Cristina Coluna Fraguas Leal.

**2. Atibaia.** Atibaia é um município paulista – classificado como "estância climática" – de 145.000 habitantes[12], de marcada vocação turística e famosa por sua produção de flores e morangos, integrando, por isso mesmo, o chamado "Circuito das Frutas". Tem sido crescente, todavia, o avanço de sua urbanização nas últimas décadas, seja para a implantação de loteamentos ou mesmo para a instalação de empreendimentos industriais[13] e de serviços, atraídos por sua estratégica localização geográfica[14].

Com boa estrutura de serviços públicos em geral, a cidade dispõe de oito unidades judiciárias[15], nas quais tramitam – em números atuais, sempre crescentes – aproximadamente 14.300 processos[16]. Isso dá uma média aproximada de 1.800 processos/juiz, permitindo assim – não sem o absolutamente necessário apoio de um *centro de solução consensual de conflito*s – uma prestação jurisdicional com um mínimo de qualidade em comparação com outras comarcas no estado e no país.

**3. Jarinu.** Jarinu, por sua vez, é um município do interior paulista de 31.000 habitantes[17], contíguo a Atibaia[18], ainda em desenvolvimento econômico, cuja formação está intimamente ligada à atividade agrícola – também integrando o chamado "Circuito das Frutas" –. Com significativa parte de seu território explorada por tal atividade, a cidade também vem se transformando rapidamente à vista de novos empreendimentos imobiliários.

Não se tem visto em tal cidade, porém, a despeito do esforço de suas autoridades locais, o necessário aumento de equipamentos públicos – polícia, hospitais, especialmente – segundo a progressiva demanda própria. Com uma só unidade judiciária, por exemplo, nela tramitam aproximadamente 5.400 processos[19], isto que corresponde ao triplo da média da relação de

[12] Exatos 145.378 (Cf. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/atibaia/panorama). Acesso em: 22 set.21.
[13] Especialmente de natureza não-poluente, à vista da condição de *estância climática* da cidade.
[14] À margem do *Eixo Rodoviário Exportador*, composto pelas Rodovias D. Pedro I e Tamoios (Cf. João Luiz de Moraes Hoefel *in* Urbanização e mudanças no uso do solo no Eixo do Corredor de Exportação – Rodovias D. Pedro I/Tamoios – SP (XVI ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências). Belo Horizonte, 2015. (https://www.google.com/search?q=urbaniza%C3%A7%C3%A3+eixo+corrdor+tamoios&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR842BR842&oq=urbaniza&aqs=chrome.0.69i59j0i131i433i512j69i57j46i131i433i512j0i512l5j0i3.3128j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8).
[15] Sendo 4 varas cíveis (com competência que abrange, ainda, ações de família e de direito público em geral), 3 varas criminais (uma delas com competência em matéria de infância e juventude, outra de tribunal do júri e a terceira de execuções criminais) e 1 vara do "Juizado Especial Cível e Criminal".
[16] Exatos 14.312 (10.150 processos cíveis + 2.137 criminais + 2.025 do juizado especial cível e criminal, não consideradas 39.764 execuções fiscais e excluídos 2.534 execuções criminais e 784 inquéritos policiais). Fonte: TJSP – SAG – Relatório Gerencial de Vara – Setembro/21.
[17] Exatos 31.173 (Cf. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jarinu/panorama). Acesso em: 22 set. 21.
[18] Dela que se emancipou em 17.04.1949.
[19] Exatos 5.326 (Total geral de 17.394 excluídas 11.426 execuções fiscais, 291 execuções criminais e 351 inquéritos policiais) Fonte: TJSP – SAG – Relatório Gerencial de Vara – Setembro/21).

processos/juiz atibaiense. Por essa razão, entre outras, o serviço judiciário local não tem atingido, a meu juízo, a qualidade mínima exigível.

**4. Os CEJUSCs.** Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) são unidades autônomas do Poder Judiciário[20] – não vinculadas a varas – inspiradas no modelo norte-americano de tribunal de múltiplas portas (*Multidoor Courthouse*). A tais centros compete a realização, por meio de profissionais especialmente capacitados, de sessões de mediação[21] – em casos já judicializados ou não – e, ademais, a orientação jurídica das pessoas[22].

Em Atibaia tal órgão foi implantado em junho/12, sucedendo, assim, o antigo Setor de Conciliação local, existente desde 2007. Fruto de parceria entre o Tribunal de Justiça de São Paulo, a Prefeitura Municipal de Atibaia e o Centro Universitário UNIFAAT – *entre eles que são divididos os encargos necessários a seu funcionamento* –, tal equipamento público judiciário visa, em última análise, à ampliação do acesso substancial das pessoas à chamada "ordem jurídica justa" por meios consensuais.

Esse acesso passa necessariamente, todavia, pela humanização do tratamento de seus conflitos, isto que não se encontra – de ordinário – no modelo *adversarial* de sua resolução. Com o apoio das autoridades municipais, sensíveis à nossa proposta, instalamos o CEJUSC de Atibaia no coração da cidade: ao lado da sede da Prefeitura e da Câmara Municipal, com ampla visibilidade e facilidade de afluência por todos – especialmente pelas pessoas das camadas socioeconômicas mais frágeis.

Em Jarinu, por sua vez, implantamos seu CEJUSC em janeiro/19, após minha transitória passagem pela unidade judiciária local[23], quando por mim identificada a notável precariedade do serviço por ela prestado, a exigir, assim, a pronta abertura de mais uma *porta* de acesso à justiça.

Com isso, sensibilizados pela dramática situação do sistema de justiça local – próxima do colapso, como pude demonstrar –, a Prefeitura Municipal de Jarinu, o Centro Universitário

[20] Criadas por força da Resolução CNJ nº 125/10, que instituiu a Política Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.
[21] Conceito – *mais amplo, contemplando a conciliação* – adotado pela Convenção de Singapura, em seu art. 2º, 3, diversamente da dicotomia, artificial e inútil, feita pelo Código de Processo Civil/15 e outros atos normativos brasileiros.
[22] Resolução CNJ nº 125/10, art. 8º.
[23] De maio/18 a janeiro/19, por designação da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, à vista da vacância da unidade ocorrida em 17.05.18 (DJE, Edição nº 2577, p. 8) – vacância cessada, após 3 anos, 5 meses e 11 dias, em 28.10.21 (DJE, Edição nº 3390, p. 29).

UNIFAAT e, agora, o Brazilian Business Park (BBP)[24] se uniram ao Tribunal de Justiça de São Paulo e, em parceria quadripartite, permitiram sua criação e instalação.

Contando também desta vez com o apoio das autoridades municipais, o CEJUSC de Jarinu foi instalado em ponto central da cidade – distante apenas duzentos metros de seu marco zero, praticamente ao lado da Igreja Matriz –, em lugar de ampla visibilidade e fácil de chegar, tendo sido seu prédio especialmente reformado e adaptado para sua finalidade.

Com a crise sanitária atual, todavia, o serviço de tais unidades tem sido prestado – desde abril/20 – por meio remoto[25]. Suas sessões de mediação são realizadas, assim, por videoconferência, usando-se a Plataforma *Microsoft Teams*, o que tem permitido até mesmo sessões "internacionais" – ora com o mediador[26], ora com os envolvidos[27] no exterior –.

**5. Suas três portas.** O CEJUSC foi concebido para, aumentando as portas de acesso à justiça, dispor necessariamente de três vias ("setores") distintas: (**a**) o *setor pré-processual*, que dá tratamento a conflitos independentemente de sua judicialização, bastando um simples pedido – até mesmo por *e-mail* ou WhatsApp, como tem sido largamente usado desde o início da pandemia; (**b**) o *setor processual*, que recebe processos encaminhados pelas unidades judiciárias locais para a realização das sessões de mediação; e (**c**) o *setor de cidadania*, que dá orientação jurídica às pessoas[28]. São duas, portanto, as portas de acesso direto pelas pessoas ao serviço – o *setor pré-processual* e o *setor de cidadania* – e uma de acesso indireto, posto dependa da prévia judicialização do conflito: o *setor processual*.

Sua procura tem se dado majoritariamente por pessoas físicas e das camadas socioeconômicas mais modestas, a quem se presta o serviço – tanto verificada sua

[24] Importante grupo empresarial que *"desenvolve, incorpora e constrói condomínios industriais e logísticos"* em Atibaia e Jarinu (Cf. https://www.bbp.com.br/).
[25] Desde o dia 20.10.21, após a entrevista, o funcionamento dos CEJUSCs em todo o estado de São Paulo tem se dado de forma híbrida, sendo paulatinamente retomadas suas atividades presenciais, sem prejuízo do serviço prestado de modo *on-line*.
[26] A 1ª sessão internacional do projeto foi realizada pelo CEJUSC de Atibaia em 22.07.20, por videoconferência, pela conciliadora Ariane Sabrina Batista, ela que a conduziu de Indianápolis, nos EUA (Cf. https://site.oatibaiense.com.br/2020/07/sessao-de-conciliacao-do-cejusc-de-atibaia-e-conduzida-dos-eua-por-advogada-formada-na-unifaat/).
[27] A 1ª sessão internacional – mas agora estando uma das *partes* no exterior – foi realizada em 12.02.21, sob a presidência da conciliadora Eloísa Hashimoto, nos autos do Processo nº 1007547-24.2020.8.26.0048, da 3ª Vara Cível de Atibaia, cujo réu se encontrava – posto lá residisse – na cidade de Cascais, em Portugal. Está prevista, por fim, para os dias 23 e 26.11.21, nos autos do Processo nº 1005166-17.2021, da 3ª Vara Cível de Atibaia, a realização de mediação, por videoconferência, entre partes – *ambas, para além de seus filhos, objetos que são do conflito* – residentes no Japão.
[28] Resolução CNJ nº 125/10, art. 10.

hipossuficiência – a título inteiramente gratuito[29]. A gratuidade do serviço, aliás, somada à simplicidade – com a dispensa, até mesmo, da assessoria por advogado – e rapidez do procedimento constitui um de seus maiores atrativos.

**6. Justiça.** Marcada por conflitos de toda ordem, a sociedade carece de mecanismos que permitam senão sua *resolução*, ao menos seu *tratamento*[30], de maneira rápida e econômica, isto que tem desafiado os sistemas de justiça de todo o mundo. Num movimento pendular da história, tem-se voltado a atenção – nas últimas décadas –, como se sabe, aos mecanismos de *justiça coexistencial*. Essa a razão maior da importância dos CEJUSCs, neles em que, mostrando-se às pessoas seu necessário protagonismo no tratamento de seus conflitos, busca-se o resgate dos vínculos interpessoais – especialmente nos dissensos familiares e naqueles nascidos em outras relações de natureza continuada[31], quase sempre mais complexos –.

Não estou certo, todavia, da inteira compreensão pelas pessoas em geral quanto a tal importância, elas que ainda parecem buscar a mediação à vista de sua gratuidade, informalidade e rapidez: é por todos sabido que litigar em juízo é caro, burocrático e demorado.

**7. Dignidade da pessoa humana.** A Constituição brasileira, em seu Preâmbulo, considera a *justiça* como um dos valores supremos que a orientam e, mais que isso, diz fundada a República Federativa do Brasil na cidadania e na dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III). Não bastasse, tal carta política promete a todos "a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação" (art. 5º, inciso LXXVIII).

É preciso, porém, dar concretude a tais promessas, isto que passa, necessariamente, pelo aperfeiçoamento do sistema de justiça brasileiro, com a superação de seu antigo modelo, baseado na *cultura da sentença*, para avançar para a *cultura da paz* e, com isso, melhorar a vida das pessoas.

[29] Os usuários não beneficiários de gratuidade de justiça estão sujeitos tão somente ao pagamento dos honorários profissionais dos conciliadores, nos termos da tabela oficial própria (https://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/TabelaDeRemuneracao.pdf?d=1619697865715).
[30] Os conflitos sociais – uma *fisiologia*, não uma *patologia*, da sociedade – não são, por via de regra, *solucionados* pelo poder judiciário, no sentido de resolvê-los, suprimi-los, porquanto não são eliminadas suas verdadeiras causas. Por isso, a expressão "tratamento" parece mais apropriada como maneira terapêutica de *administrar* o conflito (Cf. SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo [org]. Mediação enquanto política pública: *a teoria, a prática e o projeto de lei*. Santa Cruz: EDUNISC, 2010).
[31] Como, por exemplo, as relações de vizinhança, comunitárias, entre sócios e outras.

**8. Palavras finais.** Agradeço, por fim, o convite do Prof. Alexandre Tella e, dessa forma, a oportunidade de participar – indiretamente, por meio desta entrevista – de tão importante conclave. Tenho absoluta confiança de que a troca de experiências propiciada pela *ACR Conference 2021 – Reflective Engagement* poderá contribuir grandemente para a ampliação do acesso das pessoas a formas mais adequadas de tratamento de seus conflitos, isto que me estimula, me anima, me move. Muito obrigado.